HISTÓRIA ORAL DO EXÉRCITO

1964
31 DE MARÇO

TOMO 6

BIBLIOTECA DO EXÉRCITO EDITORA

1964 – 31 de Março

O Movimento Revolucionário e a sua História

Coordenador Geral
Aricildes de Moraes Motta

1964 – 31 de Março
O Movimento Revolucionário e a sua História

TOMO 6
Pernambuco

Biblioteca do Exército Editora
Rio de Janeiro
2003

BIBLIOTECA DO EXÉRCITO EDITORA Publicação 745

1964 – 31 de Março: O Movimento Revolucionário e a sua História Tomo 6

Coordenador Regional – PE
Entrevistador
Ilo Francisco Marques de Barros Barreto

Coordenador Assistente – PE
Carlos Alberto Cardoso

Capa
Murillo Machado

Revisão
Ivan Pedro César da Cunha
Solange d'Almeida Telles

M637 1964 – 31 de março : o movimento revolucionário e a sua história / Coordenação geral de Aricildes de Moraes Motta. – Rio de Janeiro : Biblioteca do Exército Editora, 2003.
t. – (Biblioteca do Exército; 745)

ISBN 85-7011-337-4 (t. 6)

1. Brasil – História – Revolução, 1964. 2. Militares – Entrevistas. I. Motta, Aricildes de Moraes.

CDD 981.06

Impresso no Brasil Printed in Brazil

Sumário

Nisi utili est quod facimus stulta gloria

Apresentação

O segundo empreendimento realizado sob a égide da História Oral do Exército incide sobre o Movimento Revolucionário de 31 de Março de 1964.

Criado por uma Portaria Ministerial, em 3 de março de 1999, e implementado a partir de janeiro de 2000, assenta-se sobre as vivências de civis e militares, estes em maior número, narradas nas 250 entrevistas que estão reunidas em uma coletânea de livros editados pela Biblioteca do Exército.

O primeiro projeto – Segunda Guerra Mundial –, extraordinariamente bem-sucedido, orientou, por isso mesmo, o emprego de idêntica metodologia neste outro sobre a Revolução de 1964. A propósito, os dois trabalhos, conduzidos paralelamente, na fase das entrevistas, foram executados nas seis coordenadorias originalmente organizadas: Brasília–DF, Fortaleza–CE, Recife–PE, RJ/RJ – BH/MG, Porto Alegre–RS e São Paulo–SP.

Ambos os projetos retratam, pela maioria dos entrevistados, a participação, naqueles contextos históricos, dos integrantes da Força Terrestre, das outras Forças Armadas, bem como de civis que contribuíram com suas valiosas experiências e insopitável patriotismo.

Esta coletânea, sobre o Movimento armado de 1964, visa a tornar mais conhecido o processo revolucionário, especialmente pela palavra daqueles que, agora, ganham a oportunidade de expor suas motivações, identificar seus propósitos e narrar suas ações.

Com suspeita insistência, desde o final do ciclo revolucionário, mormente por parte da mídia, o que é posto à mostra está quase sempre falseado. Homens impenitentes, sob o império de motivações ideológicas, movem insidiosa campanha, por intermédio da qual praticam escancarado “revanchismo”.

Todos são cativos da ignorância ou da má-fé, no intuito de impedir que as novas gerações possam pesquisar, estudar, ler e encontrar a verdade. Outros setores, como os de certos responsáveis pela educação de nossos jovens, poucos felizmente, mas atuantes nas salas de aula, bem como autores de compêndios escolares, pela palavra e pela pena, indisfarçadamente, reescrevem a história, falsificada a seu talante. E destacam-se, nesse mister, posto que utilizam artifícios e técnicas hábil e sutilmente preparados. Têm a seu favor os inocentes úteis, pouco habituados a refletir sobre o que lêem e escutam. É o velho e eficaz princípio: "Vale mais a versão do que o fato."

Pois essa cantilena espúria tem circulado livremente, verdadeiro desvio da história, mesmo quando, por um descuido, ou num rasgo de sinceridade, vem a público, alguém, para dar, de forma altiva, o seu testemunho sobre o que aconteceu naqueles idos dos anos de 1960:

Com a coragem de um herói da Segunda Guerra Mundial, Salomão Malina, último secretário-geral do antigo Partido Comunista Brasileiro (PCB), admitiu que setores do partidão, com o apoio de Luís Carlos Prestes, chegaram a conspirar para dar um golpe, em 1964, antes da tomada do Poder, em 31 de março, pelos militares... Havia uma corrente golpista no partidão, em 1964. Foi um equívoco de pessoas que não avaliaram bem que a correlação de forças, na sociedade, não estava a nosso favor.[1]

Apoiados por coniventes ocupantes de postos de mando destacados, premiam criminosos e desconhecem as vítimas mais humildes que apenas cumpriam suas missões e tarefas a serviço das autoridades constituídas.

Assaltantes, seqüestradores, terroristas, desertores, agora, são regiamente abonados.

Afinal, os que aqui falam, oferecem, ao livre exame de todos os brasileiros, o que há "do outro lado da colina".

Se não viessem à tona, porque, até então, vedados os acessos e canais da livre expressão do pensamento, não se conheceriam as palavras daqueles que foram compelidos a agir em favor da sociedade ameaçada, em conjuntura tão delicada para nosso País.

Não se pretende entronizar a polêmica. Mas é forçoso reconhecer que os fatos devem ser analisados de forma justa, limpa e honesta, e que, ao menos, se

---

[1] *O Globo* – Sexta-feira, 24 de maio de 2002: "O Último Secretário". Livro lançado no Museu da República, prefaciado pelo jornalista Elio Gaspari, em homenagem a Salomão Malina, quando completava 80 anos de idade.

ofereçam, aos jovens estudiosos, pesquisadores e interessados pelo conhecimento desses episódios de nossa história recente, as informações provenientes de todas as partes envolvidas.

Ditadura? Regime autoritário? Revolução? Contra-revolução? Golpe militar? Contragolpe?

As respostas estão aqui.

General Aricildes de Moraes Motta
Coordenador Geral

Se o que fazemos não é útil, estulta é a glória

Considerações Metodológicas

Estas considerações destinam-se, basicamente, a abordar a Metodologia empregada em trabalhos de história oral temática, como no Projeto em tela, criado pelo Ministro do Exército, que visa, fundamentalmente, aos seguintes objetivos:

— registrar os relatos das personalidades que, direta ou indiretamente, participaram da Revolução de 31 de Março de 1964;

— recuperar dados e informações sobre fatos e episódios importantes para a História do Brasil, ocorridos no evento supracitado; e

— construir um acervo, adequadamente preparado, para consultas, pesquisas e outros misteres de fundamental interesse para a Força Terrestre.

De certo modo, a história oral carece de uma maior especificação teórica, apesar de já possuir uma apreciável literatura tratando de sua conceituação e bases metodológicas. Podemos afirmar que seu estatuto está mais ligado à prática do que a um pensamento teórico estruturado.

Segundo um dos seus fundadores, Louis Starr, a história oral "é mais do que uma ferramenta e menos do que uma disciplina". Este conceito, que permanece atual, evidencia que a história oral, mais que um campo novo de reflexão, tem servido a todas as outras disciplinas, como metodologia de obtenção de dados ou, mesmo, como técnica auxiliar.

As mutações que se observam no campo da História, abrindo espaço para o estudo do presente, do político, da educação integral, com ênfase no papel do indivíduo no processo social, vêm estimulando o uso das fontes orais e reconhecendo a importância da história oral como método de pesquisa.

No entender de José Carlos Sebe Bom Meihy, "usar a história oral como técnica equivale a dizer que as entrevistas não se compõem como objetivo central e sim como um recurso a mais. No círculo dos usuários da história oral, mais adensado

tem sido o grupo que parte do princípio de que esta se constitui em um objetivo definido, com procedimentos claros e preestabelecidos que a justificam como um método. Nesse caso, ela encerra o fundamento da pesquisa e, na hipótese de uso de outras fontes, elas se sujeitam ao debate central decorrente das fontes orais. A vanguarda da história oral no mundo busca, contudo, fixar fundamentos epistemológicos capazes de dar forças à proposta da história oral como disciplina".

Pelo prisma dos historiadores da Universidade de São Paulo que se dedicam ao estudo do assunto, a história oral confunde-se, muitas vezes, com o fazer histórico, respondendo as indagações da história, como disciplina. A documentação oral ou escrita, com a qual trabalha, está intimamente ligada à história de vida e, por via de conseqüência, à sua fonte, que é a entrevista, em suas mais variadas interfaces.

Em nossos trabalhos, dividimos a entrevista em três fases: a pré-entrevista, a entrevista propriamente dita e a pós-entrevista.

A pré-entrevista é o planejamento, o plano de entrevista, iniciando-se com os contatos que o pesquisador, no caso também entrevistador, mantém com o entrevistado, chamado, em história oral, de colaborador.

Tais contatos visam primeiramente prestar ao colaborador informações sobre o tema, a concepção e os escopos do projeto de história oral; a forma adotada para desenvolvê-lo; e a dimensão e importância de sua participação, sempre com a finalidade de motivá-lo e incentivá-lo a cooperar por meio de seu depoimento.

O entrevistado pode, no primeiro contato, por motivo de idade avançada, estado de saúde ou, simplesmente, por modéstia, subestimar suas experiências, julgando irrelevante a sua contribuição. A nossa postura, na posição de entrevistador, tem se voltado para o rompimento dessas barreiras. É importante encorajar o entrevistado, através de argumentação convincente, bem como oferecer-lhe todo o apoio possível para concretizar a sua participação. Faz-se necessário criar um ambiente o mais descontraído possível para que o colaborador se sinta perfeitamente à vontade, sobretudo no momento e no local da entrevista.

Por meio dos contatos da pré-entrevista, visamos, ainda, fazer chegar ao colaborador, com a devida antecedência, o questionário contendo as perguntas básicas, preestabelecidas, do tema em pauta, de forma a orientar a sua preparação para a entrevista. Com o questionário, remetemos modelo de *curriculum vitae* e a solicitação de sua possível observância, com o objetivo de padronizar, nas seis Coordenadorias Regionais, o "Plano de Entrevista" no que concerne à apresentação dos colaboradores, o que avulta de importância por refletir essa homogeneização em todas as coletâneas, independente do local onde sejam preparadas.

Outro objetivo a destacar na fase da pré-entrevista é alcançado através da remessa pelo entrevistado de outros documentos (livros, artigos, diários, relatórios, cartas etc.), além do seu currículo, o que possibilita ao entrevistador a complementação do questionário, ao qual já nos referimos, facultando a preparação de novas perguntas, específicas para aquele colaborador, sobre episódios por ele vividos dentro do tema em estudo, enriquecendo a entrevista e os conhecimentos dela advindos.

Dos documentos referentes à Revolução de 31 de Março de 1964, que permitem a elaboração de perguntas adicionais em proveito da maior eficácia das entrevistas, citamos os relatórios, boletins internos e históricos da organização militar do colaborador; livros e artigos da lavra do entrevistado ou de integrantes de sua Unidade; jornais e revistas da época da eclosão do Movimento de 1964 e do período dos governos revolucionários.

Ao analisar o questionário, na fase da pré-entrevista, sugerimos ao colaborador informar ao entrevistador se irá responder a todas as perguntas ou que questões deixará de abordar, normalmente por não se referirem a fatos por ele vividos ou de seu conhecimento. Nesta ocasião, entrevistador e entrevistado podem definir o tipo de entrevista a ser adotado, que se resume a dois:

— o entrevistado faz um relato inicial sobre a sua participação no evento definidor do projeto (Revolução de 31 de Março de 1964) e responde, após sua narrativa, a perguntas selecionadas do questionário, complementando, assim, sua exposição.
— o entrevistado responde exclusivamente às indagações do questionário recebido, às quais poderão ser acrescidas outras, formuladas, como vimos, com base na documentação entregue ao entrevistador. Neste caso, antes de passar às perguntas, é de bom alvitre que o entrevistador dê a palavra ao colaborador para sua mensagem inicial, na qual faz, normalmente, breves considerações sobre o projeto e a sua participação no mesmo.

Após a decisão sobre o tipo de entrevista a ser adotado, ficamos habilitados a confeccionar o "Plano de Entrevista", que se inicia, como mostramos, com a apresentação do entrevistado, através de seu currículo resumido.

O esclarecimento sobre o tipo de entrevista segue-se à apresentação do colaborador, vindo, na seqüência, as perguntas, a que já nos referimos. No "Encerramento do Plano", incluímos o agradecimento ao entrevistado pela participação.

A respeito das perguntas relativas à Revolução de 31 de Março de 1964, devemos afirmar que a primeira é a que permite ao entrevistado relatar, livremente e de forma ampla, sua participação pessoal, de seus chefes, pares e subordinados

nos pródromos do Movimento de 1964, no seu surgimento e nas suas conseqüências. As demais questões possibilitam ao entrevistado opinar sobre: antecedentes da Revolução – suas raízes, causas imediatas e preparação; panorama político brasileiro anterior a 31 de março de 1964; o significado das Marchas da Família com Deus pela Liberdade; desencadeamento do Movimento armado e sua evolução; a posição da "mídia" e da Igreja em relação à Revolução (na sua eclosão, durante a fase revolucionária e após 1985); o ciclo de presidentes militares e suas realizações; objetivos da luta armada (urbana e rural), desencadeada por extremistas de esquerda, sua orientação e o apoio externo; a necessidade de criação dos órgãos de informações e de operações; acertos e erros da Revolução; o desengajamento dos governos revolucionários da condução política do País; o processo político remanescente; o "revanchismo"; a imagem do Exército Brasileiro e os seus elevados índices de aceitação junto à sociedade, conforme pesquisas de opinião; mensagem final do entrevistado para o Projeto em tela.

A forma de entrevistar varia de acordo com o objetivo proposto no projeto. Em determinados casos, como na primeira pergunta do Projeto de História Oral do Exército na Revolução de 31 de Março de 1964, a que já nos referimos, o entrevistado dispõe de integral liberdade para a sua narrativa. Nessa situação, como em outras semelhantes, em que as questões formuladas proporcionam relatos amplos, a organização cronológica fica, via de regra, a cargo do narrador.

No que concerne à seleção dos colaboradores para participar dos projetos, vale registrar alguns termos consagrados em história oral, com seus respectivos conceitos, os quais guardam uma relação direta com o universo a pesquisar:

— Colônia: formada a partir do estabelecimento de um grupo de pessoas ligadas por traços comuns. Comunidades amplas, das quais alguns componentes serão entrevistados. No nosso caso, os critérios para a definição da colônia vinculam-se ao tema e ao objetivo do Projeto em andamento. Em nosso Projeto de História Oral do Exército na Revolução de 31 de Março de 1964, a colônia é formada por militares e civis que participaram do evento.

— Rede: parcela da Colônia selecionada para ser entrevistada. No nosso caso, tal decisão se baseia em parâmetros estabelecidos pelos Coordenadores Regionais, com base na Ordem de Serviço (OS) nº 015-SG/3, da Secretaria Geral do Exército, de 29 de outubro de 1999, e no Plano Geral de Projetos, do Coordenador Geral, de 3 de janeiro de 2000.

Releva dizer que, escolhidos e contatados os futuros colaboradores, fazemos, também, na fase da pré-entrevista, o preenchimento da "Folha de Endereços

dos Entrevistados" e da "Folha Registro de Entrevistas", esta contendo o número da entrevista e o nome dos entrevistados; a data e o número de ordem da entrevista dentro do projeto, bem como da função do colaborador na época do evento (Revolução de 31 de Março de 1964). Este registro é concluído na pós-entrevista, com a duração e quantidade de fitas de vídeo e de áudio de cada depoimento. Trata-se, por conseguinte, de oferecer uma visão global de todo o trabalho desenvolvido.

A formação da Rede em história oral muito se beneficia das sugestões dos colaboradores. Por isso, a entrevista inicial não deve ocorrer aleatoriamente. Damos preferência a pessoas que possuam conhecimento sobre a história do grupo, abrangido pelo tema, e que reúnam, por conseguinte, condições de prestar assessoria a respeito da indicação de futuros entrevistados.

Vistos os aspectos fundamentais relacionados com a metodologia por nós empregada na pré-entrevista, volvemos nossa atenção para a *entrevista propriamente dita*, que não é mais do que a execução do planejamento elaborado na pré-entrevista.

Entrevista, em história oral, é falar hoje sobre o ontem, permitindo a preservação da experiência histórica de uma organização, instituição ou de um povo.

Cumpre destacar que ela não se restringe à possibilidade de comprovar ou desmentir idéias ou acontecimentos. Compreende, especialmente, o registro de como alguém analisa sua vivência.

Na entrevista, é fundamental a disposição de ouvir, o interesse e o respeito pelos pontos de vista dos que se propõem a divulgar suas experiências.

No dizer de Alessandro Portelli, "deve-se compreender que, na situação de entrevistador, o oralista não se coloca diante de fontes, mas de pessoas. Não estuda o grupo de colaboradores, mas aprende com eles". Assim, o entrevistado é o sujeito-colaborador e não somente o objeto do conhecimento.

O estímulo ao entrevistado deve ser uma preocupação constante do entrevistador, não só nos contatos da pré-entrevista, mas durante toda a realização da entrevista.

Em história oral, há dois tipos de entrevista: entrevista única e entrevista múltipla. O nosso Projeto vem sendo executado por meio de entrevistas únicas, com duração máxima de quatro horas. Os colaboradores têm utilizado, normalmente, cerca de duas horas, havendo, no entanto, entrevistas mais longas, com três horas e umas poucas que se aproximam do limite estabelecido.

No que tange ao aspecto do valor das entrevistas, há duas correntes fundamentais, que adotam posições muito nítidas: a primeira entende que os depoimentos orais preenchem as lacunas deixadas pelas fontes escritas, enquanto outros

acham que os depoimentos orais, por si só, bastam para se conhecer a história. Nessa segunda abordagem, atribui-se um papel central às relações entre a memória, fontes orais e a história.

Quanto à definição de fonte, há também duas posições bem definidas entre os oralistas: os que consideram a fita, com registro de voz ou imagem e voz, o documento básico e original e os que atribuem essa prerrogativa ao trabalho escrito resultante de algum tipo de transcrição da entrevista gravada.

Independente da posição dos estudiosos no que respeita a definição de fonte, é mister realizar a atividade de transcrição, o que nos leva a uma defrontação com o problema permanente, configurado pela passagem do código oral para o escrito, dadas as naturais deformações da linguagem oral, que se acentuam na mudança para o documento escrito.

O primeiro passo realizado nesse sentido é o que se denomina de transcrição absoluta, com a qual chegamos ao primeiro texto escrito, onde se observam as falhas normais da linguagem coloquial e do informalismo natural da entrevista.

Nesta fase inicial da transcrição (etapa da transcrição absoluta), reproduzimos o que foi dito na entrevista integralmente, palavra por palavra, mantendo a gramática e a ordem dos vocábulos, exatamente como na entrevista oral.

Na segunda fase da transcrição, na chamada transcrição editada ou transcrição com edição, o texto da transcrição absoluta é depurado, tornando-o gramaticalmente correto, inclusive com o aperfeiçoamento da redação, eliminando vícios de linguagem, palavras repetidas, reproduzindo, todavia, fielmente a fonte oral.

Incluímos na transcrição absoluta, assim como na transcrição com edição, tudo que está gravado, perguntas e respostas, inclusive as "muletas" usadas pelo narrador, sendo as mais usuais o "você sabe" ou "veja bem". Não transcrevemos, porém, o gaguejar, na procura de uma palavra. Como regra, tudo o mais figura na transcrição, sendo certo que, na transcrição com edição, não devem constar abusos de palavras como as acima mostradas, nem as expressões muito repetidas como "daí em diante" e "depois disso", que só podem ser mantidas em dose suficiente para o leitor sentir o tipo de narrativa.

De importante, cumpre assinalar que a transcrição, absoluta ou editada, nada mais é do que o nome atribuído tanto ao ato de reproduzir a entrevista oral em um texto escrito, quanto ao material resultante dessa prática.

Quando nesta síntese metodológica, bem como em qualquer outro trabalho de nossos projetos, falarmos somente em transcrição, trata-se da transcrição com edição, na qual o texto passou por todas as correções necessárias à busca da melhor redação possível, obedecidas as regras gramaticais e a boa linguagem

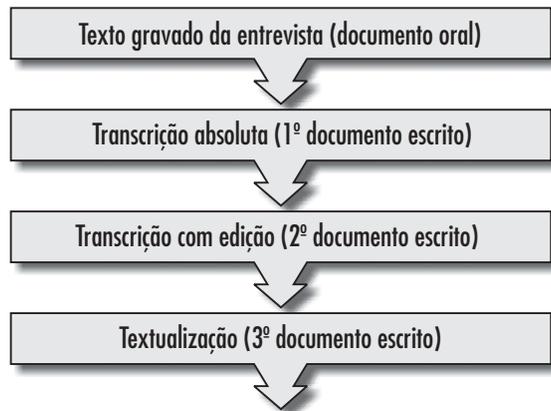
escrita, observando-se, concomitantemente, os ditames estabelecidos pela história oral, já apresentados nos seus aspectos principais.

Cabe asseverar que uma entrevista de uma hora de duração exige, em média, seis horas para a sua transcrição editada, o que demonstra a complexidade desse trabalho.

O outro passo, após se obter a transcrição editada, é o que se chama, em história oral, de textualização.

Textualização é, pois, a transcrição, com edição, sem as perguntas e com a fusão das respostas.

Em outras palavras, diz-se que, quando são suprimidas as perguntas e fundidas as respostas, estamos diante da textualização, etapa onde o texto passa a ser predominantemente do narrador.

Apresentamos a seguir a esquematização da passagem do código oral para o escrito, objetivando firmar os conceitos mencionados.

Vale ressaltar, nesta oportunidade, que a presente Coletânea compila entrevistas transcritas, o que implica a manutenção das perguntas ou sua substituição por subtítulos contendo as idéias-força que as representem, antecedendo as respostas dos depoimentos orais.

A decisão da Coordenadoria Geral pela transcrição levou em conta a necessidade do exato conhecimento pelo leitor daquilo que se perguntou, apesar de que a maioria das indagações, no Projeto de História Oral do Exército na Revolução de 31 de Março de 1964, tenha sido respondida por quase todos os entrevistados, uma vez que se deseja a opinião do maior número de colaboradores sobre as mesmas

questões, o que possibilita covalidações das respostas e, portanto, do pensamento de uns pelos outros, do que decorrerá uma resultante muito significativa.

Na fase da pós-entrevista, se insere: a assinatura da Carta de Cessão de Direitos, que trata da autorização dada pelo colaborador para o uso da entrevista (documentos orais e escritos) pelo Exército no caso; a conferência, que é a entrega do texto por nós ao entrevistado, para suas observações anteriores à publicação; as atividades complementares, que incluem o recebimento de novos documentos que o colaborador venha a trazer no dia da entrevista ou nos dias imediatos a ela, os quais se diferenciam daqueles que nos são encaminhados na fase da pré-entrevista, porque os remetidos inicialmente influem na entrevista, enquanto que os últimos servirão apenas como subsídio para consultas e trabalhos futuros, a cargo de historiadores, pesquisadores e estudiosos em geral, que também poderão se valer dessas novas fontes, sejam orais ou escritas.

Outra atividade complementar, realizada na pós-entrevista, refere-se à confecção da Ficha Registro de Entrevista (FRE), que reúne todos os dados e informações de determinada entrevista, a saber: o número e data da entrevista; função do entrevistado na época do evento estudado pelo Projeto; número de fitas de vídeo e de áudio utilizadas; informações sobre Carta de Cessão de Direitos; degravação, transcrição e textualização da entrevista; listagem da documentação oral e escrita entregue pelo entrevistado, além do seu currículo. Há, portanto, tantas FRE quantas forem as entrevistas realizadas.

A conclusão do preenchimento da Folha Registro de Entrevista é, também, uma atividade complementar da pós-entrevista, como anteriormente mostramos.

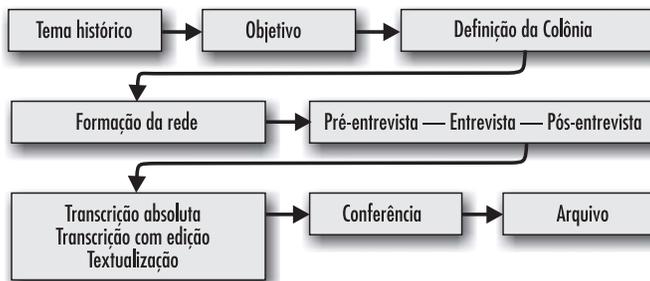
A etapa da Consolidação da Documentação, também chamada Arquivo ou Arquivamento, engloba os procedimentos regulares de guarda e conservação de toda a documentação oral e escrita: Ficha Registro de Entrevista, Cessão de Direitos, Plano de Entrevista, currículos, documentação da entrevista (vídeos, fitas cassetes, CDs, disquetes, fotografias, textos da degravação, transcrição e textualização), além da documentação oral e escrita complementar entregue pelo colaborador antes, durante ou depois do seu depoimento.

Para a consolidação, optou-se por pastas que permitem o arquivamento de toda a documentação citada nas FRE. Em todas as Coordenadorias, para efeito de padronização, as pastas de cada projeto são identificadas por determinado tipo de cor.

É importante enfatizar que as fitas Super VHS ou Betamax – mais nitidez, legibilidade e riqueza de detalhes do que as fitas comuns – são as utilizadas nas gravações (fita matriz ou fita bruta), bem como na edição (fita editada), a qual

servirá para realizar toda e qualquer cópia, inclusive a da fita brinde que o Projeto oferece ao colaborador, como lembrança de sua participação.

Paralelamente, realizamos a gravação da entrevista em fitas cassetes, as quais são utilizadas no processo de degravação, poupando-se, deste modo, a fita de vídeo. Essa forma de gravação representa, portanto, um eficaz dobramento do meio audiovisual.

O fluxograma de progressão do trabalho, a seguir apresentado, resume as diversas atividades que se sucedem no desenvolvimento de um projeto de história oral temático. Impende salientar que não há história oral sem um projeto, determinado previamente, que oriente e organize a pesquisa.

Pelo que vimos, sobretudo pelas considerações teórico-metodológicas apresentadas, avulta de importância a assertiva que bem sintetiza a relevância dos trabalhos de História Oral do Exército, em desenvolvimento nas nossas seis Coordenadorias Regionais:

"A história busca produzir um conhecimento racional, uma análise crítica através de uma exposição lógica dos acontecimentos e vidas do passado. A memória é também uma construção do passado, mas pautada em emoções e vivências; ela é flexível, os eventos são lembrados à luz da experiência subseqüente e das necessidades do presente."

Rio de Janeiro, RJ, 16 de julho de 2002.

General Aricildes de Moraes Motta
Coordenador Geral

General Geraldo Luiz Nery da Silva
Coordenador Regional RJ/MG

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, Francisco Roberto de (Secretário-Geral Ex) Metodologia constante da OS nº 015 – SG/3 – Projeto de História Oral, Brasília – DF, 29 de outubro de 1999.

FERREIRA, Marieta de Moraes (Coord); ABREU, Alzira Alves de; FARIAS, Ignez Cordeiro de; DIAS, José Luciano de Mattos; D'ARAÚJO, Maria Celina; MOTTA, Marly Silva da; ALBERTI, Verena. Entrevistas: abordagens e usos da história oral. Editora da Fundação Getúlio Vargas – Rio de Janeiro – RJ, 1994.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Da Fala para a Escrita, Atividades de Retextualização.* 1ª Ed., São Paulo, Cortez Editora, 2001.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *Manual de História Oral.* 3ª Ed. São Paulo, Edição Loyola, abril de 2000.

MOTTA, Aricildes de Moraes – *Plano Geral de Projetos,* Coordenadoria Geral de História Oral do Exército. Rio de Janeiro – RJ, 3 de janeiro de 2000.

NEVES, Eloiza; BRITO, Fábio Bezerra de; TALARICO, Fernando; LIMA, Luiz Filipe Silvério; MOURA, Ricardo e RIBEIRO, Suzam Lopes Salgado. O NEHO – Núcleo de Estudos em História Oral da Universidade de São Paulo – e a experiência de pesquisa em história oral, 1º de dezembro de 1999.

PORTELLI, Alessandro. *Tentando aprender um pouquinho. Algumas reflexões sobre a ética na história oral,* abril de 1997.

THOMPSON, Paul. *A Voz do Passado: história oral,* 2ª Ed., São Paulo, Paz e Terra, 1998.

A Desculpa dos Vencedores

Em 1962, a guerra revolucionária, uma estratégia de expansão violenta do comunismo internacional, erigira regimes comunistas na Europa, na Ásia, na África e em Cuba. No auge da guerra fria grassavam guerrilhas comunistas na América Latina. Brasileiros, ainda nos Governos Jânio e Jango, foram enviados à China para treinamento de guerrilha. Prestes, agradecendo homenagem do Governador Miguel Arraes, no Recife, disse: "Nós, comunistas, estamos no Governo, mas ainda não no Poder." Um recado para o Exército, que não esquecera a Intentona Comunista de 1935 e estudava, como de sua obrigação, os tipos de guerra revolucionária bem-sucedidos.

O que vimos como ameaça concreta, diz-se hoje, era paranóia anticomunista.

Em seguida, ocorreram os motins. Sargentos ocuparam, em ação armada, parte de Brasília, prenderam ministro e foram vencidos à bala. Marinheiros, no Rio, abandonaram navios de guerra, desembarcaram, foram homiziados no sindicato dos metalúrgicos do Rio. Fuzileiros navais, enviados para prendê-los, confraternizaram com eles. No Congresso, veementes discursos ligavam os fatos a um estado real da guerra revolucionária. As mulheres, terços à mão, ombrearam com 1 milhão de paulistas alarmados, na passeata de São Paulo, rezando por Deus e pela liberdade. Epidemia paranóica? Da grande imprensa também, que se permitiu bradar "basta!" ao Presidente Jango. E a paranóia levou o Bispo D. Paulo Evaristo Arns a ir ao encontro das tropas do General Mourão, que desciam de Juiz de Fora, para abençoá-las contra o imaginado perigo comunista, e ajudou a depor um presidente constitucional.

Desse alarme generalizado, censurado hoje como pretexto, nasceu o 31 de Março de 1964.

No Poder, cometemos o erro de reerguer a combalida economia brasileira, início do "milagre brasileiro". Em 1965, comunistas reagruparam-se na nobre missão de derrotar a perversa ditadura militar e erigir a ditadura do proletariado, a do

paraíso soviético. Dividiram-se em muitas facções. Do contrário, teriam assumido o Poder no Brasil os valentes militantes comunistas Carlos Marighella, Carlos Lamarca, Amazonas Pedroso, José Dirceu, Apolônio de Carvalho e outros valiosos quadros. Prestes e Brizola, não.

Aquele, porque contrário à saga da luta armada; este, rejeitado por fracassar a guerrilha de Caparaó, vergonhosamente presa sem dar um tiro, desperdiçando milhões de dólares de Fidel Castro. Bravamente, nossos comunistas seqüestraram diplomatas, a começar pelo embaixador dos Estados Unidos, país de quem, "lacaios, havíamos cumprido a ordem de derrubar Jango". Não só isso, como ainda, em seu lugar, pôr o General Castello Branco, exigência de que teria sido emissário o adido americano, General Vernon Walters, que ficara amigo de Castello Branco na FEB, na Itália.

Centenas do lado da ditadura foram mortos – como deviam ser –, pois eram "antipatriotas e antipovo". Lamarca matou logo dois: um segurança de banco e um tenente da PM paulista, seu refém. Agente da famigerada CIA e financiadores da repressão foram "justiçados". Sentinelas, o corpo destroçado por explosivo acionado por ousados terroristas, foram o preço inevitável da luta popular e patriótica.

Perderam os comunistas intrépidos combatentes na luta armada, mas não morreram em vão. Aos seus descendentes, o governo de esquerda indenizou com R$ 150 mil cada. Ruas têm hoje seus nomes. Monumentos são projetados para perpetuar sua memória. Os sobreviventes, quando não indenizados, foram promovidos ao posto mais alto, receberam os atrasados em ressarcimento de preterição, ampliando a anistiazinha concedida por lei pelos militares. A última extensão, no atual governo, está reparando a violência contra centenas de marinheiros e fuzileiros, legitimando o motim que foi um dos pretextos para o golpe de 1964. O presidente da comissão especial que já indenizou 280 famílias de vítimas do regime militar, com R$ 100 mil ou R$ 150 mil cada, "vê com bons olhos a ampliação" dos trabalhos, para contemplar outras vítimas, enquanto Lula, se for eleito presidente, acaba de prometer publicamente estender as indenizações e reinterpretar a lei de anistia para punir os torturadores, que se beneficiaram da anistia recíproca. Eis a versão dos vencidos.

Diante disso, os vencedores pedem desculpas em nome das centenas dos que morreram certos de lutar pela Pátria e cujas famílias não mereceram receber indenizações. Em nome, igualmente, da memória dos covardemente assassinados; dos que tombaram no atentado terrorista no aeroporto do Recife; do soldado sentinela do II Exército cujo corpo se fragmentou, despedaçado pelo explosivo dos terroristas, que dessa ignomínia se vangloriam em livro premiado em Cuba; do tenente da

PM paulista, refém de Lamarca, o crânio esfacelado a coronhadas; dos seguranças brasileiros de embaixadores estrangeiros; dos vigilantes de banco privado; do major alemão, aluno da Escola de Estado-Maior do Exército, abatido no Rio "por engano". Tomando de Cecília Meireles os versos "são doces mortes livres do peso de prantos", esses que para os assassinos não tinham pai nem mãe, nem geraram filhos, pois eram o lixo da revolução leninista. Pedem desculpas, ainda, os que tiveram a carreira militar interrompida, ou cassados seus títulos acadêmicos, devido à acusação não comprovada de tortura, baseada numa única testemunha facciosa; os que na história reescrita pelos vencidos, amplamente divulgada nas escolas, são meros golpistas usurpadores do Poder movidos pela paranóia anticomunista.

São quase mortos-vivos a sofrer o "revanchismo" dos que, derrotados pelas armas, são vitoriosos pela versão que destrói os fatos, nutrida no governo de esquerda moderada.

Todos pedem desculpas aos comunistas que combateram e venceram, até porque há 300 anos se diz que, na vida, não há como escapar das injúrias do tempo e das injustiças dos homens.

Jarbas Passarinho

General-de-Exército Jaime José Juraszek

- Natural da Cidade de Mafra, SC.
- Principais funções militares: Instrutor da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO); Instrutor-Chefe do Curso Básico da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN); Comandante do 63º Batalhão de Infantaria Motorizado (63º BI Mtz), em Florianópolis, SC; e oficial da Casa Militar do Governo Figueiredo. Como oficial general: Comandante da 5ª Brigada de Infantaria Motorizada; Chefe do Centro de Informações do Exército (CIE); Chefe do Gabinete do Ministro do Exército, General Zenildo de Lucena; Comandante da 5ª Região Militar e 5ª Divisão de Exército (5ªRM/5ªDE); e Comandante Militar do Nordeste, função atual.
- Promovido a General-de-Exército em 31 de março de 2000.
- Obteve o primeiro lugar de sua turma na AMAN e na Escola de Material Bélico (EsMB); o segundo colocado na EsAO e outro primeiro lugar na Escola de Comando e Estado-Maior (ECEME), em 1975.
- No exterior: Subchefe da Missão Brasileira de Instrução, no Paraguai.
- Em 1964, na eclosão do Movimento Revolucionário, era Auxiliar de Instrutor e subalterno da 3ª Companhia do Curso Básico, na AMAN.

Entrevista realizada em 25 de outubro de 2001.

Inicialmente gostaríamos que o senhor descrevesse qual o ambiente e como era o relacionamento interno e externo da sua Unidade?

Quando eclodiu a Revolução de 31 de Março de 1964, ocupava o cargo de instrutor do Curso Básico da AMAN.

Lembro-me bem de que o ambiente era, no mínimo, desconfortável; a mídia diferia da de hoje, havia dois ou três canais de televisão, poucos jornais. Mas o desconforto era evidente, porque, por exemplo, de dia, ensinava aos cadetes, Disciplina, Justiça, Respeito, Ordem e, à noite, no noticiário *Repórter Esso*, da televisão, e outros da época, os jovens viam acontecer exatamente o contrário: o Presidente da República reunia-se com cabos, com Fuzileiros Navais; almirantes malbaratando a dignidade do posto, em reuniões tumultuadas, agitadas.

Aquilo nos preocupava muito. Ficávamos a imaginar no que o cadete poderia estar pensando: "Será que o correto é o que esses tenentes estão ensinando para a gente ou o certo é o que estamos vendo na televisão?"

Sabemos que na Academia – todos passamos por lá – o cadete busca padrões, estereótipos, modelos a seguir para quando tornar-se oficial. É uma escola de formação.

Repito: aquilo nos preocupava muito. Nós, tenentes, achávamos que alguma coisa tinha que ser feita, não sabíamos bem o quê, mas alguma coisa deveria ser feita.

Tivemos alguns indícios de que um movimento estaria sendo montado ou já em curso, não só pelas Forças Armadas, porque assistíamos a população ir às ruas, exigir um "basta" nas agitações e confusões, principalmente no Rio de Janeiro, em São Paulo...

A gente pressentia que algo iria acontecer, em breve.

Então, o relacionamento interno andava muito bem, quer entre nós, tenentes, quer com os superiores e com os cadetes. Era grande a coesão.

Com a sociedade de Resende, as nossas ligações eram muito pequenas porque a vida de tenente costumava ser muito agitada. Levantava-se muito cedo, trabalho intenso o dia inteiro, campo, instrução, voltava-se muito tarde, enfim, pouco tempo disponível.

Ações terroristas propriamente, não as havia em Resende...

Não, não havia. Ocorria muita agitação em Volta Redonda, na Siderúrgica, área predominantemente sindical, muitos trabalhadores, mas ato terrorista propriamente, que eu me lembre, não.

Notou, naquela época, algum esquema de ação, alguns objetivos, algum rumo a tomar, mesmo na sua visão de tenente, por parte da cúpula da Revolução?

Não, porque nem sabíamos quem era da cúpula da Revolução, na realidade.

Tínhamos esperança e acreditávamos que alguma coisa estava sendo planejada, mas não sabíamos exatamente por quem e como estava sendo planejada.

Existiam alguns indícios, porque a própria mídia da época alardeava que o povo estava indo à rua, que os militares estavam desgostosos com a situação; as denúncias ressoavam. Então, a gente imaginava que, realmente, estava sendo planejada alguma coisa.

Alguma Força da Academia foi empregada no Movimento?

Sim, a Academia teve um papel destacado na Revolução, talvez tenha sido o ponto de concórdia para evitar um choque entre as tropas do I Exército que vinham do Rio, e aquelas pró-Revolução, oriundas de São Paulo. A Academia ocupou posição na estrada, na altura de Barra Mansa...

Cadetes?

Sim. Cursos de Infantaria e de Artilharia...

O Curso Básico não foi porque, incorporado em fevereiro, não tinha instrução suficiente. Recebeu missões isoladas, mas não essa de ir para a estrada conter a tropa do I Exército que se deslocava na direção de São Paulo.

A presença do cadete foi muito importante, porque os companheiros que marchavam, vindos do Rio, devem ter conjecturado como iriam atirar em cadetes, em face da provável resistência.

Isso se efetivou?

Não chegou a haver o choque armado.

Mas chegaram a fazer contato?

Sim, com uma Bateria de Artilharia que vinha do Rio.

Foram presos oficiais.

A Academia teve um papel muito destacado. Foi realmente pouco divulgado na época e o grande condutor foi o Comandante, General Emílio Garrastazu Médici.

A mídia de hoje costuma referir-se à Revolução como golpe; o senhor acredita que tenha sido assim e, em caso positivo, por quê?

Só afirma que aquele evento foi um golpe quem desconhece o significado dos termos “golpe” e “revolução”; consultando o dicionário, constará o equívoco que está cometendo.

Golpe é tomada do Poder tramado em gabinete, sem a participação do povo. Na revolução existe o clamor popular e a tomada de Poder ocorre porque o povo quer mudar. Em 31 de Março de 1964, aconteceu uma revolução.

As Forças Armadas, especialmente o Exército, só foram à rua em atendimento ao clamor popular, exemplificado nas Marchas da Família com Deus pela Liberdade.

Quem viveu aquela época, lembra-se. Em todas as cidades, nas capitais principalmente, havia marchas com a participação de crianças, estudantes, senhoras, clero, todos, enfim, desejando que mudasse aquele estado de coisas.

Isso se chama revolução.

Por exemplo, ninguém diz "golpe russo". A revolta dos comunistas na Rússia, em 1917, foi uma revolução, porque o povo participou, pois queria derrubar o sistema czarista tirânico e opressor. O povo vivia na miséria; o povo queria mudar.

A revolução cubana não foi golpe, mas, revolução, porque Fidel Castro e seus seguidores desceram com o apoio do povo para tomar o Poder; é preciso que se faça justiça porque não houve golpe, houve revolução.

O AI-5 foi necessário?

Como capitão, servia na Companhia de Material Bélico, em Brasília, em 1968. Havia muito problema, muita agitação.

Talvez inconformado, por não ter podido subverter convenientemente as bases do governo, o pessoal de esquerda resolveu partir para ações mais violentas, de terrorismo e guerrilha.

Em Brasília mesmo, lembro-me, foi necessária uma tropa dirigir-se para a Avenida W-3 fazer uma demonstração de força. A Cavalaria foi com os blindados, com seus carros de combate, para dissolver agitações violentas.

Da tribuna da Câmara, provocativo, o Deputado Márcio Moreira Alves fez uma infeliz intervenção; não entro no mérito do que pretendia.

Enfim, um acúmulo de agitações, problemas, dificuldades que, como capitão, não podia avaliar precisamente, meu posto de observação não era privilegiado; mas, acredito que levou o governo a tomar uma medida mais dura: o AI-5.

Naquela conjuntura, acho que foi necessário.

Como conseqüência, a criação dos órgãos de informações e o agravamento da Lei de Segurança Nacional estão correlatos, com a mesma intenção, nós imaginamos...

Penso que a criação do Sistema Nacional de Informações (SNI), também, aconteceu no momento certo. Ninguém consegue decidir, em qualquer situação, de paz ou de guerra, se não dispuser de boas informações. Como o movimento era subversivo, clandestino, havia necessidade da existência de órgãos de informações competentes, para que os comandantes pudessem decidir adequadamente.

Foi muito combatida essa idéia de SNI, Sistema Nacional de Informações, mas depois que chefiei o CIE, recentemente, como general, fui estudar bem essa história.

Antes, não era ligado a órgãos de informações.

Como tenente, capitão, nunca fui; contingências da minha carreira, mas, como chefe do CIE, verifiquei a importância da criação, naquela conjuntura, naquela época, do Sistema Nacional de Informações.

Assim como a mídia aponta muitos erros da Revolução, houve benefícios relacionados ao progresso do País?

Sem dúvida. Hoje, quando é para colocar a culpa em alguma coisa, citar alguma mazela deste país, imputa-se à "ditadura militar"!

Devido à Revolução de 1964, nunca o País cresceu tanto em tão curto período. Não me refiro aos vinte anos de Governo Militar, mas aos primeiros dez anos, quando o Brasil deu um salto exponencial nas telecomunicações, nos transportes, na energia.

Hoje fala-se em "apagão", mas se não fossem as obras hidrelétricas que os governos militares fizeram, estaríamos "apagados" há muito tempo.

Isso o pessoal esquece, ou omite de caso pensado.

O País foi cortado, de norte a sul e de leste a oeste, por rodovias; havia poucas e precárias estradas antes de 1964. Na atualidade, o País é todo servido por uma infra-estrutura apreciável, não apenas nos transportes, mas na energia, comunicações, tudo obra do período revolucionário.

Quando era tenente, na Academia, falar ao telefone com os meus parentes, em Curitiba, levava duas horas pedindo a ligação para a telefonista.

Houve uma explosão de progresso, essa é a verdade.

A modernização nas telecomunicações no Brasil decorre das medidas tomadas durante os governos militares.

Agora estamos vendo o Governo preocupar-se com o Plano Avança Brasil, mas depois da Revolução sumiram os planejamentos, tudo era feito na "conduta".

O Brasil precisa de planejamento estratégico e os planos qüinqüenais eram seguidos religiosamente, havia continuidade e integração de esforços.

Houve muito avanço, como houve erros, não é possível negar. A gente deve fazer um balanço, uma comparação entre acertos e erros; tenho a impressão de que o saldo é muito positivo para o País, muito positivo.

Tortura a presos políticos

Quanto à acusação da prática de torturas, devo dizer que o Exército Brasileiro nunca deu ordem para que alguém fosse torturado. Isso posso dizer, assino embaixo.

Fui Chefe do Gabinete do Ministro, o General Zenildo, com quem tive a honra e o privilégio de servir, e ele dizia o seguinte: "A Instituição Exército não

defende, hoje, quem está sendo acusado de tortura: ele que se defenda. A Instituição não vai defendê-lo porque a Instituição não mandou torturar, nunca.”

Essa é a minha opinião sobre tortura; se houve ou se não houve não sei. Não assisti, felizmente, pois não gostaria de ter presenciado e também comigo não ocorreu, porque jamais faria isso, pela minha formação; nunca recebi ordem e se recebesse talvez contestasse a ordem, coisa que não é da nossa maneira de ser, também, contestar ordem, mas a ordem imoral ou ilegal não cumpriria.

E o que chamávamos, na época, de imprensa marrom, imprensa meio clandestina, foi muito injusta.

Por exemplo, o General Sylvio Frota, com todas qualidades e defeitos que possa ter tido, como Comandante do I Exército, ia diariamente à Polícia do Exército, no Rio, ao então famoso Pelotão de Investigações Criminais (PIC), para verificar como os prisioneiros estavam sendo tratados.

Ele, como General Comandante do I Exército, mantinha essa rotina diariamente, a fim de verificar se os presos estavam sendo tratados com dignidade, com respeito. Mais tarde, foi colocado em lista de torturador; tremenda injustiça! Os chefes militares nunca mandaram torturar; nunca vi um general, um coronel, nunca vi mandarem torturar.

É bom lembrar também que as operações eram feitas em conjunto com civis, Polícias Militares e outros órgãos.

Hoje somos acusados de torturadores injustamente, porque nunca fui torturador. E jamais seria.

O senhor acredita que as Forças Armadas, ao tempo dos governos revolucionários, de alguma forma, se aproveitaram da situação para auferir qualquer tipo de vantagens?

Ao contrário. Talvez por formação, sempre fomos muito desapegados. Os militares privilegiam o interesse do País e do Exército.

Acho até que fomos prejudicados porque, por uma questão de foro íntimo, os nossos governantes, também militares, talvez relutassem em advogar em causa própria, isto é, para as próprias Forças, justamente para não parecer que estivessem montando uma máquina militar poderosa, enquanto o povo permanecia carente com problemas de saúde, educação etc.

Na União Soviética, fizeram o contrário. Construíram uma máquina militar poderosíssima e o povo passava necessidades, como passa até hoje.

Aqui não houve isso de maneira alguma; até no problema salarial poderíamos ter feito avanços consideráveis, porque o Presidente tinha a caneta na mão para assinar um decreto-lei, aumentando o salário de quem ele quisesse.

As Forças Armadas não auferiram qualquer tipo de vantagens, no período dos governos presididos por militares, nem na parte pessoal, a de salários.

Na parte institucional, inclusive, foi uma época que decaímos, em virtude desse problema de foro íntimo, de não usar o dinheiro público, por formação, por estoicismo, abnegação. Podíamos ter melhorado nosso equipamento, nossas viaturas, nosso armamento, nossos quartéis...

Não houve nada disso.

Mantivemos hábitos espartanos, como sempre, temperança, comedimento, sobriedade, foi sempre assim.

Dizer que as Forças Armadas se locupletaram? Jamais.

Será a maior injustiça se alguém falar, alguma vez, sobre isso.

O que o senhor gostaria de comentar sobre a Lei da Anistia?

Ela foi necessária, não se pode viver em conflito permanentemente nem com mágoas e rancores; a iniciativa foi do Presidente Figueiredo.

Eu servia na Casa Militar da Presidência.

O anteprojeto da lei sobre a anistia saiu do Palácio do Planalto, em 1979.

Muitos políticos se arvoram como patrões dessa idéia. É claro que se discutia isso no Congresso, mas a iniciativa concreta foi do Executivo, foi do Presidente Figueiredo.

Acho que ela foi feliz, veio em hora certa, em época boa, pena que alguns – pessoas com mágoas e rancores – até hoje não acreditam em sua importância.

Mas a anistia teve sua eficácia, haja vista que, hoje, pessoas que foram condenadas estão ai ocupando altos cargos no País. Até terroristas e guerrilheiros da época.

A imagem do Exército, durante e depois da Revolução de 31 de Março, foi desgastada ou exaltada pelos acontecimentos?

Durante uns quinze anos a imagem se manteve muito positiva. Depois houve o desgaste natural.

Hoje, em minha opinião – talvez, na época, não pudesse aceitar isso, porque a gente compreende a história mais tarde; é fácil colocar o ovo de pé, depois que Colombo o fez –, houve demora em transferir o Governo para um civil.

O desgaste aconteceu por isso.

Nos primeiros tempos nossa imagem era muito positiva, o militar era considerado o salvador da Pátria... enfim, era alentador.

Demorou vinte anos!

Foi um prazo talvez um pouco longo, sem crítica aos que fizeram o máximo que podiam, coerentes com suas formações patrióticas de soldados, realizaram o máximo, mas é natural que tivesse havido o desgaste.

Logo após a Revolução, estávamos desgastados, em que pese – em 1986, um ano depois da assunção do Governo Sarney, eu era Comandante de Batalhão – ter encontrado muitas pessoas na rua que apelavam:

– Quando é que os senhores vão voltar?

– Voltar para onde?

– Voltar a comandar este País!

Não é assim. Não tem essa de Poder e voltar ao Poder, nossa missão agora é outra. Explicava a eles, mas muita gente já insistia nisso, em 1986. Na verdade, o povo já demonstrava sua insatisfação com a inflação muito alta, os problemas do Plano Cruzado, enfim, aquelas miscelâneas todas.

Passado o período de desgaste, em que estivemos em baixa – havia o chavão "liberdade, acabou a ditadura", o "oba-oba" das "diretas já" –, a partir da década de 1990 a nossa imagem começou a crescer de novo, porque adotamos a atitude absolutamente correta.

Quando digo, nós, digo a Instituição.

Alguns, não muitos, regressaram aos quartéis, até porque a maioria jamais saiu de lá, reassumimos nossa missão principal, a defesa da Pátria, preservação dos Poderes, apoiamos o presidente eleito, mantivemos aquela postura ética, postura patriótica das Forças Armadas, do Exército. Acho que nossa imagem foi fortalecida, a ponto de hoje ser, disparada, a Instituição mais confiável deste país.

Tive a satisfação de visitar o sertão nordestino, recentemente, para verificar a Operação Pipa que o Exército está coordenando e vi nos olhos do povo humilde do interior de Pernambuco, da Paraíba, do Ceará, respeito e admiração pelo Exército Brasileiro.

Era uma constante, onde a gente chegava. Perguntei a uma mulher:

– Que é que a senhora está achando dessa Operação Pipa?

Ela me chamou de coronel:

– Seu coronel, se não fosse o Exército eu estava morrendo de sede!

Não temos problemas de envolvimento com política, queremos saber o que é melhor para a população e a água vai ser levada para onde tem que ser levada, sem pressões políticas, sem currais eleitorais, não queremos saber disso.

Nossa imagem é de confiabilidade.

Hoje, acho que a imagem está melhor do que na época da Revolução.

Isso é muito bom, demonstra que estamos no caminho certo. Não fazemos demagogia, não fazemos campanha para melhorar a imagem, fazemos o que tem

que ser feito, cumprimos a nossa missão com correção, patriotismo, devoção aos nossos objetivos. Mais nada.

Falam em "ditadura militar", fala-se muito nisso.

Na realidade, o Exército, como Instituição, foi para a rua no dia 31 de março de 1964, atendendo ao clamor popular para mudar aquele descalabro que ninguém agüentava mais.

A partir daí, o Exército, como Instituição, apoiou governos legais, não interessando se o foram, por Ato Institucional ou por eleição; eram governos legalmente instituídos.

Como apoiou, antes, Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek e, depois da Revolução, José Sarney, Collor, Itamar, e, no presente, está apoiando Fernando Henrique. Esta é nossa missão: apoiar qualquer Presidente que vier.

Como Instituição, participou da Revolução no dia 31 de março de 1964!

Nunca fui perguntado sobre o que achava da situação econômica! Então, a Instituição não é responsável por mazelas, por erros, por acertos, por coisas boas ou coisas ruins.

É muito injusto dizer: "o Exército é culpado por isso, por aquilo". O Exército, não! O Governo, sim, que, eventualmente, era presidido por um general do Exército.

Apoiávamos aquele presidente como apoiamos os civis, apoiamos os militares, apoiamos qualquer presidente que o povo eleja ou que seja legalmente empossado. É a nossa missão apoiar os poderes constituídos.

Isso é muito importante, porque sinto-me injustiçado quando dizem "Isso é culpa do Exército!"

Que Exército? Eu era capitão, major, tenente-coronel e ninguém perguntava para mim o que achava que deveria ser feito na área de energia. Ninguém me perguntou isso.

O Exército, como Instituição, nunca participou de decisões políticas. Estava cumprindo minha missão de defesa da Pátria, defesa dos Poderes Constituídos, da Lei e da Ordem, mais nada.

A Instituição Exército tem que ser preservada e também não leva os méritos de acertos porque não foi o Exército que acertou; foi um Presidente quem acertou, como foi um Presidente quem errou. Como foi o caso.

Seja para os militares, já que o senhor é um líder profissional, seja para os estudantes, seja para o povo brasileiro, uma mensagem sobre a Revolução, sobre o nosso País, sobre o nosso cotidiano.

Eu diria, talvez aos mais jovens, aos militares e até aos civis também: o Exército Brasileiro é uma Instituição sensacional. É, talvez, o Exército mais demo-

crático do mundo. O portão do Exército está sempre aberto para qualquer brasileiro que queira sentir o orgulho de envergar esta farda.

Não discrimina condição social, religião, raça, nada. É uma profissão diferente, é uma profissão para quem gosta, para quem tem vocação; para quem não gosta, talvez seja uma das piores profissões do mundo.

O conselho que eu daria é para que venham para o Exército aqueles vocacionados, porque o portão do Exército está aberto para quem quer entrar e está escancarado para quem quer sair.

Quem não gosta da Instituição deve buscar outra profissão, há tantas profissões, acho que a pessoa pode ser útil em múltiplos setores da vida nacional e não precisa ficar amargurada, reclamando que tudo para ela é ruim dentro do Exército.

Para mim, tudo foi bom. Tenho 47 anos de serviço e se tivesse a idade de 16 anos começaria tudo de novo; voltaria para uma Escola Preparatória de Cadetes, para começar tudo outra vez.

No meu tempo de jovem as profissões eram poucas: medicina, advocacia, engenharia, eclesiástica, ou militar, basicamente era isso. Hoje, existe um leque de profissões muito amplo. Mesmo assim, com toda essa visão, voltaria e começaria tudo de novo, na profissão que escolhi, então.

Sobre a Revolução quero dizer, principalmente para aqueles que não viveram a época: cuidado com as imagens distorcidas.

Se hoje o Exército Brasileiro tem esse conceito, queiram alguns ou não, sempre foi assim: o Exército não mudou, não foi um tipo de Exército em 1964 e é outro tipo de Exército, hoje.

Nossos objetivos são os mesmos, nossos princípios éticos, morais, de patriotismo, de defesa da Pátria, de dedicação, são os mesmos.

Para avaliar corretamente é preciso ter cuidado com os que emitem opiniões levianas e, hoje, de forma superficial, culpam o Exército, as Forças Armadas, por mazelas, por problemas que ocorrem no País. Isso é injusto, é extremamente desleal, até diria, com as Instituições que todos deveriam amar, respeitar.

O povo brasileiro tem que ter amor-próprio, tem que ter auto-estima e não depreciar os seus valores.

Este é um País gigantesco, continental, que tem um potencial que nem nós podemos avaliar. Tem o destino de potência, mas para ser potência é fundamental possuir auto-estima.

Apreciar as coisas boas, não só olhar para as coisas ruins, e também prestigiar as nossas Forças Armadas, porque delas depende a segurança e o futuro.

Coronel Dynalmo Domingos de Souza

- Natural da Cidade do Rio de Janeiro, RJ.
- Principais funções militares: Comandante do 10º Esquadrão de Cavalaria Mecanizado (10º Esqd C Mec), em Recife, PE; Subcomandante do 11º Regimento de Cavalaria (11º RC), em Ponta Porã, MS (1962). Em meados de 1963, no posto de major, foi transferido para o Quartel-General (QG) da 6ª Região Militar (6ª RM), em Salvador, BA, onde permaneceu pouco tempo, sendo movimentado, ainda nesse mesmo ano, para o Parque de Motomecanização da 7ª RM, Recife, PE; Chefiou o Serviço de Motomecanização da 7ª RM e a 17ª Circunscrição do Serviço Militar (17ª CSM), em Salvador, BA.
- Sendo graduado em Administração de Empresas pela Escola de Administração de Salvador, BA, trabalhou como assessor e gerente nas Telecomunicações da Bahia por mais de uma década (1975 a 1986).
- Na eclosão da Revolução era major, chefe do Serviço de Motomecanização da 7ª RM, no Recife.

Entrevista realizada em 25 de maio de 2000.

Que acontecimentos político-militares influenciaram suas atividades profissionais antes da Revolução de 31 de Março de 1964?

A minha participação no Movimento revolucionário começou em agosto de 1961.

Após haver chegado ao Parque de Motomecanização, no Recife, em março, passei a identificar, no ambiente da capital pernambucana, crescente infiltração comunista e prática de escancarado esquerdismo.

Sabíamos que o Vice-Presidente, o Jango, substituto eventual do Jânio Quadros, não seria a pessoa indicada para assumir o Governo do País, no impedimento definitivo do Presidente que havia renunciado, alegando pressão de forças ocultas que não o deixavam governar. Por isso, abandonou o Governo; mas o Vice, que deveria assumir, estava no exterior.

Naquela época, Casa Forte, subúrbio do Recife, onde se localizavam o Parque de Motomecanização, o CPOR e o Parque de Armamento, lá nos fundos, era uma verdadeira subguarnição. Preocupados, sentíamos aqueles "estremecimentos": "Será que vão deixar o Jango assumir? Será que as Forças Armadas vão permitir isso?"

Mas o Jango voltou do exterior, ocupou o cargo e passamos a viver tempos de indecisão; um governo que não definia seus propósitos claramente. As Forças Armadas mantinham-se fiéis à Constituição.

Ainda em 1961, fui transferido para o 11º Regimento de Cavalaria, em Ponta Porã, na fronteira com o Paraguai. Precisava arregimentar-me no corpo de tropa. Seria uma nova experiência, voltaria à Cavalaria Hipomóvel.

Entusiasmado, major muito antigo, passei a exercer a função de Subcomandante; o Comandante já estava de saída, aguardando a transferência.

Deparei-me com uma situação que me causou espécie: uma Unidade de Cavalaria, na fronteira com o Paraguai, praticamente, voltada para o combate ao contrabando!

Não se destinava ao comércio de drogas, nada disso; era repressão ao contrabando de café que saía do Brasil para o Paraguai; o Exército empregava uma tropa distribuída na fronteira, em mais de 500km, sob a responsabilidade do 11º Regimento de Cavalaria (11º RC); o 10º RC, de Bela Vista, procurava fechar a faixa de fronteira na sua zona de ação.

De vez em quando, o Presidente Jango fazia umas caçadas lá em Mato Grosso.

O próprio Comandante da 9ª Região Militar determinava aos comandantes de Regimento que dessem apoio ao Presidente, cuja chegada se dava no aeroporto de Ponta Porã: enviar uma viatura, proporcionar segurança. Essa programação era comum, quase todo final de semana, enquanto Goulart caçava. Este fato não o vi

escrito em canto nenhum; participei dele, porque fiquei como Subcomandante e, depois, como Comandante.

Tínhamos que arrumar aqueles meios, mas pensava: "Para o Presidente caçar precisávamos dar esse apoio: viatura, segurança?" Considerava um absurdo!

O Jango tinha amigos entre os fazendeiros da região, na faixa de fronteira, em Mato Grosso, que poderiam dar apoio a ele. De fato, os amigos iam recebê-lo, mas João Goulart fazia questão da presença do Exército, para mostrar que a tropa estava com ele. Percebi isso: queria demonstrar que contava com o Exército para dar-lhe o apoio em qualquer situação, até num simples passeio a Mato Grosso, para caçar. Aquele Presidente, que a gente esperava que melhorasse a situação do povo, estava mostrando-se, apenas, um *playboy*; assim a gente via o Presidente, o Jango.

O 11º RC era uma Unidade de Cavalaria Hipomóvel, formada por cinco Esquadrões a cavalo, mas numa parada de 7 de Setembro só conseguíamos botar em forma, dois Esquadrões, isto é, uma Ala de Cavalaria.

Era um absurdo, num Regimento com quase mil homens, só desfilarem dois Esquadrões, trezentos elementos mais ou menos.

Cumprido o período de arregimentação, quis regressar para o Recife, para o próprio Parque de Moto, onde havia deixado amizades, só que não havia vaga. Fui, então, classificado no Quartel-General da 6ª Região Militar, em Salvador, Bahia.

Comandava-a o General Raphael de Souza Aguiar, isso em meados de 1963; fui transferido em março, mas apresentei-me lá em abril ou maio.

Na Bahia, senti que estava recrudescendo aquele clima perigoso, à proporção que o tempo ia passando. Assistíamos, em Salvador, à panfletagem, ao pichamento das ruas e dos muros das casas, a tal ponto que, na casa do General Comandante, apesar da vigilância e guarda, ter aparecido escrito "Aqui mora um gorila. Fora gorila!"

Ele ficou alucinado, prendeu o soldado que havia dormido no serviço, mandou chamar o comandante da Polícia Militar que fazia o policiamento no Corredor da Vitória. A casa do general localizava-se, justamente, no Corredor da Vitória, uma via importantíssima da Cidade Alta para a Cidade Baixa; todo mundo que passava ali entendia aquilo como uma desmoralização. O general ficou possesso.

Encontrei esse ambiente, tumultuado, tudo para apurar quem havia feito o pichamento.

Mas, não cessou aí: a pichação e a panfletagem continuaram e muita gente foi presa; criou-se um mal-estar tremendo.

Encontrava-me lá, apenas há três meses, quando chega, para visitar a 6ª Região Militar, o Comandante do IV Exército, General Humberto de Alencar Castello Branco.

Tratava-se de uma visita à guarnição de Salvador; os oficiais em forma no salão nobre do Quartel-General, para a apresentação por antiguidade, como é de praxe: primeiro, os coronéis. No momento em que chegou a minha vez, era o major mais antigo, o General Castello Branco cumprimentou-me, olhou o meu "crachazinho" e falou para o General Souza Aguiar:

– O Major Dynalmo vai para Recife, estamos precisando dele lá.

Tomei aquele choque, porque me encontrava há pouco mais de três meses na guarnição de Salvador e, naquela época, ninguém poderia ser transferido com menos de um ano de guarnição, assim mesmo, por interesse próprio, isto é, sem ônus para a Força.

A observação, partindo do Comandante do IV Exército, não poderia ser brincadeira.

Quem ponderou foi o General Souza Aguiar:

– General, o major está aqui há pouco tempo, é Chefe da Seção Administrativa, está arrumando a casa. Só agora conseguimos arranjar um oficial superior; nunca tivemos um titular, havia sempre um capitão respondendo pela função. Agora que chegou um major para arrumar a casa e já está arrumando... Estou achando difícil, General Castello, essa mudança dentro do rigor da lei de movimento de quadros, falta de dinheiro...

Fiquei surpreso quando o General Castello respondeu:

– Daremos uma solução.

O General Castello Branco informou que o objetivo de sua visita era despedir-se, pois iria assumir outra comissão.

Na realidade, já estava começando a entrar em choque com o Governador Miguel Arraes. Este não "aceitava" o General Castello, porque se tratava de um homem sério, apolítico, cumpridor de suas obrigações e com posições de firmeza e liderança. Miguel Arraes "engolia" sua presença, porque era o Comandante do IV Exército.

O Governador Miguel Arraes estava querendo ver-se livre do General Castello, e penso que este já estava alertado desse estremecimento.

Antes mesmo de minha movimentação para Recife, soube da saída do General Castello, recém-nomeado Chefe do Estado-Maior do Exército. Assumiu o cargo o General Joaquim Justino Alves Bastos que já encontrei como Comandante do IV Exército.

A minha transferência foi feita por interesse próprio. Tive que aceitar, com a condição de me darem a passagem pela FAB. Não gastei nada.

Mas estava querendo voltar para Recife, como disse antes, e fui justamente classificado no Parque de Moto, onde encontrei o Coronel Glimedis Rego Barros, o diretor; o subdiretor-técnico era o Coronel Darcy Ursmar Villocq Vianna; subdiretor-administrativo foi a vaga que preenchi.

Passei a trabalhar, no ano de 1963, no Parque de Moto, pela segunda vez.

A situação estava cada vez pior: ações das "Ligas Camponesas" com o Francisco Julião à frente, liderando, o Gregório Bezerra, essa movimentação toda, comícios promovidos pelos sindicatos, tanto no campo como na cidade etc.

Era aquela baderna geral. Aquilo acabaria provocando um problema sério.

O General Justino procurava contornar a situação, mas sentíamos que não procedia com a rigidez do General Castello, que se impunha mais.

Entretanto, com tudo isso, a área do Nordeste estava sob controle, em que pese vivermos, permanentemente, quase em situação anormal, de sobreaviso ou de prontidão; de vez em quando havia um quebra-quebra (tumulto, invasões de lojas, depredações etc., na cidade).

Passei à disposição do Quartel-General da 7ª Região Militar para chefiar o Serviço de Moto; era Comandante da Região o General Altair Franco Ferreira, de Cavalaria, com quem havia servido anteriormente. Dele, ouvi:

– Você é o homem indicado para chefiar o Serviço de Moto, porque estamos com a Seção acéfala, sem ninguém com o curso de motomecanização para preenchê-la.

Assim, conversou com o Coronel Villocq e tirou-me do Parque. O Coronel Rego Barros, nessa ocasião, já havia deixado a direção da OM (Organização Militar).

O Villocq ainda ponderou:

– Vamos ficar desfalcados, já saiu o coronel diretor e você também já está indo embora.

– Mas, estou à disposição e não transferido – expliquei.

O senhor acredita que o General Castello Branco teria pensado confiar-lhe uma outra missão que não a Chefia do Serviço de Motomecanização? Uma mais ligada às coisas da Revolução?

Quando o General Castello Branco convidou-me, a intenção não seria a de nomear-me chefe do Serviço de Moto, mas levar-me para a guarnição de Recife. Existia a vaga no Parque de Moto, sob o comando do Coronel Rego Barros, com quem já havia servido antes. Para preencher o claro, vim para o Parque, onde encontrei um ambiente muito bom e fiquei bastante satisfeito.

O Parque de Moto, certamente não era uma tropa de choque e sim um estabelecimento de manutenção, de apoio. Hoje, o nome é Apoio de Material Bélico.

Acho que a minha pergunta vai explicar, de certa forma, o seu desempenho posterior...

Exatamente, é o fio da meada. Mas fui chefiar o Serviço de Moto; o Parque de Moto era um dos nossos clientes, bem como as demais Unidades.

Quando ocorreu o Movimento, a minha participação ativa começou, na realidade.

Fui chamado ao QG do IV Exército, no final da tarde do dia 31 de Março de 1964, no término do expediente. Estávamos de prontidão; não iríamos sair. Seriam 5 ou 6 horas da tarde. Fui conduzido pelo chefe da 3ª Seção da 7ª Região Militar, o Major Manoel Moreira Paes, da minha turma, estagiário de Estado-Maior. Ele me informou que eu estava sendo chamado para conversar com o Coronel Helio Ibiapina Lima e com o Coronel Antônio Bandeira.

Como estava aquartelado, de prontidão, cheguei com o uniforme interno, armado de pistola.

Qual não foi a minha surpresa quando o Ibiapina e o Bandeira me transmitiram a missão: "O 20º Batalhão de Caçadores (20º BC), de Maceió, deslocou-se da capital para a região de Palmares e Ribeirão, fronteiriça entre Pernambuco e Alagoas. Estamos sem ligação com essa tropa; perdemos o contato e você foi indicado para retomá-lo, porque comandou o Esquadrão durante muito tempo, realizou vários reconhecimentos no interior do Estado, fez muito exercício e conhece bem aquilo ali. Queremos que vá como oficial-de-ligação fazer contato com a tropa; leve este documento que é a missão a ser cumprida pelo 20º BC."

Esta tropa não precisava mais vir à capital, Recife, devendo permanecer naquela região, mais próxima de Alagoas.

Saliente-se que a nossa tropa (de Pernambuco), naquela época, ainda não completara o período de instrução. A de Alagoas tinha melhores condições, pois já estava em final de instrução, no período de formação. Ainda perguntei ao Coronel Bandeira:

– Tenho que ir fardado? Vou levar alguma tropa comigo?

– Você vai numa viatura com dois auxiliares, dois agentes nossos: o motorista e outro para dar cobertura, e segue fardado ou à paisana, como quiser. Há outro cidadão que lhe acompanhará. Trata-se do Sr. José Lopes de Siqueira, dono da Usina Estreliana, que possui uma estação de rádio dentro da usina e tem condições de dar cobertura à tropa que se encontra lá, bem como sentir o "clima" na região. Há muitas usinas em Ribeirão, Palmares, Cortês, e precisamos saber como está a situação. Os panfletos, os informes, dão notícias de que haverá um ataque em massa, na madrugada do dia 1º de abril, a todas as usinas. Pretendem queimar os canaviais, ocupá-las e paralisá-las.

Na hora de sair, o Bandeira ainda me pegou pelo braço e disse:

– Olha, Dynalmo, consta que o Gregório Bezerra é quem está "levantando" essa massa toda contra os usineiros, foi visto na região e fez um comício nesses últimos dias; é provável que tenha permanecido na área. Se você conseguir encontrá-lo, pode efetuar a prisão, em nome do Comandante do IV Exército. Traga-o para cá.

Saí com essa missão: fazer contato com a tropa do 20º BC e, se possível, prender o Gregório.

Fui fardado, botei um macacão que usava no tempo do Parque de Motomecanização e além da minha pistola levei uma metralhadora *Thompson*, que a própria 2ª Seção me cedeu.

Saí com o José Lopes de Siqueira e os dois agentes numa rural, viatura civil, placa fria, naturalmente, rumo Sul do Estado; à noite, de um lado e de outro da estrada, encontrávamos camponeses caminhando em direção às usinas, alguns com enxadas, facões, espingardas, rifles...

O José Lopes de Siqueira comentou:

– Está vendo, Major? A coisa vai acontecer mesmo e é esse pessoal que iremos enfrentar. Vamos ver se localizamos a tropa do Exército.

Realmente fazia parte da missão a defesa das usinas.

Tocamos para frente. Uns camponeses vinham até em caminhões, aqueles de transporte de cana.

Depois que atravessamos Ribeirão, na direção de Palmares, encontramos o comboio do 20º BC; vi um jipe que deveria ser o do comandante da tropa; saí do carro, fiquei no meio da estrada, fardado, e fiz sinal. Era o Capitão Comandante de uma Companhia de Fuzileiros do 20º BC.

O oficial já havia deixado, durante o deslocamento, alguma tropa nas usinas por onde havia passado; recebera uma ordem do IV Exército, via rádio, para que as usinas da área da fronteira, dentro do Estado de Alagoas, fossem guarnecidas imediatamente.

O restante da tropa que vinha com ele, dois Pelotões aproximadamente, seria empregado para nos apoiar aqui na nossa área, Pernambuco. Conversamos e resolvemos seguir para Ribeirão, cidade por onde já passara, mais perto do que Palmares.

Em Ribeirão, parei; encontramos um destacamento da Polícia Militar (PM). Um destacamento de Polícia no interior, geralmente, é composto por um sargento, um cabo e dois ou três soldados. Eles se apresentaram. Acontece que estávamos com o espírito prevenido, "um pé na frente outro atrás": a Polícia era de Miguel Arraes, o próprio Comandante da Polícia, apesar de ser um major do Exército comissionado no posto de Coronel PM, era um homem da confiança de Arraes. A polícia, na verdade, estava dividida.

O sargento apresentou-se:

– O senhor deseja alguma coisa? Pode contar com a minha colaboração.

– Como está o movimento de camponeses?

– Houve aqui, ontem mesmo, um comício à tarde e há gente dormindo no

sobrado da sede do Sindicato das Ligas Camponesas de Ribeirão; uma turma ficou dormindo porque vão, de manhã cedo, fazer os ataques às usinas - disse o sargento.

– Há algum líder deles?

– Não senhor. O Gregório esteve aqui; mas vi que ele saiu da cidade.

– E Julião?

– Também não, mas permaneceram alguns líderes dos sindicatos que podem prestar informações. Devem estar todos dormindo.

– Como é que faço para entrar lá?

– Eu abro. Bato na porta e eles vão abrir.

Fomos lá e subimos as escadas; o capitão e seus oficiais estavam comigo.

Batemos na porta, estava fechada, ninguém queria abrir; então o sargento da Polícia Militar meteu o pé na porta, empurrou e entramos.

Era um salão grande e encontramos muitas pessoas, todas deitadas no chão, homem, mulher, criança, umas ferramentas ao lado; quando ele apertou o interruptor da luz foi aquele pânico, todo mundo queria pegar as "armas".

O sargento estava conosco e disse:

– Quietinhos aí! Deixem as ferramentas.

Chamamos os soldados para recolher logo as ferramentas e colocá-las numa sala ao lado; fizemos uma triagem ali, separando mulheres, homens e crianças; as mulheres e as crianças foram para um outro cômodo e deixamos lá um sargento e um oficial conversando com elas. Podiam ter alguma informação.

Eram cerca de trinta e tantas, quase quarenta, pessoas; no final foram presas 35 pessoas e até as mulheres estavam comprometidas.

Passamos a fazer interrogatório com os homens.

Ninguém dizia onde se encontrava o Gregório Bezerra – a informação que se queria – ou se, além das ferramentas, tinham algum lugar com armamento escondido, além de munições.

Constava, naquela época, que o Arraes tinha prometido ao Gregório Bezerra armamento para "levantar" o campo; a invasão seria para valer mesmo, porque utilizariam armamento e munição suficientes para invadir as usinas todas.

Em certo momento, o sargento me trouxe um cidadão, um rapaz barbudo, via-se que era um camponês rude, falando mal e quase não entendíamos nada. O sargento informou:

– Major, encontrei a pista que o senhor queria. "Isso" aqui é o lugar-tenente, o braço direito de Gregório. É cubano, veio para cá depois de fazer um curso de guerrilha em Havana, trazido por Gregório Bezerra, e é homem de confiança dele. Sabe tudo e vai contar ao senhor.

Comecei a interrogá-lo num "portunhol" para ver se ele entendia a mistura de português com espanhol. Resolvi deixá-lo com o sargento, enquanto interrogava os outros para ver se alguém mais poderia dar essa informação.

Pouco depois o sargento veio:

– Ele já disse, o senhor tem a pista do Gregório: está na cidade de Cortês; não quis ficar aqui no salão, porque preferiu dormir na casa da amante, perto da Fazenda Pedrosa.

Cortês é um município vizinho de Ribeirão. Tomei aquele informe com reservas. O cubano poderia estar nos despistando.

Disse ao capitão:

– Vamos pôr uma patrulha nesse eixo para ver se conseguimos localizar e pegar o Gregório de surpresa.

E assim fizemos. Logo em seguida, o sargento sugeriu:

– O senhor está mal aqui no Sindicato, nessa bagunça, um mau cheiro tremendo; fica pertinho a sede do Serviço Social do Comércio (SESC).

Era uma organização do comércio, possuía telefone; o sargento tinha a chave e abriu. Havia um mapa de Pernambuco e esse mapa foi o que me ajudou. Foi aí que localizei bem a Fazenda Pedrosa, a cidade de Cortês e as mostrei para o capitão do 20º BC:

– Vamos verificar os eixos que de Ribeirão atingem essa cidade, porque ele virá de lá para cá também e temos que pegá-lo antes que amanheça.

Já passava da meia-noite, era madrugada e o capitão se interessou: tinha gente boa para fazer isso.

Mostrei a ele que três eixos se dirigiam de Ribeirão para Cortês, Gregório teria que usar uma dessas três estradas.

O capitão disse o que faria:

– Major, vou pôr três patrulhas, uma em cada eixo, com ordem de partir logo para lá.

Recomendei prender o homem, capturá-lo vivo e evitar violências; se houvesse reação deveríamos cumprir a missão, mas fiéis à ordem do Comandante do IV Exército de levá-lo vivo. Assim, montamos esse esquema com a ajuda do mapa.

Quando menos se esperava, apareceu um grupo de oficiais da Polícia Militar que nada tinha a ver com o destacamento.

Todos em trajes civis, o capitão se apresentou, tirou a identidade e disse:

– Sou do serviço secreto da Polícia Militar do Estado de Pernambuco.

Acho que era o Capitão Rego Barros, porque no livro do Gregório há uma referência ao Capitão Rego Barros; entretanto lembro que se identificou com o prenome; Rego Barros era sobrenome. Por isso não liguei muito. Ele continuou:

– Esses são os oficiais que trabalham comigo no serviço secreto. Estamos fazendo contato com os nossos destacamentos policiais, uma espécie de inspeção. Soubemos da presença do senhor, neste local, vim me apresentar e saber se deseja alguma coisa, alguma informação. Estou pronto a colaborar.

– Capitão, muito obrigado.

Deu para desconfiar. Naquela altura, já me encontrava em melhor situação, porque contava do meu lado com uma tropa do 20º BC, seu capitão comandante e os tenentes.

– Olha, estou com a tropa do 20º BC; se precisar de alguma informação onde é que eu o encontro?

– Vou ficar aqui com o sargento do destacamento.

Em seguida, afastou-se.

Mas não saiu logo; ficou numa varanda da casa, vendo eu continuar a minha explicação, com o capitão e o sargento, sobre o esquema da captura do Gregório.

Sua intromissão fora indevida; para se apresentar, poderia ter esperado minha saída. Na verdade, estava há muito tempo vigiando o que eu fazia, tanto que, ao terminar, perguntei:

– Cadê o capitão do serviço secreto?

– Foi embora! Quando a nossa viatura saiu, ele foi atrás, acho até que a ultrapassou, tal a velocidade com que eles saíram!

Um dos tenentes do 20º BC ainda comentou o que o Capitão PM lhe dissera:

– Enquanto o senhor, o Exército, está querendo capturar o Gregório vivo, eles querem matá-lo, porque estão com sede de vingança. Já é uma missão muito antiga, estão atrás do Gregório há muito tempo. Ele escondeu isso do senhor, major! Ouviu tudo o que o senhor disse, estava aqui fora esperando uma oportunidade.

Lembro-me de que quando virei e vi aquelas pessoas estranhas pensei que fossem outros usineiros, porque estavam bem arrumados, bem vestidos.

Na biografia de Gregório Bezerra que o senhor leu, consta essa informação de que a Polícia queria matar o Gregório, aliado de Arraes?

Aí há uma controvérsia muito grande. O próprio Gregório relata, no livro autobiográfico, que foi preso por um grupo de investigadores da Polícia Civil – teria citado investigador porque os militares da Polícia estavam em trajes civis.

Retomando a narrativa, partiram então as patrulhas e os policiais que se diziam do Serviço Secreto da PM.

No momento da prisão do Gregório duas patrulhas – uma do Exército e a da PM – chegaram simultaneamente à fazenda, por estradas ou caminhos diferentes.

A essa altura amanhecia e o José Lopes convidou-me para fazer o desjejum na usina, na casa dele; também convidou o capitão do 20º BC.

Tomamos o café e rapidamente voltamos para Ribeirão, porque a usina Estreliana fica ali pertinho; quando estávamos chegando, o nosso pessoal, do Exército, trazia o Gregório preso. O sargento queixava-se de que tinha tido um atrito com um capitão da Polícia que se arvorava ao direito de levá-lo, porque, na condição de policial, podia efetuar prisão e estava ali para prender o Gregório.

Perguntei ao sargento:

– Ele disse alguma vez que sua missão era prender o Gregório?

– Só foi dizer lá, porque aqui ele informou ao senhor que estava apenas fazendo inspeção no destacamento, e que faria o mesmo nos destacamentos de Palmares, Cortês etc.; estava na pista do Gregório, mas não quis contar ao senhor.

O próprio José Lopes de Siqueira, que estava a meu lado, disse:

– Major, o PM aproveitou-se da "dica" do planejamento que o senhor fez. Foi na esteira da tropa e conseguiu efetuar a prisão.

Eles terão ido para livrar o Gregório da prisão a ser feita pelo Exército?

O Gregório disse que a tropa do Exército o tirou das mãos do... que a prisão foi feita pela Polícia Civil, onde estava se sentindo até bem tratado.

Em algum momento o Gregório denotou algum medo por ter sido capturado pelo pessoal da Polícia?

Pelo contrário, disse que estava com receio da tropa do 20º BC que estava por ali para capturá-lo, com um efetivo muito grande. A Polícia já tinha "abrandado".

Naturalmente cumprindo ordens de Arraes para respeitar a vida dele, deixá-lo em paz. Quanto a isso não há dúvida, deve ter ocorrido, porque sabíamos o que, anteriormente, a Polícia Militar andava querendo fazer.

O Gregório veio amarrado?

Ele era um homem de cabeça branca, tive a impressão de um homem de idade. Na prisão não resistiu, não reagiu. Veio à minha presença dentro de um jipe escoltado pelo sargento, sem ser amarrado. Por ter que levá-lo a Recife, procurei uma algema; o pessoal da Polícia desaparecera.

Um sargento ofereceu-se:

– Estou acostumado a amarrar cabrito ou bode, o senhor deixa comigo que tenho uma cordinha aqui! E então amarrou as mãos dele na frente.

Mas não concordei:

– Com isso ele pode dar uma bordoada na gente, em qualquer descuido de vocês que o estão escoltando; põe as mãos dele para trás.

Gregório não gostou e ficou resmungando:

– Não estou fazendo nada! O que vocês querem comigo? Já me entreguei!

Então, pusemos as viaturas na estrada para levá-lo à capital; os outros, os civis que estavam lá, deixamos por conta do 20º BC.

Levei o Gregório preso para o Recife, dentro de um caminhão, deitado; primeiro, sentou-se, mas como trepidava muito, preferiu-se deitar, com as mãos amarradas. O caminhão fazia parte de um comboio. Nossa viatura, a Rural, vinha atrás, comigo e o usineiro José Lopes Siqueira. Seguiram-se outras viaturas do 20º BC.

Assim nos deslocamos de Ribeirão para Recife, vindo direto para o pátio do Quartel-General; retirei o Gregório do caminhão, subimos a escadaria do IV Exército e fomos recebidos pelos coronéis Bandeira e Ibiapina, que já estavam nos esperando; tinham recebido a notícia da prisão do Gregório.

Cumprimentaram-me pelo êxito da missão e, nesse momento, chegou o General Justino. O próprio Ibiapina fez a apresentação:

– Este é o famoso líder das "Ligas Camponesas" que está agitando os estados de Pernambuco, Paraíba e Alagoas e tem nos dado tanto trabalho.

O Justino conversou com ele, tomei um cafezinho e estava querendo sair quando ele, o General, me alertou:

– Sua missão não acabou. Você vai levar o Gregório e recolhê-lo ao quartel das Cinco Pontas, lá no Esquadrão, que você comandou anos atrás: o Esquadrão de Reconhecimento.

Coloquei-o novamente na nossa Rural e o levei, juntamente com a escolta, um sargento e um cabo, para o quartel das Cinco Pontas.

Chegando lá o capitão nos informou:

– Major, não temos condições de receber esse cidadão aqui, porque estamos com o xadrez lotado.

O xadrez era o de praças (soldados e cabos, especificamente), mas estavam lá sargentos e penso, até, um oficial da Polícia. Era um xadrez pequeno, comandei o Esquadrão e sabia como era aquilo lá.

De fato não havia acomodação.

– Você não tem condições de arranjar outro local para recolher o Gregório?

– Não senhor, não tenho.

Fui para o telefone e liguei para o IV Exército, falei com o Ibiapina:

– Diga ao general que não há lugar, o Capitão Comandante está aqui ao lado...

O capitão explicou-lhe. O general foi consultado e veio a determinação:

– Leva o Gregório para o aquartelamento de Casa Forte e entrega-o ao Coronel Villocq, diretor do Parque de Moto, a quem vou dar ordem para recebê-lo.

Telefonei para o Villocq:

– Villocq, estamos aqui com a missão de levar o Gregório Bezerra para recolher ao quartel; quero saber primeiro se tem vaga para ele.

– Dynalmo, se não tivesse, arranjaria uma, porque esse é um preso muito importante e muito especial, principalmente para mim; traga-o, imediatamente, que estamos aqui à espera dele – foi a sua resposta.

Então, coloquei-o no carro e o levei para Casa Forte. Quando cheguei ao quartel, estava o Coronel Villocq com o "bastãozinho de comando", que era de madeira, e não de ferro, como foi escrito no livro, pelo Gregório Bezerra: "(...)que foi agredido, que foi recebido com um cano de ferro".

O Villocq sempre usou aquele bastãozinho, como diretor do Parque; atrás dele, entre o portão e o pátio, estava lotado de oficiais, sargentos... Não estavam muito organizados, em forma; estavam embolados.

Quando cheguei, desembarquei, cumprimentei-o e disse:

– Villocq, aqui está o Gregório Bezerra.

– Muito obrigado, sua missão termina aqui.

Ele quis me empurrar.

– Espere, deixe-me tirar o Gregório, tenho que inclinar o banco da frente.

Na Rural (antiga viatura), para a pessoa que está atrás sair é preciso puxar o banco da frente; eu vinha justamente sentado ali, devia avançar o encosto para retirar o Gregório que estava com os pulsos amarrados.

Mas o Villocq não me deixou fazê-lo, foi lá e puxou o Gregório:

– Deixe-o comigo, que, a partir de agora, a responsabilidade é minha.

– Está muito bem Vilocq, mas tenha calma, você está muito nervoso.

Senti que ele estava muito tenso. Ele respondeu:

– Pode deixar, ele está bem entregue. Não se preocupe, ele está entregue e vai ter a recepção que merece.

Tomou a direção do corpo-da-guarda, que fica bem perto do portão, levando-o, pessoalmente, – ele não mandou chamar o comandante da Guarda – e empurrou o Gregório para o xadrez.

Estava morrendo de sede, havia uma cantina no Parque de Moto, logo ali na entrada, e fui tomar um guaraná; estava querendo fazer necessidades fisiológicas e não vi o que se passou em seguida.

Quando vou saindo, já havia terminado minha missão, assisti à seguinte cena: o Gregório Bezerra havia sido despido de sua roupa, estava só com um calção de educação física (calção de soldado, aquele calção azul), descalço, com uma corda no pescoço; essa corda era comprida e em cada extremidade havia um militar, um sargento ou um cabo, Villocq disse:

– Venha comigo, vamos dar um passeio com ele.

Entraram na Avenida 17 de Agosto, a pé, todos a pé. Eu mesmo tive dificuldade de sair porque o portão estava impedido. Esperei a saída daquele pessoal. Pensei: "O que o Villocq vai fazer na rua com o Gregório?"

Eram 9h ou 10h da manhã; vi que aquele cortejo era um negócio deprimente.

Resultado: as pessoas correram para a janela, para os portões, o trânsito ficou interrompido.

Tomei a direção do IV Exército para me apresentar, informar que terminara a minha missão, mas estava ouvindo comentários de que a coisa estava feia, lá em Casa Forte. Quando cheguei ao Quartel-General, o ambiente era de pavor. A televisão já havia sido chamada, além de várias estações de rádio. Estavam filmando tudo... aquele cortejo em direção à Praça de Casa Forte. Fizeram a volta na praça. Os locutores afirmavam que aquela corda era para enforcá-lo numa árvore, num poste. Assim, espalhavam os boatos e alguns companheiros do Quartel-General, quando me viram entrando para falar com o general, disseram:

– Você fez uma trama com o Villocq? Fez um conluio com o Villocq para acabar com o Gregório Bezerra?

– Por quê?

– Você não sabe o que está acontecendo? O Gregório nem agüenta mais, está caído no chão, todo ensangüentado no meio da rua. O general já mandou buscá-lo e levá-lo para o Esquadrão de qualquer maneira.

E mandou mesmo?

Mandou tirá-lo de lá do meio da tropa.

Quer dizer que o Gregório não foi puxado por uma viatura, como consta da biografia dele?

Não, que eu visse. Estou dizendo que saiu a pé, com uma corda, as pontas nas mãos de cada um, pelas ruas, toda a tropa acompanhava como se fosse uma procissão.

O General Justino mandou buscá-lo e recolhê-lo ao quartel do Forte das Cinco Pontas: "De qualquer maneira arranja-se um lugar para ele ficar."

Ele foi para lá. A essa altura já havia televisão, advogado, todo mundo atrás. No Esquadrão, foi socorrido, porque estava todo ensangüentado. Depois, na televisão, ele dizia que tinha recebido pancadas nos testículos, na virilha e queriam também enfiar o bastão em seu ânus. Repetiu, também, no livro; não vi nada disso.

Vi as cenas da televisão mais tarde, porque eu não tinha dormido a noite anterior. O general mandou-me para casa. Gregório apareceu caído no chão, sendo socorrido.

Levaram-no para um hospital para fazer um completo exame médico e constataram que não tinha nada, que aquilo era um leve ferimento.

Ele diz, na autobiografia que, antes, tiraram-lhe os sapatos e fizeram-no pisar na solução de bateria; de fato, quando ele saiu do quartel, observei que já andava com dificuldade.

Encerrei a minha missão com o Gregório Bezerra e fui embora para casa.

No dia seguinte, voltei para o meu trabalho rotineiro, assumi a minha função de chefe do Serviço de Moto e continuei sendo ouvido pelo General Justino:

– Você participou disso? Você tinha combinado alguma coisa com o Villocq?

– Mas General, não foi o senhor quem me mandou entregá-lo a ele? Minha intenção era deixá-lo no Esquadrão, que ficava mais perto, onde comandei e o capitão me conhecia. Desejava deixar o Gregório ali ao lado, mas o senhor mandou levá-lo à Casa Forte, entregar ao Villocq. Cumpri a minha missão e, a partir daí, não tive mais responsabilidade nenhuma.

O próprio Villocq disse-me: "Cessou aqui a sua missão, o preso agora é meu."

Continuei trabalhando, e aí vem a parte final da minha participação na Revolução: trata-se de algo que acho muito interessante, sobre um fato pouco conhecido, muito reservado.

Em novembro de 1964, no Quartel-General, não era mais chefe interino. Havia sido efetivada a minha transferência do Parque. Fui chamado outra vez ao IV Exército e, agora, já com o General Aurélio de Lyra Tavares, como comandante. O General Muricy (Antônio Carlos da Silva Muricy) era o Comandante da Região. Quando cheguei ao gabinete do General Lyra Tavares, estava o Muricy a seu lado.

– O Dynalmo é uma espécie de coringa. É um homem que, aqui na Região, conhece bem esses comunistas todos. Teve atuação brilhante na captura do Gregório. É o homem que indico ao senhor para resolver o problema.

O general estava com um documento na mão: era uma diligência feita pela Polícia Civil, já com o Paulo Guerra no governo.

Em novembro de 1964, quero frisar bem, oito meses depois da Revolução já implantada e articulada, os comunistas encolhidos, surge um movimento subversivo chamado PORT – Partido Operário Revolucionário Trotskista.

O General Lyra Tavares esclareceu:

– Temos aqui uma semente já lançada, podemos colher frutos e você vai apurar.

O problema era o seguinte. A Polícia havia descoberto um "aparelho" desse Partido Trotskista, em Recife. Estavam envolvidos jovens, universitários, tanto moças como rapazes e alguns jornalistas, também. Nesse meio, apareceu um ex-sargento da Aeronáutica chamado Jair Borin, o único militar nesse grupo. Mas, a própria Polícia que estava fazendo o inquérito suspeitava de que estivessem envolvidos

outros militares do Exército e da Marinha. Coube-me a responsabilidade de apurar se algum militar do Exército estava envolvido nisso.

Estava pronta a portaria nomeando-me encarregado do inquérito para apurar as atividades do PORT, em novembro de 1964.

Escolhi um escrivão, o Capitão Bismarck Baracuhy Amâncio Ramalho, e fui muito feliz porque o Bismarck era entusiasmado e já estava engajado na Revolução, desde o Primeiro Grupo do Sétimo Regimento de Obuses 105mm (I/7º RO-105) e o Centro de Preparação de Oficiais da Reserva (CPOR); saímos em campo e fomos logo procurar esse ex-sargento Jair Borin. Depois, descobri ter sido expulso da Base Aérea do Recife.

Ninguém melhor do que o comandante da Base para nos dar informação; o ex-sargento esteve fazendo propaganda subversiva lá dentro, em pleno Governo de João Goulart e, antes da Revolução, havia sido expulso, tanto que estava fazendo um curso de Jornalismo.

Quis conversar logo com ele, era o único ex-militar, e podia dizer alguma coisa. Já estava preso pela Polícia. Ele e alguns estudantes estavam recolhidos no Departamento de Ordem Política e Social (DOPS).

Convoquei-o a comparecer à Companhia de Guardas (o Bismarck foi buscá-lo) e pedi à Polícia para deixá-lo conosco, porque ele seria a pista para ver se descobríamos alguém do Exército envolvido.

A princípio ele se "amarrou" muito, não queria dizer, era só a Aeronáutica; depois acabou falando.

Mas tive que fazer uma chantagem; ele estava dando baforadas de cigarro na minha cara; viciado, fumava um cigarro atrás do outro, a ponto de o Bismarck se "queimar" e protestar:

– Major, o senhor não pode admitir uma coisa dessas, um comunista safado, expulso das Forças Armadas, sabendo que o senhor é um oficial superior, faz isso de propósito.

Dito isso, tirou o maço de cigarros.

Bismarck estava ao meu lado, fiquei com pena porque senti que o Borin estava querendo falar; mas foi boa a atitude dele.

Mas, ele disse para o Bismarck:

– Sem cigarro, não falo mais nada; vocês não me tiram nenhuma palavra mais.

– Você vai tomar um cafezinho – disse, procurando amenizar a situação.

Mas Borin continuou dizendo que não ia falar mais nada.

– Está muito bem, então vá embora para o xadrez; vou ouvir os outros e você vai ficar mofando aí; no dia em que quiser falar, basta me chamar que vou ao seu encontro, ouvi-lo.

Deixei-o mofar o resto do dia.

O homem ficou feito doido, com a falta do cigarro. Era desses dependentes em último grau e, resultado, mandou chamar o Bismarck:

– Quero falar com o major, eu falo o que vocês quiserem! Agora, me deixem o cigarro!

De propósito mandei comprar um pacote de cigarro, botei em cima da mesa com uma garrafa de café, porque sabia que era o trivial, o cafezinho...

Bismarck comentou, depois:

– O senhor fez uma chantagem com ele.

– Vão dizer que foi tortura – retruquei.

Borin não resistiu e falou:

– Tenho muita coisa para dizer para o senhor, até por escrito.

Peguei uma resma de papel almaço e caneta e dei para ele.

– Você vai ficar aqui (tirei-o do xadrez) com cafezinho e cigarro. Vai escrever desde quando você esteve na ação subversiva, lá na Base Aérea, e depois disso o que aconteceu, com quem você se ligou, sua participação, se você foi um dos criadores desse partido...

Qual não foi a minha surpresa (eu o deixei de manhã cedo), ao ver, quando cheguei, na hora do almoço, que ainda estava escrevendo.

– Major, quero mais papel.

Fui ver o que ele estava escrevendo, se era brincadeira: tudo escrito direitinho, até em ordem cronológica. Era um réu confesso.

Não é tortura, é exatamente a dependência do cigarro; foi só pôr o cigarro e ele passou a dizer tudo, manuscrito, não tinha como negar dizendo depois que era mentira.

Aí me aparece o nome de outros sargentos da Força Aérea Brasileira (FAB), acusados por ele, lotados na torre de controle de vôo do aeroporto dos Guararapes, como sendo participantes do PORT.

Consegui, na Base Aérea, o endereço dos sargentos citados; queria ouvi-los.

Mas era outra Força Armada, outro aquartelamento; fui ao gabinete do General Lyra Tavares e informei:

– General, estou preocupado. Até agora não me apareceram militares do Exército e sim outros da Aeronáutica. Estão na Ativa e num ponto-chave do Aeroporto dos Guararapes: controladores de vôo dos aviões, e estão sendo acusados pelo próprio ex-companheiro.

– Você não está com uma portaria? Você não tem delegação de poderes? Vá lá na Base Aérea, se for preciso prenda até os sargentos.

– Mas general, tenho primeiro que conversar com o comandante da Base a fim de pedir autorização para retirar os sargentos de lá, para ouvir e conversar; não seria interessante o senhor ligar para o Brigadeiro Comandante da 9ª Zona Aérea, Brigadeiro Romero Souto de Oliveira?

– Não! Você vai, vamos ver primeiro o que você consegue com o Comandante da Base.

Anteriormente, já tinha conseguido com o Comandante da Base alguns dados sobre esse Jair Borin. Fui lá e expliquei-lhe:

– Há outros nomes e eu gostaria que o senhor me fornecesse alguns dados; gostaria de ouvi-los, também, porque esses são mais perigosos, visto que estão na Ativa.

– Major, não posso permitir. Tenho que solicitar a autorização do Brigadeiro, porque o senhor é de outra Força Armada, o senhor é do Exército.

O fato de o General Lyra Tavares, além de Comandante do IV Exército, ser o Comandante da guarnição federal de Recife, não o demoveu de sua posição.

Pegou o telefone:

– Dá licença, major, mas não engulo isso; converso com o Brigadeiro e a gente resolve logo.

A princípio estava atencioso comigo.

Ligou e o Brigadeiro disse que o inquérito deveria ser feito por ele, pois se tratava de um praça da Aeronáutica. Deveria ser da esfera dele.

O coronel transmitiu-me a ordem para que eu "aguardasse um pouco", pois o Brigadeiro iria conversar com o General Lyra Tavares. Soube, depois, que houve quase um estremecimento entre os dois grandes comandos: o Comando do IV Exército e a 9ª Zona Aérea. A questão era de jurisdição. O Brigadeiro pensava que deveria avocar o inquérito que a Polícia Civil havia iniciado, no momento em que o IV Exército não tinha encontrado nenhum elemento do Exército envolvido.

Também pensava assim, mas, como soldados, temos que cumprir ordem; além do que, já estava empenhado e queria apurar por completo.

O fato é que o Brigadeiro conseguiu convencer o Comandante da Base a ceder os dados de todos os sargentos, nomes, residências etc.

Fui com o Bismarck às casas dos sargentos, na Vila Militar, demos uma batida e encontramos vários documentos que comprometiam a maior parte deles; eram sargentos antigos, alguns até poliglotas.

Encontrei um papelzinho, onde havia um desenho grosseiro de dois aviões se chocando e, em um deles, escrito assim: Presidente.

O detalhe que quero ressaltar: isso aconteceu em novembro de 1964, no desenho o avião do Presidente se chocando com o outro que era da FAB.

Era um desenho muito grosseiro: dois aviões em vôo se chocando, mas um tinha uma inscrição ao lado: avião do Presidente! O outro era da FAB.

Voltei para ouvir o Jair Borin que continuava preso na Companhia de Guardas. O general mandou deixá-lo lá. Ele estava preso à disposição da Polícia. E o Borin disse:

– De fato, essa turma há muito tempo está fazendo vários planos de simular um choque aéreo de aviões, inclusive com autoridades que sobrevoam o aeroporto...

E, a certa altura, declarou:

– Esse Presidente aí é o Castello Branco! É o vôo do Presidente, chegando aqui e se chocando com outro avião!

Fui logo ao General Lyra Tavares:

– Aqui aparece uma coisa muito importante. De todas as diligências que estamos fazendo, há quase trinta dias, surge esta revelação: o desenho pode ser uma brincadeira, mas pode ser uma coisa séria também!

Logo em seguida o Marechal Castello Branco veio em visita ao Recife, quando estava circulando aquele noticiário de torturas a presos políticos, espancamentos...

O Marechal Castello Branco veio acompanhado do General Ernesto Geisel para, *in loco,* certificar-se da existência desse fato. Todos os encarregados de inquérito foram reunidos pelo Comandante do IV Exército na Escola de Aprendizes de Marinheiros, no salão nobre; eu estava lá, fui logo convocado.

Havia coronéis, tenentes-coronéis para se apresentarem ao Presidente, mas o General Lyra Tavares disse:

– Presidente, aqui estão todos os encarregados de inquérito. Vou chamar logo o Major Dynalmo, porque o senhor vai ter uma surpresa desagradável, é uma notícia um pouco ruim.

Era justamente o nome dele como sendo vítima, possivelmente uma vítima.

Eu me apresentei, disse qual o inquérito que estava fazendo, que já estava no final, mas não havia envolvimento de militar do Exército, felizmente para nós; mas havia, infelizmente, sargentos da Aeronáutica, até homens de confiança do Comandante da Base, trabalhando na sessão de controle de vôo e aquele desenho deixara-me apreensivo.

Mostrei para o Presidente; ele virou-se para o Geisel e disse:

– Isso deve ser uma brincadeira!

A seguir, voltando-se para mim:

– Não é, Senhor Dynalmo?

– Presidente, pode ser uma brincadeira, mas brincadeira de mau gosto, porque há depoimentos de outros; um está preso, um ex-sargento expulso por subversão, que confirmou existir um plano antigo provocando um acidente com um Presidente e no momento... é o senhor!

O Geisel interveio:

– Não, vamos aprofundar isso, general.

E, voltando-se para mim, determinou:

– Major, vamos aprofundar, porque atrás disso deve ter coisa.

– Perfeitamente, vou pedir prorrogação do inquérito e prosseguir com as diligências. Já estamos no final do prazo de trinta dias.

O fato é o seguinte: não apurei mais nada!

Aquilo era de fato um plano, tanto que o Brigadeiro mandou prender todos os sargentos lá no quartel da Base; avocou a si a sindicância.

O General Lyra Tavares resolveu encerrar o inquérito e ordenou:

– Não precisa apurar mais nada, porque não há ninguém do Exército envolvido, e você não precisa mais prosseguir. Se aparecer alguém do Exército, aparece lá no inquérito da Aeronáutica.

Que é que aconteceu depois?

Todos sabem qual foi o motivo da morte do Marechal Castello Branco: um acidente aéreo!

Foi um impacto entre o avião da FAB e um avião civil, se não me engano um "teco-teco" que vinha do Ceará. Na época do acidente (ano de 1967), realizou-se um inquérito para saber se o acidente não teria sido – sem se citar o que eu havia apurado – uma coisa preparada, programada, planejada ainda por alguns criminosos brasileiros, traidores da Pátria, que nunca se dão por vencidos.

Para mim foi mera coincidência ou algo sem ligação anterior (porque houve inquérito).

Acharam que foi um avião a jato que passou muito rápido e abalroou o outro avião; mas foi um fato que chamou a atenção e está aí nos arquivos do IV Exército, hoje Comando Militar do Nordeste.

É um assunto sigiloso, não se deu muita notícia nos jornais.

Coronel Luiz Arthur de Carvalho

- Natural da Cidade de Salvador, BA.
- Foi instrutor do Centro de Preparação de Oficiais da Reserva (CPOR) de Salvador, entre 1947 e 1957.
- De 1967 a 1975, chefiou a Superintendência da Polícia Federal para os estados da Bahia e Sergipe e, de 1975 a 1979, exerceu o cargo de Secretário de Segurança Pública do Estado da Bahia.
- Na eclosão da Revolução, era major e servia na 17ª Circunscrição de Recrutamento (CR), em Salvador, BA.

Entrevista realizada em 18 de dezembro de 2001.

Quanto aos antecedentes da Revolução, a mim relacionados, faço referência a um recorte do jornal *A Tarde*, aqui da Bahia, que noticia a minha denúncia por um juiz da época, por estar envolvido no movimento de Aragarças; fui anistiado depois, por Juscelino.

Mas não estive em Aragarças; apenas meu nome estava em um documento que foi deixado num avião, propositadamente.

Eu não estava de acordo com os militares que queriam "fazer Aragarças". Achava imprópria a época que escolheram para desencadear o movimento.

Os movimentos de Jacareacanga e Aragarças já era um prelúdio da insatisfação dos militares com os rumos do País que, segundo entendiam, marchava para a comunização. Foram iniciativas, particularmente, de integrantes da Aeronáutica.

Primeiro ocorreu o de Jacareacanga, depois, então, veio Aragarças e, por fim, a Revolução, agora com todo mundo junto: o povo, a Igreja e mais as Forças Armadas.

Na Revolução, eu era major e exercia a chefia interina da 17ª Circunscrição de Recrutamento (17ª CR), hoje 17ª Circunscrição do Serviço Militar (17ª CSM), no Forte de São Pedro, em Salvador, BA. Lá, encontrava-se, também, o aquartelamento do Depósito de Subsistência da Região, chefiado pelo Tenente-Coronel Padilha; no 31 de março, passamos a noite dentro do quartel.

Antes, a vinda do comandante da Região, General Manoel Mendes Pereira, e sua ação de presença na Subsistência, insistindo na manutenção de estoques para a tropa, estava denunciando algo que estava em marcha, no meu entendimento.

Nesse tempo, não só em relação à sua Unidade, mas no âmbito da Região Militar, você notou alguma dissensão dentro dos quartéis, "correntes" a favor ou contra, de oficiais, sargentos?

Aqui em Salvador, 90% da tropa e das repartições eram indiferentes, não tomavam posição contra ou a favor do Governo João Goulart. A Região Militar era pequena; sem maior expressão.

Houve duas prisões, entre o efetivo do Forte São Pedro.

A do Major Lúcio Pereira, preso quando o Coronel Padilha reuniu os oficiais para dar conhecimento do que o general dissera aos comandantes de Unidades, minuto antes: "A Revolução estava em marcha e que avisassem todos os militares."

O coronel, ao final da reunião, perguntou se alguém discordava e o Major Lúcio Pereira falou:

– Com licença. Estou com a legalidade. Inclusive, o meu irmão é ajudante-de-ordens do Ministro do Exército (naquela época, o Jair).

O coronel deu ordem de prisão ao major, mandou lavrar o ato e o recolheu ao quartel do 19º Batalhão de Caçadores (19º BC).

O outro foi um capitão da CR, e tive de efetuar a prisão dele.

Os dois ficaram pouco tempo presos.

No início de abril de 1964, desloquei-me para Feira de Santana, a fim de verificar o envolvimento político do Sr. Francisco Pinto, Prefeito dessa cidade, com elementos de esquerda. Essa foi a missão que recebi.

Fiz um relatório do que apurei, no qual consta: "(...)quanto a Francisco Pinto, embora simpático ao Governo do João Goulart, não há fatos que justifiquem a sua deposição".

Quarenta dias depois do relatório, o Prefeito foi deposto por uma tropa que veio de Maceió, talvez por influência política dentro do setor militar.

Muito tempo depois, o processo dele foi julgado na auditoria militar e ele absolvido por unanimidade. Eu estava certo e o sistema revolucionário errou!

Por isso, ele transformou-se numa vítima e foi eleito deputado. Depois, foi cassado no episódio do Presidente do Chile, em favor do qual fez um pronunciamento; era um indivíduo que podia ter sido recuperado pela Revolução.

Antes da Revolução, Brizola fazia aquela pregação sobre os "grupos dos onze", que iam sendo instalados em cada cidade.

Em Salvador, havia dois grupos atuantes, organizados com pessoal ligado ao Partido Comunista; no interior havia, talvez, mais um.

Eram constituídos por políticos militantes e da área estudantil.

Ações contra-revolucionárias, propriamente, não as houve em Salvador; alguns prefeitos foram depostos.

Em 1967, fui nomeado para chefiar a Polícia Federal (PF), na Bahia e em Sergipe, repartição criada pelo Castello Branco; a PF estava se estruturando.

Começamos a cumprir missões para apurar corrupção, mau emprego do dinheiro público etc.

Tiveram início as denúncias, escritas, de um modo geral.

Lembro de um caso interessante envolvendo o Sr. Felix de Almeida Mendonça que hoje é deputado federal pela corrente do Antônio Carlos Magalhães, na época Governador. Ele foi indiciado, porque quando Prefeito de Itabuna fez um projeto de canalização de água de um rio não existente e de uma ponte que não construiu. O dinheiro que recebeu passou algum tempo na sua conta particular.

O processo foi encaminhado a quem de direito, mas o tal cidadão não sofreu nenhuma punição porque os tortuosos meandros da política são utilizados para iludir os militares de boa-fé, enganá-los, para, através de subterfúgios, permitir que os responsáveis por ações delituosas escapem da justiça.

Isso foi em 1971, em pleno governo revolucionário!

Havia, na Bahia, alguma liderança militar?

Depois do General Manoel Pereira os comandantes militares não tiveram problemas. Mas houve um período, antes do AI-5, muito agitado.

Qual a sua opinião acerca do AI-5?

O AI-5 saiu na hora certa, até atrasado!

Encontrava-me na Polícia Federal, acompanhando de perto os movimentos estudantis e a nossa imprensa, reagindo à Revolução, estava incentivando cada vez mais a juventude a contrapor-se ao Governo.

Se não fosse o AI-5, a coisa iria degringolar.

Houve prisões aqui, nos quartéis, de civis ou militares?

Na fase do AI-5, a Polícia Federal fez muitos inquéritos e prisões. Mas não tinha autonomia para executar o processo repressivo, entretanto o Comando Militar reunia esses órgãos: Polícia Militar, Polícia Federal, Marinha, Aeronáutica etc. para tomar decisões de combate à subversão; os presos eram enviados para os quartéis.

Na época da "caça" ao Lamarca – foi a Polícia Federal que descobriu sua presença (no sertão de Salvador) – atuamos muito, inclusive na localização da Iara Iavelberg, a mulher dele; tomamos parte no cerco ao Lamarca, levando viaturas e agentes.

Sempre dizia, na Polícia Federal: "Aqui, para alguém tocar num preso, é preciso que o Coronel Luiz Arthur toque primeiro!"

Numa diligência que saiu do meu gabinete, tive um sargento da Aeronáutica morto e quem o assassinou foi o Theodomiro Romeiro dos Santos, militante da organização denominada Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR). Ainda não havíamos encontrado resistência assim, tão violenta.

Theodomiro e o seu companheiro de luta armada, Paulo Pontes, foram presos pelo Sargento Walder Xavier de Lima e dois agentes da Polícia Federal. Na pressa de pegar um terceiro, fugitivo, puseram a algema no pulso de um com o do outro e os colocaram no banco traseiro do jipe e se sentaram, um agente e o Xavier, na frente.

O Theodomiro abriu a pastinha dele, que não fora revistada, puxou a pistola e atirou nas costas do sargento.

Quando chegou a notícia da morte do Sargento Xavier e do ferimento no outro agente, os colegas do sargento da Aeronáutica teriam entrado na Polícia Federal se eu não estivesse lá, naquela noite.

Essa postura contribuiu para que a Revolução tivesse um bom conceito aqui na Bahia.

Hoje, esse Theodomiro é juiz do Trabalho, em Pernambuco.

Outro episódio foi o movimento ocorrido com uns 12 meninos de 16, 17 anos de idade, estudantes, em 1970.

Começou quando o pai de um deles, juiz do Tribunal de Justiça do Estado, teve uma decepção com o filho, Eduardo Machado, e foi ao meu gabinete e me disse:

– Estou com vontade de recuperar meu filho e só vejo uma maneira: denunciá-lo ao senhor!

Demonstrava confiar em mim, mas, também, na Instituição à qual pertenço, o Exército. Muitos desconhecem que o pai denunciou, pois não iria tornar pública sua iniciativa. Hoje, ele já é morto.

Ele continuou a falar:

– Conversando com meu filho, na vista da sua mãe, disse-lhe que não estava no caminho certo e citei o comunismo. Ele estava tão massificado pela doutrinação recebida que me deu um exemplo aterrador: "Meu pai, entenda as coisas da juventude. Por exemplo, minha mãe, aqui presente, só serviu para me parir, mais nada."

O juiz foi bater no meu gabinete.

Tive o cuidado de não deixar esses meninos presos nos quartéis e criei um alojamento na Polícia Federal, com algumas dificuldades materiais.

Solicitei que os pais trouxessem camas; duas vezes por semana iam levar uma maçãzinha. Eles foram liberados, por proposta minha, na véspera da Copa do Mundo, em 1970.

Aquele menino me ajudou, mais tarde, na censura às diversões públicas.

Em casa, o rapaz tinha uma gaveta, onde guardava toda a orientação que recebia dos seus instrutores do partido comunista. Havia uma sigla, MOL, que não sei o que significava. O pai, enquanto o menino estava na rua, tirava cópias e as entregava para mim.

Havia encontros de doutrinação. Um adulto controlava tudo.

Quando chegou à Bahia a peça *Macbeth*, a ser representada no Castro Alves, pela turma da subversão, o próprio menino, que a conhecia bem, foi ao meu gabinete para dizer: "Isso é um crime contra a obra de Shakespeare! Estão deturpando tudo!"

Houve outro episódio aqui na Bahia, quando o Presidente Médici veio inaugurar o estádio de futebol: morreram duas pessoas, muitas foram feridas, conseqüência de uma propaganda maldosa (através de panfletos) feita pela turma da subversão: o estádio iria cair!

Na ocasião, uma moça se apresentou querendo fazer um depoimento: ficou chocada com o episódio do estádio (era esquizofrênica) e deu nomes importantes da subversão no País, do que resultaram prisões.

O pai dela nos agradeceu, por carta, o desvelo que tivemos com a filha doente!

Quanto à censura nos jornais – discreta, mas havia –, vinha ordem de Brasília e a Polícia Federal as cumpria: era feito um memorando para a imprensa e pronto.

Nunca houve desobediência?

A turma da redação obedecia. O diretor do jornal nada censura ou policia. Seu objetivo é o crescimento do jornal.

Eu já estava há oito anos na Polícia Federal quando o Governador Roberto Santos me indicou para a Secretaria de Segurança Pública do Estado da Bahia: agradeci, ele insistiu, indiquei o nome de um colega, ele insistiu... e eu aceitei.

No seu entender, vinte anos de governo da Revolução foram um bom período?

Acabou na hora certa e vamos ser justos: os governos revolucionários fizeram muito pelo Brasil e que, hoje, está sendo destruído. Eram constituídos de pessoas dignas e honesta e que não ficaram ricos na passagem pelo Poder.

Coronel João José Cavalcanti de Albuquerque

- Natural da Cidade do Recife, PE.
- Serviu no Centro de Preparação de Oficiais da Reserva (CPOR) do Recife como auxiliar de instrutor e instrutor. Exerceu as funções de subcomandante efetivo e comandante interino do Primeiro Grupo do Sétimo Regimento de Obuses 105mm (I/7º RO 105), com parada em Olinda, PE.
- Formou-se em engenharia civil, na Escola Politécnica do Recife, em 1958 e, também, em administração de empresas. Foi superintendente da Administração do Porto do Recife, ainda no serviço ativo (1964 a 1966); interventor e superintendente da Administração do Porto do Rio de Janeiro (1966 a 1970); e presidiu, de 1975 a 1980, a Companhia de Transportes Urbanos de Pernambuco.
- No exterior: representante do Brasil no Congresso de Portos realizado em Antuérpia, Bélgica, em 1967.
- Na eclosão da Revolução era major, respondendo pelo Comando do I/7º RO 105.

Entrevista realizada em 24 de maio de 2000.

Antecedentes do Movimento Revolucionário de 31 de Março de 1964

Há quem afirme que as raízes mais remotas do Movimento de 31 de Março de 1964 estão no início da nossa República. Exagero ou não, a verdade é que, depois de 1920, houve alguns acontecimentos que se prolongaram até o nosso 31 de Março de 1964.

A situação política e o descontentamento na área militar, na época em que nasci, era preocupante. A revolução deflagrada em 5 de julho de 1922, provocada pela falta de habilidade do Presidente Epitácio Pessoa, principalmente por sua ojeriza aos militares, embora abafada rapidamente, propagou a insatisfação até a Revolução de 1930, com o encerramento da República Velha; e provavelmente foi mais adiante, até 1964, onde se tentou extinguir o "peleguismo", o populismo e, principalmente, uma ditadura sindicalista.

No mês de novembro de 1935 a sociedade havia sido ameaçada pela tentativa do levante comunista, onde diversos brasileiros, principalmente oficiais do Exército, foram assassinados enquanto dormiam; felizmente foi uma tentativa fracassada em todo o Brasil.

Depois de 1945, mesmo na ilegalidade, a minoria atuante e disciplinada do Partido Comunista, esquerda radical, intensificou o planejamento para o assalto ao Poder.

A revolução cubana vitoriosa foi outro exemplo que animou aquela esquerda virulenta, até a reação de 31 de Março.

Panorama político antes do 31 de Março

O panorama político antes do 31 de Março de 1964, principalmente depois da renúncia de Jânio Quadros, era confuso; a sociedade não estava suportando aquela situação e pedia insistentemente o apoio das autoridades e das Forças Armadas.

Uma minoria atuante e disciplinada da esquerda radical, esquerda festiva e inocentes úteis, desejava implantar um regime semelhante ao que já existia em Cuba. A subversão, a corrupção, a demagogia, a incompetência e a ociosidade estavam retardando o progresso da Nação, prejudicando principalmente a população pobre e a classe média.

A Revolução não foi simplesmente militar, como se diz hoje. Foi, também, da população civil, até mesmo da melhor classe pensante do Brasil.

Houve divergências, é claro, como não poderia deixar de haver.

Clima de insatisfação, nas Forças Armadas, com o Governo Federal, com o Governo João Goulart

O clima de insatisfação contra o Governo João Goulart existia, não somente na expressiva maioria das Forças Armadas, mas, também, no percentual mais elevado da população civil.

Posição da Igreja em relação ao governo, em Pernambuco

A autoridade máxima da igreja católica, em Pernambuco, era o Arcebispo Hélder Câmara e isso não significava que todos os católicos comungassem politicamente com ele.

Aquele chefe religioso, segundo o meu ponto de vista, não atuava ostensivamente ao lado da esquerda radical, porém não apoiava qualquer iniciativa para modificar aquela situação preocupante que existia na época.

Ambiente nos quartéis na fase pré-revolucionária

O ambiente nos quartéis, na fase pré-revolucionária, era de desconforto, insatisfação e apreensão. Felizmente, na quase totalidade, não havia divergências. Principalmente nas Unidades do IV Exército, a significativa maioria pensava igualmente e sabia que alguma coisa deveria ser feita para mudar aquela situação.

As Forças Armadas, principalmente o Exército, intérpretes da vontade nacional

A população civil pedia proteção principalmente ao Exército; acredito, sim, que as Forças Armadas foram intérpretes da vontade nacional naquele 31 de Março.

Atitude da Assembléia Legislativa de Pernambuco e os atos do Governo

A Assembléia Legislativa de Pernambuco, na grande maioria, foi favorável aos atos da Forças Armadas, principalmente após o 31 de Março.

Ajuda externa, financeira ou política, ao Movimento de 31 de Março de 1964

O Movimento de 31 de Março, suponho, não contou com ajuda externa, seja política ou financeiramente falando; contou, entretanto, com a simpatia dos Estados Unidos e outros países que não desejavam a implantação no Brasil de uma ditadura da esquerda radical.

O rápido e incruento desmoronamento do chamado "esquema militar" do Governo Federal, quando do desencadeamento da Revolução

O desmoronamento do chamado "esquema militar" do Governo Federal aconteceu, felizmente, porque aquele esquema era um verdadeiro "blefe".

Demora da Revolução no Poder

A Revolução de 31 de Março, penso, demorou-se, em demasia, no Poder. Médici, terceiro Presidente revolucionário, exerceu o seu mandato com energia, serenidade e equilíbrio.

Há quem afirme que a abertura democrática deveria ter sido concluída no final do seu Governo. O prestígio de Médici era muito grande e ele era aplaudido até mesmo nos campos de futebol.

Luís Inácio Lula da Silva, líder sindicalista, numa entrevista, declarou: "(...)Eu digo pelo que via dentro das fábricas. Havia pleno emprego, era uma época de muita facilidade para a gente trabalhar. Creio que o Médici teria sido eleito; na época foi feita uma pesquisa, acho que ele receberia 70% dos votos."

A abertura dita "segura e gradual" dos Presidentes Geisel e Figueiredo deixou, infelizmente, condições para o retorno desbragado dos fatores negativos, principalmente a corrupção, a demagogia e a subversão (invasão de propriedades privadas pelos "sem terra" e "sem teto").

A democracia é um ótimo sistema de governo, é uma atividade-meio que visa principalmente o bem social; nunca deveria ser considerada uma atividade-fim, que beneficiaria tão-somente uma minoria de aproveitadores.

O senhor gostaria de acrescentar mais alguma coisa sobre a Revolução?

Gostaria, para adiantar alguns acontecimentos que ocorreram nas proximidades do 31 de Março e que foram decisivos para o resultado alentador em Pernambuco.

No domingo que antecedeu o 31 de Março, encontrava-me no Comando do I/7º RO 105; o Tenente-Coronel Ivan Ruy Andrade de Oliveira estava no gozo de férias regulamentares. Comandava, também, a guarnição de Olinda, por ser o oficial mais antigo. Comparecemos, naquele domingo, ao casamento do Tenente Teles e fomos convidados para um almoço na residência da noiva, em Água Fria (um bairro do Recife). Naquele momento, circulou entre os oficiais um jornal com a fotografia do Almirante Aragão sendo carregado por diversos marinheiros, como se fosse um líder sindical e nunca um chefe militar.

O Major Hugo Caetano Coelho de Almeida, S/3 (oficial de operações) do Grupo, com o meu deslocamento para o comando da Unidade, ocupou interinamente as funções de subcomandante. Ele se encontrava no Rio de Janeiro, no gozo de alguns dias de licença. Regressou naquele domingo e trouxe algumas notícias importantes, até mesmo a da insatisfação generalizada dos oficiais de outras localidades do Brasil. O Major Hugo era um oficial de decisões rápidas e acertadas, autêntico revolucionário e muito bem informado.

No início da semana seguinte, no café da manhã, o desconforto dos capitães e tenentes era muito grande.

A atitude do Almirante Aragão tentando esfacelar a disciplina e a hierarquia nas Forças Armadas, em recente acontecimento que estava escandalizando a Nação, era o principal comentário daquele momento. Decidimos, inicialmente, que seria enviada uma correspondência para o Comandante da 7ª Região Militar;

eu a assinaria como Comandante da guarnição de Olinda e faria comentários sobre a insatisfação dos oficiais das duas Unidades.

O Capitão Aníbal Lima Oliveira, comandante da outra Unidade da guarnição, apresentou uma segunda sugestão, a qual foi apoiada pelo Major Hugo, pelo Capitão Walmir, Capitão Bismarck, Capitão Carneiro Leão e os demais oficiais: a guarnição de Olinda, sob o meu Comando, deveria cercar o Palácio das Princesas e, logo em seguida, prender o Governador Arraes.

Aquela nossa atitude teria projeção nacional e poderia ser o começo de uma reação para mudar aquela baderna.

Concordei, porém apresentei um complemento: a nossa decisão deveria ser comunicada ao Comandante do IV Exército, ao Comandante do 14º Regimento de Infantaria (RI) e ao Comandante do CPOR.

Quem era o Comandante do IV Exército?

O Comandante do IV Exército era o General Joaquim Justino Alves Bastos e o Comandante do 14º RI era o Coronel João Dutra de Castilho. O Comandante da Bateria de Artilharia de Costa e alguns outros oficiais do I/7º RO 105 opinaram de maneira contrária, alegando que o Comandante do IV Exército poderia não concordar. Tomada a decisão final, todos pensaram da mesma maneira.

Era um risco muito grande que não poderia ser enfraquecido com divergências.

Enviei o Major Hugo com a missão de falar com o General Justino; o Capitão Bismarck Baracuhy Amancio Ramalho foi ao 14º RI com a missão de falar com o Coronel Castilho; e o Capitão Carneiro Leão foi ao CPOR e manteve entendimento com o Tenente-Coronel Humberto Ribeiro de Moraes e, em seguida, com o Tenente-Coronel Darcy Ursmar Villocq Vianna, Diretor do Parque de Material Bélico.

Enquanto isso, toda a tropa ficou em ordem de marcha, pronta para o deslocamento, todos os obuses engatados aos caminhões que os tracionavam.

O General Justino, logo que tomou conhecimento, resolveu comparecer ao I/7º RO 105, acompanhado do Tenente-Coronel Antônio Bandeira e do Major Valdyr Pereira da Rocha.

Falei reservadamente com aquele comandante, enquanto os oficiais aguardavam ao lado, na sala de reuniões. O General Justino disse que estava integralmente do nosso lado, porém seria conveniente evitar ações isoladas; estava havendo no Rio um movimento coordenado para derrubar o Governo e ele enviaria um oficial para saber das notícias mais atualizadas.

Falou também com os demais oficiais e confirmou que, dentro de 24 horas, a Unidade poderia sair.

O Major Valdir embarcou para o Rio de Janeiro.

No dia seguinte, para nossa surpresa, o General Mourão iniciou a Revolução em Minas Gerais, enquanto a guarnição de Olinda, por pouco, acabou perdendo a histórica oportunidade de desencadear aquele movimento que, durante muito tempo, alavancou o Brasil e evitou uma guerra civil de conseqüências imprevisíveis.

Os cinco fatores negativos que atormentavam a Nação – subversão, corrupção, demagogia, incompetência e ociosidade – foram, pelo menos, neutralizados durante muito tempo.

Infelizmente, quando retornaram foram acrescidos de dois outros fatores também negativos: tráfico de influência e falta de ética, explicados ou justificados, respectivamente, pela teoria do *lobby* e porque "a lei não proíbe".

O Tenente-Coronel Ivan Ruy ainda se encontrava no gozo de férias.

Naquele pequeno intervalo foi possível localizar o comandante, que resolveu voltar para o exercício de suas funções. Ele também, como todos os oficiais da guarnição, estava disposto a iniciar o deslocamento do Grupo, cercar o Palácio das Princesas e prender o Governador.

Após o início do Movimento deflagrado em Minas Gerais e o deslocamento daquela tropa comandada pelo General Antonio Carlos da Silva Muricy, na direção do Rio, a Polícia Militar de Pernambuco tomou medidas preventivas.

O Palácio das Princesas reforçou a guarda e instalou posições defensivas nos acessos principais.

O prazo para o nosso deslocamento foi ultrapassado, alegando o General Justino que o fator surpresa não mais existia.

Uma movimentação de tropa, naquelas circunstâncias, poderia resultar em derramamento de sangue, o que deveria ser evitado.

O Comandante do IV Exército desejava obter a renúncia de Arraes, utilizando tão-somente a diplomacia. Diversos oficiais, inclusive o Major Hugo Caetano, o Capitão Aníbal e muitos outros, sabiam que com a diplomacia Arraes não renunciaria e ganharia tempo para ampliar a sua demagogia e seu fortalecimento.

Na noite de 31 de março para 1º de abril, com o General Muricy já comandando as tropas revolucionárias de Minas Gerais, o Tenente-Coronel Ivan Ruy mandou que eu fosse falar com o General Justino para obter a autorização para o deslocamento da guarnição de Olinda.

Quando deixei o quartel do I/7º RO-105, no meu carro particular, estava armado tão-somente com a minha pistola automática, calibre 45.

A minha missão, já definida, era constituída de duas partes: conduzir, com prioridade, o Major do Exército Hangho Trench, comissionado Coronel da Polícia,

à presença do Comandante do IV Exército e, se possível, conduzir também o Governador Arraes à presença daquele mesmo comandante.

O meu carro foi interditado na Ponte Princesa Isabel (acesso ao Palácio do Governo) pelo sargento da Polícia que comandava a patrulha. Ele fez uma continência respeitosa, porém disse que eu não poderia entrar. Deveria esperar o reconhecimento e a autorização do oficial Comandante da guarda do palácio.

Liguei o motor do meu carro e continuei; o sargento felizmente não atirou, nem mesmo nos pneus do carro.

No portão do palácio, após ter saltado, encontrei o Major Sobreira, da Polícia, que perguntou o que eu desejava. Respondi que pretendia falar com o Governador Arraes.

– O senhor não pode falar com o Governador, é muito cedo, ele está descansando nos seus aposentos.

– Mande acordá-lo, o assunto é urgente e necessita providências urgentes.

Após aquele diálogo, fui subindo a escadaria. O Major Sobreira tomou a dianteira. Passamos por um terraço largo que estava repleto de líderes populistas. Estavam acompanhando as últimas notícias da Revolução, iniciada em Minas Gerais.

Quando entrei no gabinete do Governador encontrei ao seu lado o Comandante da Polícia Militar, Coronel comissionado Hangho Trench, major do Exército, e Ivanildo Avelar, ex-aluno do CPOR, aspirante da Arma de Artilharia, que exercia a função de diretor do Departamento de Trânsito de Pernambuco.

Miguel Arraes trajava terno claro, com gravata, e mantinha uma aparente calma.

Declarou que acabara de falar pelo telefone com o General Altair Franco Ferreira, Comandante da 7ª Região Militar e que tudo estava normalizado.

Demonstrou o seu desejo também de permanecer no palácio, onde estaria em melhores condições de cooperar com as autoridades do IV Exército. Pediu que eu fosse portador de uma mensagem para o General Justino, demonstrando, daquela maneira, as suas boas intenções.

Resolvi, logo em seguida, determinar que o Major Hangho Trench seguisse ao meu lado até o quartel do IV Exército.

Houve protestos de alguém que entrava, naquele momento, no gabinete do Governador, porém Hangho Trench, mais calmo e sensato, decidiu que atenderia o meu pedido.

Quando chegamos no Quartel-General (QG), encontramos na escadaria o Tenente-Coronel Hélio Ibiapina Lima, ao qual fiz um ligeiro resumo dos acontecimentos.

Entramos no gabinete do General Justino. Relatei com detalhes todo o ocorrido, entreguei a mensagem do Governador e fiquei aguardando as novas decisões.

Eu sabia que o I/7º RO-105 e o 14º RI estavam aguardando as últimas ordens para o deslocamento e cerco do palácio.

Hangho Trench prometeu que estaria ao lado da legalidade e com os companheiros do Exército. Foi liberado pelo General Justino. Ele havia prometido ir ao quartel do Derby[1] com a finalidade de coordenar esforços em torno do comando daquele general.

A diplomacia não funcionou. Quando chegou ao quartel do Derby, ele reforçou o dispositivo defensivo e reuniu os oficiais para "defender a legalidade contra uma minoria de golpistas".

Depois que Hangho Trench tentou jogar os oficiais da Polícia contra os oficiais do Exército foi, na tarde daquele mesmo dia, preso novamente, agora pelo Coronel Sylvio de Mello Cahú, que logo em seguida assumiu o comando de toda a Polícia do Estado de Pernambuco.

O General Justino, no momento em que eu retornava ao meu Grupo, autorizou, por meu intermédio, o deslocamento da guarnição de Olinda com a finalidade de cercar o palácio; o ataque concentrado seria feito, também, com a participação do 14º RI e do 3º Distrito Naval.

Transmiti a mensagem ao Tenente-Coronel Ivan Ruy, o qual determinou que eu comandasse o Grupo no deslocamento e na tomada de posição frente ao palácio; ele foi ao IV Exército para receber outras orientações.

Quando a Unidade se aproximava do seu objetivo e durante o deslocamento era aplaudida pela multidão cansada da demagogia e de outros fatores negativos que retardavam o progresso da Nação.

O 14º RI, comandado pelo Coronel Castilho, chegou quase ao mesmo tempo do nosso Grupo de Artilharia, ficando ao lado esquerdo; o 3º Distrito Naval que deveria ficar a nossa direita ainda não havia comparecido, deixando aquele flanco descoberto.

O I/7º RO-105 e o 14º RI, com seus dispositivos de assalto, estavam a cerca de 150 metros da frente do Palácio das Princesas.

A Polícia Militar, fortemente armada, protegida por obstáculos, estava silenciosa e aguardava os acontecimentos; um único tiro, mesmo casual, poderia significar o início das hostilidades, com conseqüências imprevisíveis.

Chegaram, naquele momento, como enviados do General Justino, o Almirante Dias Fernandes, o Coronel Bandeira e o Tenente-Coronel Ivan Ruy, os quais convidaram o Coronel Castilho para juntos entrarem, pacificamente, no palácio e tentar convencer o Governador Arraes a, voluntariamente, renunciar.

---

[1] Quartel do Comando da Polícia Militar.

Observei que o Coronel Castilho, embora não tenha gostado daquela diplomacia, acompanhou os demais.

Arraes recusou a proposta e tentou ganhar tempo com outras sugestões.

A comitiva voltou e desejava elaborar com o General Justino nova proposta de conciliação.

O Coronel Castilho ficou junto da tropa e demonstrava impaciência.

Em conversa com ele e em momento de desabafo, me disse:

– Albuquerque, isso não funciona. Vamos demitir e prender Arraes e quando os mensageiros voltarem com novas propostas, tudo já estará resolvido.

– Coronel, como poderemos demitir e prender Arraes, com toda aquela polícia apontando armas para as nossas tropas?

– Albuquerque, missão para você: leve os homens necessários e substitua a guarda do palácio!

Recebida a missão do Coronel Castilho, caminhei à frente de um grupamento avançado, em linha, devidamente armado, na direção da guarda do palácio; o Major Hugo Caetano também acompanhava o deslocamento.

O Major PM Romeu Sobreira tentou dificultar a substituição da guarda, alegando que eu deveria solicitar autorização do Governador Miguel Arraes.

Eu disse ao Major PM Sobreira que não estava pedindo e sim determinando, e a ordem deveria ser imediatamente cumprida.

Em voz de comando ordenei que o Capitão PM Domingos Siqueira Campos, Comandante da Companhia de Guarda, colocasse a tropa em forma para solenidade de substituição.

Ele prontamente obedeceu ao meu comando e o Major PM Sobreira desapareceu, provavelmente para informar o que estava acontecendo ao, ainda, Governador Arraes.

Após a substituição da guarda mandei que a Companhia da Polícia Militar fosse conduzida ao quartel daquela Corporação, que ficava numa rua à retaguarda dos Correios e Telégrafos e que já estava sob o nosso controle.

Após o cumprimento da minha missão o Coronel Castilho subiu a escadaria do palácio, onde encontrou Arraes, que vinha descendo. Ele declarou que pretendia deixar aquele local, procurar um abrigo debaixo de uma árvore sombreada e ficar perto do povo que o havia elegido.

Castilho não concordou; resolveu demitir e prender Arraes e mandou que ele retornasse aos seus aposentos.

Alguns minutos depois chegavam os mensageiros do General Justino com a nova proposta conciliatória. Convidaram, novamente, o Coronel Castilho para participar da comitiva de oficiais que deveria falar, outra vez, com Arraes.

Ele declarou que não havia necessidade de nova proposta: Arraes já estava demitido e preso!

Diversos políticos da esquerda radical, agitadores audaciosos, foram também detidos e enviados para a Bateria de Artilharia de Costa, I/7º RO-105, Companhia de Guardas e diversos outros quartéis do Exército.

No dia 2 de abril, uma multidão seguia diversos estudantes universitários, liderados por agitadores da esquerda radical e que obedeciam a orientação de um professor português contratado pelo Governador do Estado.

Ele dizia que o Exército estava com munição de festim[2] e que eles poderiam dominar os soldados e soltar o Governador Arraes.

A multidão já estava em frente da antiga Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), esquina da Avenida Conde da Boa Vista com a Avenida Dantas Barreto, e gritava: "Gorilas! Gorilas! Vamos soltar nosso Governador!"

As pedras choviam sobre os soldados quando ao local da agitação chegou o Major Hugo Caetano e determinou que a multidão recuasse.

Alguns tiros vindos da parte superior do edifício da Sudene auxiliaram a progressão dos agitadores mais audaciosos, que quase tomaram as armas de alguns soldados do escalão avançado.

A atitude decisiva e rápida do Major Hugo evitou um confronto mais grave e de conseqüências imprevisíveis, fazendo com que a multidão retornasse em pouco tempo.

O senhor poderia descrever outros episódios, após esse incidente do Major Hugo?

Poderia falar ainda sobre diversos outros acontecimentos. Tive a felicidade de participar da Revolução não somente quando estava na ativa, mas também em cargos públicos, ao lado do 2º Escalão do Governo Castello Branco, Costa e Silva e Médici.

No Porto do Recife, em sua primeira função civil a serviço da Revolução, o senhor encontrou ambiente de agitação entre os trabalhadores, no sindicato?

O Porto do Recife era escolhido pelos agitadores para início de tumultos e de agitação, mesmo porque existiam verbas fantásticas que eram desviadas para aquele esquema da esquerda radical. Era um local de muita agitação e contrabando organizado.

Quando cheguei procurei familiarizar-me com aqueles assuntos todos e tive um auxiliar muito importante, o Capitão Moacyr Guedes Alcoforado; era im-

[2] Apenas pólvora, sem projétil.

perativo colocar gente de confiança, o Guedes Alcoforado, o Capitão Walmir Alves da Nóbrega, o Tenente José Carvalho para comandar a Polícia Portuária...

O Porto era dirigido por um presidente de sindicato, o nome dele era Cícero Targino Dantas.

A força dele era tão grande que entrava no palácio, abria a porta e não esperava formalidades para falar com o Governador; tinha comando total sobre o Estado de Pernambuco e o Nordeste, em questões sindicais. Vivia como *gangster* e era muito ligado ao revolucionário esquerdista Gregório Bezerra. Faziam reuniões no Porto do Recife.

O Cícero Targino Dantas, no segundo dia da minha gestão no Porto do Recife, apareceu, pediu uma audiência, disse que era presidente do sindicato e deu a entender que, em conseqüência, eu devia obedecer às determinações dele. Respondi:

– Targino, aqui no Porto, pelo menos durante a minha gestão, só existe um líder; quer dizer, existem diversos líderes, mas existe um líder maior que é o superintendente do Porto. Não reconheço a sua liderança da maneira como você a está apresentando.

Em função daquilo ele começaria uma agitação pesada.

Mas, poucos instantes depois, já estava indiciado em inquérito: o Coronel Ibiapina o ouviu e ele foi enviado para Fernando de Noronha, enquanto se fazia o inquérito.

Muita gente pensa que no Porto todo mundo é ruim.

O Porto é dominado, não só o daqui, de Pernambuco, como o do Rio, pela minoria atuante e disciplinada da esquerda radical; se você neutraliza aquela minoria, o Porto volta à ordem. O Porto é normalmente constituído de pessoas boas, tanto assim que, no Recife como no Rio de Janeiro, tive boa aceitação no final da minha gestão. Passei dois anos no Recife e cinco no Rio; neste, quando pedi minha demissão, nove mil portuários não queriam que eu saísse.

A minoria atuante e que domina é que faz tudo aquilo pernicioso.

Sou engenheiro civil, com a cadeira de portos e vias navegáveis, e isso deve ter pesado na minha escolha; mas o que determinou realmente foi o desejo do Governador Paulo Guerra.

O Governador Paulo Guerra, que era Vice-Governador do Arraes e que vinha tendo uma certa colaboração com a Revolução, embora não desejasse aparecer naquele momento, assumiu o Governo do Estado de Pernambuco. Na realidade, Cid Sampaio pretendia ser o candidato escolhido.

Escolhido por quem?

Pela Assembléia Legislativa, por indicação do comando revolucionário, que no caso era o Justino.

De início não aceitei o convite. O Ivan Ruy tinha ido para a Secretaria de Segurança Pública do Estado de Pernambuco e eu assumira o comando do I/7º RO-105.

Então o General Justino me disse:

– Vá, que o Porto precisa de um controle maior.

Coronel Albuquerque, ao final de nossa entrevista, cabe-nos agradecer-lhe a gentileza de aceder ao nono chamado para discorrer sobre a Revolução de 1964. O senhor acrescentou dados e informações fundamentais para o real conhecimento dos fatos relativos a esse Movimento, especialmente no Estado de Pernambuco. Muito obrigado.

Coronel Gabriel Antônio Duarte Ribeiro

- Natural da Cidade de Garanhuns, PE.
- Foi o primeiro comandante do 71º Batalhão de Infantaria (71º BI), Garanhuns, PE, em 1967; comandou a Polícia Militar do Estado de Pernambuco, de 1969 a 1971, e o Colégio Militar do Recife, de 1974 a 1976. Chefiou seções de Estado-Maior no comando do IV Exército, atual Comando Militar do Nordeste e a Subseção de Legislação do Estado-Maior do Exército (EME), em Brasília. Nos anos de 1977 e 1978, foi Chefe do Estado-Maior da 7ª Região Militar (7ª RM), no Recife.
- Chefiou, no Recife, a agência do Serviço Nacional de Informações (SNI), de 1988 a 1990.
- No exterior: Subcomandante do Batalhão Suez, no Oriente Médio (1966) e Adido Militar à Embaixada brasileira no Equador de 1978 a 1980.
- Possui todos os cursos regulares do Exército e a Escola Superior de Guerra (ESG). No meio civil, graduou-se em engenharia civil e industrial.
- Após a passagem para a Reserva, exerceu cargos civis, destacando-se, entre eles, o de Diretor da Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF).
- Em 1964, na eclosão da Revolução, era major e estagiava no Quartel-General do IV Exército, em Recife, após a conclusão do curso de Estado-Maior.

Entrevista realizada em 27 de setembro de 2000.

Não gosto de referir-me ao Movimento de 1964 como revolução: prefiro chamá-la de Contra-Revolução. No período que a antecedeu, o do Governo João Goulart, era aluno da Escola de Comando e Estado-Maior, época em que as minhas observações se limitavam ao que sentia, ouvia e via, uma fase de estudos intensíssima.

Mas, a partir do segundo ano, os alunos da Escola de Estado-Maior já enfrentavam uma situação bastante difícil.

Naquela ocasião, a bem da verdade, todos os integrantes do Exército viviam uma quadra bastante estressante; muitos companheiros tinham dificuldade para sustentar a própria família, por isso se dedicavam, além dos estudos da Escola, ao exercício do magistério em vários estabelecimentos de ensino. Outros trabalhavam como redatores em jornal. Fui convidado para empregar-me como redator auxiliar no *Jornal do Brasil*; não aceitei porque, com família muito grande – tinha cinco filhos – o pouco tempo de que dispunha seria mais bem aproveitado para cuidar da prole.

Foi uma fase bastante complicada.

Mas lembro-me de que nós alunos, moradores do Edifício Praia Vermelha, em dado momento, movidos pelas circunstâncias, começamos a nos reunir nos porões do prédio.

Depois de muitas reuniões, um companheiro falou:

– Hoje tem novidade, Gabriel. Estará conosco um instrutor para conversar com o nosso grupo. Vem em nome do General Bizarria Mamede, Comandante da Escola.

– Quem é? – perguntei.

– É o Coronel João Baptista de Oliveira Figueiredo.

Esperamos com ansiedade o Coronel Figueiredo, com aquele seu jeito aberto, simpático, um tanto irreverente, mas muito positivo.

Alguns pensavam que o coronel estaria ali para nos admoestar: ledo engano! Estava ali para nos incentivar e assim foi até quase o término do curso.

Um pouco antes, compareci a um encontro com o General Muricy (Antonio Carlos da Silva Muricy).

O General Muricy comandava a Infantaria Divisionária da 7ª Divisão do Exército (ID/7ª DE), em Natal, RN, quando houve um incidente entre ele e o Leonel Brizola que lá iria fazer um comício ou passeata, algo desse porte: o General opôs-se, foi substituído no comando, pelo Presidente, e voltou ao Rio, para morar na Rua Santa Clara. Foi designado para uma Diretoria.

A minha amizade com ele teve início ao tempo em que o General comandava o Centro de Preparação dos Oficiais da Reserva (CPOR) de Recife e eu servia na mesma guarnição. Casou-se aqui, em Recife, com D. Virgínia, de certa forma con-

traparente da minha esposa e muito ligada à nossa família; tinha uma certa intimidade com o General Muricy.

Quando chegou ao Rio, deu-me um telefonema e logo me propus a visitá-lo.

– Gabriel, estou no *index*! Nem irei à sua casa, nem você virá à minha: nós nos encontraremos em algum lugar.

– Mas, qual o lugar? – perguntei.

– Lembrei-me de um local próximo à Praia Vermelha e à Rua Santa Clara: a Praça Serzedelo Correia, em Copacabana.

Num banco de praça, conversei e tomei conhecimento das idéias dele. Não contou tudo, evidente, mas disse que iria adotar uma atitude mais positiva.

– E quanto a mim, General, o que o senhor me indicaria?

– Você está terminando o curso... tem pretensão de ir para qual guarnição?

– Pensei em servir em Brasília; para a família, oferece melhores condições de vida.

– Não seria interessante você voltar para Recife? Você é de lá, serviu muito tempo na região e nós precisamos de seus serviços.

Isso, em novembro de 1963; cumpri o que ele me sugeriu.

Terminado o curso, abriu-se uma exceção à minha frente: concludente da Escola de Estado-Maior poderia escolher um Quartel-General (QG) de nível Exército para estagiar.

Isso até foi motivo de minha crítica porque ainda acho que o estagiário de Estado-Maior deve começar pela Brigada.

Mas a vaga estava aberta, imediatamente a escolhi e fui classificado no QG do IV Exército.

Terminei o curso, solenidade de formatura e já, a 8 de janeiro de 1964, apresentei-me. Fui classificado na 1ª Seção e logo me deram um trabalho de estágio: analisar a ordem de batalha do IV Exército e seus efetivos.

Havia tão poucos oficiais no QG que, como estagiário de Estado-Maior, numa situação muito delicada, porque era o mais moderno, comecei a responder pela chefia da Seção.

Passado algum tempo, vagou-se o cargo de Chefe da Seção de Planejamento e passei a responder, também, pela função; foi quando veio o 31 de Março!

Ao chegar a Recife, procurei, por recomendação ainda do General Muricy – o Comandante do IV Exército era o General Joaquim Justino Alves Bastos –, o Coronel Antônio Bandeira, que chefiava a 2ª Seção e o seu adjunto, Tenente-Coronel Hélio Ibiapina Lima.

Colocaram-me a par do que acontecia; havia, já, uma grande mobilização no IV Exército com vista ao que ocorreria na Revolução de 31 de Março.

Alguma coisa me surpreendeu de certa maneira: uma escala de oficiais de Estado-Maior para testar a segurança das Unidades!

Após o 31 de Março?

Não, antes. Era um trabalho um tanto temerário, porque percorríamos as Unidades para verificar o aprestamento das sentinelas e do pessoal de guarda, em altas horas da noite.

Quando irrompeu a Revolução de 31 de Março, o IV Exército de imediato engajou-se nela.

Na madrugada de 31 de março para 1º de abril, assisti a toda aquela movimentação no IV Exército: as ações do Coronel João Dutra de Castilho, Comandante do 14º Regimento de Infantaria (14º RI) e, também, do Coronel Ivan Ruy Andrade de Oliveira, Comandante do Regimento de Obuses (RO). Presenciei de perto o cerco – o IV Exército era em frente ao Parque 13 de Maio – do Palácio do Governo, a prisão do Governador Miguel Arraes e muitos outros fatos que, *en passant,* lembraremos mais adiante.

Quero ressaltar que, por ser o major mais moderno do IV Exército, transformei-me num mensageiro de estado-maior: vivia viajando da Bahia ao Maranhão, cumprindo missões as mais diversas, levando diretrizes do comando e buscando informações.

Na própria madrugada de 1º de abril, o General Justino me chamou:

– Gabriel, não estou recebendo as informações do 15º RI, de João Pessoa, com a presteza que desejaria. Pegue uma viatura e corra à cidade.

Embarquei numa Rural Willys, viatura civil, dirigida por um investigador da Polícia. Comigo, estavam dois sargentos da Polícia do Exército (PE). Atravessamos uma área crítica do Município pernambucano de Goiana, tumultuada por gente das "Ligas Camponesas" e alcançamos o 15º RI. Essa Unidade estava pronta para entrar em ação, até porque seu comandante era o então Coronel Ednardo D'Ávila Mello e junto a ele estava o Coronel Plínio Pitaluga.

Dali prossegui para Natal, e não parei de cumprir missões semelhantes, até que começou a fase da Revolução, vamos dizer, na qual seguiram-se os processos, apurações e atos institucionais, período em que me engajei numa multiplicidade incrível de inquéritos. Em outubro de 1965, porém, fui selecionado para o Batalhão Suez.

Quais teriam sido, a seu ver, as raízes do Movimento de 31 de Março de 1964?

As raízes remotas encontram-se em 1922. Desde a criação do Partido Comunista, começou a ininterrupta pressão do Movimento Comunista Internacional (MCI) sobre o Brasil; é a velha teoria do dominó: se o Brasil caísse, cairia o resto.

Sobreveio a Coluna Prestes e, depois, a Revolução de 1930. Luís Carlos Prestes, com a dissolução da Coluna, se exilou na Argentina e se negou a participar da Revolução de 1930, porque julgou-a burguesa, tendo declarado, pela primeira vez, que tomava a linha do comunismo.

A essa altura, conta a história que Oswaldo Aranha já lhe tinha enviado oitenta mil dólares. Da Argentina, Prestes foi para a Rússia, onde passou bastante tempo; aquele dinheiro foi um dos recursos que financiaram, mais adiante, a Intentona Comunista de 1935.

Esses acontecimentos incorporaram-se às raízes mais longínquas.

Como causa mais próxima tenho que me reportar à queda de Jânio Quadros. Emergiram contradições, no período que vai da renúncia do Presidente Jânio Quadros à posse de João Goulart, e corremos o risco de uma divisão dentro do Exército.

O Exército colocou-se, frontalmente, contra a posse de João Goulart, mas surgiram defecções, como no Rio Grande do Sul, com o General José Machado Lopes junto a Leonel Brizola, Governador do Estado.

Chegou-se a uma emenda constitucional, criando o regime parlamentarista, como um contrapeso àquela situação, e se deu posse a João Goulart, após o regresso da China, onde estava em missão do governo, via Uruguai.

O Governo de João Goulart se caracteriza como a razão principal do Movimento de 1964, porque decorreu de uma solução pela metade, derrubada posteriormente por um plebiscito claramente manipulado.

O senhor era aluno e referiu-se à insatisfação dos companheiros; na tropa, como estagiário, deu para notar essa mesma insatisfação?

Em quantidade muito maior. Havia grande descontentamento, na verdadeira acepção do termo. Prevalecia quase um sentimento de humilhação que atingiu o *climax* no comício da Central do Brasil e na reunião do Automóvel Clube do Brasil liderada por João Goulart. Naquele comício, o próprio Presidente da República, do alto da sua autoridade, transformou-se num tribuno populista a pregar algo que positivamente não tinha cabimento no Brasil, senão em uma república sindicalista.

As classes civis apoiaram a Revolução? Qual foi a posição da Igreja?

O apoio civil à Revolução foi inconteste no Brasil inteiro; nunca houve uma manifestação do tipo da Marcha da Família com Deus pela Liberdade, como a ocorrida no Rio de Janeiro. Em São Paulo, da ordem de quinhentas mil pessoas, e no Rio, da ordem de um milhão de pessoas, contadas e recontadas.

Num acontecimento posterior, que foi muito bem aproveitado, a morte do estudante Edson Luís, no episódio do Calabouço, no Rio de Janeiro, falou-se em centenas de milhares de pessoas e não havia cem mil, naquela manifestação; os comícios das "diretas, já", também no Rio, muito posteriormente, não se chegou àquela multidão. O apoio civil foi incontestável!

A Igreja, na ocasião, seguia a linha conservadora. Pontificava o prestígio de Dom Jaime de Barros Câmara que, aliado à sua autoridade, mantinha a Igreja naquela postura, mesmo porque recebia um apoio muito grande do Papa. Aqui no Recife, alguns setores da Igreja mostraram-se inteiramente refratários, em virtude da posição que tomou o Arcebispo de Olinda e Recife, Dom Hélder Câmara. Com uma certa preocupação, sentia-se nitidamente que, mesmo com a liderança de Dom Hélder, havia uma divisão.

E a área política, em Pernambuco? Como se portava a Assembléia Legislativa em relação ao Movimento?

No Recife, existiam três ordens de parlamentares: alguns, muito poucos, foram inteiramente contrários à Revolução. Desses, a expressiva maioria foi cassada; outros, honestamente, colocaram-se favoravelmente e participaram da Revolução; finalmente dava para notar uma boa parte de aproveitadores da situação, gente que, por conveniência, aderia para preservar a sua posição política.

O que o senhor tem a nos dizer acerca de ações terroristas no Estado de Pernambuco?

Não só Pernambuco, mas todo o Nordeste era um campo fértil para ações terroristas.

Existia um médico comunista em Goiana que reuniu um pessoal das "Ligas Camponesas" e começou a marcar as portas e janelas das casas daqueles que concordavam com a Revolução e não eram a favor do comunismo. Isso aconteceu antes e nos primeiros momentos após o 31 de Março; esse pessoal, dizia-se na cidade de Goiana, seria fuzilado!

O que temos que ressaltar aí era a ação das "Ligas Camponesas".

Não só Pernambuco, outros estados do Nordeste dependiam muito mais do campo do que dependem hoje; a economia, ainda, era muito ruralizada naquela época.

Ações do tipo invasão de propriedades, no campo, ou fogo em canaviais e perseguição de proprietários ou danos na maquinaria de usinas, não só prejudicavam interesses privados como a própria economia do Estado e da região.

Estive em várias usinas, em vários engenhos (de açúcar) e lembro-me de vários incidentes.

O senhor destacaria nomes de líderes civis e militares do Movimento, no Estado de Pernambuco?

Militares, muitos. Fico com receio de cometer alguma injustiça. Vou citar alguns como exemplo, mas todos tiveram participação muito importante. Diria: o General Antônio Bandeira; o General Hélio Ibiapina Lima; causou-me muito boa impressão o General Humberto de Souza e Mello, com quem estive na Bahia, na época ele era coronel, Chefe do Estado-Maior da 6ª Região Militar (6ª RM); o Coronel Castilho, Comandante do 14º RI; o Coronel Ivan Ruy, Comandante do RO; uma plêiade de oficiais brilhantes, líderes.

Civis, também, destacaria muitos, inclusive, alguns em posições importantes: Eraldo Gueiros, Procurador-Geral junto à Justiça Militar; Luís Maranhão, da Usina Matari; José Lopes de Siqueira, da Usina Estreliana; Arthur Bruno Schwambach, que muitas vezes nos ajudou, dono de uma empresa de ônibus.

Na verdade, podem ser destacados centenas de líderes militares e civis que contribuíram para o sucesso da Revolução de forma honesta, dedicada e corajosa, em todo o Nordeste.

Por favor, tomem, apenas, como exemplo. Numa das minhas viagens ao Maranhão, governador o ex-Presidente Sarney, era presidente da empresa de energia elétrica, a Companhia Energética do Maranhão (Cemar), o César Cals, uma das figuras prestigiosas da Revolução, no Maranhão.

No Ceará, quanta gente: o Egmont Bastos Gonçalves, o Torres de Melo etc.

No aceso do acontecimento, no dia ou nos dias subseqüentes, o senhor presenciou algum ato de coragem pessoal?

Muitos, infelizmente não tenho nomes, mas principalmente de sargentos, tenentes e capitães.

Na madrugada de 31 de março para 1º de abril, indo para João Pessoa, um sargento virou-se para mim e disse:

– Major, vamos passar por um lugar perigoso. Tire as estrelas e dê-me permissão para tirar as divisas: somos todos soldados!

O gesto do Coronel Castilho, que depois foi promovido a general, a presença de espírito e o poder de decisão firme de alguns oficiais, como o Ivan Ruy. Evidenciaram muita responsabilidade e, porque não dizê-lo, não vai desdouro algum nisso, às vezes, muita improvisação que deu certo.

O senhor conhece o Coronel Rodrigues (José Wilson Rodrigues), ele serviu no Colégio Militar do Recife. Ouvi, outro dia, uma pequena história: no cerco do Palácio do Governo, o Rodrigues era responsável por uma metralhadora .50 e ele não tinha

certeza de que iria funcionar. A guarda do palácio era da Polícia Militar. Mandou, então, que a guarnição testasse a metralhadora, atirando no rio: para a Polícia, foi um tiro! E uma debandada!

Também devo citar um rapaz que trabalhou comigo, fomos da CHESF (Companhia Hidrelétrica do São Francisco), Amarílio Penha Lopes Pereira...

Por que esses homens estão tão esquecidos?

Dá-me uma imensa honra de ter servido com essa gente!

A imprensa, normalmente, taxa a Revolução de "golpe". Qual a sua idéia a respeito?

A Revolução de 1964 foi uma contra-revolução. Fez-se contra um movimento comunista, em preparação naquela época. Hoje, o golpe de esquerda está sendo comprovado pela abertura dos arquivos da ex-União Soviética e pelos testemunhos de notórios esquerdistas.

Tive a oportunidade de, recentemente, visitar a União Soviética. Conversando com um velho oficial, em Moscou, ele me rememorava muita coisa do tempo do comunismo. Espantou-me a pobreza dele e a míngua em que sobrevive o Exército russo; chocou-me o fato de os soldados licenciados da guerra da Chechênia estarem, em plena rua, vendendo os seus uniformes e as suas medalhas, como *souvenir* para turista. Tive a oportunidade de adquirir um uniforme completo de oficial russo e não comprei, por vergonha. Disseram-me: "Muita coisa vai ser revelada por esses arquivos que estão sendo abertos."

O que há a lamentar é que temos muito pouco pesquisador que leia russo, para rebuscar esses arquivos.

No meu tempo de Serviço Nacional de Informações (SNI), li um livro que, à época, estava tendo uma saída muito grande, chamado "Rompendo com Moscou". Foi escrito pelo diplomata de mais alto posto que se exilou no Ocidente: Arkady Nikolayevich Shevchenko, era subsecretário da ONU (Organização das Nações Unidas), diplomata em fim de carreira. No livro de memórias relata o que o MCI planejava.

Uma coisa gostaria de deixar clara: não podemos separar esses episódios da Contra-Revolução de 1964 da guerra fria, porque estão diretamente ligados. Não estão isolados, como querem alguns, e muito menos são invenções das Forças Armadas brasileiras; estão num contexto internacional e assim devem ser analisados.

O Movimento Comunista Internacional, complementando essa idéia que acabei de expor, não enxergava, nesse clima de guerra fria, nessa bipolaridade do poder, apenas o Brasil; não é por acaso que movimentos semelhantes ao nosso ocorreram em toda a América Latina e em todo o mundo. Essa grande luta come-

çou na Grécia, na guerra revolucionária grega, e continuou através do mundo todo, inclusive pelo Vietnã. Tudo isso está dentro de um grande contexto histórico do qual não devemos abdicar.

Aqueles que se opõem a nós têm muito interesse em tornar a Revolução de 1964 algo inventado pelos militares brasileiros, para com isso denegrir a nossa imagem.

Isso explica, por exemplo, o que está tão comentado: Operação *Brother Sam*.

Os Estados Unidos não podiam ficar inertes, olhando algo acontecer no Brasil, acontecer na Argentina, no Chile, os foguetes intercontinentais russos apontados para cima deles, sem que se preparassem, pelo menos, para nos ajudar; a guerra fria explica muita coisa que, teimosamente, não querem que seja esclarecida.

A Revolução de 31 de Março trouxe benefícios ao País?

Isso daria para escrever livros. O Brasil, até 31 de Março, era um País acanhado, vítima de convulsões políticas, com um desenvolvimento trôpego e uma legislação tumultuada.

A Revolução de 1964 começou a mudar tudo isso.

O Governo Castello Branco, primeiro governo da Revolução, atualizou setecentas leis, segundo alguns, além da Constituição de 1969. Toda a vida nacional foi modernizada pelos governos da Revolução.

Entre milhares de exemplos, os decretos-leis 200 e 900, baseados numa lei anterior, ainda do Governo Goulart, a Lei 4320 – o Governo Castello Branco reconheceu-lhe alguma importância – organizaram a administração pública neste País. As reformas de hoje são "brincadeiras" em relação a eles. Se seguido, como deveria, não teríamos esse descalabro administrativo atual.

O Banco Nacional da Habitação (BNH), o emprego dos recursos arrecadados pela loteria esportiva na educação e no desporto; o Banco Central...

Como este País poderia funcionar sem um Banco Central?

A Revolução mudou este País, esta é a verdade, trazendo-lhe o planejamento administrativo e o desenvolvimento.

Permita-me abordar o outro lado da pergunta: houve erros?

Muitos, pois seria impossível, num trabalho tão vasto, não se cometerem erros.

Em certas passagens da Revolução houve o que chamaria de um soluço, um pequeno tropeço; um deles aconteceu quando do episódio da morte do Presidente Costa e Silva. Mas, qual o país que não tem de enfrentar problemas, seja qual for o nível de desenvolvimento que possa ter?

Arriscar-me-ia a dizer que a Revolução deveria ter fechado seu ciclo ao fim do Governo Médici. A ação exercida nesse Governo foi de tal ordem produtiva que alcançou índices de desenvolvimento de mais de 11% de incremento do Produto Interno Bruto (PIB), concomitantemente a uma inflação baixa. Incrementou o desenvolvimento industrial, comercial, agrícola, a tal ponto que, talvez, a Revolução tivesse se bastado.

Presenciei a construção da Transamazônica.

Discute-se a necessidade daquela estrada. Sua finalidade é cortar a Amazônia pela cabeceira dos rios. Vivíamos um período herdado de Juscelino Kubitschek (JK) onde prevaleciam as "quatro rodas" sobre o asfalto; talvez isso tenha prejudicado a implantação de hidrovias e estradas de ferro.

Foi uma opção, afinal, não vou condenar o Governo JK por seu plano de metas.

Quanto à Transamazônica, tratava-se de uma solução para interligar espaços vazios, que, hoje, reconhecemos é preciso defender a todo custo, em face das ambições e os descaminhos internacionais projetados sobre nós.

Mas uma estrada daquele porte, até onde teríamos recurso para conservá-la?

Muita gente condena as empresas estatais: mas fizeram este País!

Em 1964, naquela fase das apurações e dos inquéritos, participava de comissões de investigação ou era encarregado mesmo. Certa feita me fizeram encarregado do inquérito da Eletrobras (Centrais Elétricas Brasileiras), na área do Nordeste. Trabalho gigantesco, pois tinha que investigar desde a Eletro-Cariri Ltda até a monstruosa CHESF.

Deram-me a chefia de uma comissão de inquérito, integrado por um delegado, um promotor, um tenente do Quadro Auxiliar de Oficiais (QAO); trabalho insano, pilhas de documentos...

Não havia grande coisa a apurar, um fato aqui, denúncias vazias...

Terminado o inquérito, fiquei admirado com o espírito de corpo dos empregados da CHESF. Eles se matavam pela empresa.

O Ato Institucional nº 5 (AI-5) foi necessário?

Extremamente, a forma e, talvez, o seu rigor são discutíveis – poderia ter sido um pouco diferente –, mas era necessário, na ocasião, porque muita coisa que precisava ser apurada, por este País afora, não tinha como sê-lo. Não havia um poder coercitivo.

O AI-5 deu-me um imenso trabalho. Naquela ocasião, era comandante do 71º BI, em Garanhuns, PE. A Unidade, atrevo a dizer, saiu de minhas mãos, porque escolhi seu efetivo básico de praças e oficiais e acantonei, depois, no local das obras, enquan-

to era construído. Certa feita, o quartel ainda não estava pronto, fui convocado pelo General Rodrigo Otávio Jordão Ramos, Comandante da Região Militar:

– O Presidente Costa e Silva vem a Recife e vai inaugurar o seu Batalhão.

Isso foi muito bom, porque as atenções se voltaram para o Batalhão, que começou a receber uma pletora de meios de causar inveja às outras Unidades.

Quando foi publicado o AI-5, o General Rodrigo Otávio colocou em minhas mãos uma pasta de informações e disse, apontando num mapa:

– Desta linha para o interior do Estado é com você.

A linha era balizada, mais ou menos, pela cidade de Caruaru. Sabia que iria enfrentar dificuldades. Naquela época aquilo já era o reino da maconha, como continua a ser hoje.

Além de organizar o Batalhão, tinha de cumprir o AI-5. Planejava a operação, só eu e o subcomandante sabíamos e, na calada da noite, tocava alarme; quando amanhecia o dia cercávamos o município: Águas Belas, Santana do Ipanema, Campo Maior etc.

Naquele contexto, foi necessário o AI-5, principalmente depois da rebelião no Congresso provocada por Márcio Moreira Alves.

Aliás, lembrei-me de um fato interessante para registrar.

Antes, quando era major, ainda estagiário no QG do IV Exército, o Presidente Castello Branco nomeou uma comissão presidida pelo General Ernesto Geisel, Chefe da Casa Militar, para verificar o tratamento recebido pelos presos políticos nas prisões. Ela foi dividida por áreas, ficando uma subcomissão na área do IV Exército. Recebida a diretriz do General Geisel, o Comandante do IV Exército organizou a sua comissão, que era enorme: clérigos, pastores, deputados, juízes, senhoras, enfim, era uma comissão representativa da sociedade.

Repetindo: para verificar o tratamento dado aos presos políticos nas Unidades.

Também havia jornalistas.

Fui designado assessor militar dessa comissão, o que significaria dizer que cabia a mim fazer a ligação com os comandantes das Unidades e outros órgãos, polícia, o que seja, e conduzir a comissão para observar o que lá ocorria.

Isso foi no final do ano de 1964.

Afastava-me, criteriosamente, para não parecer que estava pressionando ou coagindo alguém.

Reuníamo-nos no salão de honra da Assembléia Legislativa de Pernambuco. Um dado dia, apareceram dois jornalistas vindos do Sul, credenciados por lá, para observar a comissão: Carlos Heitor Cony e Márcio Moreira Alves.

Posso dizer o seguinte: realmente alguns casos foram constatados e relatados.

Aqueles episódios do Gregório Bezerra, daquele parente de Miguel Arraes, Presidente da Companhia de Revenda e Colonização (CRC) que, quando subia no caminhão, demorando, foi agredido por um soldado, desnecessariamente.

Diria que o número de casos que a comissão constatou foi muito pequeno.

Ocorreram queixas de tudo: "Estou doente...", "a comida não é boa..."

Na 2ª Companhia de Guardas estava preso o Francisco Julião.

Tratando-se de Francisco Julião, dei uma fugida da comissão e fui à cela, sozinho, cautelosamente. Francisco Julião estava deitado de lado, lendo um livro; quando me aproximei, ele foi se levantando lentamente, segurando na mão o livro. Perguntei:

– Doutor Julião (para desanuviar), o senhor está lendo que livro?

– A vida de São Paulo. Para mim, São Paulo foi o apóstolo número um, porque foi aquele que divulgou o cristianismo pelo mundo da antiguidade.

Estava segurando o livro e tremendo um pouco.

– Mas me parece que o senhor está sentindo alguma coisa, estou notando o senhor meio trêmulo.

– É porque eu estava deitado sobre o braço direito e ele está dormente; eu não estou sentindo nada, estou perfeitamente bem.

Quando olhei para trás, estavam Carlos Heitor Cony e Márcio Moreira Alves fotografando e anotando tudo isso.

Como poderíamos resumir? Houve excessos.

Faço distinção entre o excesso individual, que pode ter até uma razão neurótica, psicológica, e o excesso institucional. Este, durante toda a minha participação, eu não vi!

Era o único assessor militar da comissão; isso deve estar aí pelos anais, infelizmente muita coisa se perde.

Na opinião do senhor, a conjuntura internacional acelerou a abertura política no País?

Sem dúvida. A história é construída por fases: a da deterrência[1], a da guerra fria, a dos governos fortes, a da abertura democrática, isto é, a da procura de uma solução democrática etc.

Muitas vezes não daquele modo que muitos idealizam.

É impossível que todos os países procedam de maneira absolutamente igual. Sempre existem as soluções peculiares a cada país, povo ou sociedade.

A abertura democrática sofreu grande influência externa. Ela poderia ter sido desencadeada de uma maneira mais ordenada.

---

[1] do inglês *deterrence,* dissuasão estratégica.

A imagem do Exército foi desgastada ou exaltada com o Movimento de 31 de Março?

Numa primeira fase, houve uma grande exaltação da imagem do Exército; na realidade a Contra-Revolução de 1964 não foi feita só pelas Forças Armadas, foi feita pelo povo.

Depois, com as guerrilhas e o endurecimento do regime, essa imagem sofreu um desgaste, mas, imediatamente, começou a recuperar-se e, hoje, acredito que ocupe uma posição de certa forma lisonjeira: a Instituição mais confiável, segundo as pesquisas, é o Exército.

Coronel Stanley Fortes Baptista

- Natural da Cidade de Teresina, PI.
- Serviu no 7º Batalhão de Engenharia de Combate (7º B E Cmb), em Natal, RN; no 1º Grupamento de Engenharia, em João Pessoa, PB; e comandou o 2º Batalhão de Engenharia e Construção, em Teresina, PI.
- Nos anos pós-Revolução, esteve em diversos cargos civis de direção: no Departamento Nacional de Obras Contra a Seca (DNOCS); Superintendente-Adjunto da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene); Diretor-Geral do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER); Presidente da Rede Ferroviária Federal (RFFSA); criador e primeiro presidente da Empresa Municipal de Transportes Urbanos(EMTU/Recife); e criador e primeiro presidente da Secretaria de Transportes Urbanos (STU) do Ministério dos Transportes.
- Cursou Engenharia de Construção, pelo Instituto Militar de Engenharia (IME), nos anos de 1961 a 1963. Classificou-se primeiro aluno de sua turma, no curso de formação da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), em 1949, e no curso da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO).
- Na eclosão da Revolução, era Major, servia no 1º Grupamento de Engenharia, em João Pessoa, PB.

Entrevista realizada em 31 de janeiro de 2002.

Vou expor coisas de memória. Não escrevi. Alinhei tópicos.

Faço minhas as palavras do Coronel Maranhão (o Coronel Stanley refere-se à entrevista concedida pelo Coronel Edgar Maranhão Ferreira ao Projeto, a qual assistiu, transcrita neste livro). Assino embaixo, pela realidade, pela objetividade, pelo brilhantismo como ele colocou tudo que antecedeu a Revolução de 31 de Março de 1964.

E por que faço isso? Porque no período de 1961 a 1963, Maranhão e eu lidamos ombro a ombro, dia a dia, ora estudando para o nosso curso no Instituto Militar de Engenharia, ora vendo o que é que poderíamos, pobres e modestos capitães, fazer em relação àquele momento vivido pelo Brasil.

Maranhão descreveu bem o que pudemos fazer: uma gota d'água, talvez. Mas, altamente significativa, inclusive pelas modernizações que conseguimos, pelas adesões que alcançamos.

Tínhamos em mente um objetivo. Não possuíamos condições de estruturar uma ação, mas havia um objetivo a atingir: jamais concordar que aquele pusilânime Presidente João Goulart transformasse este País numa república sindicalista.

Queria ressaltar duas coisas: a nossa prisão – não pela prisão em si, visto que a mesma tornou-se para nós a maior das comendas que recebemos em nossas vidas, porque dada no Governo de um homem como aquele que então presidia o Brasil –, depois, veio a anulação.

A anulação não foi pedida por nós, pelo contrário, nós não queríamos que aquela punição fosse anulada. Foi uma iniciativa dos governos da Revolução. Uma decisão do Marechal Castello Branco, posta em prática posteriormente, anulou as nossas punições.

O outro destaque, em dezembro de 1963, na conclusão do curso do IME, Maranhão seguiu para Belém e eu para João Pessoa, a fim de servir no 1º Grupamento de Engenharia e lá fiquei na Seção Técnica.

Tão logo cheguei a João Pessoa, mais ou menos na mesma época que Maranhão chegava a Belém, procurei o Coronel Ednardo D'Ávila Mello, Comandante do 15º Regimento de Infantaria (15º RI), líder local da ação anticomunista.

Embora sendo do Grupamento, foi a ele que me dirigi, como outros companheiros da minha Unidade. Ele era um coronel e, ao mesmo tempo, um cavalheiro, habilidoso, maneiroso, delicado.

Aqui faço um parêntese, me jogo para o futuro.

Esse coronel, depois General-de-Exército, foi punido pelo General Ernesto Geisel que admiro, estimo, tanto que me dei pessoalmente com ele, mas nunca concordei com a atitude de punir o General Eduardo. Uma punição injusta.

Voltando no tempo.

Pois bem, o Coronel Ednardo nos aconselhava e dizia: “Não executem ações isoladas. Vamos acompanhar os acontecimentos, vamos esperar o momento oportuno, mas vamos atuar em conjunto, vamos trabalhar juntos.”

Era início de 1964, mais precisamente, janeiro e fevereiro. Não tivemos, nem ele nem o grupo que o cercava, uma ação efetiva, de feição operacional, na eclosão da Revolução.

Naturalmente que torcíamos à distância pelo seu êxito.

Apenas dois registros. O primeiro, que o então Batalhão de Serviços de Engenharia, do Grupamento, sediado em Campina Grande (Paraíba) e comandado pelo Coronel Queiroz, recebeu ordem e imediatamente deslocou-se para apoiar as tropas de Pernambuco, onde Arraes era Governador.

O segundo registro. Por incrível que pareça, quando irrompeu a Revolução, estávamos sem comandante. Ele havia se afastado, não me lembro se em férias, ou por outra razão qualquer. Talvez, tenha sentido algo no ar, teve medo e desapareceu. Até esqueci o nome dele, é bom esquecer o nome dessa gente. Graças a Deus, ele não estava lá, porque todos os demais oficiais do Grupamento aderiram ao Movimento, pensavam da mesma maneira e todos nós, no dia 31 de março, ao tomarmos conhecimento do ocorrido, nos reunimos então sob a liderança, salvo engano, do Coronel Galileu.

Era o mais antigo na ausência do comandante e nos colocamos à disposição do Movimento, formalizamos a nossa posição.

Os sargentos, unânimes?

Unânimes na sede do Grupamento, em João Pessoa. Não tivemos qualquer posicionamento contrário, nenhum problema de antagonismo, nada. O pessoal estava conosco, era uma família. Refiro-me à sede do Grupamento, em João Pessoa, pois quanto aos três Batalhões, integrantes do Grupamento, não posso dar testemunho; eu estava recém-chegado e não conhecia a situação dos batalhões.

O ciclo dos presidentes militares

Inicialmente me permitiria fazer uma passagem geral, depois abrir um pouco sobre cada um.

Castello Branco: Ministro da Viação, como se chamava na época, a figura notável e inesquecível da história brasileira: Marechal Juarez Távora. Com ele fomos para o DNOCS, comigo, o Maranhão.

Costa e Silva: General Affonso Augusto de Albuquerque Lima, Ministro do Interior. Convidou o General Euler Bentes Monteiro para ser superintendente da Sudene e a mim para ser o superintendente-adjunto.

Médici: O trator humano chamado Mário Davi Andreazza, Ministro dos Transportes. Tive a felicidade de assumir o Comando do 2º Batalhão de Engenharia e Construção e dele recebi integral apoio.

Geisel: Ministro dos Transportes, General Dirceu de Araújo Nogueira, que inicialmente me convidou para ser diretor-geral do DNER, onde fiquei quase um ano. Em seguida me pediu para ser transferido do DNER para a Rede Ferroviária, onde fui Presidente por quase três anos e meio.

Figueiredo: Vim para Pernambuco, onde fui convidado pelo Governador Marco Maciel para criar uma Empresa de Transportes Urbanos que depois foi batizada como EMTU/Recife. Três anos com Marco Maciel e recebi um convite para voltar para Brasília e criar, também, uma Secretaria, a Secretaria de Transportes Urbanos do Ministério dos Transportes, tendo como Ministro o Cloraldino Soares Severo.

Esse foi meu envolvimento direto no ciclo dos governos militares.

Agora, gostaria de citar alguns dados, ressaltando que, com os mesmos, não pretendo destacar boa ou má administração, mas, ao final, vou justificar por que os estou utilizando. Esses dados são necessários para uma apreciação que farei, depois de citá-los.

DNOCS: Interessante! Não levei equipe de militares comigo para o DNOCS. Foi comigo um único militar, o Maranhão. Política, inclusive, que adotamos em todos os órgãos por onde passamos. Mobilizamos a equipe boa que existia no Departamento. Em todos os órgãos havia boas equipes. O que eles não tinham era oportunidade, porque a política sórdida do governo deposto só pinçava para a direção aqueles que eram corruptos, que faziam o jogo deles, da politicalha, e marginalizava os bons.

Encontramos no DNOCS nomes de expressão nacional. Gostaria de citar o Guimarães, está me faltando o nome dele completo, a memória não ajuda, mas eram cidadãos notáveis. Todos eles aderiram ao novo Movimento. Todos eles aderiram, vestiram a camisa e lutaram. Que beleza, que ambiente!

Não participavam porque faltavam lideranças e oportunidades. Dois anos, onde se construíram 24 açudes, acumulando dois bilhões de metros cúbicos de água.

Vou citar alguns dados, porque não quero encher de números este meu depoimento: abastecemos quase uma centena de cidades que não possuíam água. Perfuramos quase mil poços. Criamos dois postos de piscicultura que estão produzindo ainda hoje milhares e milhares de alevinos por ano. Elaboramos um Plano de Obras e Estudos para dar continuidade à ação do Departamento no Nordeste brasileiro. Quando chegamos ao órgão, não havia coisa alguma. O diretor fazia o que queria. Implantamos o planejamento, que era submetido e aprovado pelo ministro e posto em prática.

Pelo que você está dizendo o combate contra a seca é viável, dependendo de uma administração séria, criteriosa, não é verdade?

Como é viável! Esse Nordeste é vitimado, é acusado, é dito pelo resto do Brasil como sendo um sorvedouro dos recursos nacionais, injustamente.

Não é o Nordeste. São os políticos corruptos e ladrões que vêm para cá e que desviam o dinheiro! Quando chegamos ao DNOCS não foi feito orçamento novo, foi usado exatamente o orçamento que existia. Apenas o Marechal Castello Branco e o Marechal Juarez disseram: "Pegue o montante dos recursos e redistribua para aquilo de que o Nordeste precisa." E, assim fizemos, apoiados no trabalho do Maranhão, e conseguimos resultados notáveis.

Sudene: Como adjunto do General Euler, o ponto alto nos dois anos da administração dele foi a elaboração do IV Plano Diretor para o desenvolvimento do Nordeste, onde ficou caracterizado que a indústria no Nordeste era factível, sim, mas não era a "razão de ser" nordestina.

A indústria brasileira não pode repousar no Nordeste. Ela é complementar da indústria nacional. A vocação nordestina é agrícola e através de uma ação orientada.

Mas não tem chuva!? Tem! É fazer emprego oportuno e racional, através de programas de área específicos – o IV Plano Diretor tem isto –, através da Engenharia Rural; um dos mentores foi o Maranhão.

Engenharia Rural era o quê, meu Deus? Tirar o pequeno fazendeiro da mão dos políticos, da mão do prefeito, corrupto local, e permitir que ele lidasse diretamente com o Governo Federal e se beneficiasse dos recursos do Banco do Nordeste para melhorar sua propriedade e enfrentar as secas, através de poços, de cata-ventos e de pequenos açudes.

Essa Engenharia Rural foi regulamentada, aprovada em lei, implantada; infelizmente não teve a continuidade desejada.

Há quatro anos, li no jornal que um ministro deste governo havia descoberto que a vocação do Nordeste era agrícola. Trinta anos depois ele se meteu a descobrir! Descobrir, entre aspas, ele encontrou o documento, por acaso o leu.

2º Batalhão de Engenharia de Construção, em Teresina, Piauí: Lá foram três anos. Foram construídos quatrocentos e cinqüenta quilômetros de rodovias pavimentadas, duzentos e cinqüenta quilômetros de rodovia com revestimento primário, seiscentos metros de ponte.

Não são números significativos, nem para três anos.

Foi significativa a execução de uma obra, na Baixada Maranhense, ligando Teresina, São Luís e Belém, em plenas condições climáticas da floresta amazônica e realizada em tempo recorde. Não que fôssemos os grandes gerentes, mas porque dispúnhamos de uma grande equipe. Eram cinco frentes de trabalho.

E criativas. Era gente que quando vinha a chuva cobria o serviço com plástico para que a mesma não destruísse o serviço, já que o período de tempo de trabalho era muito pequeno.

Gente que deixou a família em Teresina e passou a morar no mato. Passamos dois anos, a sede do Batalhão num Posto de Comando Avançado na floresta amazônica e cumprimos a missão.

Uma verdadeira saga!

DNER: Não chegou a um ano. Lá encontrei uma verdadeira revolução no campo rodoviário. Revolução conduzida por Mário Andreazza, que eu já disse, um trator humano, e por um técnico brilhante chamado Eliseu Resende, que ainda hoje anda prestando seus serviços ao País. Essa dupla transformou este Brasil em termos de transportes rodoviários. Fizeram uma malha incrível e de alta qualidade. Coube-nos, então, uma preocupação enorme. Como manter esse patrimônio? Essa coisa não podia ser perdida, rodovia não é permanente, não é perene, ela carece de manutenção.

O DNER não tinha estrutura de manutenção, foi organizado para construir, produzir, fazer obras, e o fez muito bem, mas não tinha estrutura de manutenção.

As nossas preocupações foram basicamente duas: assegurar a conclusão das obras que estavam em andamento, havia umas poucas ainda em andamento, e toda ênfase na manutenção da malha.

Criamos uma estrutura de manutenção, cujo chefe tinha assento na diretoria do órgão. Organizamos, mandamos preparar pessoal, até fora do Brasil, a fim de ter condições de mobiliar os distritos rodoviários com gente capaz de fazer manutenção.

Foi uma tarefa difícil, mas foi cumprida, ao longo do período da Revolução.

Hoje, 70% da malha rodoviária brasileira estão em estado precário, porque este Governo não é capaz de priorizar aquilo que é importante para o Brasil. Prioriza o que é importante para eles, políticos, e não para o País.

RFFSA: Foram quase três anos e meio de Presidente da Rede Ferroviária Federal. Nesse período – fiz uns poucos registros para mostrar o ocorrido – a produtividade da casa cresceu 30%. Quando digo produtividade é o resultado do transporte comparado com o número de empregados. Cresceu 30%.

A movimentação de carga ferroviária, nesses três anos, cresceu 25%. Os passageiros do subúrbio do Rio tiveram um crescimento de 35% e os de São Paulo, 25%.

Um episódio trágico, que calou muito. Eu era diretor-geral do DNER, não tinha um ano e estava, aqui, no interior do Nordeste, inspecionando obras rodoviárias e, de repente, recebi um chamado de Brasília.

Nessa viagem me acompanhava o General Almir, que era da Diretoria de Obras e Cooperação (DOC) do Exército.

Pedi desculpas a ele e fui a Brasília. Lá chegando, tomei conhecimento do motivo do chamado. Havia ocorrido um desastre de trens no subúrbio do Rio de Janeiro, onde morreram dezenas de pessoas e centenas ficaram feridas. O General Ernesto Geisel determinou-se a solucionar, a fazer algo de imediato, que minimizasse aquela situação no subúrbio do Rio.

Fui levado ao gabinete do General Geisel pelo General Dirceu, que era Ministro, e ouvi dele a seguinte colocação:

– Stanley, eu preciso de sua presença na RFFSA, como Presidente da Rede.

– Presidente Geisel, toda a minha formação de engenheiro militar foi no campo rodoviário; Presidente, eu não entendo nada de ferrovia!

– Stanley, há uns poucos anos fui chamado a este mesmo gabinete por um Presidente que me disse ser preciso que eu assumisse a Petrobrás... e eu não entendia nada de petróleo. Exijo que você vá para a Rede – finalizou o Presidente.

Descrever o que foi a Rede seria um pouco longo, porque foi realmente uma ação empolgante, mas eu queria repetir: fui para à Rede, também, apenas com um companheiro militar.

Usei tudo que existia na Rede e eles responderam de uma maneira maravilhosa. Como se engajaram! Como transformaram aquela empresa! E foram até capazes de elaborar uma proposta para o futuro da Rede, que foi posta em prática pela Revolução e foi exitosa durante dez anos.

EMTU/RECIFE: No Governo Figueiredo, voltei para o Nordeste e assumi a EMTU/Recife. Novamente o inseparável Maranhão comigo. E aqui criamos uma empresa que começou com duas pessoas, Maranhão e eu, e que foi crescendo, não atabalhoadamente, nem à base de pedidos.

Jamais Marco Maciel, Governador que me deu essa atribuição de presidir a EMTU, me fez um pedido para pôr alguém; jamais o Secretário Antão de Mello me fez um pedido para pôr alguém.

Ela foi se desenvolvendo segundo um planejamento feito por nós dois e que previa, no terceiro ou quarto ano de vida, atingir o efetivo que permaneceria permanente. E isso foi posto em prática.

E essa empresa foi tão forte que passou a ser considerada pelo Banco Mundial como exemplo a ser seguido, não nos Estados brasileiros, mas nos países onde o Banco Mundial fazia investimentos em transportes urbanos.

Há cerca de cinco meses esteve aqui uma missão do banco.

Estou com o Maranhão numa empresa privada, completamente afastado de tudo isso. Estamos trabalhando em proveito do Brasil, sim, mas na área privada e fazendo projetos específicos.

Fui convidado por esse cidadão para ter uma conversa com ele. Era um dos diretores do banco, vinculado ao transporte urbano. E fui. Ele apenas visava, com esse encontro, parabenizar-me pelo que tinha sido a EMTU e dizer que havia citado o exemplo dela até em Hong Kong, onde havia um problema sério de transporte urbano, e sugeriu que eles conhecessem isso.

Para terminar essa parte do Ciclo dos Presidentes com o nosso envolvimento, depois de dois anos de EMTU fui novamente chamado a Brasília, desta feita para criar, também, uma Secretaria de Transportes Urbanos para o Ministério dos Transportes. Era ministro o Cloraldino Severo.

Passei lá cerca de um ano. Foi criada a Secretaria.

Mas que ano proveitoso! Mobilizando-se a equipe da Empresa Brasileira dos Transportes Urbanos (EBTU), órgão existente na época, composta de técnicos de alto gabarito do qual eu quero citar um, o Clóvis Valadão, que já morreu. Conseguimos, nesse curto período, elaborar planos de transportes urbanos para todas as regiões metropolitanas do Brasil e os aglomerados urbanos.

Presidimos os conselhos que se tornaram responsáveis pela criação e implantação dos metrôs de Recife, Belo Horizonte e Porto Alegre. O do Recife ainda foi inaugurado por Figueiredo, num tempo recorde.

Novamente Maranhão está lá, não comigo, em Brasília, mas no metrô do Recife, dando uma substancial contribuição. Um legado espetacular, já que o metrô serve ao povo, o metrô é transporte de povo.

Isto é ação social efetiva e não ação demagógica como se faz hoje, dizendo que é social; social coisa nenhuma!

Busca de eleitor para se reeleger.

Social é isto, que não dá voto, mas que atende às necessidades do povo.

Feita essa digressão, ponto a ponto, gostaria agora de analisar o conjunto e justifico por que dei dados: não foi para enaltecer ninguém, foi para mostrar que o período 1964/1984 foi altamente produtivo para o nosso País.

A ação social, houve sim, meu Deus! Repito: sem rótulos.

O Funrural (Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural) foi uma revolução no mundo. O Presidente Fernando Henrique o cita hoje, só que não diz que foi criado pela Revolução. Ele o utiliza como se fosse dele. Cinicamente!

Isso foi da Revolução!

A Revolução satisfez ao povo. Eu tenho exemplos concretos e sou testemunha disto. Quando chegávamos ao interior para inaugurar aqueles pequenos açudes, aqueles pequenos abastecimentos d'água, éramos recebidos por pessoas cantando, aquelas senhoras, crianças, aqueles homens da enxada, cantando.

Não era carro de som nem banda de nada. Era aquele canto de agradecimento. A gente ainda vê hoje, quando há seca, que eles saem cantando, pedindo o apoio divino, já que não tem apoio dos governos.

Era aquela mesma gente, com aquele mesmo tom. A gente chorava de emoção. O Marechal Juarez em certo momento não segurou as lágrimas e nada foi encomendado. Éramos surpreendidos por fatos como esse.

Na hora em que chegávamos, vinham nos agradecer.

Na cidade, onde o povo tem uma mentalidade diferente da do campo, não é chegado a manifestações desse tipo, mas faziam outros tipos de manifestações. Quantas e quantas vezes, não foi nem uma, nem duas, nem três, fazendo exposições, palestras em auditórios, dizendo do que era a Revolução, do trabalho que a Revolução estava fazendo, fui aplaudido pelo auditório, de pé, não por causa do que eu havia dito, não tenho essa versatilidade, mas pelo que eu dizia que a Revolução estava fazendo.

Cito outro ponto que justifica e caracteriza a satisfação do povo, no período revolucionário.

Quando Castello Branco morreu, foi construído para ele um monumento, em Fortaleza. A imprensa, logo publicou: "Governo de coronéis promovendo um Governo de Revolução."

Mentira! Aquilo foi uma retribuição a alguns fatos, dos quais um foi mais significativo: Orós.

Orós era um sonho do cearense. Para atender a esse sonho, Juscelino construiu a barragem; só que ele precisava da barragem em tempo recorde para promover-se, visando à eleição seguinte, do seu grupo.

E o que aconteceu? Fizeram a barragem a qualquer preço e, quando as chuvas caíram, arrancaram a barragem e foram destruídas não sei quantas cidades a jusante. Foi um desastre total.

Justiça se lhe faça! Ele procurou redimir-se, mandou reconstruir a barragem, no nível previsto no projeto, garantindo, aparentemente, que ela resistiria às novas chuvas.

Ledo engano, não sei se consciente ou inconsciente. Enquanto eles concluíam a barragem, construíram um sangradouro para assegurar o escoamento da água e evitar uma segunda ruptura. Só que o sangradouro foi feito em rocha friável e quando as chuvas chegaram, aquelas rochas começaram a se desmanchar.

Estávamos chegando ao DNOCS, Maranhão e eu, e foi esse o nosso batismo: "Orós vai estourar e como agora está com sua capacidade plena, vai arrasar o Vale do Jaguaribe."

A partir daí acabou-se noite, não mais dormíamos; mobilizamos o que havia de melhor no Departamento, tudo administração direta, nada contratado; mobilizamos todos os equipamentos do Ceará e de outros estados.

E fizemos uma ação que graças a Deus foi exitosa.

Lutando contra as chuvas que subiam, o nosso trabalho tinha que ir à frente delas, conseguimos concluir a concretação daquelas rochas que não suportavam, mas que, com a injeção de concreto, passaram a habilitar-se e a tornar-se um sangradouro seguro.

O Ceará delirou. O povo cearense cantou isso em prosa e em verso. Pessoalmente e pela imprensa: jornais, rádio, tudo.

Naquela época, a imprensa não era patrulhada, como hoje.

Foi uma justa retribuição erigir um monumento a Castello Branco; não foi só por isso, evidente, mas esse foi um ponto altamente significativo.

Mais um ponto eu queria lembrar, bem dentro desse aspecto da satisfação do povo com a Revolução: Médici foi aplaudido de pé, num estádio de futebol!

Que Presidente já conseguiu isso? Quem fala disto? Esquecem tudo! Dizem que foram "anos de chumbo". Chumbo coisa nenhuma!

O povo vibrava, o povo estava satisfeito. O povo queria aquele tipo de governo.

Participei e acompanhei, dentro e fora da minha área, um campo razoavelmente significativo, os frutos do trabalho realizado pela Revolução.

Gostaria de destacar, de forma simples, três ou quatro tópicos, para mim bastante importantes, que traduzem, realmente, o papel relevante da Revolução para o País.

No campo dos Transportes, nos vinte anos da Revolução, o ferroviário cresceu 11% ao ano. Isso é um recorde mundial. Nunca aconteceu em lugar nenhum no mundo um crescimento dessa natureza.

O Brasil do Senhor João Goulart estava na 46ª posição como potência econômica mundial: a Revolução elevou-o para a oitava posição. Oitava posição que não foi mantida, pois hoje já está na 14ª, 16ª, por incompetência dessa gente que está no Governo. A Revolução o deixou em oitavo lugar e, se prosseguisse mais um pouco, passaríamos a ser do "grupo dos sete" – teria que chamar-se "grupo dos oito".

A nossa renda *per capita* chegou, em alguns momentos, a ficar beirando a do americano, não a igualamos, mas quase encostamos na americana. Isso foi uma coisa inacreditável em termos de Brasil. A prova é que hoje, com toda esta propaganda nojenta, cínica, de que vamos bem, a nossa renda *per capita* é da ordem de um quinto da americana.

E o mais importante. Não sou eu quem diz, são as estatísticas: em vinte anos de Revolução, 50 milhões de brasileiros foram retirados da faixa da miséria. Meu Deus, que ação social maior poderia ter sido feita do que esta: 50 milhões! Era 40% da população do Brasil!

Porque hoje, segundo a ONU (Organização das Nações Unidas), são 33 milhões de miseráveis, não são nem pobres...

Então, nós regredimos! Veja quanta calúnia, quanta infâmia essa imprensa sórdida de hoje explora contra a Revolução, tudo por causa de interesse pessoal! Só se visa ao interesse pessoal, jamais o interesse do Brasil ou da coletividade.

A segurança é outro ponto importante.

No período da Revolução ninguém tinha medo de bandido. Andava-se pelas ruas, a pé, filhos, esposas, para fazer visitas a qualquer hora do dia ou da noite. Não tinham carro.

Havia o quê? Algum milagre? Não, é que naquela época havia autoridade e hoje não existe autoridade. Hoje o bandido faz o que quer porque sabe que é impune. Ninguém o pune porque não tem moral para punir.

E por que não tem moral? Porque as autoridades de hoje foram os bandidos de ontem. Como punir? Que moral elas têm? Nenhuma!

Fala-se em repressão. Repressão?! Eu diria que sim. Houve repressão, sim, aos dois mil que insistiram em pegar em armas contra o regime e que foram parar em nossas prisões. Nossos cárceres. Foram, sim, dois mil, muito justamente.

Mortes? Sim. Morreram cerca de quinhentos, trezentos bandidos, terroristas, e duzentos patriotas. Sim.

Tortura? Jamais presenciei uma. Jamais tomei conhecimento de uma.

Meu Deus! E a tortura que vivemos hoje, institucionalizada pelo governo: a fome de vinte e cinco milhões de miseráveis? Existe tortura pior do que a fome? É muito melhor a agressão física do que passarmos fome, ver a mulher com fome, ver o filho morrer à míngua. Isso é uma tortura moral muito pior do que a física. E é isso que este governo está fazendo.

Outra forma de tortura atual: as prisões em que foram transformadas as residências das classes médias. Nós todos vivemos hoje em prisões. Os bandidos estão na rua, porque não há moral para prendê-los nem puni-los.

Chega-se do trabalho em carro blindado, com segurança, e nos trancamos dentro de casa e não se pode ir a lugar nenhum porque sobrevem a ameaça de assalto, de morte, de seqüestro. Isso é tortura moral, tortura moral feita por este Governo.

Atualmente, cresce o número de vítimas diárias de seqüestros, assaltos, roubos e, também, a arrogância dos bandidos. A televisão, anteontem, mostrou o depoimento de um bandido “brilhante”. Brilhante, na classe dele.

Em que país se poderia admitir aquilo? Só num país como este, onde não há autoridade.

Tem mais. O homem de bem se sente agredido com o crescimento sistemático de impostos escorchantes. A cada minuto que passa cria-se um novo imposto.

Se esses impostos fossem utilizados para o desenvolvimento econômico e social do País: educação, saúde, segurança... Antes fosse, mas não são.

Esses impostos são usados para quê? Para reeleger pessoas que querem permanecer no Poder anos, anos e anos.

Qual foi o governo de general, qual foi o governo militar que ficou oito anos? Poderiam ter ficado até mais, como Pinochet ficou no Chile, mas jamais o fizeram.

Mas hoje se faz, a que preço? Comprando com nosso dinheiro pago nos impostos.

Isto é tortura, é uma tortura moral de que todos estamos sendo alvos. Se a tortura fosse feita, no passado, àqueles dois mil, seria "café pequeno", comparada com a tortura hoje feita a milhões e milhões de brasileiros.

Na minha opinião, a Revolução de 1964 foi exageradamente moderada. Se fizermos uma comparação com o que ocorreu nos outros países da América Latina – não quero nem falar em termos de Stalin e outros, porque não tem nenhum sentido – não houve revolução no Brasil e sim, um "acordo entre cavalheiros".

Entretanto eu não sou favorável a esse posicionamento.

É fácil criticar depois que as coisas passam e eu não quero criticar, mas como eu gostaria que pelo menos dois pecados a Revolução não tivesse cometido.

Para mim, são os mais graves – eu diria que os outros foram pecados veniais. O primeiro é que a Revolução não liberou o Brasil, de forma definitiva, dos seus políticos indesejáveis, políticos hoje que ocupam o Poder: deveriam ter sido marginalizados totalmente, de vez, deste País.

O segundo pecado, mais grave que o primeiro: a Revolução não se preocupou muito com as novas gerações.

E explico. Os nossos filhos, sobretudo os nossos netos, estão nas mãos de historiadores facciosos. Basta ler um livro de História da 3ª ou 4ª série. Eu conheço o trabalho do meu neto. Quantos textos já risquei e contei para ele qual era a realidade.

E, diga-se de passagem, ele tirou nota ruim na prova, porque foi botar lá o que eu ensinei e não o que estava no livro.

As Universidades, todas, quase todas, estão nas mãos de esquerdistas, recebendo os nossos jovens e orientando-os sempre no caminho do pior.

A imprensa, totalmente patrulhada.

A oportunidade que propiciamos, que a Revolução deu, para que a facção Boff, da Igreja, tivesse a influência que teve e está tendo ...

Essa postura da Revolução com as novas gerações foi um pecado.

Poderia deixar, ao tipo de público que desejar, uma mensagem final?

Eu não vou fazer uma mensagem, vou fazer um apelo.

Agora dirijo-me a quem vai trabalhar com essas entrevistas, fazer um registro, que tenho certeza de que vai ser feito, do que realmente foi a Revolução.

Considerem, também, o que ocorreu após 1984. Comparem, vocês têm essa obrigação, o Brasil de hoje com o Brasil dos governos militares.

Não se trata de um enfoque político, não é isso. Tenho pavor à política, tenho nojo de políticos!

Não é isso que estou lhes pedindo.

Estou lhes pedindo que os nossos filhos e netos tenham a oportunidade de conhecer a realidade do Movimento revolucionário de 1964, para que eles possam fazer uma opção, já que todas as fontes existentes são sórdidas.

Que tenham uma fonte pura para fazerem a opção. Depois de conhecê-la poderão decidir com consciência: ou acham bom e continuam com o que temos hoje ou a alternativa de retomar a moralidade, a segurança, a honestidade, a dignidade humana, a igualdade de oportunidades, que a Revolução de 1964 ofereceu à população brasileira.

Meus queridos integrantes desta equipe, considerem estas palavras deste modesto depoente.

Coronel Edgar Maranhão Ferreira

- Natural da Cidade de Timbaúba, PE.
- Foi instrutor do Centro de Preparação de Oficiais da Reserva (CPOR) do Recife e da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN); Subcomandante do 1º Batalhão de Engenharia de Construção, em Caicó, RN; Chefe do Estado-Maior do 1º Grupamento de Engenharia, em João Pessoa, PB (1970/1971). Foi o primeiro comandante do 7º Batalhão de Engenharia de Combate (7º B E Cmb), em Natal, RN (1971 a 1974).
- Exerceu a função de assessor técnico-financeiro do Departamento Nacional de Obras Contra a Seca (DNOCS), entre agosto de 1964 e maio de 1966, e trabalhou na Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos (EMTU), no Recife.
- No exterior: Chefe da Comissão Mista Brasil – Paraguai, em Assunção (1976 a 1978).
- Cursou Engenharia de Construção pelo Instituto Militar de Engenharia (IME), nos anos de 1961 a 1963, e é engenheiro rodoviário pela Escola Nacional de Engenharia, do Rio de Janeiro. Possui o curso da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME).
- Em 1964, após o término do curso do IME, era capitão, servia na Comissão de Obras, em Belém, PA.

Entrevista realizada em 31 de janeiro de 2002.

Em meados do século XIX, nascia na Europa uma filosofia utópica, tendo como base o bem-estar social, a propriedade comum, a criação de uma sociedade sem classes e o materialismo.

Os mentores da nova filosofia, Marx e Engels, não viveram o suficiente para assistir ao fracasso desse sonho.

Tal era a complexidade e a profundidade das transformações pretendidas que somente quase setenta anos depois do "Manifesto Comunista" a doutrina foi aplicada, na Rússia, através do golpe bolchevista.

No Brasil, a primeira tentativa de implantação do regime comunista ocorreu em 1935 – a chamada Intentona – caracterizada por duas atitudes infames: no Nordeste, a rapinagem e o vandalismo; no Sul, a covardia e a traição!

O movimento teve início em Natal, RN, em 23 de novembro de 1935. Conseguiu empolgar o 29º BC. Oficiais foram aprisionados e tomou-se de assalto a cidade para saqueá-la. Foi dominado, ao cabo do terceiro dia.

No Recife, iniciou-se na tarde de 24 de novembro, sendo debelado dois dias após.

No Rio, foi deflagrado na madrugada de 27, no quartel do 3º Regimento de Infantaria (3º RI), na Praia Vermelha, e no Regimento de Aviação dos Afonsos.

Após a Segunda Guerra Mundial, com a derrota do nazifacismo, novo impulso tomou o expansionismo comunista. No Brasil, os comunistas tornaram a agir abertamente, participando das eleições de 1945, quando conseguiram eleger alguns senadores e deputados. No entanto, atacando o nacionalismo, tiveram os seus mandatos cassados pelo Congresso, quando o Partido Comunista Brasileiro (PCB) foi colocado na ilegalidade.

Em 1950, os comunistas conseguiram infiltrar-se no Clube Militar, utilizando a revista para fazer proselitismo da sua doutrina. Nasceu, então, a reação dos verdadeiros patriotas e democratas para retomar a direção do Clube, através de um movimento que se denominou Cruzada Democrática.

Não podendo utilizar as dependências do Clube, as reuniões da Cruzada foram realizadas, inicialmente, na Federação dos Escoteiros do Brasil e, posteriormente, na sede do Clube dos Oficiais Reformados e da Reserva das Forças Armadas, na Praça da República, 197, no Rio de Janeiro: a casa de Deodoro.

A Cruzada conseguiu vencer os pleitos de maio de 1952 e de 1954.

A Cruzada Democrática era composta por ...

... oficiais da Ativa e da Reserva, das três Forças. A grande maioria era do Exército. Visava, apenas, às eleições do Clube Militar mas, depois de 1962, passou à ação permanente de combate ao comunismo.

Em paralelo ao surto desenvolvimentista do Governo de Juscelino, de janeiro de 1956 a janeiro de 1961, teve início um processo de aceleração da inflação, agravada pela construção atabalhoada e milionária de Brasília.

Em 1961, com a renúncia de Jânio Quadros, assumiu o Governo o Vice-Presidente João Goulart, ligado às esquerdas.

Nesse período conturbado, cheguei ao Rio de janeiro, como capitão, para cursar o Instituto Militar de Engenharia (IME). Juntamente com alguns companheiros, principalmente os capitães Stanley Fortes Baptista, José Ramos Torres de Melo Filho e outros, passamos a participar do processo de reação contra aquele estado de coisas e aviltamento da nossa profissão.

Em meados de 1962, nos reuníamos rotineiramente às quartas-feiras à noite, na Casa de Deodoro, participando das reuniões da Cruzada Democrática, as quais compareciam muitos oficiais da reserva e da ativa (General Bina Machado, Coronel Sebastião Chaves, Tenente-Coronel João Baptista de Oliveira Figueiredo etc.).

Ali se analisava a insidiosa penetração do comunismo nos vários setores da vida nacional, até mesmo nas Forças Armadas. Outro assunto abordado era a penúria em que vivia a classe militar.

Havíamos tentado, em vão, em 24 de abril de 1962, convocar uma assembléia no Clube Militar para o debate da questão financeira. Como a presidência do clube não permitiu a realização da mesma, elaboramos e distribuímos para diversos companheiros, em várias guarnições do País, um documento intitulado: "A assembléia não convocada".

O presidente do clube que não permitiu essa assembléia era vinculado ao Governo do João Goulart?

Era um homem de esquerda.

Stanley e eu havíamos servido com o Ministro da Guerra, General Jair Dantas Ribeiro, quando o mesmo comandara a Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN). Nós éramos instrutores. Conseguimos agendar uma conversa com ele, na sua residência, no bairro do Riachuelo, no Rio de Janeiro, para tentar expor nossas idéias. Ao chegarmos, a sua esposa desculpou-se, dizendo-nos que o ministro havia sido convocado para uma reunião inesperada, naquela noite.

Fazíamos reuniões com outros companheiros, no porão do edifício residencial da Praia Vermelha e na Vila Militar, em Marechal Hermes, numa academia de judô.

Conseguimos, enfim, realizar a tão esperada assembléia no Clube Militar, em 3 de julho de 1963, na presença de quase dois mil sócios. Os comunistas, cerca de sessenta pessoas, em sua maioria oficiais, audaciosamente, tentaram tumultuar a reunião inscrevendo-se para falar e abordando assuntos contrários aos nossos obje-

tivos. Foi preciso que um companheiro o Tenente-Coronel Aviador Coqueiro, mais tarde Brigadeiro, tomasse o microfone das mãos de um esquerdista para que toda a assembléia, aos gritos, os expulsassem do recinto.

Nessa assembléia, os irmãos Torres de Melo (Artur de Freitas Torres de Melo e José Ramos Torres de Melo Filho) falaram de forma incisiva em defesa dos postulados democráticos e da dignidade da classe militar. No dia seguinte, esses companheiros foram presos: Artur, no Forte de São João, e o José, no Forte Rio Branco.

Assinamos um telegrama de solidariedade – firmado por 250 oficiais da ativa e da reserva – a todos que foram presos em conseqüência da assembléia (62 companheiros).

Vou ler o telegrama que passamos:

"Hipoteco minha inteira solidariedade aos companheiros punidos, vítimas da deturpação das nossas manifestações no Clube Militar e das palavras democráticas ali proferidas em defesa dos poderes constituídos e contra a subversão hierárquica dos vencimentos."

Você foi comandado pelo General Jair, na Academia; no Rio, como capitão, você nos disse que tentou uma entrevista com ele e que isso não foi possível por algumas razões; na assembléia do Clube Militar, sessenta e tantos oficiais da esquerda... O ministro permitia ou incitava esse movimento da esquerda? Vocês notaram nele alguma tendência?

Tanto não pensávamos que o General Jair fosse comunista que o procuramos para abrir-lhe os olhos sobre o que estava se passando nos bastidores do Exército.

É de concluir-se que, além daqueles sessenta que estavam ativamente perturbando a reunião, havia um esquema esquerdista para não permitir as demonstrações.

Exatamente, tanto é que, para conseguirmos a assembléia, a dificuldade foi grande; desde 1962 que tentávamos e o presidente do Clube não permitia. Não o ministro, mas o seu assessoramento estava infiltrado pela esquerda.

Também elaboramos uma carta aberta, assinada por 12 companheiros, de um número inicial de vinte, dirigida a Artur e José Torres de Melo, hipotecando-lhes irrestrita e total solidariedade, publicada na imprensa do Rio.

O resultado é que fomos presos por oito dias, no Forte Duque de Caxias, punição posteriormente anulada, não por iniciativa nossa, mas por despacho ministerial.

Dos 12 signatários, 11 foram punidos pelo comandante do IME, sendo que o Major José Pinto dos Reis não foi punido, porque era instrutor da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME) e o Chefe do Estado-Maior do Exército, o General Humberto de Alencar Castello Branco, negou-se a fazê-lo.

Cada dia mais se agravava a situação do Brasil. Em março de 1964, o País estava na iminência de um colapso político e, também, de um colapso econômico. A taxa de crescimento anual sofreu uma queda vertiginosa de 7,3% em 1961 para 1,6% em 1963; a inflação beirava 144%, em março de 1964.

No campo político e militar, alguns fatores precipitaram a eclosão do movimento revolucionário: o golpe de mão frustrado dos sargentos, em Brasília; o comício da Central do Brasil; a rebelião dos marinheiros, com a conivência do governo (Almirante Aragão); e o discurso desastroso do Presidente, no Automóvel Clube.

Ao concluir o curso do IME com média geral 8,63 e menção Muito Bem – desculpe isso, mas é para ilustrar o fato – poderia escolher a guarnição do Recife, mas por ordem do gabinete do ministro fui mandado para a Amazônia.

Embarcaram no navio *Princesa Isabel* nove oficiais, sendo oito concluintes da ECEME e eu do IME. Desloquei-me para o porto num caminhão, com alguns soldados, levando as bagagens – era o oficial mais moderno –, devido às próprias dificuldades financeiras que enfrentávamos. Os carregadores do cais, com a presença de representantes do sindicato, quiseram impedir a descarga pelos soldados, sendo prontamente afastados.

Durante a viagem, no dia 13 de março, ouvimos os gritos de exaltação da tripulação com a transmissão do comício da Central, no Rio de Janeiro.

Em Belém, tive a oportunidade de participar da Marcha da Família com Deus pela Liberdade: uma multidão incalculável enchia as ruas da capital paraense!

Isso prova que a Revolução não foi um golpe das Forças Armadas, mas um reclamo do povo brasileiro que pedia a nossa intervenção. Marchas desse tipo, segundo a imprensa, ocorreram em várias capitais brasileiras.

Na eclosão da Revolução, apenas acompanhei a movimentação no Quartel-General da 8ª Região Militar (Belém). Como fato a destacar, a pressão de um grupo de oficiais do Estado-Maior, ao qual me associei, coordenado pelo Tenente-Coronel Jarbas Passarinho, Chefe da 3ª Seção, sobre o Comandante da Região, que levou dois dias para aderir ao Movimento.

Você estava na Comissão de Obras, mas em estreita ligação com o pessoal do Quartel-General. Havia algum objetivo definido quando da eclosão da Revolução ou prefere acreditar que aquilo foi fruto do movimento popular?

Fico com a segunda hipótese. Havia um acompanhamento atento dos fatos, a nível nacional.

Vitorioso o Movimento, participei dos trabalhos da comissão de investigação encarregada dos seguinte órgãos: Departamento Estadual de Estradas de Ro-

dagem, Comissão Especial para a construção da Rodovia Belém–Jacareacanga e o Departamento Municipal de Estradas de Rodagem.

Foram constatadas sérias irregularidades técnicas e administrativas.

Nunca vi tanta podridão!

Um relatório circunstanciado foi apresentado, no dia 29 de maio de 1964, e até hoje não tive conhecimento de qualquer providência para colocar os ladrões na cadeia.

A Revolução não tomou nenhuma providência?!

Não sei responder com exatidão. Consta que a documentação perdeu-se no trajeto Belém–Brasília.

No período que vai de 1967 a 1969, acompanhei, de perto, no Rio de Janeiro, a parte mais difícil da Revolução com o surgimento da guerrilha urbana e rural: seqüestros, assaltos a bancos, terrorismo seletivo, inclusive assassinato de oficiais estrangeiros, entre eles um companheiro americano, da ECEME.

Este quadro de agitação levou o governo da Revolução à edição do controvertido Ato Institucional nº 5 (AI-5); a ECEME foi totalmente engajada na luta contra a subversão.

Coube-me a missão árdua e desagradável de censurar o jornal carioca *Diário de Notícias*. Durante 15 dias, após censurar todas as notícias da redação, inclusive os classificados, tinha que me deslocar, no meu carro particular, para o parque gráfico para evitar fraudes e substituições de matéria: enquanto o Lacerda esteve preso, mandaram-lhe uma mensagem nos "classificados".

O que fosse de cunho político, vocês censuravam?

Só político; econômico, não.

Por força da Revolução, foi fortalecida a coesão no seio das Forças Armadas?

Com o advento da Revolução aumentou a coesão, principalmente durante o Governo Castello Branco; mas, já no final, os grupos começaram a se formar. A meu ver, a Revolução demorou-se demais. Deveria ter parado após o período de Castello Branco ou, depois, de Costa e Silva, mas jamais ter-se alongado por vinte anos. Com isso, as Forças Armadas sofreram um desgaste terrível, porque passamos a ser responsáveis pelo que fizemos e pelo que não fizemos.

Políticos corruptos se encastelaram em pontos-chave, como o Ministro da Fazenda Delfim Neto; o nosso ex-instrutor Coronel Saraiva fez a denúncia.

Outro erro: o Castello Branco, com o seu espírito legalista, ter querido completar o mandato do João Goulart. Deveria ter cumprido o tempo correspondente a um mandato: quatro ou cinco anos.

Havia presos políticos nos batalhões de construção onde você serviu?

Poucos. No 7º B E Cmb, em Natal, quando cheguei para comandá-lo, encontrei um contingente encarregado da segurança do aquartelamento. O Batalhão de Engenharia de Construção (BEC) que lá estava já havia se retirado fazia seis meses. Descobri uma célula do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR) no quartel: um cabo e vários soldados e tinham, até, um plano para explodir o paiol.

Que mensagem final o senhor gostaria de registrar neste seu depoimento sobre a Revolução de 1964?

Gostaria de agradecer o convite para participar deste Projeto de História Oral, quando pude transmitir as minhas idéias sobre a Revolução de 31 de Março de 1964.

Este Projeto deve ser difundido para que se reverta o trabalho insidioso e bem-feito da esquerda que tenta modificar a História do Brasil.

Coronel Clidenor de Moura Lima

- Natural da Cidade de Amarante, PI.
- Em 1967, assumiu a chefia da Seção de Operações da Agência Central do Serviço Nacional de Informações (SNI), em Brasília. Entre 1978 e 1987, foi Chefe da Agência do SNI, no Recife.
- Possui todos os cursos regulares do Exército e os seguintes, de especialização: curso de pára-quedista do Núcleo da Divisão Aeroterrestre e curso de Informações, Categoria "B" (1966), do Centro de Estudos de Pessoal (CEP).
- Possui o curso civil de Administração de Empresas.
- Na eclosão da Revolução, em 31 de março de 1964, era capitão e servia no 25º Batalhão de Caçadores (25º BC), em Teresina, PI, como Oficial de Operações.

Entrevista realizada em 1º de outubro de 2001.

Como se encontrava o ambiente no seu quartel, quando eclodiu a Revolução de 1964?

Ambiente normal de trabalho, sem agitação, sem problemas entre oficiais e sargentos. No 25º BC, onde era capitão, estávamos preparados para a eclosão do Movimento de 31 de Março de 1964.

Havia algum treinamento especial para controle de distúrbios?

Ministrava-se instrução normal; essas atividades faziam parte do currículo.

Existia no quartel apenas um sargento que tinha relacionamento com pessoas estranhas à Unidade e que apoiavam o Governo João Goulart. No entanto, ele não chegava a criar problemas dentro do quartel. Cumpria todas as tarefas, normalmente.

E o relacionamento dos oficiais do Exército com os políticos, com os civis?

O Comandante da Guarnição era o Coronel Francisco Mascarenhas Façanha. Mantinha um relacionamento muito bom com o Governo do Estado. O Governador era Petrônio Portela, tido como de esquerda e ligado a Miguel Arraes, que exercia a liderança no Nordeste. Além do Governador Petrônio Portela havia o Pedro Gondim, da Paraíba, e o Seixas Dória de Sergipe.

Quantas Unidades do Exército havia em Teresina, além do 25ºBC?

Um Batalhão de Engenharia de Construção e a Circunscrição do Serviço Militar (CSM), onde servia o Coronel Façanha que acumulava o comando da Guarnição.

Na sua ótica de capitão, mesmo porque você era Chefe da Seção de Operações, chegaram, no Piauí, ecos da preparação de uma revolução comunista no País?

Havia essa preocupação entre os militares. Vou relatar um fato que considero importante. Concluí o curso da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO) no fim de 1963. Durante o mesmo, toda quarta-feira, reuniam-se os militares que não estavam de acordo com a política adotada pelo Governo João Goulart.

As reuniões eram no Clube Militar, na Avenida Rio Branco, onde eram discutidos problemas relacionados com a atividade comunista, que era flagrante no Governo João Goulart, no meio rural e em vários estados da Federação.

Nessa época, o Governador do Estado do Rio de Janeiro era Carlos Lacerda, que tinha um programa semanal de rádio. Lembro-me bem de que ele lia e comentava trechos de uns livros de Suzanne Labin, escritora francesa, sobre a estratégia do comunismo para conquistar as nações.

Era um aviso. Aquilo que o Carlos Lacerda comentava víamos ser executado: infiltração dos comunistas no Governo João Goulart, o apoio que ele dava ao pessoal de esquerda etc.

Significa dizer que quando você foi para a sua Unidade, como os demais capitães, já levava essa gama de informações a respeito do problema na época?

Já, e fui avisado de que iria receber, assim como os outros oficiais concludentes da EsAO, uma mensagem informando a época da deflagração do Movimento.

De quem partiria essa mensagem?

Tínhamos um instrutor, Capitão Telesca (Edmar Eudoxio Telesca), que fora ajudante-de-ordens do General Castello Branco; era um elo, garantia esse contato, era a ponte de ligação entre os oficiais da EsAO que não apoiavam o Governo João Goulart e o General Castello Branco.

Quando cheguei a Teresina, encontrei também um major de Infantaria, Wellington de Figueiredo Costa, carioca, ligado ao Movimento. Então, na véspera da deflagração, fomos informados; ele recebeu um aviso, mediante um código.

O aviso foi para o Comandante da Unidade?

O aviso foi para o major Wellington, que o transmitiu ao comandante, que se chamava Luiz Corrêa Lima, herói da Força Expedicionária Brasileira (FEB); era um homem tranqüilo, um comandante que sabia o que queria.

Em Teresina, atuavam também sindicatos de esquerda?

Sim.

Notadamente?

Notadamente. Havia uma liderança, no campo, que se destacava.

Eram as "Ligas Camponesas"?

Tipo "Ligas Camponesas", mas não com esse nome. Essa denominação era específica do movimento rural de Pernambuco, da zona canavieira.

A idéia era a mesma?

A idéia era a mesma. E lá agiam dois representantes da Igreja: um padre e um bispo. Este tinha uma estação de rádio; o líder camponês ia para estação de rádio ser entrevistado e pregava o movimento armado.

Houve um movimento a favor da Revolução, a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, das mulheres, apoiado pela Igreja; mas o bispo de Teresina abria a estação de rádio para...

...entrevistas. De certo modo, ele estava favorecendo, dando cobertura, divulgando aquelas idéias que eram as de um movimento armado de esquerda.

Em 1961 e 1962, quando servi como capitão no 14º Regimento de Infantaria (14º RI – Unidade localizada na Cidade do Recife), na época do Governador Miguel Arraes, as "Ligas Camponesas" já eram muito conhecidas no Nordeste, dirigidas por Francisco Julião.

Francisco Julião esteve em Cuba, fez curso de guerrilha rural, e todos nós sabíamos disso. Peguei essa fase em 1961, 1962, aqui em Pernambuco, quando aconteceu aquela greve geral dos estudantes secundaristas, em 1961, e o Governo Federal mobilizou tropas do Exército.

Do Rio de Janeiro veio a tropa pára-quedista, veio tropa da Marinha, e tropa da Paraíba...

A greve geral foi estimulada por quem? Pelos ativistas comunistas e teve todo o apoio do Governo do Estado, que não mobilizou a Polícia para reprimi-la. O Exército é que foi para a rua acabar com a greve.

Resumindo, salientaria, na EsAO, aqueles contatos e as informações do que estava ocorrendo nos Estados do Rio Grande do Sul, Minas e, principalmente, aqui no Nordeste. Quando fui servir em Teresina, no 25º BC, já estava "por dentro" do Movimento e envolvido com aquela ala do Exército, que era maioria e não concordava com o quadro de pré-revolução da esquerda.

Você destacaria, no Piauí, outros nomes como líderes do Movimento Revolucionário de 31 de Março de 1964?

Quando recebemos a mensagem, o comandante fez uma reunião na noite de 31 de março, mais ou menos às 21h. Primeiro, nos reunimos o Comandante, o Major Wellington e eu como Oficial de Operações; só os três. Discutimos o que fazer e decidimos ir até a 26ª CSM, para um encontro com o Comandante da Guarnição.

De lá, nos dirigimos para o Palácio do Governo, porque a ordem recebida era para verificar qual a posição do Governador do Estado. Saímos num jipe, quatro oficiais, e fomos para o Palácio Karnac.

Chegamos lá mais ou menos à meia-noite. Tomaram um susto.

Foi surpresa?

Surpreenderam-se com a nossa chegada. Ninguém avisou nada. O governador não sabia da nossa ida. Chegamos, a sentinela ficou meio assustada, entramos sem parar.

Todos fardados?

Sim, com uniforme de instrução. Veio um ajudante-de-ordens do governador, um oficial da Polícia, nos receber.

– Precisamos falar com o Governador!

Encontramos o governador assistindo à televisão. Sentamos, o Comandante da Guarnição se dirigiu a ele:

– Governador, vim aqui para saber qual é a sua posição. A situação no País está calma, está tudo tranqüilo. Se o senhor se mantiver assim nada haverá. Se

acontecer alguma coisa aqui, no Piauí, nós, que temos a Força Federal, vamos agir – disse ele de modo curto e grosso. – Como o Movimento está acontecendo, o Oficial de Operações vai dizer ao senhor o que vamos fazer.

Aí ele me deu a palavra. Eu disse ao governador que tínhamos um planejamento para manter a segurança dos edifícios públicos e a tropa permaneceria de prontidão em condições de atuar onde houvesse qualquer reação. E, acrescentei:

– Governador, agora esperamos que os prédios públicos estaduais sejam guarnecidos pela Polícia Militar. Não há necessidade de muita tropa no quartel, o problema é na rua. Basta o senhor deixar um Pelotão dentro do quartel, no máximo uma Companhia. Há a sede da Compesa (Companhia Pernambucana de Saneamento), a de Energia etc.

Ele concordou com tudo e o ajudante-de-ordem ficou de transmitir ao Comandante da Polícia Militar.

Também estava lá o Chefe da Casa Militar, que era um coronel.

Troquei idéias com o coronel e o Comandante da Guarnição tomou a palavra:

– Governador, a tropa da Polícia deve começar agora a ocupar esses pontos, isso é importante. E estamos de prontidão para qualquer coisa que o senhor precisar.

Ele concordou com tudo.

O Comandante da Guarnição indagou do Governador qual era a sua impressão do quadro nacional. Ele disse:

– As tropas de Minas estão marchando sobre o Rio de Janeiro, mas o Ministro do Exército já enviou força para detê-las. O que eu acho estranho é que o Governador do Rio de Janeiro, Carlos Lacerda, está no Palácio e não está preocupado. Isso é que eu estou achando estranho.

Dissemos que a Polícia Militar tinha de sair o mais rápido possível para ocupar aqueles pontos que considerávamos sensíveis: abastecimento de água, energia elétrica, para que a tropa da Polícia ficasse dispersa pela cidade e com isso teríamos facilidade de, numa ação, ocupar o quartel da Polícia.

Mantínhamos uma Companhia pronta para ocupar o palácio e outra para ocupar o quartel da Polícia. O resto do Batalhão estava em condições de atuar em qualquer situação. A estratégia foi essa.

Isso foi em março e os recrutas foram incorporados em janeiro...

...Avançamos nas instruções e demos prioridade àquilo que diz respeito ao emprego da tropa na zona urbana.

Então, a Polícia ocupando os prédios estaduais, a tropa se dispersou. Foi feito assim?

Foi feito assim.

Um radialista, que fazia entrevistas na rua, um programa de rádio muito bom, era um agente nosso; demos uma tarefa para ele acompanhar todo o movimento no Palácio do Governo.

Amanheceu o dia. Permanecemos no quartel, de prontidão. Em torno das 9h da manhã fomos alertados de que havia um emissário de Miguel Arraes em Teresina; encontrava-se no palácio e o Governador ia fazer um pronunciamento, o que, realmente, aconteceu.

Com que teor?

Começava dizendo: "Querem ensangüentar este País!". Guardo isso em meus arquivos. "Querem ensangüentar este País!"

Seu pronunciamento foi uma reação violenta ao Movimento revolucionário de 1964. O discurso foi gravado, recebemo-lo de imediato. Com isso, houve um novo contato com o Governador; o Comandante da Guarnição ligou-se com o Comandante da Região e a ordem do General foi que pressionasse o Governador.

Para que ele esclarecesse?

Não, para voltar atrás! Se não apoiasse o Movimento, teria que ser preso. Voltamos ao palácio. Não foi tropa alguma conosco. Fomos de jipe, como anteriormente. Falamos com o Governador, depois que o reboliço se dispersou – houve um ajuntamento de pessoas, sindicalistas –, e o Comandante da Guarnição pressionou o Governador:

– Ou o senhor volta atrás da declaração na televisão e nas rádios ou será preso!

Quem negociou, também, essa mudança de posição do Governador foi o Comandante da Polícia Militar, o famoso "Zé Foguinho", Coronel Francisco Batista Torres de Melo, de Infantaria. Ele não participou desses contatos.

Mas ele era o Comandante da Polícia Militar?

Era Comandante da Polícia Militar e estava em Fortaleza. À noite, regressou e pressionou o Governador, que voltou atrás.

Voltou atrás, como?

Dando declarações na televisão, nas rádios, afirmando que tinha outras informações, que o Movimento era democrático.

No dia 1º de abril?

No dia 1º de abril.

Voltou atrás e nós tomamos conta da cidade. Houve uma ação do Exército, prenderam os principais líderes...

E aquela rádio do bispo?

A partir do momento em que se deflagrou o Movimento, tínhamos planejado todas as operações para prender as lideranças: prendemos o líder camponês, prendemos os líderes sindicais, prisões que não foram violentas.

Esses presos ficavam onde? No 25º BC?

No 25º BC ficavam todos, deputados, vereadores e políticos que se destacaram no envolvimento com João Goulart.

Com esse pessoal preso no 25º BC, você tomou conhecimento de tortura?

Não. Fui responsável por essas prisões como Oficial de Operações e, depois, pelo inquérito.

Gente de várias gradações?

Várias gradações. Houve secretário de Estado, prefeito, líder de sindicato, líder do campo; foram presos somente os principais.

Aprendemos o seguinte: se você pegar a cabeça, o líder e vigiar os outros elementos, não há reação.

Ninguém tocou em ninguém, não se colocou algema, nada. Prisão normal, embora com a tropa armada. Era uma forma de pressão para o indivíduo não reagir, mas ninguém tocou em ninguém. Vereadores, secretários, líderes sindicais, líder camponês, todos tiveram tratamento normal, respeitoso. Eu conversava com eles: “Olha, meu papel é esse, apurar o envolvimento de vocês”.

Apreendemos vários documentos na Câmara de Vereadores, na Câmara dos Deputados e com esse líder camponês.

Não havia dúvida de que o movimento de sublevação no campo existia.

Depois da vitória de Fidel Castro em Cuba, em 1959, e depois que ele deu a guinada para o comunismo, passou a exercer uma influência muito grande, aqui no Brasil e em todo o continente americano.

O Guevara exportava a revolução para outros países, tudo isso foi estímulo para o movimento crescer, com a anuência do Presidente; o nosso Ministro da Guerra também era uma figura neutra, deixava passar tudo.

Havia, realmente, uma revolução comunista em marcha, organizada e com objetivos concretos?

Havia. O movimento comunista se apresentava no Brasil com três linhas: a russa, que devido à experiência do fracassado Movimento de 1935, não queria mais a luta armada; a chinesa, de Mao Tsé-tung, que pregava a luta armada, porque chegou ao Poder através de seu emprego; esta linha possuía grande influência; e Fidel Castro.

A linha russa perdeu a hegemonia, tanto que a luta armada no Brasil começou a se estruturar em 1968 e se deflagrou em 1969, por causa de uma reunião da Organização Latino-Americana de Solidariedade (OLAS), em Cuba, na qual Marighela rompeu com a orientação russa e declarou: “Vou partir para luta armada. Luta armada no campo e na cidade.”

Isso em ...

Em 1967 houve a reunião em Cuba e lá Marighela rompeu. Aqui ele formou uma dissidência. Da direção do Partido Comunista no Brasil, somente Câmara Ferreira (Toledo) e Marighela formaram uma dissidência. O restante não concordou com Marighela, com a luta armada.

Ele decidiu e a iniciou, logo em seguida.

O que vinha acontecendo em 1961, 1962: "Ligas Camponesas" em Pernambuco, movimentos no campo, no Piauí, na Paraíba e em outros estados, já operavam dentro desse esquema, era orientação que vinha de Cuba.

Francisco Julião esteve por lá muito tempo, fazendo curso de guerrilha rural; outros foram para a China, então isso já existia, elo natural que foi crescendo.

Voltando a Teresina; lá não houve confronto?

Não houve confronto nem reação posterior. O pessoal entendeu, recebeu o recado e não se agitou. Ninguém tocou em ninguém.

Terminado o prazo do período de prisão todos foram liberados, com inquérito concluído e encaminhado.

Não houve absolutamente nada.

Depois vou falar sobre essa sua preocupação com a tortura. Vou falar já na evolução dos acontecimentos em 1969 e 1970.

É porque isso tomou conta da mídia, há até um monumento aqui no Recife...

É lá perto do meu prédio, onde moro.

...como que simbolizando a tortura. Nessas entrevistas ninguém disse quem torturou nem viu tortura e você engrossa a voz dizendo que não houve.

Não houve, na minha área!

Não tenho conhecimento de tortura quando se deflagrou o Movimento de 1964.

Eu era Chefe de Operações da Agência do Serviço Nacional de Informações (SNI), em Brasília; atuava em âmbito nacional.

Fui nos locais, onde havia um movimento de guerrilha urbana: Fui a Minas, ao Rio Grande do Sul, a São Paulo inúmeras vezes. Cheguei a passar quatro meses em São Paulo dirigindo uma operação.

O Exército jamais determinou, aceitou, patrocinou que houvesse tortura.

A filosofia operacional do Exército era prender, fazer os inquéritos e entregar à Justiça. Fui encarregado de inquéritos na área chamada subversiva e na de contrabando. Fizemos inquéritos; Egmont Gonçalves fez no Ceará, eu no Piauí e o Murilo Neves Tavares da Silva no Maranhão. Nessa fase não houve nada.

Em 1969 e 1970, quando a luta armada, a guerrilha urbana explodiu de maneira violenta e ativa, pode ter havido casos de tortura.

Mas não era filosofia, nem era ordem, nem era doutrina do Exército!

Houve oficiais do Exército que analisaram, estudaram os problemas que estávamos enfrentando naquela época e chegaram à conclusão de que o Exército deveria atuar, por meio de frações, em comum acordo, integrando mesmo, o pessoal das delegacias da Polícia Civil.

Em São Paulo, Rio, Minas Gerais aconteceu isso.

Como o nosso pessoal não estava preparado para enfrentar a guerrilha urbana de forma adequada, inteligente – aí está o nome hoje consagrado, Serviço de Inteligência; na minha época era Serviço de Informações – o que é que aconteceu?

A ação, a doutrina, a filosofia da Polícia Civil predominaram sobre as idéias dos nossos oficiais que trabalharam em conjunto com ela.

Eu e o Coronel Egmont Bastos Gonçalves, que chefiava o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), da Polícia Federal – esta sob a direção de um general, antigo Comandante do IV Exército, maranhense –, viajávamos muito para São Paulo e, qualquer excesso, imediatamente, cada um na sua área, fazia um relatório, alertando os respectivos chefes.

O documento seguiu para o Conselho de Segurança, porque depois recebi um convite do Coronel João Carlos Rotta, de Engenharia, que servia no Conselho, para conversarmos sobre aquilo.

Ele concordava comigo:

– Você tem razão. Foi excesso, não se precisa agir dessa forma e vamos pagar um preço muito alto no futuro.

E aquele procedimento foi interrompido?

As providências necessárias foram tomadas.

Isso aconteceu, na minha visão, pelo seguinte. Era major, havia feito o Curso de Informações em 1966 e, por esse motivo, fui classificado na 2ª Seção do IV Exército, onde passei apenas quatro meses. Em seguida, fui chamado para chefiar a Seção de Operações, em Brasília. Fui indicado pelo próprio Centro de Estudos do Pessoal (CEP), onde fiz o curso.

Na filosofia do Curso de Informações, os elementos de informações é que levantam todos os dados sobre o inimigo que está sendo combatido, cabendo à Polícia executar as prisões; até o Exército pode executar as prisões. Os interrogatórios para colher dados podem ser feitos por oficiais do Exército e por elementos da Polícia Civil, para instruir o inquérito e dar prosseguimento ao processo.

Não interessa tocar em ninguém. Prende-se, somente, quando são obtidas as informações sobre determinado elemento e, outra coisa importante, entre os subversivos nem todos sabiam tudo o que estava ocorrendo, porque o conhecimento era compartimentado.

O elemento fazia parte de um grupo, podia saber o que estava ocorrendo ali, naquele grupo, mas não sabia de tudo. O que adiantaria, então, torturá-lo para obter informação? Jamais iria consegui-la! Somente mentira. Conclui-se, pois, que havia a má informação, além da pressa de obter a informação, dar o revide.

Todos sabiam da morte de um soldado de sentinela no quartel do Comando do II Exército!

Todo mundo queria revidar, esquecendo-se das conseqüências.

Perde-se a razão, perde-se o apoio da opinião pública, que é o mais importante.

Vieram as providências do Governo.

Existia um trabalho intenso dos líderes comunistas, principalmente ligados à ala Mao Tsé-tung e à ala cubana, que pregavam a luta armada; trabalho intenso, principalmente em nível de estudante secundário.

Procurei examinar isso; conseguimos infiltrar vários estudantes no meio secundário; eles participavam das reuniões etc.

O estudante secundário seria um herói!

Estava na idade da ousadia, de arriscar tudo. Era facilmente conquistado, facilmente recrutado.

Como deveríamos trabalhar para neutralizar essa ação?

Prendendo, interrogando, apertando? De modo algum!

Mostrando os aspectos negativos do comunismo.

Ainda hoje, Luiz Inácio da Silva, o Lula, candidato eterno do Partido dos Trabalhadores (PT) – e o PT é uma formação de oito alas diferentes de marxistas, mas todas marxistas, continuam sendo marxistas, continuam sendo retrógrados, continuam atrás do Muro de Berlim, para eles aquilo nunca acabou – todo ano visita Cuba. Fidel Castro é o grande espelho da vida dele. Recentemente, foi à China. Ele não tem visão nem da realidade, porque a Rússia, hoje, não quer mais saber de comunismo.

O movimento comunista vive uma farsa permanente, desde que sou gente conheço isso. Os comunistas transformam o jovem num herói contra o capitalismo internacional, contra o regime militar, contra a ditadura militar...

Nunca proferiram uma palavra contra o regime militar cubano que matou, à vontade, nos "paredões". Não falam que lá, ninguém tem liberdade.

Fidel Castro está caindo aos pedaços, passou a chefia do governo para o irmão como se aquilo fosse uma capitania de nossa época de colonização.

Nada disso eles comentam.

A Praça da Paz Celestial, na China, foi palco do assassinato daquela estudantada toda. Em vez de eles exaltarem o estudante que deteve cinco carros de combate – parou na frente de um Pelotão de carros de combate e o deteve pela coragem, pela iniciativa de enfrentar a violência só com a moral, porque ele não tinha uma arma – nenhum desses elementos do PT ou do PPS (Partido Popular Socialista), este tem suas origens no antigo Partido Comunista, se referem a ele.

Repetem que a educação em Cuba é uma maravilha, que a saúde em Cuba é uma maravilha, que a economia chinesa está deslanchando, mas não falam das torturas, das prisões, dos assassinatos, da falta de liberdade.

Isso relatávamos ao estudante e mostrávamos que ele estava sendo conquistado para servir de instrumento da política dos comunistas. As idéias que pregavam, sua política, não era aquela que acontecia nos países dominados.

Alguém já viu democracia naqueles países da América Central que eram dominados pela Rússia? Onde é que existia democracia?

Mas eles a apelidaram de democracia popular!

No Rio, fizemos uma operação. O nosso trabalho consistia, de início, em identificar as organizações. Fazíamos o acompanhamento, por meio de pessoal infiltrado, com os Comandos Regionais. Identificada a estrutura, íamos definir a ação, a execução de prisões.

Orientamos sempre o pessoal do Rio, que funcionava na PE (Polícia do Exército); eram dois tenentes-coronéis: um de Cavalaria e um de Infantaria, que conduziam as operações.

Os presos eram levados para...

Para a PE. Havia grupos incumbidos de realizar as prisões: pára-quedistas, um grupo da própria PE etc.

Recebemos um "informe" – notícia a ser confirmada – dando conta da formação de uma base de guerrilha rural, pertinho de Goiânia.

Recebi a tarefa de localizar esse foco.

Começamos a filtrar os dados, os "informes", e conseguimos, mais ou menos, ter uma idéia da área.

Esses "informes" vieram da Polícia de São Paulo que era uma organização muito eficaz; trabalhava muito bem.

Como vamos fazer isso?

Nos dirigimos às Endemias Rurais – eu me dava com o chefe, em Brasília – e fiz entrevista com vários funcionários. Não disse do que se tratava; era como se fosse uma tarefa normal de atuar em determinada área, no combate a mosquitos etc. Selecionei um rapaz.

Esse jovem, acompanhado de um agente, um tenente do Quadro Auxiliar de Oficiais (QAO), que era o motorista da viatura Rural-Wyllis, seguiu para fazer seu trabalho normal.

Entravam nas casas, na área rural, o tenente atrás daquilo que nos interessava.

Rodou, rodou, até que enfim localizou um sujeito de 1,90m, estudante universitário e um jipe com placa de São Paulo.

Voltaram lá outras vezes e o estudante jamais percebeu qualquer coisa, porque a atividade do agente de Endemia Rural era normal.

Depois, chegou um outro moço, secundarista; estava chegando gente.

Começamos a acompanhar esse rapaz. Um dia ele saiu, pegou um ônibus e foi para Brasília; a nossa equipe acompanhou-o.

Antes de chegar a Brasília, já preparei a minha equipe. O estudante chegou, comprou a passagem, foi ao cinema, nosso pessoal também foi ao cinema; chegou a hora do embarque, ele pegou um ônibus e foi para o Rio de Janeiro. Um agente nosso viajou no mesmo ônibus e uma equipe seguiu de "fusca".

Peguei um avião à noite e fui para o Rio, comandar a operação. Lá preparei duas equipes para esperar o ônibus na rodoviária, às 5h da tarde.

O agente que estava dentro do ônibus passou o "alvo" para as duas equipes. Elas assumiram, e a equipe que acompanhou "o alvo" a noite toda, quase vinte e quatro horas, cansada, foi dispensada; o "cara" pegou um táxi e seguiu para a cidade, as duas equipes acompanhando.

Em determinado momento, estava na Agência do SNI, no Rio, recebo um comunicado pelo rádio: "Perdemos o 'alvo'!"

– Mas não é possível! Perderam o "alvo"!

Não sabemos qual é o endereço desse "cara", como é que vai ser?

Meia hora depois, recebo uma ligação de um "orelhão": a equipe de Brasília resolveu acompanhar o "cara" até o destino, por conta dela. O rádio deles tinha uma freqüência diferente da rádio do Rio de Janeiro.

Telefonaram: "O 'alvo' está no endereço tal, assim, assim..."

Determinei que as duas equipes cerrassem, assumissem e que não perdessem o homem.

À noite ele saiu, fez um contato com uma moça, gorda, bem alva. Enfim, ao final da evolução dos fatos, levantamos toda a estrutura da organização, no Rio de Janeiro: Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares), violenta.

Quando fomos desencadear as prisões, fui à PE preparar as equipes... tudo armado de Fuzil Automático Leve (FAL).

– Negativo! – exclamei –, não quero ninguém armado de FAL. Se quiserem colocar um revólver escondido, tudo bem. Prendam esses elementos, sem que saibam.

Eles fazem um contato, vocês vão acompanhando, de um lado e de outro, segura, abre a porta do carro e empurra para dentro.

Isso no Rio?

No Rio. E fizemos isso.

Derrubamos toda a organização assim, sem nenhuma prisão violenta.

A VAR-Palmares não era de âmbito nacional?

Era de âmbito nacional, mas não havia em todos os Estados.

Aqui em Recife, havia?

Havia. Em Minas, em São Paulo, mas no Rio ela era mais forte.

Nesse tempo, quando o rapaz foi retomar o contato com a tal moça gorda, que deixei por último, ela era do setor de comunicações, pegaram o rapaz e eu orientei a prisão da gorda.

A jovem morava num quarto alugado a um casal de velhos; ela guardava cento e tantos mil dólares dentro de uma mala. Era dinheiro de um cofre que haviam roubado de alguém ligado a Adhemar de Barros, um negócio assim.

Fizemos a prisão do rapaz que tinha vindo da base da guerrilha rural em Goiás, para o Rio de Janeiro, fazer contato.

Verificamos depois que viera em busca de dinheiro; a gorda, que tinha a mala cheia de dólares, alimentava os grupos nos diversos Estados.

Esse dinheiro era fruto de assaltos?

Fruto de assaltos.

Arrombaram um cofre do Adhemar de Barros, no Rio de Janeiro, diziam que era da mãe dele, roubaram o dinheiro e a VAR-Palmares pegou uma parcela.

Quando o rapaz foi preso, fui à PE. A minha base era na Agência do SNI, no Rio de Janeiro, no antigo Ministério da Fazenda. Lá chegando, soube que o rapaz estava sendo interrogado e nada falava.

Eles possuíam o resumo de cada um. Sobre o rapaz, sabia-se que saíra do Rio, foi para a base da guerrilha rural em Goiás, pertinho de Goiânia.

– Vocês querem tirar dele o quê? O que é que ele sabe? – perguntei. – Sabe o que está acontecendo lá, tem um contato, essa moça, fez esse contato e acabou-se.

Se vocês não têm quem estude essas fichas que nós fornecemos, sobre a atividade de cada um, e se limitem a interrogar dentro desse setor, vocês estão perdendo tempo.

Fui interrogar o rapaz.

Quando contei a história dele: que foi ao cinema, que pegou o ônibus, desceu em tal lugar, que fez um programa com um homossexual em Petrópolis, ele viu que conhecia a vida dele. Então, abriu o jogo: que o contato com a moça gorda foi para buscar dinheiro e não sabia nada além disso.

A gorda, sim, essa eu interroguei, não deixei ninguém interrogar. Ela me deu a estrutura nacional porque sentiu que conhecíamos a sua vida.

A polícia do mundo inteiro agride, mas o Exército não.

Não foi filosofia do Exército, não foi doutrina, não foi ordem, tanto que, mais tarde, o Presidente Ernesto Geisel demitiu o Comandante do II Exército, quando ocorreu aquele incidente com o jornalista Wladimir Herzog e um trabalhador, também, Manoel Fiel Filho.

Quer dizer, a idéia não era essa!

Não, o Exército não permitia isso. O trabalho de informações é fundamental.

O Exército tem que tomar cuidado, porque nossos adversários estão sempre procurando uma falha para explorar. Agora mesmo estava assistindo a um depoimento do Comandante do Exército, General Gleuber Vieira, num programa de televisão, sobre as barbaridades que fizeram com relação a um grupo que estava realizando um trabalho em Tucuruí. Foram lá procurador, oficial de Justiça, entraram e recolheram documentos.

Eles estão sempre procurando encontrar alguma coisa!

Pesquisas indicam que as Forças Armadas são a Instituição de maior credibilidade no País.

Os órgãos de informações e a própria Lei de Segurança Nacional foram necessários? Deveriam continuar?

Deveriam continuar. O País que não preparar a sua defesa estará sujeito à agressão de qualquer grupo, de qualquer Nação.

Na sua função, enquanto foi chefe da Agência do SNI de Pernambuco, sentiu a necessidade da coleta de informações e por quê?

Sempre coloquei a posição da Agência – quando estive no Exército fiz a mesma coisa – como um órgão que pode ajudar o Governo Federal, Estadual e até Municipal.

O fenômeno da seca é periódico e eu trabalhei em todos eles...

O que é que eu via? Os prefeitos davam as informações superexageradas: se havia mil pessoas atingidas pela seca, registravam cinco mil, seis mil, o negócio deles era obter dinheiro.

O objetivo era político, não era especificamente assistir às populações.

Em nível de Governo estadual tudo isso era assim.

Numa reunião da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) fiz a seguinte proposta: formemos uma comissão com um representante da Agência do SNI, que é da Presidência da República, um representante do Governo do Estado, um representante da Sudene e das prefeituras atingidas.

A comissão fazia uma visita, um levantamento dos dados, e ninguém podia mentir. E conseguimos isso, um relacionamento muito bom e um serviço prestigiado.

Quantas vezes fui solicitado a ajudar o Governo de Alagoas, do Rio Grande do Norte, da Paraíba e cooperei com informações. No litígio que originou aquela greve geral da zona canavieira de 1979, que paralisou Pernambuco, entramos na intermediação do conflito entre os sindicatos dos produtores de cana, dos usineiros e o sindicato rural: servimos de ponte.

Utilizava a informação de um, pegava a informação de outro, discutíamos até chegar a um entendimento. E o sucesso foi de tal ordem que, depois de 1979, todas as decisões sobre o preço da cana, o preço do açúcar e o salário do trabalhador, passavam pelo Serviço. Nós discutíamos com ambos os sindicatos, do trabalhador e do produtor, e sempre fomos muito bem aceitos.

Fiz isso do mesmo jeito, quando estive na 2ª Seção do Exército.

No curso de informação que fizemos no CEP, vieram equipes americanas da CIA (Agência Central de Inteligência), do FBI (Agência Federal de Investigação – a polícia federal americana), e da informação militar, do Exército.

A orientação deles era exatamente a de colher a informação com oportunidade e levá-la a quem pode usar; não é distribuir para todo mundo, é para quem pode usar e tem que ser usada.

A orientação era essa: prisão é Polícia, que existe para isso, que é paga para isso e os desmandos que ela fizer, não surpreenderão. A da Alemanha, a dos Estados Unidos, a da Inglaterra, a de Israel, do mundo inteiro.

Houve fatos isolados, esse é o aspecto que quero enfatizar.

O Exército, como Instituição, jamais permitiu tal comportamento.

O Ato Institucional nº 5 (AI-5) foi necessário?

Penso que foi necessário. Uma forma até suave de tirar da vida pública aquele político que era inimigo do nosso Movimento. Se fosse o "paredão" adotado por Cuba, seria contra. Comparo o que houve em Cuba, na China, na Rússia onde eles dominaram. O AI-5 é um prêmio porque tirou (políticos) da vida pública durante cinco anos, dez anos, vinte anos, mas não matou ninguém.

Tem mais algum comentário a acrescentar?

Há um ponto que desejo abordar. Todo trabalho do Marighela, do Partido Comunista, líder comunista da época, visava ao estudante, explorando as peculiaridades de todo estudante: a vontade de lutar, de desafiar, espírito aventureiro, a ousadia.

Naquela época, estavam em moda os congressos. Fizeram um congresso estudantil em Ibiúna, São Paulo, em 1968.

É um marco muito importante: 1968.

A polícia localizou e prendeu setecentos e tantos estudantes de nível universitário.

Lá ocorreu de tudo. Era uma depravação. Valeu tudo. Choveu. Um descalabro. Eu estava em Brasília, chefiando a Seção de Operações da Agência, quando fomos avisados dessas prisões pela Agência de São Paulo.

No dia seguinte, cedo, fui com um tenente, que era um excelente fotógrafo, para São Paulo. Fizemos contato com o DOPS. Era o Romeu Tuma, depois Senador, no começo de carreira. Encontrei-me com ele e falei:

– Quero fotografar todos os participantes do congresso de Ibiúna.

– Não precisa – disse ele –, um sargento da Marinha está fazendo tudo isso.

– Que tipo de fotografia você está fazendo? – perguntei ao sargento.

– 3 x 4 – respondeu.

Voltei a fazer contato com o Doutor Tuma e falei:

– Doutor Tuma, não quero fotografia para identidade. Quero fotografia para identificação do pessoal, porque são eles que vamos enfrentar daqui a um ou dois anos. Eu quero fotografia de corpo inteiro, de frente e de perfil. Quero fazer essas fotografias lá no Presídio Tiradentes.

Fui para lá com o tenente e fotografei todos eles, cerca de setecentos e cinqüenta; e dos líderes fizemos *slides*.

Lembro-me de que, naquela época, estavam lá o atual Ministro Serra, o Dirceu, Presidente do PT, tem um do PC do B (Partido Comunista do Brasil), de Goiás, Aldo Arantes; por sinal, este quis bancar o valente, não queria tirar a fotografia.

Fizemos umas medidas na parede, onde o cidadão se encostava para que tivéssemos uma idéia da altura e tipo físico – detalhe importante para a área de informações.

Montamos um álbum para cada Secretaria de Segurança, com todos eles – 21 Estados da Federação e os Territórios.

Previa que, na hora em que se deflagrasse a luta armada, acharia no álbum a identificação daquela turma.

E não deu outra. Todos estavam lá.

Ao encerrar, gostaria de agradecer o convite para participar deste Projeto de História Oral.

O Exército merece o alto conceito que desfruta entre a população reconhecida pelos inestimáveis serviços prestados ao País. No Nordeste, particularmente, o Exército faz muito pela população carente, seja na luta contra a seca, seja na construção de estradas pioneiras, seja na distribuição de alimentos sem injunções políticas.

Coronel Francisco Valdir Gomes

- Natural da Cidade de Sobral, CE.
- Chefiou as 2ªs seções (Informações) da 10ª Região Militar (10ª RM), em Fortaleza, CE, e do IV Exército, atual Comando Militar do Nordeste (CMNE), no Recife, PE. Comandou o 16º Regimento de Cavalaria Mecanizada (16º RCMec), em Bayeux, PB, e o Colégio Militar do Recife.
- Possui todos os cursos regulares do Exército e o da Escola Superior de Guerra (ESG), este realizado em 1985.
- Atualmente, é o chefe do escritório da Fundação Habitacional do Exército (FHE) para os Estados de Pernambuco, Paraíba e Alagoas.
- Em 1964, na eclosão da Revolução, servia, no posto de capitão, no 17º Regimento de Cavalaria (17º RC), em Pirassununga, SP, tropa de choque da 2ª Divisão de Infantaria (2ª DI).

Entrevista realizada em 25 de maio de 2000.

Inicialmente, gostaria de externar a satisfação e a honra que sinto por estar participando desta importante iniciativa de preservar a memória do Exército, especificamente a da Revolução de 31 de Março de 1964.

No seu entender, onde estão as raízes do Movimento de 31 de Março de 1964?

As raízes mais remotas vamos encontrar aqui nos Montes Guararapes, nas lutas contra o invasor holandês, quando se forjou o Exército, constituído de homens do povo. Na história da Nação, em seus momentos mais críticos, o Exército é o povo armado. Mas, estariam mais bem situadas a partir de 1922 (início do "tenentismo" – movimento reformista militar).

De permeio, desejaria destacar figuras importantes: Getúlio Vargas, por exemplo, que admiro, polêmico. Certamente, foi o precursor dessas divergências ideológicas que se instalaram no Brasil.

Durante a Segunda Guerra Mundial, situou-se à direita, sendo tido até como um admirador do nazi-fascismo; dizem que dificultou a nossa participação ao lado dos aliados na guerra. No final do conflito foi destituído do governo. Voltou, eleito pelo povo, e vestiu uma capa oposta à que sempre usou, como homem de direita. Passou a fazer "populismo" e, até por conta desse "populismo", uma coisa boa produziu, pois foi o criador da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), bem como iniciou a industrialização do País; teve seus méritos.

Quando morreu, cercado pelo chamado "mar de lama", que não criou, deixou um sucessor político, um herdeiro que nunca iria estar à altura dele: João Goulart. Em 1961, Jânio Quadros, antes uma esperança de governo honesto e democrático, abdica surpreendentemente.

Assume seu Vice, João Goulart, envolvido por um movimento sindical que não se caracterizava pela espontaneidade, e sim algo programado, mancomunado com o Movimento Comunista Internacional (MCI), então, em plena ascensão no mundo inteiro, mais especialmente na América Latina, por suas condições sociais deficientes.

Sendo assim, lideranças políticas e sindicais mal-intencionadas, querendo apenas o Poder, faziam trabalho de massa com os infelizes trabalhadores.

Aproveitavam-se disso os sequazes do Movimento Comunista Internacional, que já tentara empolgar o Poder, em 1935, violenta e covardemente, tentativa essa abortada pelos militares. São esses comunistas que, ainda hoje, recebem homenagens, quando, na verdade, assassinaram pessoas ainda dormindo.

Nesse malfadado percurso, o Governo João Goulart provocou a baderna no País. A inflação explodia, a autoridade ausente tornava o cidadão inseguro, os

investimentos desapareciam, a economia em queda e o povo cada vez mais empobrecido. O País esboroava-se.

O comunismo faliu, mas deixou maus frutos no mundo inteiro. Em nosso País, além do desmando administrativo e da pobreza crescente, estimulava-se a quebra da hierarquia e da disciplina nas Forças Armadas. Eis as causas imediatas responsáveis pelo Movimento revolucionário de 31 de Março de 1964.

O povo estava sofrendo bastante.

Absurdos aconteciam no Brasil como, por exemplo, os generais em pé no Automóvel Clube do Brasil e as praças sentadas com o Presidente, no banco da frente. Quebra do princípio de disciplina e de hierarquia, em qualquer lugar do mundo. Mesmo na Rússia não aconteceria isso.

O Brasil mal suportava o clima imposto pela violenta atuação da esquerda, do MCI, para tentar instalar-se no maior País da América Latina, o alvo mais compensador. Se eles conseguissem êxito, estariam se redimindo do fracasso de 1935.

De tudo, afinal, Getúlio foi o menos culpado. Mas João Goulart foi, digamos, um inocente-útil; mais do que isso, um "fraco útil", talhado para aquele momento.

Havia um clima de insatisfação nas Forças Armadas contra o Governo Federal?

Nas Forças Armadas havia insatisfação desde Getúlio Vargas, em que pese, em 1935, ter recebido a adesão de militares pela inequívoca posição anticomunista. A insatisfação cresceu pelo próprio conflito nascido da mudança de posição política: ele voltou em 1950, eleito pela ala socialista, inclinado para a esquerda. A ordem institucional do País passou a ser ameaçada.

As Forças Armadas não seriam caudatárias de partidos nem de eventuais maus políticos e maus administradores que, por seus comportamentos espúrios, violentam as instituições, estas sim sagradas e permanentes.

A Nação brasileira teve sorte, pois suas Forças Armadas isentas, atentas e imbuídas do cumprimento do dever prepararam-se para intervir, a fim de fazer com que o País retomasse o caminho correto. Não houve nenhuma violência institucional da parte das Forças Armadas, ao contrário, estava ocorrendo uma violência institucional comuno-sindicalista que foi, a tempo, contida em sua marcha nefasta.

Quanto a João Goulart, sequer era possível ter raiva dele; apenas pena de um elemento fraco e preocupação por estar, naquele momento tão difícil, na Presidência da República.

No que se refere à divisão de opiniões nos quartéis, eu era um modesto capitão, ainda sem o curso da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO) – assim como você (refere-se ao entrevistador). No momento em que aderimos, pegamos em armas

e fomos para a rua, permanecia em nós a dúvida, um prurido conseqüente da nossa formação rígida centrada no respeito e na disciplina: violentar a ordem vigente.

A preocupação subsistia, só isso; não havia dúvidas quanto à situação desviada que combatíamos.

Não estávamos seguros se o caminho adotado acarretaria mais violência, entretanto já era tão grande o crime perpetrado contra a Nação que urgia uma providência; naquele momento não existia nenhum tipo de divisão, mas uma indecisão: partir ou não! No entanto, os motivos existiam e eram válidos.

Lembro só de mais um detalhe importantíssimo e devo aproveitar para fazer menção ao meu conterrâneo, um homem providencial, responsável por uma solução revolucionária equilibrada. Refiro-me ao Marechal Humberto de Alencar Castello Branco.

O Marechal definiu bem a situação, dizendo que se havia uns poucos indecisos quanto às medidas a serem tomadas, pelo menos não havia divisão entre nós. E acrescentou: "As Forças Armadas não são caudatárias de partidos nem de políticos..." Ao afirmá-lo foi como se dissesse: "pista livre!", como se usa na Cavalaria.

Não é que tenha autorizado, apenas nos tirou aquela inibição natural, pela nossa formação democrática, respeitadora e disciplinada, de tomar uma atitude contra o Governo.

Qual era a posição da Igreja em relação ao Governo Goulart, no Estado de Pernambuco?

Não me encontrava em Pernambuco naquela ocasião, mas no Ceará. Entretanto, gostaria de discorrer um pouco sobre a questão da Igreja.

Sou católico praticante e é certo que vou morrer sem vislumbrar qualquer compatibilidade entre o comunismo e o catolicismo ou o cristianismo. São incompatíveis.

Permita-me aqui uma digressão. Recentemente, li sobre as profecias de Fátima e uma das preocupações de Nossa Senhora era o comunismo. Ela previu a queda desse credo de esquerda no mundo inteiro, apontando como algo bom que aconteceria à humanidade. Perdoem-me os comunistas, mas se Nossa Senhora pensava assim e o Papa pensa assim, algum motivo existe.

Então, esse problema da Igreja... eu nunca entendi. Restringe-se a alguns maus padres. No início do Movimento, sacerdotes e freiras foram conosco para as ruas, por Deus, pela liberdade.

Por que depois posicionaram-se contra?

É uma história que me permito contar alguns pedacinhos porque trabalhei nessa área doze anos. Acompanhei alguns movimentos que explicam muito isso.

Por exemplo, as resoluções da conferência-geral do Conselho Episcopal Latino-Americano (CELAM), realizada em Medelin, na Colômbia, saíram fortemente in-

fluenciadas pelo MCI, justificando o emprego da violência. Lá, em Medelin, surgiu a Teologia da Libertação, uma "nova teologia" que invadiu os principais seminários do Brasil.

Como o Bispo de Viana claramente disse ao General Florimar Campelo, o meu comandante lá em Fortaleza:

– General, essa Teologia da Libertação é pura doutrinação marxista-leninista!

Correspondia dizer que a doutrina da Igreja que se ensinava aos seminaristas, naquela ocasião, era marxismo. Infelizmente, sem que as autoridades responsáveis pudessem exercer controle sobre o que acontecia.

Qual foi a conseqüência imediata? Formou-se, nos anos 1960 e 1970, imensa quantidade de padres intoxicados pela doutrina marxista-leninista. Fato gravíssimo que gerou uma reação forte de padres verdadeiramente católicos. Muitas vezes são chamados de tradicionais no sentido quase pejorativo e não é assim: padre tradicional tem uma formação religiosa, sob inspiração divina.

Não consigo entender como um padre possa ser marxista-leninista. Para o comunismo ateu, tudo termina aqui; para o católico, para o religioso, tudo começa aqui – vamos para o céu, para um lugar onde iremos viver melhor... Como é possível compatibilizar esses dois tipos de pensamentos!?

É difícil explicar a posição da Igreja, não seja por essa infiltração maciça, séria, inteligente da Teologia da Libertação.

Como era o ambiente nos quartéis, na fase pré-revolucionária?

Era capitão nessa época e vivia voltado para a instrução, para as atividades do quartel.

Além de outras questões que nos afetavam, naquele tempo, sofríamos a provocação constante dos homens do governo, prontos a minimizar a existência e as missões das Forças Armadas. O propósito essencial era desmoralizar as instituições castrenses, como no episódio do General Punaro Bley, que foi agredido e saiu ferido de um jornal que acabou empastelado. Era uma ação insidiosa, permanente, com o fito de desmoralizar.

O governo e seus acólitos investiram pesadamente na tentativa de jogar os sargentos contra os oficiais; façanha inglória. Resultou num antagonismo das Forças Armadas com o Governo e, ao contrário do objetivo pretendido, fortaleceu a união interna.

Meu pai era sargento e eu sou coronel...

A união, o dia a dia, as coisas que nos fazem honrar a farda transcendem a todos os interesses políticos partidários; é algo que não entendem.

Servia em Pirassununga, São Paulo, no 17º Regimento de Cavalaria (17º RC), tropa de choque da 2ª Divisão de Infantaria; volta e meia estávamos no Ibirapuera acantonados, em missões de segurança e, um dia, certo sargento do meu Esquadrão, meu companheiro de Escola de Equitação, veio a mim e disse:

– Capitão, estão tentando nos desunir, jogar-nos contra os superiores, mas não vão conseguir, porque há lealdade entre praças e oficiais.

Tenho certeza de que foi, é e sempre será assim.

Comandei o Colégio Militar de Recife. Vários cabos antigos matriculavam seus filhos, que hoje são oficiais. Cultivaram uma falácia; montaram uma estratégia que falhou, porque apoiaram-na num antagonismo que não existe e jamais existirá.

Para quem veste farda, os ideais são os mesmos.

O Movimento de 31 de Março de 1964, irrompeu pela ação dos militares, mas foi um movimento nacional, do povo; as Forças Armadas atenderam ao chamamento da Nação, recolocaram-na no caminho certo.

Quais os principais acontecimentos determinantes do desencadeamento da Revolução?

O clima de descrédito, de desprestígio, de provocação constante contra as Forças Armadas abordado por mim, há poucos momentos antes.

O governante que desmoralizar a sua Força Armada fica desarmado, é coisa simples de entender. Um erro palmar.

Além das tentativas de desmoralização das Forças Armadas, o Governo do Jango apostava no caos, queria livrar-se das instituições, das normas, das leis para governar sozinho. Só que não tinha competência para isso e acabaria envolvido, como foi, por aquela malta, por ele próprio atiçada. Poderíamos citar aqueles momentos... o comício da Central... a reunião no Automóvel Clube do Brasil, no Rio de Janeiro... e aqueles fantoches: Cabo Anselmo e o Almirante Aragão, que foi carregado nos ombros.

Um militar para comandar com dignidade e respeitos aos seus subordinados não precisa que alguém lhe carregue nos ombros; o militar que busca esse caminho já morreu, já caiu, não consegue comandar. Não se consegue comandar pela bajulação, sem autoridade, sem a força do exemplo e sem preparo profissional.

Um marinheiro que carrega um almirante não respeita aquele almirante nem é por ele respeitado.

As Forças Armadas, principalmente o Exército, foram intérpretes da vontade popular?

Guararapes: o Exército começou nestas colinas; alvorecer da Nação e da Pátria.

Era um grupo de homens – índios, brancos e negros – que forjou o embrião do Exército regular. Essa vinculação é eterna; não somos Exército do rei, mas do povo, da Nação. Nossa origem está nas classes média e pobre.

Quando algo lhe preocupa, a quem o povo busca o auxílio? Nos seus irmãos, cujas armas são utilizadas para garantir a Segurança Nacional.

Atendemos aos reclamos do povo, por isso fomos intérpretes de sua vontade.

Havia uma revolução, de cunho comunista, em curso no País?

Sim, havia uma revolução comunista em andamento.

Por ter sido um dos vitoriosos na luta contra o nazismo, na Segunda Guerra Mundial, o comunismo elevou-se no cenário político internacional, com a petulância de dominar o mundo.

Lênin dizia: "Operários do mundo, uni-vos!"

Vou fazer mais uma pequena digressão, pois é importante repetir: o "ismo", seja nazismo, integralismo, comunismo, fascismo, é a negação da liberdade individual. Alguém pode dizer: "Vou cuidar de você, alimentá-lo, medicá-lo, e zelar por sua saúde." Mas, a opção tem que ser minha; ninguém pode decidir por mim.

Quem é Marx, Lênin, Hitler, Mussolini? Quem são esses deuses!? Todos muito parecidos, não há muita diferença de um para o outro.

Você é o dono da sua vontade, da sua alma, do seu espírito e ninguém pode "meter a mão" nisso; o que me enraivece nessas doutrinas coletivas é que desprezam o indivíduo. O comunismo fracassou no mundo inteiro, porque desconheceu o elementar que é a pessoa, o indivíduo.

Fiz essa digressão para assinalar o cuidado que devemos ter com a juventude de hoje. Devemos colocar essas questões em bases filosóficas: para que você nasceu, quem você é, por que você existe.

A ideologia é algo positivo, mas não pode "possuir" o ser humano; a escolha tem que ser dele (ser humano).

O que o senhor teria a nos dizer a respeito das ações terroristas, no Estado? O senhor não estava aqui, mas era um homem de 2ª Seção.

Houve, a partir de 1969/1970, um recrudescimento dessas ações; eles se encolheram na primeira pancada, depois, devagarinho, foram se organizando e voltaram com uma virulência nunca vista.

Na Escola de Comando e Estado-Maior (ECEME) tive um colega, apelidado Zazá (José Júlio Toja Martinez Filho), um grande atleta, pai de cinco filhos. Terminado o curso da ECEME, foi classificado na Brigada Pára-quedista; ao abordar um carro, numa missão rotineira de segurança, levou um tiro no rosto, de uma mulher subversiva, vindo a falecer.

Quanto banco se expropriou e se assaltou naquela época? Confessam, hoje, na imprensa com cinismo. Quanta gente assassinaram em nome de uma ideologia malsã.

Lamarca matou aquele tenente, a coronhadas, desnecessariamente, em São Paulo...

São "heróis", estão recebendo indenizações do Governo.

Eles fizeram terrorismo como vingança, perdedores que foram; as bandeiras e motivação popular, não tinham nenhuma. Escolheram esse caminho e portanto nada tinham a receber como indenização.

Quais foram os principais líderes civis e militares da Revolução, em Pernambuco?

Conheço um, já falecido, Moura Cavalcanti, um grande político, estadista, um homem coerente do começo ao fim.

Conheci civis também de boa cepa, pessoas simples e, talvez por isso, pouco lembradas.

Quando eu era Chefe da 2ª Seção do IV Exército, o Centro de Informação do Exército (CIE) orientou-nos para fazer, a partir da anistia, um trabalho mais intenso de ação psicológica.

Coloquei, dentro do Quartel-General (QG), 25 sindicatos de operários urbanos, hoje, ainda, meus amigos e freqüentemente conversamos, almoçamos. Levava-os para as solenidades do CMNE, tudo de gravatinha torta, mal-ajeitada, estavam todos comigo e no Sete de Setembro os sindicatos desfilavam conosco.

No meio desse pessoal, líderes sindicais genuínos, citaria um indivíduo extraordinário, que hoje está doente, pobre. Todos eles foram execrados pela esquerda, perderam seus empregos no Estado, seus cargos, porque eram amigos do Exército. Tenho a honra de ter contribuído para que recebesse a Medalha do Pacificador: chama-se José Juventino de Melo, era simplesmente o diretor do Hospital Gomes Maranhão, dos operários da cana-de-açúcar, e presidente do sindicato.

José Juventino de Melo está doente, praticamente desempregado, mas para mim foi um líder.

Conheço alguns generais que se mostraram corajosos e decididos na fase crítica do Movimento. Como líder, como figura austera, respeitada e equilibrada, citaria Humberto de Alencar Castello Branco. Também, corajosos e bravos, foram Olympio Mourão Filho e Antonio Carlos da Silva Muricy.

O senhor acredita que o Movimento de 31 de Março contou com ajuda externa política ou financeira?

Apregoam um sofisma e não pode ser colocado assim. Ajuda é uma palavra inadequada, vou chamar de compromissos externos.

Na Segunda Guerra Mundial, quando integramos as Forças Aliadas, já estávamos comprometidos com esses entendimentos.

Eu não vejo ajuda, vejo compromisso. Quando a Inglaterra teve que retomar as Malvinas, quem ajudou? Os Estados Unidos. Dentro da Inglaterra o povo vai criticar o Primeiro-Ministro por haver aceito a ajuda dos Estados Unidos? Não eram aliados?

Quem era o inimigo, naquele momento? Para mim o comunismo internacional.

Temos que colocar isso com toda a clareza: o nosso intuito foi livrar o Brasil do comunismo internacional.

Na Segunda Guerra Mundial, o americano se instalou aqui. Por quê? Porque daqui tinha que partir para a África, para entrar na Europa pelo Sul. Cedemos, porque estávamos no mesmo barco, acreditávamos na mesma idéia e queríamos, igualmente, destruir o nazismo; a ajuda veio porque éramos aliados.

O Movimento revolucionário foi espontâneo, veio do povo, das ruas. Vejo que a esquerda tem sempre, sub-repticiamente, insidiosamente, insistido em nos associar aos norte-americanos. Assistimos, durante muitos anos, na televisão e nos jornais, às grandes reuniões do Partido Comunista da União Soviética (PCUS), e, nas mesmas, muitos brasileiros "cara-de-pau" com fones nos ouvidos e sentados no plenário, recebendo as orientações de Moscou. Mas, nunca presenciei brasileiros nas reuniões do Partido Democrata ou Republicano americanos.

Qual a nossa dependência dos Estados Unidos? Mas, os comunistas tinham uma real dependência, funcional ou não, da União Soviética.

Então, isso é uma desfaçatez, uma brincadeira.

A que o senhor atribui o rápido e incruento desmoronamento do chamado "esquema militar" do Governo Federal, quando do desencadeamento da Revolução?

Enquanto a Revolução vinha crescendo desde muito tempo nas nossas mentes, enquanto sentíamos a aglutinação de forças e o sentido patriótico de missão a nos empurrar para a decisão que tomamos em 31 de março de 1964, do outro lado não havia qualquer substância, apoio ou base. Acredito, também, que a receptividade do povo voltava-se para nós e não para eles.

Hoje a gente acha que não, mas era. O povo era receptivo às ações militares salvadoras que desencadearam a Revolução.

O senhor percebeu, na montagem do esquema revolucionário, objetivos estratégicos claramente definidos?

O Movimento foi espontâneo, a pedido da Nação. Não havia um plano inicial com objetivos estratégicos definidos. Na verdade, não tínhamos nos preparado para assumir o governo, para o jogo político. Mas, logo se estabeleceram metas e objetivos, ordens e normas a respeitar – planejamento completo –, tudo sob o império da autoridade e do respeito à lei.

O militar, tradicionalmente, administra bem, porque executa tal função, com eficiência, nas intrincadas situações de guerra.

Certos setores da mídia referem-se à Revolução como golpe. Qual a sua opinião a respeito?

A mídia, a serviço da esquerda, aqui e em qualquer lugar, tenta deturpar a realidade, isto é, construir a sua "verdade." O que houve foi uma revolução; basta ver o que significa revolução: revolver, modificar.

Foi um ato corajoso, ostensivo, que assumimos fardados e de armas nas mãos. Não houve nenhum tipo de subterfúgio, de malandragem, de safadeza, pois então seria golpe.

O militar pela sua formação não pratica "golpes"; no movimento revolucionário, vai à rua e proclama: "Estou aqui, quem estiver contra, que venha!"

E, em 1964, não apareceu ninguém.

Não temos que nos desculpar, não houve golpe. E tanto é verdadeiro, pelo lado racional, que os países de nossas relações logo acataram a Revolução.

O Senador Passarinho admite, no máximo, chamá-la de contragolpe.

A Revolução de 31 de Março trouxe benefícios ao País?

Quando estava me preparando para o concurso de admissão à Escola de Estado-Maior, antes da Revolução, os dados relativos ao Brasil sobre estradas pavimentadas, potencial hidrelétrico e outros eram sempre baixos, sem expressão.

Nos anos da Revolução, até Médici, o Brasil estourou todas as metas e previsões e ombreou-se com as grandes nações; tornou-se um País em pleno desenvolvimento. A infra-estrutura de comunicações, transportes e energia subiu de patamar, resultado de uma administração eficaz e proba, que aplicou os recursos com correção e de maneira competente. O Brasil mudou de feição.

Vou citar só um fato: fretes, a terceira bandeira.

Mário Andreazza, Ministro dos Transportes, foi oportuno com a denúncia que fez sobre o Acordo dos Fretes, pois exportávamos no navio dos outros.

Pagávamos a totalidade dos fretes e seguros gerados por nosso comércio exterior a armadores estrangeiros. Era uma vergonha! É como se você tivesse um sítio e não pudesse levar, no seu jipe, a banana para a cidade. O Ministro deu um murro na mesa, denunciou o Acordo, provocando, para tratar do assunto, corrida ao Brasil – foi no início da década de 1970 – da Rainha da Inglaterra, de representantes noruegueses e outros.

Acabou a terceira bandeira, para nós, e deslanchou a indústria naval, que não existia no País.

O Brasil mudou de feição. E no aspecto social? Estão aí o PIS-PASEP (Programa de Integração Social – Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público), Fundo de Garantia... depois dos Governos da Revolução ninguém acrescentou nada. Só mudaram de nome e fizeram maquiagem.

Autoria? A Revolução!

Fala-se muito em Movimento dos Sem Terra; não estou a favor, nem contra, mas veja a reforma agrária. Qual é o único documento sério que existe no País sobre isso? Estatuto da Terra, de Humberto de Alencar Castello Branco!

Agora estão distribuindo terras... Não fazem mais do que a obrigação, já estava previsto. Ah! O esquema não era bom. Isso é questão de execução, mas o espírito do Estatuto da Terra ninguém pode negar, mesmo que queiram trazer para si os méritos da realização da reforma agrária.

A Revolução cometeu erros?

Os erros cometidos, no meu entendimento, não pesaram no desenvolvimento do País. Mesmo com as conjunturas desfavoráveis, como as crises do petróleo nos anos 1980, nunca tivemos a inflação que tivemos há alguns anos.

O Brasil caminhava para tornar-se um País desenvolvido. Erros, todo mundo comete.

O Ato Institucional nº 5 (AI-5) foi necessário?

Mais uma deturpação: o AI-5 está sendo colocado como um instrumento de ódio, embora tivesse sido um ato institucional!

Será que não leram esse negócio direito? É um ato institucional, e houve vários. Num ambiente revolucionário é o mínimo que se pode fazer para evitar o assassinato de opositores como fizeram Fidel Castro, em Cuba, e Stálin, na União Soviética.

Aqui, houve mortes nos confrontos, de ambos os lados e, assim mesmo, muito pouca gente.

O Ato Institucional decorreu de uma série de fatores contingentes.

Guardadas as devidas proporções, não estão governando por medida provisória?

O senhor acha que foi necessária a criação de órgãos de informações e o agravamento da Lei de Segurança Nacional?

Ninguém faz nada sem informação. Informação é uma palavra cujo significado está sendo desvirtuado. Não significa anular o cidadão, espioná-lo, coagi-lo ou enganá-lo. Informação é um instrumento que permite ao Governo antecipar-se aos acontecimentos. Fizeram uma insidiosa campanha contra o Serviço Nacional de Informações (SNI) e, agora, estão ressuscitando-o com outro nome: isso é eufemismo.

Não querem chamar Lei de Segurança Nacional! Dão outro nome! Mas o fundamento, a finalidade é a mesma. Isso é uma "gaiatice", como se diz no Ceará.

O cego anda porque tem uma bengala à frente: é a informação dele. A C&A, o Credicard têm muita informação sobre o cidadão e ninguém acha que isso é crime. Os cartões de crédito, o sistema financeiro, de um modo geral, dispõem de mais informações sobre o cidadão do que o Serviço de Informações do Governo. Não é crime ter informação.

Qual é o crime da C&A em catalogar todos que compram na Empresa? É um direito que ela tem. Só não pode usar os dados que possui para causar prejuízo ao cidadão.

Informação tem que existir, é sumamente necessária e, agora, estão enxergando isso. O Governo não pode ser surpreendido; quem governa, quem vai à guerra (porque tudo é uma guerra, no frigir dos ovos) não pode ser surpreendido.

No seu entender, a Revolução de 31 de Março demorou-se no Governo?

Castello Branco, que se empenhava em entregar o Poder em curto prazo, foi substituído por Costa e Silva, cuja morte causou alguns problemas; após um interregno, assumiu o Médici.

Médici, um grande homem, que exerceu o poder revolucionário com autoridade e moderação, marcou a época em que o Brasil viveu mais tranqüilo, em pleno desenvolvimento, com felicidade geral; por isso hoje brincam "éramos felizes e não sabíamos..." No governo, foi habilidoso, austero, sabia usar a autoridade e sem deixar de ser militar, acima de tudo.

Naquele momento do Governo Médici, o Brasil chegou ao auge do desenvolvimento, mas ocorreu uma coisa interessante: a própria esquerda não nos deixou entregar o Poder!

A esquerda estava tão desacreditada, com as bandeiras todas rasgadas, sem mais nada para oferecer ao País, que era altamente inconveniente para ela a normalização, que passássemos o governo para quem quer que fosse eleito.

Procederam como o menino que, ao ver que não fazem o que ele quer, começa a dar pontapé na canela do pai para levar um cocorote e se espiritar, atirar-se ao chão e começar uma guerra dentro da família. Foi a mesma coisa com eles, "partiram para a ignorância" com a luta armada: violência, assaltos, terrorismo. Em Salvador um elemento, hoje é juiz em Pernambuco, matou um sargento da Aeronáutica dentro de um jipe e está solto.

Condenado por crime de sangue, foi para Argélia, voltou e hoje é juiz federal.

A esquerda buscou a luta armada, porque estava sem bandeiras. Assim, não nos deixaram sair, após o Governo Médici, obrigando-nos – como oficial de Ca-

valaria vou usar expressão típica da Arma – a realizar uma "ação retardadora". Foi o que fizemos.

Tortura a presos políticos

Fui Chefe de 2ª Seção durante 12 anos em Recife e, em época difícil, na Cidade de Fortaleza. Não vi tortura. Mas creio que acontece em qualquer delegacia do mundo, onde não predomina o clima de suavidade.

Nos Estados Unidos, você sabe, empregam a força, com alguma violência, às vezes necessária, para que haja respeito à autoridade, à lei e a ordem. Os terroristas estavam fora-da-lei, hoje querem ser heróis. Eles é que inventaram a luta armada. Fizeram isso matando inocentes, muitas vezes.

Na minha área nunca testemunhei tortura, violência fria e premeditada. Presenciava energia, austeridade, rigor a fim de obter informações tão necessárias para evitar um mal maior: o confronto e outras mortes, adiante. Este é o princípio que rege a atuação de qualquer autoridade policial, no mundo.

No Ceará, possuía um grande amigo, comunista consciente. Preso hoje, soltavam amanhã; mas nunca deixou de desfilar conosco no Dia do Soldado, porque gostava do Exército. Pessoas decentes como ele nunca foram ofendidas.

O terrorista criminoso, sob capa de guerrilheiro, de ideólogo ou de salvador da pátria, era violento.

Mas sadismo, torturas, não me lembro.

As Forças Armadas de algum modo se locupletaram pelo fato de se encontrarem sob governos presididos por militares?

A nossa formação jamais permitiria isso; continuamos pobres com dignidade, estão aí os nossos salários, as nossas famílias passando até dificuldades.

Onde é que está esse locupletamento? Quem fez isso? Não me consta!

A mídia, a serviço da esquerda, está muito ansiosa, nesses anos de abertura política, desde 1980 para cá, em denunciar um general, um almirante ou um brigadeiro nos jornais como desonesto; não conseguiu até hoje e nem vai conseguir. Se tivesse havido desonestidade dos militares em cargos públicos, estaria tudo publicado. E como não está, é porque não ocorreu ilícito dessa natureza. Houve, pelo contrário, probidade, honestidade, correção; não se ouvia falar em roubos nos tempos dos governos militares; era tudo conduzido com dignidade e o Brasil se desenvolveu.

A imagem do Exército foi desgastada ou exaltada pelos acontecimentos do 31 de Março?

Pode parecer que o Exército esteja "em cheque" ou desgastado e não existe isso. Setores da, entre aspas, elite querem criar essa impressão, porque nos repudi-

am e temem o nosso retorno. Entretanto, não queremos retornar, eles que governem. Somos cidadãos fardados, queremos permanecer como soldados na defesa eventual da Pátria, corrigindo os descaminhos; tal é o nosso dever e ninguém nos tira essa responsabilidade.

Não temos nada contra essa elite que nos teme. No entanto, quer nos incompatibilizar com o restante da sociedade, justamente porque nos vê como ameaça. Ela se preocupa, porque é muito comum ouvir-se: "os militares têm que voltar".

O outro público é o povo; as consultas que estão sendo feitas revelam o Exército como a Instituição de maior prestígio perante o povo. Não as elites.

Eu era comandante do Colégio Militar do Recife. Numa formatura no pátio, fiquei lá atrás, de fora. Os recrutas vestiam farda pela primeira vez.

Um casal de negros, na minha frente, de mãos dadas, chorando, porque o filho estava sendo incorporado ao Exército Brasileiro.

Assisti, recentemente, no Esquadrão de Cavalaria, à solenidade de incorporação dos soldados; fiquei emocionado ao ver as mães chorando, abraçando os filhos, quando da entrega da boina.

Isso é que nos conforta: o povo, tenho certeza, entende as Forças Armadas.

O senhor gostaria de aduzir algum outro comentário?

O Brasil está vivendo uma situação perigosíssima: a síndrome do antimilitarismo. Na verdade, o princípio de autoridade está "indo para o brejo", desculpe a expressão, porque ninguém mais acredita em autoridade neste País.

A mídia, a serviço da esquerda, conseguiu fazer do cidadão um antigovernista, descrente da autoridade. Hoje, só se fala em direitos humanos, nem sempre com razão, mas de deveres ninguém fala. Cidadania não é só reivindicar, pedir. Cidadania é participar, é contribuir mesmo com sacrifício.

O brasileiro está sendo ludibriado, por conseqüência, vítima da síndrome da antiautoridade e pode pagar caro por isso.

Coronel Valdir, pediríamos ao senhor uma mensagem final, seja para a mocidade seja para o cidadão em geral.

Tenho um filho tenente-coronel, da Ativa, e um neto que pretende seguir a carreira militar.

A mensagem é a seguinte: A Nação acima de tudo!

Somos o instrumento de controle, de garantia da paz, da tranqüilidade, da Soberania Nacional. Devemos permanecer atentos para que os "ismos" – essas doutrinas maléficas tidas como salvadoras – não tenham guarida em nosso País.

Coronel Clycio D'Azevedo

- Natural da Cidade do Recife, PE.
- Principais funções militares: Instrutor-Chefe do Curso de Intendência do Centro de Preparação dos Oficiais da Reserva (CPOR) do Recife; Chefe do Depósito Regional de Material de Intendência e do Serviço de Intendência da 7ª Região Militar (7ª RM), em Recife, PE.
- Na eclosão da Revolução, em 31 de março de 1964, era capitão e servia no Parque Regional de Motomecanização, Recife, PE.

Entrevista conduzida pelo Tenente-Coronel Carlos Alberto Cardoso, realizada em 24 de maio de 2000.

Quais seriam as raízes da Revolução de 31 de Março de 1964?

O que forçou (a eclosão da Revolução) foi o grande inimigo da época, o comunismo: a ameaça fundamental. O perigo crescia, deixando as Forças Armadas seriamente preocupadas com a evolução dos acontecimentos. Cada dia era maior a infiltração comunista, embora não fosse a primeira vez no País. O avanço do comunismo chegava a um ponto intolerável. Foi o que detonou a nossa Revolução.

Como o senhor descreveria o panorama político brasileiro, antes do 31 de março?

Bastante conturbado pela fraqueza do Governo e pelo crescimento do comunismo. Ele se alastrava, tolerado e até mesmo incentivado, contando, cada vez mais, com maior quantidade de simpatizantes.

E Pernambuco estava dentro desse contexto?

Talvez mais do que os outros Estados. Aqui foi muito acirrado porque o nosso governador cercava-se politicamente de elementos que apreciavam a ideologia marxista; ele mesmo permitia que o movimento de esquerda tomasse força.

Havia clima de insatisfação nas Forças Armadas contra o Governo do Senhor João Goulart?

Indiscutível. No País inteiro isso era patente. É claro que havia, nas Forças Armadas, simpatizantes do Governo e o confronto era inevitável, porém restrito, é bom que se diga, a um simples confronto de idéias. Era travado entre os que aprovavam as diatribes do Presidente e os que estavam "acordados" e vendo que a caminhada não chegaria a bom termo.

Qual a sua opinião sobre a posição da Igreja em relação ao Governo estadual, em Pernambuco?

O conhecido pastor Dom Helder Câmara, por suas idéias de defesa exclusiva dos desfavorecidos, facilitava a entrada da doutrina marxista na Igreja. Alguns padres mais "saídos" pregavam, claramente, o marxismo. Mesmo após o 31 de março, esse procedimento continuou.

Como era o ambiente nos quartéis, de um modo geral, na fase pré-revolucionária?

Muitos companheiros alertando, mostrando que o comunismo estava em franca caminhada e, alguns poucos, realmente defendendo a ideologia. Outros, ainda, embora poucos, não passavam de oportunistas.

Esse estado de coisas existia no quartel onde o senhor servia?

Em 31 de março de 1964 servia no Parque de Moto, e lá não existia isso. Todos tínhamos o mesmo pensamento, não havia a menor discrepância. Mas, em

quartéis próximos, havia desconfiança até entre companheiros: "Ele não pode assumir isso ou aquilo..."

O senhor poderia dizer qual seria o quartel e quais seriam as pessoas?

Não direi as pessoas. O quartel era o CPOR do Recife.

O senhor acrescentaria mais alguns aspectos relacionados com os antecedentes da Revolução?

A economia indo mal – a inflação crescente – e os movimentos no campo eram claros exemplos do descalabro em que a situação se transformara.

Quais os principais acontecimentos determinantes do desencadeamento da Revolução?

Acredito que essa questão já está bem caracterizada. Foi a quebra de disciplina e desrespeito à hierarquia, a baderna generalizada que se instalou no País.

Chegou o momento em que o povo queria as Forças Armadas na rua. Ainda hoje grande parte da população confia nas Forças Armadas e na sua capacidade de reação.

Sem dúvida, o Exército foi o intérprete da vontade nacional no dia 31 de março. O Exército saiu às ruas para atender o clamor da população.

O senhor tem conhecimento de alguma atividade que estaria prevista para o dia 1º de maio de 1964?

Aqui em Recife, um desfile das célebres "Ligas Camponesas" e de trabalhadores rurais. Já existia até uniforme: um macacão, faltando apenas um bordado que seria colocado na lapela, estampando a foice e o martelo. Estive com esse uniforme em minhas mãos.

Como chegou às suas mãos?

Por ser intendente, conhecia o pessoal que fabricou o macacão. Não me lembro do nome da firma, da confecção que os fez, mas localizava-se na Rua da Matriz; não sei se apenas ela.

Qual a atitude da Assembléia Legislativa de Pernambuco com relação aos atos da Forças Armadas, naquela época?

Era de crítica, maciçamente de oposição.

E após a Revolução permaneceu esse tipo de conduta?

Não, porque teve de ser feita uma "arrumação". Não podia continuar do jeito que estava.

O que o senhor teria a nos dizer acerca das ações terroristas no Estado de Pernambuco?

Hoje a esquerda tenta mistificar tudo, mas é bom lembrar o atentado no aeroporto de Guararapes. Eu me encontrava no aeroporto, aguardando o General

Costa e Silva. Entre outros, foi ferido o Coronel Sylvio Ferreira da Silva, Comandante do 14º Regimento de Infantaria (14º RI).

Como foi que aconteceu?

Integrava a representação do CPOR para receber o Presidente; ocorreu um imprevisto e ele veio por via terrestre, de João Pessoa. Nesse meio tempo, um civil, conhecido por Paraíba, se não me engano, encontrou uma mala no saguão principal do aeroporto. Estava lá e vi o que aconteceu.

O senhor presenciou a explosão?

Ouvi. Vi depois o local.

Lembra de quantas pessoas morreram e quantas ficaram feridas?

Não me lembro de nenhuma morte no momento. Sofreram ferimentos graves, esse Paraíba, homem do povo, e o Coronel Sylvio, que quase perdeu uma das mãos.

O senhor teria condições de dizer quais as conseqüências dessas ações perpetradas aqui em Pernambuco?

O aumento da reprovação popular. As Forças Armadas ficaram mais revoltadas.

Como agiam, no Recife, os sindicatos e entidades esquerdistas e quais os tipos de desafio que lançavam às Forças Armadas?

Desafios de todo jeito, como o desfile que seria realizado no 1º de maio, a ocupação de prédios públicos, como a sede da Sudene.

Gritavam palavras de ordem: "Esse negócio vai mudar!" Eram desafiadores.

Na sua opinião quais os líderes civis e militares, em Pernambuco?

Posso esquecer alguém e tornar-me injusto, mas contávamos com comandantes de Unidades que eram ferrenhos defensores da democracia, totalmente contrários ao Governo, como os Comandantes do Primeiro Grupo do Sétimo Regimento de Obuses (I/7º RO 105) e do 14º Regimento de Infantaria (14º RI).

Farei uma exceção e citarei apenas um nome: Coronel Darcy Ursmar Villocq Vianna, Diretor do Parque Regional de Motomecanização. Levava ao exagero sua postura anticomunista; não fazia mistério. Na Unidade pregava contra o comunismo e fazia questão de ser notado pela reação, pois achava que ninguém reagia.

O senhor serviu com ele?

No Parque de Moto.

Ele tinha antecedentes...

Tinha uma "diferença" com o Gregório Bezerra. Contam que, quando comandou uma subunidade na Paraíba, na revolução em que o Gregório foi expoente, 1935, o Gregório "destruiu" a companhia dele. Era anticomunista mesmo e Gregório foi a

válvula de escape. Naquela época, aqui no Nordeste, tudo era Gregório, tudo era Julião. O Villocq não fazia segredo de sua posição incisiva.

Às vezes, o instrutor estava dando ordem-unida, ele assumia o comando só para ordenar: "Pisa firme! Pisa na cabeça do comunista! Pisa com força!"

O Movimento contou com ajuda externa política ou financeira?

A imprensa fala sobre isso. Não existe provas.

A que o senhor atribui o rápido e incruento desmoronamento do "esquema militar" do Governo Federal, quando do desencadeamento da Revolução?

Havia uma euforia do "já ganhou"; para eles era uma questão de dias, era só seguir aquela seqüência... Todos estão lembrados quando o General Jair Dantas Ribeiro, então Comandante do III Exército, declarou que não podia assegurar a ordem se não viesse o plebiscito. Os outros comandantes, inclusive do Sul, área de responsabilidade do III Exército, diziam estar tudo sob controle.

Qual a sua apreciação quanto ao aspecto "chefia e liderança" na atuação dos oficiais das Forças Armadas, especialmente os do Exército, que estiveram na iminência de combate?

Em nossa área os que tiveram de agir eram realmente líderes, benquistos e foram apoiados.

O senhor viu, na montagem do esquema revolucionário, objetivos estratégicos claramente definidos?

Um capitão, naquela situação, não se preocupava com objetivos estratégicos. Confiávamos, por exemplo, na visão extraordinária do General Castello Branco. Sem dúvida se montou um planejamento eficaz. Apenas, tenho dúvida se esperamos demais ou se foi exatamente aquele, o momento certo para eclodir o Movimento.

Todos esperavam um pronunciamento do General Castello Branco. Esse era o grande nó da história. E, exatamente, foi ele mesmo quem liberou a ação.

Quer dizer que nos dias que antecederam o 31 de março havia essa expectativa?

O pronunciamento dele liberaria a ação.

Mas, não foi o General Mourão Filho, em Minas?

Depois do General Castello Branco.

O senhor citaria exemplos de coragem pessoal influentes no rumo dos acontecimentos de 31 de março?

Em Recife, as ações resultaram quase de um consenso, seguindo como que um *script* já preparado, dentro dos princípios da hierarquia. Então, foram os comandantes que depuseram o governador. Não houve necessidade de nenhum arroubo de coragem ou bravura.

Chefes militares comprometidos com o avanço ou retardo das ações, no dia 31 de março de 1964, em Pernambuco?

Diria que, com o avanço, nossos comandantes de Unidades; a demora, a dúvida correu por conta do Comandante do IV Exército. Foi difícil ele definir sua posição, tanto que o IV Exército só foi considerado efetivamente na Revolução no dia 1º de abril. Ele protelou sua decisão até à noite de 31 de março, apesar da pressão dos comandantes de Unidades, reunidos no Quartel-General (QG).

Depois tornou-se um revolucionário, mas atrapalhou muito. Do lado da Revolução, além dos comandantes de Unidades, voltaria a citar o Coronel Villocq: esse empurramos para o QG, para que saísse de lá com uma solução.

A partir do Movimento Revolucionário, aumentou a coesão no seio do Exército?

Aumentou a coesão tanto quanto ficou mais fortalecido o espírito de união. Com o tempo, apareceram as divergências, por conta dos que achavam que as Forças Armadas deveriam ter passado o Governo para um civil capacitado e identificado com o Movimento; outros estavam presos ao Poder.

Geralmente a imprensa se refere à Revolução como "golpe". O senhor acredita que tenha sido assim?

Em hipótese alguma! Foi uma revolução, na medida em que envolveu o povo. As Forças Armadas saíram às ruas – tinham que sair – em apoio aos muitos movimentos como o das donas-de-casa nas Marchas da Família com Deus pela Liberdade.

Aqui em Recife houve movimento de rebeldia popular?

Não dessa forma. O Governador do Estado dispunha da força e dominava; mas havia muita reação, porque a situação revelava-se difícil, embora não se mostrasse tão decisiva quanto a de Minas.

Benefícios trazidos pela Revolução de 31 de Março

Inúmeros, embora a mídia tente confundir a sociedade, atribuindo tudo de errado ao regime militar; paradoxalmente o certo ontem, hoje está errado.

Considero que foi um período muito bom para o desenvolvimento do País. Aconteceu realmente um milagre.

O senhor poderia citar alguns desses benefícios?

A economia, obras rodoviárias, hidrelétricas etc. O País mudou de feição e o povo ganhou alto estima.

Erros cometidos pela Revolução

O maior erro foi a excessiva demora (no Poder). Se as Forças Armadas, depois de um determinado tempo, estabilizada a situação política, tivessem passado a governança aos civis, penso que teria sido muito melhor.

O Ato Institucional nº 5 (AI-5) foi necessário?

Foi necessário, inegavelmente. Crescia a subversão, a violência e a baderna. Não posso negar que houve exageros com o AI-5, mas era imprescindível uma lei forte para conter o inimigo.

Criação dos órgãos de informações e a Lei de Segurança Nacional?

Ninguém pode discordar da importância de uma legislação desse porte. Um serviço de informações, sobretudo. Hoje foi restaurado com outro nome.

Tortura a presos políticos?

Na Revolução de 31 de Março de 1964 servia no Parque de Moto, uma Unidade de serviço que foi transformada no "primeiro presídio". No início, dispúnhamos de um bom xadrez, mas o número de presos foi crescendo, já pela fama do Coronel Villocq, Diretor do Parque, e precisamos aumentar o xadrez.

Com pouco tempo, tivemos que fazer uma terceira prisão. Ficamos, então, com a P1, a P2 e a P3, uma gradação acertada; quando o cidadão ia ficando mais antigo, recebia uma melhoria: a inicial era a melhor e as outras eram salas adaptadas. A P3 terminou na dependência de uma oficina, por falta de local.

Não vi ninguém torturar, nem oficial nem praça. Muito amigo do Coronel Villocq, nunca o vi – todo mundo diz que ele espancava, fazia isso e aquilo – bater em ninguém. Apenas certa vez, estávamos almoçando, quando levaram preso um médico que na véspera havia dito que as coisas mudariam e ele, o Coronel Villocq, veria como iam ficar. Esse médico, no Hospital Militar, já vivia provocando o coronel. Arrogante ainda, mesmo preso, Villocq o empurrou. Ele não caiu; Villocq afastou-o de si.

Os presos, quem quer que fosse, não tinham regalias. Todos recebiam o mesmo tratamento, a mesma comida do soldado, dormiam num colchão, à semelhança de oficiais e praças, acordavam no toque de alvorada e, depois do desjejum, canto do

Hino Nacional – talvez, para eles, realmente isso fosse uma "tortura": tinham que aprender a cantá-lo, se não soubessem.

O caso mais notável foi o desfile do Gregório Bezerra pelas ruas de Casa Forte, bairro do Recife, local do aquartelamento. Assisti o final; radioamador, fui mandado para uma estação que a Sudene possuía em Casa Forte.

Villocq resolveu: "Ah! Vamos levar esse safado!" Realmente ele o amarrou; foi um negócio pesado. No momento, houve vibração do povo; não tem esse negócio de dizer que alguém estava achando ruim, fechando porta; não foi bem assim, não! Vi a chegada, embora não tenha acompanhado o desfile. Quem viu, disse que ninguém bateu nele.

Assisti, não foi por ouvir dizer, o Gregório falar:

– Coronel, faça o que quiser, porque se fosse ao contrário o senhor estaria pendurado num poste.

– Filho... – o Villocq falou um palavrão.

– Minha mãe não tem nada a ver com isso! – disse o Gregório.

– Realmente a sua mãe não tem nada a ver com isso – concordou Villocq e acrescentou, bastante tenso – você é que é isso, aquilo e aquilo outro!

Isso aí foi a grande bobagem que o Villocq fez. Acabou a carreira dele! Quatro anos depois, cheguei a São Paulo e todos queriam saber daquele episódio.

As Forças Armadas, de algum modo, se locupletaram pelo fato de haver governos militares?

Se alguém se aproveitou, não conheço. Lamento que no grande escalão, como sempre, tenhamos ficado acanhados, mesmo como donos do Poder. Até na questão de vencimentos, lembro-me de aumentos dados pelos presidentes civis.

Que outros aspectos o senhor gostaria de comentar a respeito do Movimento de 31 de Março?

Pena que não tenha sido mais efetiva a Revolução. O que estou vendo hoje, com muita preocupação, é que os nomes mudaram, a vestimenta do inimigo é diferente, mas os problemas estão se repetindo. A "Liga Camponesa" está aí, com outro título: sem teto, sem terra... Mas isso já existia, é papel carbono da década de 1960. Na Sociedade Tradição, Família e Propriedade – extrema direita também indesejável – o Plínio Corrêa de Oliveira descreveu tudo isso, um pensador católico. Pelo fato da Revolução não ter completado o serviço, está tudo voltando, agregando mais mal-estar.

Quanto ao mais, a Lei da Anistia só funciona para um lado. Nesses dias os jornais publicaram que o Governo do Estado, também, está dando uma reparação

financeira àqueles que tiveram problemas com a Revolução. E o nosso pessoal? Eu servia no QG da 2ª Região Militar quando explodiram o carro carregado de bombas que matou o soldado Mário Kozel Filho. Deve ter sido promovido *post-mortem* e a família deve receber uma pensão de cabo.

Tudo isso aumenta a frustração. Será que a família daquele tenente que foi morto a coronhadas, no Vale da Ribeira, Estado de São Paulo, para não fazer barulho, foi indenizado com o mesmo montante que a família do Lamarca recebeu, apesar de traidor, desertor?

A imagem do Exército: desgastada ou exaltada pelos acontecimentos de 31 de março?

Tem sido exaltada, apesar da forte campanha contrária desencadeada pelas esquerdas frustradas e derrotadas em 1964.

O senhor gostaria de deixar uma mensagem para os jovens acerca da Revolução?

Acredito que o principal para o jovem é conhecer ambos os lados da história da Revolução de 1964 para poder fazer um julgamento equilibrado e justo. Atualmente, só se conta o lado da esquerda. Os jovens sofrem uma verdadeira "lavagem cerebral".

Coronel Expedito Bandeira de Araújo

- Natural da Cidade de João Pessoa, PB.
- Em 1960, servindo em Tabatinga, AM, deslocou-se para o vale do Curuçá fazendo parte da Operação Chamusco, comandada pelo Coronel Darci Lázaro, então Comandante do Grupamento de Elementos de Fronteira (GEF).
- Em 1971, foi transferido para o CODI (Centro de Operações de Defesa Interna) e assumiu a chefia de Operações do DOI (Destacamento de Operações de Informações) no IV Exército, hoje Comando Militar do Nordeste.
- Em 1973, mediante concurso, passou a lecionar Educação Moral e Cívica no Colégio Militar do Recife (CMR). Atualmente, é professor da Universidade Federal Rural de Pernambuco.
- Possui os cursos militares da Escola de Educação Física do Exército (EsEFEx) e o da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO). Na área civil é graduado em Direito e Ciências Contábeis.
- No eclodir da Revolução era 1º-Tenente e servia no 15º Regimento de Infantaria (15º RI), em João Pessoa.

Entrevista realizada em 25 de julho de 2001.

Como era o ambiente no seu quartel quanto ao relacionamento entre oficiais e praças, imediatamente antes da Revolução?

As notícias divulgadas pela imprensa falada e escrita eram alarmantes.

A insubordinação de algumas praças nas Forças Armadas estava repercutindo negativamente no âmbito dos quartéis, gerando desconfiança entre determinados oficiais e praças.

Aprendemos, com as quarteladas acontecidas no passado, que devíamos ficar em constante vigilância para não sermos surpreendidos. Os oficiais de dia redobravam-na, principalmente à noite e nos feriados.

O comandante do 15º RI, Coronel Ednardo D'Ávila Mello, conversava diariamente com os oficiais e sargentos, deixando-os a par dos acontecimentos; nós, comandantes de Companhia, sondávamos nossos oficiais subalternos e sargentos, procurando identificar as suas posições em face dos acontecimentos.

Nesse clima, houve algum incidente grave?

Não no 15º RI. Sabíamos, apenas, que uns poucos sargentos conversavam, faziam reuniões.

No quartel?

Sim, mas particulares, grupinhos. A maioria se ligava com os oficiais, principalmente com os subalternos, capitães e tenentes, para saber como estava a situação; a gente recomendava sempre que os serviços (de vigilância) fossem bem executados. Naquele mesmo quartel, no passado (Revolução de 1930), houve uma invasão, em conluio com o pessoal da guarda, originando um tiroteio e a morte de oficiais, inclusive o General Lavanère-Wanderley.

Como se comportavam os poderes civis?

Os empresários, principalmente, mostravam-se assustados com o desenrolar dos acontecimentos e nos transmitiam a sua preocupação com a situação anárquica dos sindicatos e sua influência sobre as praças e, até mesmo, alguns oficiais mais jovens das Forças Armadas, e o apoio pessoal do Presidente, nos palanques.

Na Paraíba, o Governador Pedro Gondim não era da confiança dos militares, em virtude de suas atitudes populistas; os integrantes das Ligas Camponesas faziam passeatas armados de foices, principalmente nas cidades próximas das usinas (de açúcar); os portuários, também, em Cabedelo, faziam comícios agressivos, procuravam o apoio das Ligas do Francisco Julião.

Se um militar chegasse fardado na região portuária de Cabedelo, eles mostravam seu desapreço, eram acintosos.

Havia, a seu ver, uma revolução comunista em marcha no País?

O movimento sindical estava empenhado em desenvolver um processo que terminasse numa república sindicalista. O discurso, nesse meio, manifestava o intento de apoderar-se do Poder e muitos, exaltados, bradavam pela revolução sindical.

As "Ligas Camponesas" pregavam, também, a tomada do Poder.

Os comunistas infiltraram-se nesses movimentos e crescia bastante a admiração pela revolução cubana, pela China comunista e pela União Soviética.

Retratos, como os de Che Guevara e Fidel Castro, faziam parte dos comícios e das sedes sindicais. Tinha-se a convicção de que estava em marcha uma tentativa de socialização e que o agente dessa mudança era o Presidente João Goulart.

O que você nos diz das ações terroristas?

Antes da Revolução de Março de 1964 houve casos de invasão de usinas. Em Goiana, PE, redundou na morte de empregados e policiais, assassinados pelos camponeses revoltados.

A cidade de Cabedelo, PB, foi invadida por camponeses armados que ocuparam até prédios públicos, como a prefeitura; o povo se escondeu daquela massa, isso a cerca de 18km de João Pessoa.

Como você descreveria a ação dos sindicatos e entidades esquerdistas? Que tipo de desafio eles lançavam às Forças Armadas?

Os sindicatos unidos às entidades esquerdistas mostravam o seu poder impondo ao Governo atitudes favoráveis, o que contagiou alguns subtenentes e sargentos.

Qual a sua apreciação quanto ao aspecto "chefia e liderança", entre os oficiais das Forças Armadas?

No caso do 15º RI, o Coronel Ednardo desenvolvia uma forte liderança: conversava com os oficiais e sargentos e sempre estava andando pelo quartel, transmitindo todas as informações que recebia.

Você teria observado, na montagem do esquema revolucionário, objetivos claramente definidos?

O esquema foi desenvolvido através de um grupo civil/militar.

Sendo resultado da reunião de forças, as mais heterogêneas, torna-se difícil precisar os objetivos do Movimento de 1964. Unia a todos o objetivo comum: a necessidade urgente de defesa do regime, ameaçado pela radicalização esquerdizante posta em marcha por elementos do próprio governo.

O Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) estavam conspirando e ganhando posições há mais de dois anos, antes da Revolução.

A Escola Superior de Guerra (ESG) estudava as teorias revolucionárias existentes e as divulgava. Falava-se muito em antiguerrilha, para a qual estávamos sendo preparados.

Aqui no Recife, no quartel do I/7º RO 105 chegou, em janeiro de 1964, o Major Hugo Caetano Coelho de Almeida; esse homem estabeleceu um horário de instrução das 4h30min da manhã até às 9h da noite, com intervalo de uma hora para almoço e, em pouco menos de três meses, adestrou a tropa para o emprego na antiguerrilha. Aconteceu isso no seu quartel?

Não, a instrução permaneceu normal. Os oficiais que tinham experiência de guerrilha ou operações na selva, como era o meu caso, foram chamados para dar informações e assessoria nas instruções destinadas a sargentos e oficiais.

Poderia citar exemplos de coragem pessoal, no rumo dos acontecimentos?

O Comandante do 15º RI, assim que soube da eclosão do Movimento, em Minas Gerais, comandado pelo General Olympio Mourão Filho, reuniu os oficiais e disse que, a partir daquele momento, o Regimento estava em estado revolucionário e, ainda, perguntou quais os oficiais que aderiam ao Movimento.

Somente dois oficiais ficaram a favor do governo: um capitão comandante de Companhia e o veterinário. O comandante, de imediato, deu ordem de prisão a eles.

Passado o impacto inicial, começaram a aparecer os comícios dirigidos por organizações esquerdistas; para um deles veio o conhecido subversivo Padre Alípio de Freitas, que seria um dos oradores do comício na Praça 1817, em João Pessoa.

Ele era padre mesmo e era português, se não me engano.

O coronel convocou a equipe de segurança para prendê-lo.

Terminado o comício, o Padre Alípio e alguns dirigentes da esquerda foram para um restaurante próximo da praça; o Coronel D'Ávila Mello entrou comigo, com o Tenente R/2 Protásio e dois sargentos da 2ª Seção e, dirigindo-se à mesa onde estavam os dirigentes esquerdistas, deu voz de prisão ao Padre Alípio.

Os esquerdistas tentaram levantar-se, mas o padre pediu que eles permanecessem quietos.

Ele foi recolhido ao quartel e posteriormente seguiu para o Sul.

Outros chefes comprometidos com o avanço das ações foram o Coronel Dutra de Castilho, comandante do 14º RI, o Coronel Mendonça Lima, em Natal, os Coronéis Hélio Ibiapina, Ivan Ruy e Darcy Villocq, aqui no Recife.

Você acredita que do Movimento de 31 de Março resultou alguma coesão para a família militar?

O Movimento revolucionário uniu bastante os oficiais – principalmente os subalternos – e muitos sargentos do 15º RI.

O que aconteceu com os dois oficiais que receberam ordem de prisão?

Ficaram no quartel, houve um inquérito e depois foram removidos. Um, posteriormente, cursou o Estado-Maior (Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, no Rio de Janeiro).

Geralmente a imprensa refere-se à Revolução como golpe. Você acredita que tenha sido assim por quê?

Defino o Movimento revolucionário como uma contra-revolução, porquanto todas as informações de que dispúnhamos davam conta que os sindicatos e outras organizações preparavam uma espécie de república sindicalista. Seria um poder de esquerda, a bandeira seria vermelha; todos os comunistas que conhecíamos estavam envolvidos.

O desempenho da Revolução trouxe benefícios ao País?

Muitos, o primeiro foi evitar o caos, com um Presidente de República estimulando movimentos subversivos até nas Forças Armadas.

Inicialmente restabeleceram-se a segurança e a credibilidade do governo.

Em seguida, através de planejamentos estratégicos para o desenvolvimento, partiu-se para a área de infra-estrutura: rodovias, hidrelétricas, centrais nucleares; criação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), do Banco Central, Conselho Monetário Nacional, Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Banco Nacional de Habitação (BNH), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), um sem-número de organismos. Embora fosse uma contra-revolução, desempenhou o papel de revolução.

Quando se modifica, é revolução!

Por que 1964, que teve força para durar vinte anos, que até se excedeu, não pode ser chamada de revolução?

No Governo do Presidente Ernesto Geisel podemos destacar a introdução dos contratos de risco na exploração de petróleo, a divisão do Mato Grosso em dois Estados, os programas de planejamento familiar, o programa nuclear, a denúncia do Acordo Militar Brasil-Estados Unidos, o restabelecimento das relações diplomáticas com a própria China...

Houve erros?

A meu ver, um dos pontos negativos foi o incentivo ao transporte rodoviário ao invés do ferroviário; outro, o pouco apoio dado à agricultura, principalmente no Nordeste, região mais necessitada.

O Ato Institucional nº 5 (AI-5) foi necessário?

Foi um "mal necessário".

O que se via era a volta dos grupos que tinham sido derrotados; e o governo se enfraquecendo.

Os anarquistas estavam voltando à área acadêmica e aos sindicatos.

Você testemunhou a prática de torturas a presos políticos nos quartéis?

No quartel do 15º RI não houve torturas.

Após a Revolução recebemos muitos presos políticos, como os advogados Agassiz de Almeida, Figueiredo Agra e alguns líderes das Ligas Camponesas, e ninguém foi torturado; depois eles seguiram para Fernando de Noronha.

Havia interrogatórios com esses presos?

Havia uma triagem com o oficial S/2, de informações, mas eles logo seguiam para Fernando de Noronha.

Houve algum tipo de locupletamento das Forças Armadas?

Alguns militares se aproveitaram e ocuparam cargos indevidamente, em busca de mordomias. Na verdade, casos de exceção. As Forças Armadas, como Instituição, não se aproveitaram. Cuidaram mais do País e deixaram de lado suas necessidades.

Com a experiência do cargo que o senhor exerce, desde 1995, na Universidade Federal Rural de Pernambuco, qual o comportamento dos jovens universitários em relação à Revolução de 1964?

Os universitários de hoje, que não conheceram aqueles tempos, recebem as informações dos fatos daquela época por seus professores. Geralmente, estes são esquerdistas, que se julgam vilipendiados pela Revolução. Logo, o Movimento possui uma imagem negativa, passada por esses mestres.

Coronel Júlio Roberto Cerdá Mendes

- Natural da Cidade de São Paulo, SP.
- Serviu, entre outras Unidades, no 1º Batalhão de Fronteira (1º BFron), em Foz de Iguaçu, PR; no 71º Batalhão de Infantaria (71º BI), em Garanhuns, PE; na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), em Resende, RJ; e na Seção de Inativos e Pensionistas da 7ª Região Militar (SIP/7), no Recife, PE.
- Possui os cursos militares de Manutenção-Auto, da Escola de Material Bélico (EsMB); de Aperfeiçoamento, da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO); e o curso de Analista de Informações, da Escola Nacional de Informações (EsNI). Após a Reserva, graduou-se em Engenharia Civil e em Administração de Empresas.
- No exterior: estagiou em Unidade blindada, no Panamá.
- Na eclosão da Revolução de 1964, era 1º-Tenente e servia no Regimento Escola de Infantaria (REI), no Rio de Janeiro.

Entrevista realizada em 26 de julho de 2001.

Em qual Unidade o senhor servia quando eclodiu o Movimento de 31 de Março de 1964?

Como 1º-tenente, servia no REI – Regimento Escola de Infantaria, no Rio de Janeiro, cujo comandante era o Coronel Luiz Abner de Souza Moreira.

Observou, mesmo com uma visão assim "verde" de tenente, se havia dissensões no quartel?

No desencadeamento da Revolução, observei pequenas dissensões, apenas, entre graduados; em meio aos oficiais, não havia. O nosso Comandante, Coronel Abner, gostava muito do Presidente João Goulart; em 1963, ofereceu-lhe um almoço no Regimento.

A "mosca" havia picado o nosso coronel, talvez a de um generalato...

Em 31 de Março, unanimemente ou quase isso, a Unidade era a favor da Revolução?

Era a favor. O Regimento tinha três Batalhões mais os órgãos regimentais. Os tenentes-coronéis comandantes dos três Batalhões e mais os quatro comandantes de Companhias Regimentais, entre os quais o comandante da Companhia de Carros de Combate, o saudoso Major Martinez (José Júlio Toja Martinez Filho), assassinado por uma subversiva[1], quando estava abordando o carro em que ela se encontrava, disseram ao comandante que eram favoráveis à Revolução. Soubemos depois, quando os comandantes de Batalhão reuniram os oficiais.

E a Unidade, o REI, foi à rua?

Inicialmente ficamos de prontidão. Depois, saímos para manutenção da ordem; não houve mais nada.

O REI fez prisioneiros políticos?

Na época não havia nenhum prisioneiro político no quartel.

Sobressaía-se algum nome na oficialidade que fosse mais ativo, que expusesse mais suas idéias em favor da Revolução? Havia algum líder?

Não, liderança assim, não. Como militares, obedecíamos ordens. Os comandantes de batalhões se posicionaram e nós todos, de prontidão, dentro do Batalhão, cumpríamos ordens; contra a Revolução, não iríamos, só a favor.

Você permaneceu no REI até quando?

Até meados de 1964, depois da eclosão da Revolução. Aliás o Movimento seria iniciado no dia do meu aniversário, 1º de abril. A Revolução aconteceu em 31 de março, porque ninguém quis que fosse no "dia da mentira"; assim, passei meu aniversário de prontidão e, daí em diante, em todo aniversário ficava de prontidão.

---

[1] Pessoas que, por atentados, seqüestros, assaltos a banco, assassinatos, agiam contra a Revolução.

Do REI você foi para qual Unidade?

Do REI fui para a Escola de Material Bélico fazer o curso de Manutenção-Auto, em 1965.

E o ambiente na Escola de Material Bélico?

O ambiente na Escola de Material Bélico era tranqüilo. Terminei o curso em primeiro lugar e fui convidado para continuar como instrutor.

Naquela época, o pessoal de escola era mais solicitado do que o de tropa, para fazer inquéritos, sindicâncias etc.

Também não havia presos políticos na Escola?

Não na Escola. Na Escola de Material Bélico, que me lembre, não havia nem xadrez.

Havia oficiais encarregados de inquéritos?

Eu.

Algum de que se lembre?

Fui encarregado de um inquérito em Paracambi, não me lembro mais os nomes. Foi um problema na Câmara de Vereadores, em razão do qual os edis afastaram o prefeito.

Coisa eminentemente política. Fiquei lá muito tempo, passei à disposição do Batalhão Depósito de Munição (BDMun), em Paracambi. Fiz o inquérito todo.

Pressionei tanto o Presidente da Câmara que ele renunciou, dizendo que estava com "capitanite" aguda, que não queria mais saber e foi embora.

Da Escola de Material Bélico você foi para a EsAO?

Após a Escola de Material Bélico fiz a EsAO.

Na EsAO, houve algum fato que merecesse registro?

Lá ocorreram diversos fatos interessantes. O Leony Correia de Moraes, carioca, fez a EsAO comigo – cursei em 1969; o Major Martinez, o Freddie Perdigão Pereira, de Cavalaria, também fizeram a EsAO, naquele ano.

Mas o que houve com o Leony?

Foi o seqüestro do Embaixador Charles B. Elbrick. O Leony me dizia que tinha de "tumultuar a coisa". Era época em que começavam os seqüestros, os assaltos a bancos, fatos que não aconteciam, antes. O Brasil desconhecia seqüestros e assaltos a banco.

Na ocasião do seqüestro do embaixador americano, saímos da EsAO com um REO[2] e fomos até a Base Aérea do Galeão para não deixar os presos políticos embarcarem

[2] Caminhão de 2 e 1/2 toneladas, para transporte de tropa ou tração de material.

para a África, inclusive Fernando Gabeira, que, com outros, havia sido trocado pelo embaixador dos Estados Unidos; fomos lá, os capitães, para não deixá-los embarcar.

Mas o governo não havia negociado o embarque? Então os capitães resolveram o contrário?

Os capitães resolveram tumultuar.

Como foi obtida a viatura?

Pertencia ao REI. Naquela ocasião, o período do curso da EsAO era comprimido e o aluno não era desligado de sua Unidade. O pessoal que estava no REI nos conhecia.

Apanhamos o REO e fomos até lá (à Base Aérea). Éramos uns dez capitães. Quando chegamos, avisamos à sentinela que tínhamos ido ver os presos políticos. Disse-nos que já haviam embarcado. Assim mesmo entramos.

Como já haviam embarcado, voltamos, passamos em frente aos transmissores da Rádio Nacional e resolvemos fazer um "manifesto à Nação". Estavam transmitindo um jogo do Flamengo pela Taça de Prata.

O Leony escreveu na hora, o técnico (da Rádio) até ajudou!

Estávamos fardados e simplesmente dissemos que queríamos fazer um "manifesto à Nação". Disseram: "Pois não"!

Naquela conjuntura, quando alguém aparecia fardado ninguém queria saber, era "sim senhor, não senhor"; transmitiram, também, em ondas curtas.

O "manifesto" foi pequeno, feito lá, na hora.

Souberam aqui, naturalmente.

Os generais todos começaram a "gozar" o Comandante da EsAO, que era o General Darcy Lázaro; no final todos nós fomos punidos.

Foi um período muito tumultuado; na EsAO não tinha nem aula direito.

Teve a caça ao "Curió", o Sebastião Rodrigues de Moura, que era da minha turma e estava cursando a EsAO comigo. Vindo do Pará, vivia dizendo que havia agricultores e lavradores sob seu comando; quando o negócio começou a apertar, ele se "fechou".

Tive uma briga séria com ele.

Depois daquela punição fui chamado pelo General Darcy Lázaro e ele mandou fazer uma nova escolha de Unidade para servir. Demonstrei minha surpresa e ele me disse que meu conceito seria modificado, por causa da punição.

Eu, que havia escolhido servir no 2º Regimento de Infantaria (2º RI), lá na Vila Militar, Rio de Janeiro, acabei sendo mandado para o 1º Batalhão de Fronteira (1º B Fron), em Foz do Iguaçu.

E o ambiente lá em Foz do Iguaçu, como era?

Ótimo, foi a fase mais feliz que passei na minha carreira militar.

Em Foz do Iguaçu havia ainda resquícios da Revolução?

Não no Batalhão. Naquela época, Foz do Iguaçu era "fronteira mesmo". Hoje, quando vejo fotografia de lá, quase não a reconheço. Naquele tempo, não havia edifícios, as casas eram de madeira, só havia uma rua asfaltada.

A agitação ficou por conta da descoberta, nessa época, de uma fazenda no Norte do Paraná, Fazenda Nova Aurora, onde o pessoal que já estava muito conhecido no Rio e em São Paulo, que estava sendo procurado por assalto a banco e outras ações terroristas, se refugiava.

Como vocês souberam disso?

Veio a informação do Centro de Informações do Exército (CIE).

A fazenda ficava na área de segurança do Batalhão?

Exatamente. Veio a ordem – não sei de quem, naturalmente do Comandante da 5ª Região Militar (5ª RM), que deve tê-la recebido do Ministro – para cercarmos a fazenda e prendermos quem estivesse lá. A missão foi cumprida, com uma Companhia.

Houve entrevero, troca de tiros, mas ninguém se feriu. Eles não se entregaram assim muito fácil, mas também não foi complicado.

Foram presas cerca de 12 a 15 pessoas e conduzidas para o 1º B Fron.

Estavam armadas?

Apreendemos armas, munição, panfletos, tudo o mais; depois, no inquérito, as armas foram todas filmadas, fotografadas, com munição etc.

Acabaram condenados pela Auditoria, alguns com penas maiores do que outros; não sei se foram todos condenados.

Lembro-me de que um deles tinha a mão com tanto calo que parecia um "casco de burro"; esse, possivelmente, seria trabalhador e não deve ter sido condenado.

Mas os inquéritos foram feitos na Unidade?

Na Unidade.

Com o pessoal de fora?

Não, esse inquérito foi feito por mim. Eu era oficial de informações, o S/2 da Unidade.

Os presos passaram quanto tempo no Batalhão?

Bastante tempo, mais de um mês. O Comandante da 5ª RM estava sabendo que eles estavam presos. Equipes do CIE estavam quase sempre por lá.

Os inquéritos geralmente tinham trinta dias de duração. Esse pessoal ficou por lá mais de um mês e depois foi mandado para onde?

Fui transferido do 1º BFron para a Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN). Não vi o desfecho, a saída deles.

Você mais tarde serviu em Garanhuns, no 71º BI?

Quando saí da Academia fui para Garanhuns, onde servi com o seu terceiro comandante, o Coronel Luiz Augusto da Silva Tavares. Aí, estava tudo calmo. Não havia presos políticos no quartel, talvez houvesse no tempo do Coronel Ivo.

Você chefiou, também, a Seção de Inativos e Pensionistas. Nessa função, familiarizou-se com a legislação criada para beneficiar o pessoal militar condenado pela Revolução. Que tipos de facilidade legal havia?

Havia gente que foi expulsa do Exército por ter cometido crime previsto em lei, crime grave e veio a ser readmitida no Exército por força de sentença e ganhando uma pensão do posto acima. Tínhamos que fazer cálculos de páginas e páginas de exercícios anteriores para pagar a esse pessoal. Havia muita gente nessas condições. Muitos companheiros ficavam aborrecidos e comentavam: "Eu sempre fiz as coisas corretamente e ganho tanto; acaba um sujeito desses, que foi expulso do Exército como 3º sargento, já está ganhando como oficial!

Há um caso notório, um sargento da Aeronáutica (parece ser Presidente da Associação dos Militares) que recebe como coronel, tenente-coronel, uma coisa assim.

Nós estamos pagando pensão, aqui na SIP/7, a descendentes de Gregório Bezerra.

Normalmente, a imprensa denomina de golpe a Revolução de 31 de Março; qual é a sua opinião a respeito?

Revolução, jamais um golpe. Foi feita para dar satisfação ao povo. Houve aquela Marcha da Família com Deus pela Liberdade, quando pediram que o Exército interviesse. E estão quase pedindo outra vez, porque está uma bagunça tão grande!

O povo pediu para acabar com aquela situação e assim foi feito. Hoje, isso não é reconhecido. Mais adiante, o processo começou a deteriorar-se; podiam ter entregue (o governo) um pouco antes.

No final do ciclo revolucionário, o Exército, as Forças Armadas já não tinham mais nada a ver com aquilo, mas as acusações continuavam (como ainda hoje prosseguem) sendo feitas aos militares, tudo em cima da gente.

Outra coisa engraçada, ninguém fala mais em obra faraônica.

Está aí o "apagão"; Itaipu, em Foz do Iguaçu, era uma obra faraônica! Desativa Itaipu ou fecha a Ponte Rio-Niterói, que é outra obra dita faraônica, para ver o que é que acontece.

Coronel José Justo Pinheiro

- Natural da Cidade de Campo Grande, MS.
- Serviu no Comando Militar da Amazônia (CMA); no IV Exército, atual Comando Militar do Nordeste (CMNE); e no Destacamento de Operações de Informações do Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI).
- Foi Ajudante-de-Ordens do General José Campos Aragão, Comandante do IV Exército; exerceu o cargo de Subcomandante do I Grupo do 7º Regimento de Obuses 105 (I/7º RO 105).
- Estagiou na Escola Nacional de Informações (EsNI).
- Graduou-se em Engenharia Civil, pela Politécnica do Recife.
- Na eclosão da Revolução de 1964, era 1º-Tenente e comandava o Pelotão de Fronteira de Cucuí, AM.

Entrevista realizada em 29 de agosto de 2001.

Em 1964 você estava no Pelotão de Fronteira de Cucuí, região fronteiriça da Amazônia, entre Brasil, Venezuela e Colômbia. Chegava alguma informação sobre a Revolução?

Anteriormente tínhamos conhecimento da situação crítica que o Brasil vinha atravessando. Sabíamos dos movimentos que aconteciam no Nordeste, como as "Ligas Camponesas"...

Chegavam essas informações.

No Comando do Grupamento de Elementos de Fronteira (GEF), em Manaus, lembro a atuação do General Nairo Villanova Madeira que era contrário à Revolução. Houve até um movimento de oficiais no sentido de destituí-lo do comando; o Coronel César Rômulo Silveira Júnior, Chefe da 4ª Circunscrição do Serviço Militar (4ª CSM), oficial mais antigo na guarnição, amenizou a situação.

O GEF foi o embrião do Comando Militar da Amazônia (CMA); o General Rodrigo Octávio Jordão Ramos transferiu a sede de Belém para Manaus, sendo criada a 12ª Região Militar (12ª RM).

O General Nairo foi chamado a Brasília e, já no Governo Castello Branco, foi transferido para a reserva.

Você nos descreveria algumas ações do DOI-CODI do IV Exército?

Executamos ações, junto com o Centro de Informações do Exército (CIE), como em Casa Amarela – área urbana do Recife – contra assaltos a bancos, que começavam a acontecer no País. Participamos do combate às outras ações: incêndios em canaviais etc.

Qual era o organograma do DOI/CODI?

O DOI tinha um chefe, um subchefe e a tropa. Esta era constituída por oficiais e praças; havia elementos da Polícia Civil, da Polícia Militar, da Aeronáutica, da Marinha.

Realizávamos interrogatórios. Os inquéritos eram feitos lá mesmo, e as informações expedidas para os outros órgãos do País.

Para se obter as informações, praticavam torturas?

Não havia tortura física, talvez uma tortura mental, pelas várias horas ininterruptas de interrogatório.

Depois dos interrogatórios eram entregues à Polícia Federal.

No estágio que você fez na EsNI, que tipo de instruções eram ministradas?

Orientações sobre inquéritos, perseguições, filmagens etc.

O uniforme do pessoal das "Ligas Camponesas" era cáqui, bermudas, um distintivo nas ombreiras, com graduações; como armamento, usavam rifles e outros tipos artesanais.

No I/7º RO 105 (Olinda, PE) esteve preso Pelópidas Silveira, ex-prefeito do Recife. O prédio da Enfermaria foi transformado em prisão, foram postadas sentinelas, o oficial-de-dia era responsável; mas não havia grades.

O ex-Sargento Gregório Bezerra ficou preso, também, no I/7º RO 105 por algum tempo. Na conferência diária dos presos, feita pelo oficial-de-dia, perguntava-se – existia um certo acordo entre os tenentes – se havia algum comunista entre eles. Nessa hora, o Gregório sempre se declarava: "Eu!" Ele nunca deixou de se manifestar; os demais permaneciam calados.

Voltando a Cucuí, você identificou qualquer fato, na fronteira, que poderia estar relacionado com os acontecimentos brasileiros?

Nada com respeito à Revolução brasileira, nem contra e nem a favor. A Colômbia já enfrentava os movimentos atuais.

Coronel Petrônio Araújo Gonçalves Ferreira

- Natural da Cidade do Recife, PE.
- Foi instrutor-chefe do Curso de Artilharia do Centro de Preparação de Oficiais da Reserva (CPOR) do Recife. Serviu, durante muito tempo, na 2ª Seção (de Informações) do IV Exército, atual Comando Militar do Nordeste. Na inatividade, continuou prestando seus serviços àquela Seção.
- É graduado em Engenharia Civil pela Escola Politécnica da Fundação do Ensino Superior de Pernambuco.
- Em 1964, era 1º-Tenente e servia no Primeiro Grupo do 7º Regimento de Obuses 105 (I/7º RO 105) em Olinda, PE.

Entrevista realizada em 25 de maio de 2000.

Inicialmente, quero agradecer a participação em tão importante projeto e louvar essa iniciativa do Comandante do Exército, já que as gerações atuais e também as futuras precisam saber o que realmente aconteceu, precisam de uma fonte de informação diferente daquela que vem articulada pela mídia em geral, no Brasil.

Antecedentes do Movimento revolucionário de 31 de Março?

As raízes mais profundas do Movimento Revolucionário de 31 de Março de 1964 encontram-se na revolução de 1930, a revolução dos Tenentes.

Naquele movimento revolucionário, Getúlio Vargas usurpou o Poder e os que o apoiaram acabaram frustrados; muitos dos que tomaram parte, naquela ocasião, participaram da Revolução de 1964, a exemplo do General Ernesto Geisel, seu irmão Orlando Geisel e muitos outros.

Getúlio, com o Poder absoluto, criou dois partidos para dar sustentação ao seu governo: o PSD, Partido Social Democrático, para as elites ricas e corruptas, e o PTB, Partido Trabalhista Brasileiro, para mobilizar o operariado.

Assim foi até a Segunda Guerra, após a qual foi deposto, sendo, mais tarde, eleito o Marechal Eurico Gaspar Dutra.

Depois de Dutra, Getúlio voltou ao Poder, desta vez pelo voto direto. Esse governo terminou com a sua morte, um dramático suicídio, num mar de corrupção e crises políticas e militares, principalmente envolvendo a Aeronáutica.

Nesse contexto, Getúlio protegia um afilhado, João Goulart que, dizem, era seu filho bastardo. Na gíria popular, era "cria política" de Getúlio Vargas.

O partido de oposição que existia era a UDN, União Democrática Nacional, que nunca conseguiu vencer o esquema dos dois grandes partidos do Governo, eficiente sustentação de Getúlio durante muito tempo, baseado nos currais eleitorais.

Juscelino Kubitschek foi eleito apoiado ainda por esses dois partidos, PTB e PSD, e derrotou o Marechal Juarez Távora, que era o candidato da UDN.

Depois de Juscelino veio Jânio, eleito com o apoio da UDN, embora não pertencesse aos quadros do partido, visto ser um candidato independente.

Foi eleito juntamente com João Goulart, que era de outra chapa; a legislação eleitoral daquela época permitia isso.

Goulart era vetado pelos militares para a Presidência da República. Jânio, sabendo disso (assumiu em 1961), armou aquela renúncia-golpe para assumir poderes totais; mandou Goulart fazer uma viagem diplomática à China e renunciou, esperando ser reconduzido com poderes totais. Mas a sua estratégia falhou e ele realmente foi afastado do Governo, em meio a uma crise institucional muito grande; o País esteve à beira da guerra civil.

João Goulart assumiu a Presidência no regime parlamentarista.

Logo em seguida, articulou uma campanha objetivando a realização de um plebiscito para que voltasse a ser Presidente sob o regime presidencialista. Obtida essa nova condição, iniciou o ataque às instituições brasileiras, visando à criação de uma república sindicalista, o que era o seu objetivo, porque com essa república, baseada nas esquerdas, se perpetuaria no Poder, tal como o seu mestre Getúlio Vargas.

Dentro desse quadro, iniciou o seu plano: armou um esquema militar baseado em nomeações de generais e, também, no aliciamento de oficiais de baixa patente e muito principalmente de graduados: subtenentes, sargentos e cabos.

Utilizava a Caixa Econômica Federal, concedendo empréstimos para a compra de automóveis, financiamentos de casas, e assim achava que tinha, por exemplo, a Brigada Pára-quedista na mão. Buscou controlar os comandos dos Exércitos, como a nomeação para o IV Exército do General Joaquim Justino Alves Bastos, ainda General-de-Divisão, para depois, dando-lhe a quarta estrela, mantê-lo conivente com suas ações.

Isso não aconteceu, quero logo dizer, porque os oficiais do Estado-Maior do IV Exército não deixaram o General Justino relacionar-se com João Goulart nem com Miguel Arraes, o Governador de Pernambuco.

O General Justino foi obediente a essa assessoria. Embora uns achem que tenha demorado um pouco para "sair" com a Revolução, em Pernambuco, justiça se faça, nunca houve o relacionamento, por exemplo, que o Almirante Comandante do 3º Distrito Naval (sede em Recife, naquela época) mantinha com o Governador Miguel Arraes.

O Almirante era o Dias Fernandes, freqüentador assíduo do Palácio do Governo.

João Goulart, já no final de 1963 e início de 1964, iniciou o ataque final às instituições.

A grande esquerda brasileira daquela época, os comunistas do PCB (Partido Comunista Brasileiro) e do PC do B (Partido Comunista do Brasil), uma dissidência do PCB de 1962 pensavam adotar João Goulart como útil às suas pretensões: esperavam que Goulart dissolvesse a democracia e, após algum tempo, tomariam o Poder de suas mãos e instalariam a República Popular Brasileira, a República Socialista, como queiram.

Para se ter uma idéia da subversão, João Goulart organizou um comício, o chamado comício do dia 13, no Rio de Janeiro, em frente à Central do Brasil.

Esse comício reuniu no palanque os ministros militares, diversas outras autoridades militares, autoridades da República e os comunistas notórios. Os grandes expoentes da esquerda mais radical estavam presentes e o palanque emoldurado com o símbolo do comunismo internacional – a foice e o martelo.

O comício foi um marco, um sinal de alerta para os que não queriam a tomada do Poder pelas esquerdas. Já havia entre os brasileiros de classe média, bem como entre a massa popular, talvez mais naquela época do que hoje, um inconsciente anticomunismo, nascido graças à Intentona Comunista de 1935, movimento armado sangrento que irrompeu, como sabemos, em novembro daquele ano, nas cidades do Rio de Janeiro, Recife e Natal.

Esse inconsciente e a idéia de liberdade do povo criaram as condições para que a Nação brasileira reagisse ao ataque às instituições, desencadeado pelo Governo Federal.

E assim aconteceu. As Forças Armadas, como não poderia deixar de ser, sensíveis a essa reação, foram intérpretes da vontade popular; a subversão dirigida pelo Governo Federal era grande, barulhenta, mas gerada por uma minoria; a grande maioria da consciência nacional era contra essa onda subversiva e assim deu-se a reação.

Como todos sabemos, foram detidas e neutralizadas a onda subversiva e a instalação da República Sindicalista e, por via de conseqüência, mais adiante, a República Socialista ou a República Popular do Brasil.

Se não fosse a Revolução de Março de 1964, as gerações de hoje precisam saber disso, teríamos aqui um ditador que poderia ter sido Miguel Arraes, Leonel Brizola, o próprio João Goulart, Carlos Marighela, João Amazonas ou qualquer outro, e ele estaria manobrando o Brasil; nosso País seria uma grande Cuba, sem perspectiva, o povo brasileiro um povo-rebanho, dirigido como gado, sem Deus, sem liberdade, sem esperança, sem coisa nenhuma.

Seria um povo sem vontade como é o povo cubano, até hoje, escutando o ditador falar por quatro, cinco, seis horas seguidas, todo mês.

É oportuno comentar um episódio da época, envolvendo o Governador Miguel Arraes, para dar uma idéia da subversão em Pernambuco.

Em agosto de 1963, João Goulart nomeou delegado do Ministério do Trabalho, em Pernambuco, o Sr. Nicanor Leite, que tomaria posse do cargo em cerimônia que se realizaria no Edifício Juscelino Kubitschek, Edifício JK, situado na Avenida Dantas Barreto, no Recife.

Miguel Arraes avalizou o cerco do referido edifício, numa tarde de um dia comum de trabalho, com camponeses armados com foices, facões e estrovengas[1] e, de fato, impediu a posse de um funcionário indicado pelo Presidente da República.

Nesse dia de agosto de 1963, por ordem do Comandante do IV Exército, General Justino, a 1ª Bateria de Obuses do I/7º RO 105, preparada para atuar como tropa de controle de distúrbios, deslocou-se para a praça em frente ao Quartel-

[1] Instrumento agrícola. Espécie de foice de dois gumes.

General da 7ª Região Militar (7ª RM), na Rua do Hospício, e em seguida juntaram-se a ela a Bateria de Comando e a 2ª Bateria de Obuses. A tropa permaneceu em condições de emprego imediato.

Depois do impedimento da posse do funcionário, o Governador partiu para um grande comício, em frente ao Palácio do Governo, na Praça da República. Nesse instante, percebeu a concentração de tropas na Rua do Hospício e atendeu a exigência do General Comandante do IV Exército para que a ordem fosse restabelecida e encerrou aquele movimento.

Para ilustrar o ambiente daquela época, quero citar uma declaração assinada por dez cidadãos, a saber: Antenor Martins de Oliveira, Luiz de Andrade Galvão, Dr. Romero do Rego Barros Rocha, João Arruda Alcoforado, José Fernandes Lobo (da Associação Comercial), Dr. Paulo Carneiro da Cunha, Wilson de Queiroz Campos (presidente do Sindicato dos Diretores Lojistas), José Calazans de Moura (banqueiro), Manoel de Medeiros Lima e Hernane Bezerra de Souza.

Foi em janeiro de 1965, mas referia-se ao Governo de Miguel Arraes:

"Os abaixo-assinados, comerciantes, cidadãos democratas, no seu estrito dever de defender o regime de liberdade só assegurado numa democracia, apresentam, por meio desta, seu testemunho da criminosa ação desenvolvida pelo Sr. Miguel Arraes de Alencar durante o seu nefasto Governo.

Provocador da luta de classes, estimulava diretamente os empregados contra os empregadores, orientando-os a greves ilegais, ao invés de recorrer à Justiça do Trabalho, e ao recurso à violência ilegal de piquetes, como nos casos das greves dos bancos e da construção civil, quando os empregados e o público foram impedidos, pela violência dos piquetes, até mesmo de se aproximarem dos locais de trabalho. Tudo com a cobertura de sua autoridade de Governador.

A coerção contra o Judiciário, como foi o caso do cerco ao Edifício JK onde os locatários particulares, funcionários federais e juízes do Tribunal de Justiça do Trabalho ficaram impedidos de entrar no edifício, bloqueados por indivíduos ostensivamente armados, incitados pelas ordens diretas do Governador que lhes assegurara, o que cumpriu, a não intervenção da Polícia Militar do Estado.

Anfitrião de Júlio Santana, um notório comunista, do bandoleiro Chapéu de Couro e de outros agitadores, reunia-os em Palácio para dar a sua orientação pessoal e com os mesmos fazia refeições, mandando ao final conduzi-los no automóvel oficial do Governador.

Sem a dignidade que o cargo lhe impunha, no dia da sua posse, depois de assumir o Governo do Estado, demagogicamente subiu num poste na Praça da Repú-

blica para discursar aos seus correligionários, que o receberam com a saudação marxista do punho fechado."

Na minha opinião, esses são os antecedentes da Revolução de 31 de Março.

Quero indicar os principais acontecimentos que contribuíram fortemente para o desencadeamento da Revolução: o comício do dia 13, o distúrbio ocorrido na sede do Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro, onde fuzileiros navais se rebelaram, quebraram a hierarquia e a disciplina, todos seguidores do Almirante Aragão, do Corpo de Fuzileiros Navais.

Esse fato do Sindicato dos Metalúrgicos chocou profundamente a consciência dos militares (que cultuam e respeitam a hierarquia e disciplina) e foi decisivo para o desencadeamento da Revolução.

O outro foi o comício do dia 30 de março, no Automóvel Clube do Brasil, no Rio de Janeiro, onde Jango, como era conhecido João Goulart, reuniu os subtenentes e sargentos das três Forças.

Esses são os três fatores determinantes do Movimento revolucionário de 1964.

As Forças Armadas, principalmente o Exército, foram intérpretes da vontade nacional?

As Forças Armadas foram intérpretes da vontade nacional. Agiram chamadas pela população que não se conformava em submeter-se a um governo totalitário.

Naquela época, o mundo estava dividido, polarizado: de um lado o chamado mundo livre, os países ocidentais, mundo capitalista, e do outro os países da Cortina de Ferro, como se conheciam os países socialistas.

No meu entendimento, os países socialistas eram pura e simplesmente ditaduras policiais selvagens, legalizadas por um partido único, o Partido Comunista, e baseados num sistema repressor eficiente e cruel. Esses países praticavam – o governo e o partido – o capitalismo; tanto internamente como externamente, eles praticavam o capitalismo do Estado. Nunca foram socialistas.

Havia realmente uma revolução comunista em andamento?

Exatamente. O Movimento Comunista Internacional (MCI) realizou três tentativas de tomada de Poder no Brasil. Pela sua extensão territorial e por possuir fronteiras com quase todos os países da América do Sul, o País era importantíssimo.

Em 1935, os dirigentes do comunismo internacional já imaginavam subjugar o Brasil. Luís Carlos Prestes, quando participou da Coluna que levaria o seu nome, não era, ainda, comunista; por isso mandaram aquela agente alemã do serviço secreto comunista, a Olga Benário, que acabou por conquistá-lo duplamente: atraiu

Prestes para a causa do comunismo internacional e conquistou o seu amor. Essa é que é a verdade sobre a Olga Benário Prestes.

As outras duas tentativas foram em 1964 e em 1968.

Em Pernambuco, como se comportou a Assembléia Legislativa?

A Assembléia Legislativa, quando Miguel Arraes foi deposto no dia 1º de abril de 1964, em reunião extraordinária, cassou o seu mandato de Governador.

É um fato não muito divulgado, mas o legislativo estadual, em reunião extraordinária, tomou essa iniciativa como que ratificando a atitude dos militares, que o depuseram. Deu posse ao Vice-Governador, Sr. Paulo Pessoa Guerra, ato a que assisti no Palácio do Campo das Princesas, na noite do dia dois ou três de abril de 1964.

Como o senhor analisa as ações terroristas no Estado de Pernambuco?

No Estado de Pernambuco, o Deputado Estadual Francisco Julião Arruda de Paula criou as "Ligas Camponesas"; essa organização congregava os trabalhadores rurais da Zona da Mata dos Estados de Pernambuco, Paraíba e até do Rio Grande do Norte.

Não entraram em Alagoas, porque os senhores de engenhos eram violentos e não deixaram que as "Ligas Camponesas" atuassem no Estado.

Miguel Arraes, quando assumiu o Governo, não queria ficar sem o comando da subversão no Estado. Nesse sentido, criou os sindicatos rurais com o intuito de mobilizar os camponeses. Atribuiu-lhes missões e treinamentos: os camponeses, em número que variava de cem a trezentos, deslocaram-se para o Recife, pela Rede Ferroviária do Nordeste, que era dirigida pelos irmãos Almir Braga e Cláudio Braga, homens de confiança do Senhor João Goulart, e pelas rodovias; Pernambuco sempre teve rodovias melhores que as de outros Estados.

Os camponeses vinham e se alojavam no Derbi, no quartel da Polícia Militar de Pernambuco; os cabos e soldados eram dispensados e os camponeses ocupavam os alojamentos dos soldados no aquartelamento.

Dali partiam para ocupar prédios públicos, realizar passeatas, ameaçar, interditar ruas. No interior ocupavam engenhos, seqüestravam os patrões, ateavam fogo em canaviais.

Esse era o clima no Estado de Pernambuco: de terror! O Governador Miguel Arraes, entretanto, nunca quis perder o controle da subversão no Estado.

No interior, agiam as "Ligas Camponesas" e os sindicatos rurais. E no Recife?

Atuavam os sindicatos, os estudantes e também os camponeses quando eram deslocados para a capital.

Quais, na sua opinião, os líderes civis e militares da Revolução, em Pernambuco?

Os principais líderes da Revolução, em Pernambuco, foram o Coronel João Dutra de Castilho que comandava o 14º RI e foi à Praça da República para a deposição de Miguel Arraes; o Coronel Ivan Ruy Andrade de Oliveira, comandante da outra tropa (I/7º RO 105) que também foi à Praça da República para depor o Governador Miguel Arraes; o Coronel Hélio Ibiapina Lima, que mais tarde foi encarregado do inquérito para apurar as atividades comunistas.

Aliás, dois inquéritos foram instaurados: o do interior, conduzido pelo Coronel Elisiário Paiva, o escrivão foi o Capitão Fernando Carneiro Leão; para o inquérito da cidade, o encarregado foi o Coronel Ibiabina, com dois escrivães, um deles o Capitão Eros Jovino Marques.

Líderes ainda, o Coronel Antônio Bandeira, E/2 do Comando do IV Exército, e o Coronel Sylvio de Melo Cahú, que comandou a tomada do quartel do Comando Geral da Polícia Militar, na praça do Derbi.

Deposto Miguel Arraes, o Major Hangho Trench, do Exército, comandante da Polícia Militar, amigo pessoal do Miguel Arraes, resistiu, na parte da tarde desse dia. Recebeu o apoio do Prefeito Pelópidas Silveira que cedeu ônibus da Companhia de Transporte da Prefeitura. Com os mesmos armou barricadas e cavou trincheiras no campo de futebol que fica fronteiro ao prédio principal do quartel.

Foi armado um dispositivo militar para tomar o quartel do Derbi e o Coronel Sylvio Cahú comandou a operação.

Quando a tropa, dispondo de viaturas sobre lagartas do Esquadrão de Cavalaria e elementos de Infantaria, partiu para enfrentar os amotinados, que estavam protegidos pelos ônibus e abrigados pelas trincheiras que cavaram, todos abandonaram as armas e correram. O coronel entrou triunfante no quartel e, naquele momento, assumiu o comando da Polícia Militar de Pernambuco.

Um outro líder destacado deve ser citado: o Major Hugo Caetano Coelho de Almeida, que chegou em Pernambuco em dezembro de 1963 e recebeu todo o apoio do Coronel Ivan Ruy, comandante do quartel, para preparar a tropa. Fizemos a Revolução, é preciso que se diga, com recrutas incorporados no dia 13 de janeiro de 1964. A Revolução, aqui em Pernambuco, desenvolveu-se no dia 1º de abril de 1964.

Pensando na Revolução, o Major Hugo, designado S/3, criou um programa de adestramento do contingente incorporado "para ficar pronto, tendo em vista uma possível Revolução". Ele sempre repetia isso.

Durava, praticamente 24 horas, a instrução no quartel do I/7º RO 105.

Como S/3, de botas, com uma varinha na mão, acionava a cigarra dando início às sessões de instrução; dividiu o contingente entre os oficiais e sargentos

disponíveis de modo que para cada grupamento havia dois oficiais instrutores e dois sargentos monitores. Enquanto uma dupla de instrutor e monitor empenhava-se na instrução, os outros dois eram obrigados a estar presentes.

A instrução, no horário de verão, começava ainda na escuridão, às cinco horas, o que correspondia a quatro horas da manhã. Ao meio-dia iniciava-se um intervalo de uma hora para almoço, recomeçando à uma hora e estendendo-se até as quatro horas da tarde. Novo intervalo para um lanche de vinte minutos e recomeçava a instrução com ordem-unida, que até então não fora ministrada, e seguia até as sete e meia da noite. Nesse momento é que eram dados os toques de corneta, um após o outro, de boletim, rancho e ordem.[2]

Ele conferia diariamente e a toda hora.

O "Ibope" do major entre os oficiais estava lá embaixo, mas com a eclosão do Movimento Revolucionário de 31 de Março, subiu.

O pessoal dizia:

– O major tinha razão, realmente veio para cá para preparar a tropa para a Revolução!

O senhor acredita que ele veio com um fim determinado – porque possuía informações – de treinar a tropa, com a finalidade de prepará-la para a Revolução, ou foi iniciativa dele?

A transferência do major para Recife não teve nenhum objetivo específico; possivelmente foi um castigo, com certeza, por sua posição ideológica.

O Major Hugo terminou o curso de Estado-Maior e veio para um corpo de tropa; não teve a oportunidade de estagiar. Todo concludente da Escola de Comando e Estado-Maior faz um estágio num Comando de Grande-Unidade, mas ele foi designado diretamente para a tropa.

Se existe uma história de cobertura sobre tudo isso e ele veio realmente com essa missão, não sei. Pode ter vindo.

Ninguém podia brincar com a argúcia do General Castello Branco!

O General Castello Branco não era um revolucionário convicto. Acredito que preferisse estancar aquela onda subversiva no Brasil de outra maneira, como homem da lei que era. Entretanto, sendo, também, realista e bom militar, preparou-se para "embarcar" na Revolução, caso outros a deflagrassem, e foi assim que aconteceu.

A Revolução decorreu, naturalmente, da indignação e da revolta e o General Castello Branco, chefe do Estado-Maior do Exército, naquela época, preocupou-se com a coordenação de todo o Movimento, tanto que foi eleito Presidente da Repú-

---

[2] O toque de ordem significa término de expediente.

blica. Sempre voltado para a legalidade, porém, procurou organizar com os deputados uma chapa e apresentou – não foi uma escolha boa, não foi uma escolha feliz – o José Maria Alkmin, político conhecido como pouco sério; mas foi eleito.

Por essa característica de legalista, o General Castello Branco não se dispôs a permanecer no Governo o tempo correspondente a um novo mandato. Ele não foi aquele revolucionário impetuoso como o General Costa e Silva, como o General Mourão, como o General Carlos Guedes, como o General Muricy, que partiu lá de Minas Gerais. Mas teve que ceder às pressões do grupo.

O General Castello Branco, homem sério, passou apenas três anos e onze meses no Governo, quando deveria ter passado cinco anos. Neste prazo – cinco anos de mandato – possivelmente teria criado condições para sufocar a incipiente guerra revolucionária, evitando o Ato Institucional nº 5 (AI-5) depois, resolver os problemas econômicos e passar o Governo aos civis, no final do mandato. Entretanto, acredito que, de qualquer forma, foi melhor, porque os governos militares tiveram tempo de construir a infra-estrutura colossal de que o Brasil dispõe hoje para crescer.

Costa e Silva infelizmente adoeceu e, também, não terminou o seu período de Governo. Veio, então, a Junta Militar, pois realmente não existiam condições de normalidade para a passagem do Governo. Havia sérios indícios de que a luta armada se instalava no Brasil.

Como disse antes, o Movimento Comunista Internacional tentou três vezes tomar o Poder no Brasil, antes do desmoronamento da cortina de ferro e da queda do Muro de Berlim. Passada a segunda tentativa, em 1964, os subversivos que permaneceram no País, recebendo instruções e apoio dos que estavam lá fora, iniciaram a luta armada: terrorismo, guerrilhas urbana e rural, os ingredientes da guerra revolucionária. Nesse contexto, o Ato Institucional nº 5 (AI-5) foi absolutamente necessário porque senão perderíamos a guerra que havíamos ganho em 1964.

Sem as ferramentas do AI-5 e da Lei de Segurança Nacional (LSN), sem os dados colhidos pelos Destacamentos de Operações de Informações (DOI), e sem o trabalho dos setores de inteligência, os comunistas teriam conseguido, nessa terceira tentativa, implantar a República Popular do Brasil.

Sobre os líderes civis da Revolução, o senhor apontaria algum?

Antes, gostaria, ainda, de citar como líderes militares, o Major Hugo Caetano Coelho de Almeida e, não poderia deixar de mencionar, o General Joaquim Justino Alves Bastos, Comandante do IV Exército, que atuou de maneira equilibrada e firme, aceitando de bom grado a assessoria dos seus comandados.

A Marinha e a Aeronáutica estiveram ausentes. O Comandante do Distrito Naval, Almirante Dias Fernandes, visitava freqüentemente o Governador Miguel Arraes no Palácio do Campo das Princesas.

Quanto aos líderes civis, podemos citar o usineiro José Lopes de Siqueira Santos, o Senhor Francisco Falcão, da Associação dos Plantadores de Cana, o Senhor Wilson de Queiroz Campos, Presidente da Associação dos Diretores Lojistas de Pernambuco, o Senhor Antônio Galvão, vice-presidente da Associação Comercial de Pernambuco e ainda o Senhor Álvaro da Costa Lima, notório anticomunista, que ocupou vários cargos na Secretaria de Segurança Pública de Pernambuco.

O Movimento de 31 de Março teria contado com ajuda externa, financeira ou política?

O Movimento contou com muito pouca ajuda externa, tanto política quanto financeira. Após a consolidação do primeiro Governo, Castello Branco, é que aconteceu maior ajuda, principalmente financeira, para o reaparelhamento das Polícias Militar e Civil.

O Brasil salvou-se a si mesmo. Falam que uma esquadra americana rondou por aí, mas não chegou, não apareceu nem no horizonte; tudo foi resolvido por nós mesmos.

O Exército, apesar da pobreza franciscana – não tínhamos armamentos, viaturas e material de comunicações adequados – tinha a unidade de pensamento, chefia e liderança, especialmente dos oficiais subalternos à frente de suas frações, instruindo-as 24 horas por dia.

A que o senhor atribui o rápido e incruento desmoronamento do chamado "esquema militar" do Governo Federal, quando do desencadeamento da Revolução?

O "esquema militar" do Governo Federal desmoronou pela falta de credibilidade do Presidente da República, o Senhor João Goulart, e pelo trabalho desenvolvido pelos militares do Exército, oficiais e praças. Principalmente os comandantes de subunidades e Unidades, que demonstrando, diuturnamente, amor à profissão, à liberdade e ao Brasil, fizeram com que aqueles que se havia comprometido com João Goulart aderissem, todos, aos verdadeiros líderes do Movimento revolucionário.

Entretanto, o "esquema" funcionou, em parte, contra as outras Forças Singulares, durante o desencadeamento e até a consolidação do Governo Castello Branco; quer dizer, nos primeiros dias depois da Revolução, setores da Marinha e da Aeronáutica ficaram neutralizados.

Isso ocorreu em Pernambuco; a tropa que se encontrava na Praça da República com o intuito de depor o Governador Miguel Arraes estava preocupada com a ponte

que conduz ao bairro do Recife, porque, naquela época, nesse bairro, existia o quartel dos Fuzileiros Navais, que possuíam armamento superior, tipo FAL (Fuzil Automático Leve), mais moderno do que o mosquetão 7mm.

Lembro, inclusive, que tendo chegado ao quartel do I/7º RO 105, após o cumprimento de uma missão no município pernambucano de Goiana, eu e meus companheiros ouvimos o som de disparos vindo da Praça da República. Logo imaginamos a possibilidade de os Fuzileiros Navais terem ido acudir o Governador, justamente pelo bom relacionamento existente entre Miguel Arraes e o Almirante Dias Fernandes. Mas estávamos errados, porque os tiros foram por outro motivo: o controle da multidão na Rua das Florentinas, nas cercanias do Palácio do Campo das Princesas.

Qual a sua opinião quanto ao aspecto "chefia e liderança" por parte dos oficiais das Forças Armadas, particularmente do Exército, que estiveram na iminência do combate?

Os atributos "chefia e liderança" são desenvolvidos no Exército, porque os oficiais responsabilizam-se diretamente pela formação das praças. Ministram a instrução, não delegando suas obrigações aos graduados; estão à frente de todas os procedimentos. Desse modo, exibindo suas capacidades profissional e moral, adquirem uma liderança muito grande. Por isso, o comandante da Unidade confia no oficial subalterno que está à testa de seus subordinados.

Posso dizer, sem medo de errar, que o Exército Brasileiro, em todas as fases da Revolução de 1964, foi o seu principal ator. Acredito que desenvolveu condições para isso, em virtude da diuturna dedicação de seus profissionais.

O senhor identificou, na montagem da Revolução, algum objetivo estratégico claramente definido?

Os primeiros movimentos da Revolução caracterizaram-se por um desdobramento espontâneo, mas, logo em seguida, o Marechal Castello Branco, qualificou-se para dirigir e coordenar os procedimentos que se seguiram. Notava-se claramente.

Em Pernambuco, já disse antes, o Governador possuía um Plano. Treinou um esquema para trazer camponeses das várias zonas: Mata Sul, Mata Norte, Centro; utilizava as rodovias e ferrovias e enchia a cidade, às centenas, de camponeses.

Esse esquema não funcionou.

O problema no Nordeste foi Pernambuco. Paraíba e Alagoas não tinham problemas; em Sergipe só o Governador Seixas Dória, logo neutralizado.

Tropas de Alagoas fecharam os acessos da Mata Sul para Recife. Tão logo o RO (Regimento de Obuses – simplificação do nome do I/7º RO 105) saiu do quartel para o cerco do palácio, chegaram o 15º RI (15º Regimento de Infantaria), de João Pessoa

e, se não me engano, o 16º RI, de Natal; também veio para Pernambuco uma Unidade do Grupamento de Engenharia. Como se observa todas as vias de acesso – do norte e do sul com destino ao Recife –, que eram utilizadas no esquema do Governador para trazer os camponeses da Zona da Mata, foram barradas e isso só pôde ter sido feito mediante um planejamento estratégico.

O Senhor citaria alguns exemplos de coragem pessoal observados no desenrolar dos acontecimentos?

O Major Hugo Caetano Coelho de Almeida, no episódio da deposição e prisão do Miguel Arraes. A notícia espalhou-se e o povo concentrou-se na região do entroncamento da Praça do Diário com a Avenida Dantas Barreto. O acesso até a Praça da República, onde fica o Palácio do Governo, era feito pela estreita Rua das Florentinas.

Não sou testemunha ocular desse fato, porque me desloquei com a 1ª Bateria para a cidade de Goiana, PE – foi a primeira tropa que saiu do quartel do RO – com a missão de prender um "major" da Polícia Militar de Pernambuco, João Bezerra de Araújo, que estava reunindo camponeses do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Sapé, município pernambucano, para trazê-los ao Recife. Segui para o rumo Norte. Esse oficial era elemento de confiança de Arraes e possuía treinamento especial de guerrilha.

O Capitão Aurino de Araújo Pereira, comandante da Bateria, solicitou ao Coronel Ivan Ruy que eu acompanhasse a tropa, pois não pertencia aos quadros da 1ª Bateria de Obuses.

Fui com o Capitão Aurino numa viatura civil cedida por alguns industriais do Grupo Lundgren, das Casas Pernambucanas, e a tropa seguiu depois, como contigente de Infantaria. Lembro que o Tenente Benedito Grangeiro Costa participou da missão.

Seguimos na dianteira para sondar e também receber informações de elementos ligados ao Coronel Ivan Ruy. Antes que a tropa chegasse, o "major" da Polícia apareceu – não era major, era tenente – e dirigiu-se a nós, quando foi preso. Logo depois, chegaram as viaturas – jipes e caminhões – com a tropa.

Por que o senhor diz "major"?

Em virtude da notícia que chegou ao RO dando conta que era um "major" da Polícia.

Ele foi preso na entrada da cidade de Goiana; ele nos abordou, a mim e ao Capitão Aurino.

Essa abordagem foi agressiva?

Não, ele nos abordou para saber o que estava acontecendo. Estava fardado, de coturno, estrelas de oficial, utilizando uma viatura e motorista do Departamento

de Saneamento do Estado – naquela época não existia a Compesa (Companhia Pernambucana de Saneamento). Levava uma metralhadora de mão com dois carregadores e um revólver calibre 38. Já naquela época, enquanto todos usavam a camisa de instrução por dentro da calça, ele a usava por fora e o cinto de guarnição por cima, pra facilitar os movimentos.

Quando se apresentou, perguntando sobre os acontecimentos no Recife, os "contatos" que procurávamos também chegaram e disseram:

– Esse é o homem que está reunindo os camponeses!

Não resistiu à voz de prisão. De imediato, o Capitão Aurino designou, para me auxiliar, o Sargento Heleno, da Seção de Serviços, mecânico, sem nenhuma prática de combate, quatro soldados recrutas, e uma viatura tipo veraneio, Chevrolet, também cedida por empresários do Recife ao Coronel Ivan Ruy.

O Capitão Aurino prosseguiu com a coluna, a fim de cumprir a sua missão de dispersar os camponeses reunidos e evitar que eles se dirigissem para o Recife.

Embarcamos na viatura e viemos embora; diz o Sargento Heleno que eu dirigia – e eu não gosto de correr – a 140km/h.

Quando cheguei ao quartel não encontrei ninguém, estava vazio. O Capitão Egídio Silva, que havia permanecido com a sua Bateria de Serviços na segurança do quartel, em virtude de falsas notícias de ataque aos paióis, mobilizou todo o pessoal, até mesmo a turma da guarda e deslocou-se para a região dos mesmos, que fica bem longe do conjunto principal do quartel.

Procurei as chaves das prisões, mas não as encontrei; só ficou uma sentinela no portão. Esperei de quinze a vinte minutos para que aparecesse alguém com as chaves.

O preso notou o improviso da operação. Confesso que não tinha muita prática de guerrilha, de prender – era tenente de Artilharia – e não dispunha de algema e cordas. Por isso, o cidadão veio com os movimentos livres, se mexeu muito dentro da viatura, a ponto de um soldado perguntar:

– Tenente, ele não tem uma faca, não?

Afinal, depois de trancafiá-lo, o Capitão Egídio ligou para o Quartel-General (QG) e o Coronel Bandeira determinou que o preso fosse conduzido ao IV Exército. Para conduzi-lo ao Quartel-General, já em outra situação, ele foi amarrado direitinho.

Mas, como relatava, não testemunhei a história contada sobre o Major Hugo porque estava nessa missão que acabo de narrar. Sou testemunha por ouvir dizer, não estava presente. E soube que aconteceu o seguinte: os acessos à Praça da República, onde fica o Palácio do Governo, estavam barrados por tropa do Aspirante Osman Godoy; a tropa se encontrava na Rua das Florentinas, exatamente em frente

à multidão. O Major Hugo, vendo o perigo iminente, armado com metralhadora INA (Indústria Nacional de Armas), tomou posição na fração do Pelotão que estava em linha barrando aquela rua, marchou em "passo de ganso" em direção à multidão e acionou a sua metralhadora INA.

Sem prática, esqueceu de liberar o retém de segurança que fica junto ao carregador; por isso tomou do soldado vizinho o mosquetão e fez os tiros contra a multidão.

Ele mesmo contou isso!

O *Diário da Noite*, órgão do *Jornal do Commercio*, do dia 1º ou 2 de abril – o episódio ocorreu, mais ou menos, à uma hora da tarde do dia primeiro, logo a notícia pode ter sido publicada na edição desse mesmo dia – estampou uma fotografia confirmando exatamente isso: o Pelotão avançando, o Major Hugo à esquerda, a metralhadora ainda a tiracolo, abandonada; todos os soldados com as armas apontadas para cima com a inclinação de 45° ou mais e a arma do major na horizontal.

Diário da Noite foi um jornal que saiu de circulação, mas pertencia ao *Jornal do Commercio*.

Há um outro fato que também sei por ouvir dizer: quando as tropas tomavam posição na Praça da República e se estabelecia contato com a guarda da Polícia Militar, exigindo a retirada da mesma do Palácio do Governo, aconteceu um incidente muito interessante.

O Tenente José Wilson Rodrigues foi encarregado de instalar a metralhadora .50, que é orgânica da Bateria de Artilharia, e o fez exatamente em frente ao Corpo da Guarda do Palácio do Governo, naquela amurada do Rio Capibaribe. Preparou o reparo, colocou a metralhadora com a esteira de cartuchos .50 e decidiu, por sua conta, experimentá-la: girou-a para o rio e disparou um ou dois tiros, como teste. Ninguém o mandou instalar aquela metralhadora ali, apontada para o Corpo da Guarda. Foi iniciativa do tenente; afirmo porque o temperamento dele era assim.

Talvez por isso a guarda tenha saído tão submissa e se recolheu a um quartel da Polícia que existia, naquela época, exatamente atrás do prédio dos Correios, onde agora funciona uma repartição da Secretaria de Educação. O teste do tiro foi muito bom e resultou na designação da 2ª Bateria de Obuses para assumir a guarda do Palácio.

Resultou do Movimento revolucionário alguma coesão no seio do Exército?

Sim, integrantes da Força Terrestre sentiram que apesar das carências – faltavam viaturas, armamentos, material de comunicações, tropas mais treinadas etc. – o poder do Exército mostrava-se sólido. Baseava-se na unidade de pensamento, na hierarquia e na disciplina consciente, no amor ao Brasil, no devotamento ao dever e nas capacidades moral, física e profissional de seus quadros.

O Movimento de 31 de Março estava baseado em alguma ideologia?

O Movimento de 31 de Março fundamentou-se no ideal de liberdade, na repulsa ao comunismo, no inconsciente coletivo anticomunismo que prevalecia naquela época e ainda existe hoje na população brasileira.

A força maior de nosso povo, apesar de sermos pobres, é o sentimento de liberdade.

Geralmente a imprensa refere-se à Revolução como golpe. O que o senhor pensa a respeito?

Não concordo de modo algum. Golpe ou quartelada é um movimento restrito a pequenos grupos que procuram empolgar o Poder pelo Poder e cujos objetivos resumem-se na obtenção de vantagens, benefícios materiais.

A Revolução de 31 de Março de 1964 empolgou a esmagadora maioria da consciência livre brasileira. As Forças Armadas, o Exército principalmente, atenderam aos apelos dos brasileiros e saiu às ruas para abafar a onda subversiva que por pouco não nos sufocou.

As novas gerações e também as do futuro precisam saber que a liberdade de que desfrutam atualmente resultou do Movimento de 31 de Março de 1964 e de seus desdobramentos.

Referindo-se ao Movimento de 1964 pode-se repetir: "Nunca tantos deveram tanto a tão poucos" (frase de Winston Churchill, referindo-se à Força Aérea Inglesa na Segunda Guerra Mundial).

Quais foram os benefícios que a Revolução de 31 de Março trouxe para o País?

A Revolução baniu os subversivos e puniu os corruptos. O País partiu célere para o desenvolvimento. Até 31 de março de 1964 era atrasado em muito aspectos; a partir desta data transformou-se num Brasil moderno, com infra-estrutura para progredir e crescer.

A mídia divulga e muitos acreditam que o Brasil desenvolveu-se a partir do Governo de Juscelino Kubitschek, mas não é verdade. Juscelino Kubitschek tem o grande mérito de ter iniciado a construção de Brasília e de ter trazido para o Rio de Janeiro uma montadora de carros, ainda sem condições de fabricar.

A Revolução de 1964 consolidou e desenvolveu Brasília e realmente incrementou a indústria automobilística brasileira, com toda a infra-estrutura necessária. O Brasil era carente em energia, em estradas de rodagem; não dispunha de indústria química, indústria de comunicações, indústria automobilística, indústria aeronáutica, indústria naval; era deficiente em siderurgia e possuía atrasada organização administrativa. O Brasil precisava de tudo. A Revolução fez quase tudo.

Toda a infra-estrutura do Brasil de hoje foi construída pela Revolução de 31 de Março de 1964. Não tenho medo de errar nesse raciocínio.

Precisamos hoje, apenas, investir na saúde, instrução e educação do povo e trabalhar para que o País volte a crescer, porque a Revolução proporcionou infra-estrutura para isso.

Houve erros?

Sim, talvez, na seleção de prioridades.

Alguns dizem que a Revolução demorou-se no Poder. De fato, mas essa demora foi benéfica para o País, tendo em vista as circunstâncias do momento, e permitiu que os governos revolucionários criassem a infra-estrutura necessária para o nosso desenvolvimento. Chegamos a ser a oitava economia do mundo e não foi por outro motivo senão porque possuíamos condições para tal. Está faltando significativa poupança interna para não depender tanto do capital estrangeiro e investir na educação e na instrução do povo.

Na sua opinião, o Ato Institucional nº 5 (AI-5) e a criação de órgãos de informações e de operações, bem como o agravamento da Lei de Segurança Nacional foram necessários?

O AI-5 foi promulgado em dezembro de 1968. Foi necessário, porque estávamos ameaçados pela subversão, que já havíamos desbaratado.

Uma nova guerra revolucionária estava se formando no Brasil e para vencê-la sem estardalhaço – a guerra revolucionária vive de propaganda – o combate teria que ser silencioso, sem dar fôlego ao inimigo. Precisávamos do AI-5, da Lei de Segurança, dos órgãos de inteligência, ditos na época de informações. Naquele tempo, sem esses instrumentos e sem as operações de inteligência, repito, teríamos perdido a guerra que já havíamos ganho tão rapidamente, em 1964.

Hoje, acredito que o Brasil precisa de algo semelhante para combater o narcotráfico, o banditismo e a violência. Não existe mais o perigo comunista, mas as ameaças atuais parecem-me maiores. Nós vamos aceitando... aceitando... e daqui a pouco estaremos elegendo um Presidente da República chefe do narcotráfico. Precisamos de algo semelhante ao AI-5, à Lei de Segurança Nacional e aos órgãos de operações de informações para combater a violência, o banditismo e o narcotráfico.

Tortura a presos políticos?

Diz o pessoal da esquerda que a prática de torturas a presos políticos teria sido comum depois do AI-5, quando as guerrilhas urbana e rural se instalaram e o

inimigo procurava implantar a guerra revolucionária. Durante o ano de 1964, falo pelo Nordeste, praticamente não houve tortura em presos políticos.

Como S/1 (Chefe da Seção de Pessoal) do RO, encarregado dos presos, encontrei um deles, chamava-se Valdir Ximenes e fora auxiliar direto do Governador Miguel Arraes, nas imediações da Formação Sanitária, sentado numa cadeira, parecendo doente. Esse homem tinha sido presidente da Companhia de Revenda e Colonização (CRC) de Pernambuco, que dava suporte financeiro a toda e qualquer atividade subversiva do Governo pernambucano, e era casado com uma prima-irmã de Miguel Arraes. Sempre adotei medidas para que atos de violência não fossem praticados. Sendo encarregado dos presos, não queria vê-los submetidos a essas práticas.

Testemunhou algum caso?

Não testemunhei. Soube de um caso, por ouvir dizer, inclusive um fato que se tornou conhecido naquela época e que motivou, até, a ida do General Ernesto Geisel ao quartel do I/7º RO 105. O General Geisel, na época, era auxiliar direto do Presidente da República Castello Branco; foi tratar com o comandante para liquidar esse assunto, porque os parentes se queixaram.

O senhor acredita que as Forças Armadas de algum modo se locupletaram, aproveitando-se dos governos cujos presidentes eram militares?

De modo nenhum. Os chefes militares deixaram de equipar as suas forças para que os governos empregassem os recursos em outras áreas que consideravam de maior prioridade; até os vencimentos dos militares em momento algum chegaram ao patamar desejado pelo pessoal.

O senhor gostaria de ressaltar mais alguns aspectos ligados ao desencadeamento da Revolução?

Quando daqueles fatos que precederam a Revolução: o comício do dia 13 de março, a rebelião dos Fuzileiros no Sindicato dos Metalúrgicos e o episódio do Automóvel Clube, aconteceram reuniões, espontâneas, aqui na guarnição do Recife. Numa delas, no quartel do I/7º RO 105, ficou decidido enviar emissários às diversas Unidades da guarnição para uma tomada de consciência. O Coronel Ivan Ruy, Comandante do quartel, estava de férias na sua casa de veraneio em Itamaracá. Coube ao Major Hugo conversar com o General Justino, tendo dito aos presentes:

– Vou ao Quartel-General conversar com o General Justino e voltarei, mesmo que ele me dê voz de prisão. Terá que me prender de fato, fisicamente, porque se me der somente ordem de prisão, eu voltarei.

Por que teria passado pela cabeça do Major Hugo receber uma ordem de prisão vinda do Comandante do IV Exército? Não estavam ambos no mesmo ideário?

Mas o I/7º RO era uma Unidade subordinada à Região Militar – não existia ainda a Brigada – e o Major, com esse procedimento, estaria querendo ultrapassar o comando superior.

A idéia era iniciar alguma ação militar?

A idéia era, reunidos, ver o que poderíamos fazer.

O Major Hugo seguiu para o comando do IV Exército; fui à Bateria de Costa, do Bairro Novo (1ª/3º GACosM – 1ª Bateria do 3º Grupo de Artilharia de Costa Motorizado); o Capitão Bismarck Baracuhy Amâncio Ramalho dirigiu-se ao 14º RI, porque conhecia o Comandante, Coronel Castilho. Foram feitas ligações, ainda, com outras Unidades do Recife, como a Companhia de Guardas, o CPOR, o Parque de Moto e mais algumas.

Os emissários conversaram com seus anfitriões e, em face disso, o Comandante do IV Exército, General Justino, apressou-se em comparecer ao RO. Reuniu os oficiais e me lembro muito bem quando falou:

– O meu braço vai do Maranhão à Bahia; não podemos nos precipitar. Temos que manter a calma e desencadear as nossas ações de acordo com os acontecimentos, na hora certa.

E assim aconteceu. O Coronel Ivan Ruy foi chamado (estava de férias) e quando chegou, o quartel estava em ordem de marcha, pronto para sair: as viaturas todas preparadas, em colunas. Tenho dúvidas de que o Grupo tenha saído para o Palácio com os obuses; penso que foram para lá depois. Pelo menos, a 1ª Bateria, que saiu do quartel para cumprir missão no norte do Estado, o fez como tropa de Infantaria e, tudo indica, a 2ª Bateria, também, foi para a Praça da República na mesma situação.

O obus lá seria um trambolho. O Coronel Ivan Ruy conhecia os ensinamentos de Canudos e sabia que a tropa deveria deslocar-se sem os obuses. Depois, para servir de barreira à possível aproximação dos Fuzileiros Navais do Bairro do Recife ou da multidão, foram colocados, em pontos estratégicos: Ponte Princesa Isabel e Ponte Buarque de Macedo. Em frente ao Palácio, também. Lembro-me bem de que, pela madrugada, neste local, preparou-se a munição dos obuses. Recebemos um radiograma, responsável por essa medida, de seguinte teor: "Possível contra-revolução comandada por graduados!" Permanecemos nas cercanias do Palácio dias 1º, 2 e 3 de abril.

O senhor se lembra da origem desse radiograma?

A mensagem veio do Comando do IV Exército e foi recebida, parece-me, pelo Coronel João José Cavalcanti de Albuquerque, pois o Coronel Ivan Ruy, logo nos primeiros momentos, foi nomeado Secretário de Segurança Pública.

Em função dessa mensagem, como disse a pouco, nos determinaram que preparássemos a munição. Os obuses foram colocados nas posições adequadas, até mesmo um bem na frente do Palácio do Governo, barrando as vias de acesso que do Palácio da Justiça demandam à sede do Governo estadual.

É estranho. Uma mensagem que informa sobre uma contra-revolução dos graduados, cabos e sargentos, não parece coerente, porque seria indício de falta de coesão. Se havia coesão...

No Exército havia coesão, mas existia uma grande interrogação quanto à Marinha e a Aeronáutica; poderia a mensagem ter-se referido às duas Forças Singulares.

Ambas permaneceram silenciosas naqueles dias, notava-se que estavam completamente perplexas. Deve ter havido muita coisa lá de que não tomamos conhecimento. Ouvi dizer, não sei se é verdade, que no Rio de Janeiro, na Praça Mauá, os graduados das tripulações dos contratorpedeiros e outros navios da Marinha jogaram os oficiais na água.

Na opinião do senhor a conjuntura internacional acelerou a abertura política no Brasil?

A conjuntura internacional acelerou a abertura política no Brasil. Houve um acontecimento significativo, a Revolução Islâmica que derrubou o Xá do Irã, bem como a pressão de algumas potências, inclusive dos Estados Unidos.

O senhor teria alguma crítica com relação aos governos presididos por militares?

Os governos militares poderiam ter feito jus a esse título mais efetivamente, e escolhido melhor os seus ministros e auxiliares de primeiro escalão.

Como tiveram que trabalhar com o que existia, então, muita coisa aconteceu à revelia dos objetivos dos governos revolucionários.

Certa vez, o jornal *Diário de Pernambuco* publicou a seguinte manchete: "Revolução Encabulada" – justamente por isso, porque os militares fizeram a Revolução e o Marechal Castello Branco foi procurar José Maria Alkmin para ser o seu vice-presidente.

Os governos revolucionários procuravam os civis para formar os seus ministérios; se fossem mais militares (não é que o Exército tivesse quadros suficientes para todos os cargos) poderiam ter realizado mais.

O que o senhor tem a dizer da Lei da Anistia?

Quando a Lei da Anistia tramitava no Congresso, alguns políticos da oposição, um deles – eu não queria citar, já morreu – foi o Ulysses Guimarães, optaram por vetar a volta de vários políticos exilados; por exemplo, Miguel Arraes não voltaria, Leonel Brizola não voltaria, numa clara tentativa de eliminar concorrentes

para as eleições que se aproximavam, porque esses elementos que regressavam tinham peso nas urnas, eram bons de urna, como se diz.

Próprios militantes da esquerda, que estavam aqui no Brasil, tentaram fazer com que a Lei da Anistia fosse restrita.

O que aconteceu? A grande esquerda reagiu e disse: "Queremos a anistia ampla, geral e irrestrita." Era o que se ouvia dizer e até hoje soa nos ouvidos: anistia ampla, geral e irrestrita.

Exatamente isso era o que os governos militares queriam. Só que os políticos não imaginavam que a anistia ampla, geral e irrestrita também serviria para os militares que participaram de todos os movimentos, de todos os "entreveros". Quando descobriram que ela anistiava, também, os militares, ficaram decepcionados e viram que haviam caído numa armadilha criada por eles mesmos.

Como o senhor analisa a imagem do Exército, após a Revolução? Sofreu desgastes ou aumentou a aceitação junto à sociedade?

A imagem do Exército nos primeiros anos da Revolução foi exaltada. Posteriormente, desgastou-se um pouco, como é natural.

Quando Castello Branco assumiu o Governo, a idéia geral era de que o Brasil estava falido. Na Praça da Independência (no Recife) existia uma farmácia chamada Simões Barbosa; dentro dessa farmácia instalou-se uma comissão para receber donativos da população para salvar o Brasil da bancarrota.

Formaram-se filas para as doações, a fim de salvar o Brasil. Eram doados relógios, anéis, jóias e outros objetos. Isso vi, porque naqueles primeiros dias sempre fazíamos ronda pela Pracinha para ver se existia alguma aglomeração ou presença de agitadores. Testemunhei a fila de populares fazendo entrega, à comissão de recepção que estava instalada dentro da Farmácia Simões Barbosa, de donativos para o Governo salvar o Brasil.

O senhor crê que exista uma mobilização política contra os militares, nos dias de hoje?

Existe, de um modo geral, esse inconsciente, certo preconceito contra os militares; como existe um inconsciente anticomunismo, existe no Brasil, atualmente, um inconsciente antimilitarismo.

A criação do Ministério da Defesa afastou, de saída, quatro militares do primeiro escalão do Governo: Ministros da Marinha, do Exército, da Aeronáutica e o Ministro-Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas.

Os militares das Forças Armadas estão proibidos, por leis estaduais, de comandar as polícias militares dos Estados.

Por exemplo: naquele tempo era corriqueiro colocar-se um coronel no comando da Polícia Militar; o Vilarinho (Joaquim Gonçalves Vilarinho Neto) foi comandante da Polícia Militar de Pernambuco, como major; o Hangho Trench era Major e foi comissionado como Coronel para comandar a mesma Polícia Militar.

Hoje, por lei, é proibido a qualquer oficial das Forças Armadas comandar Polícia Militar de qualquer Estado.

Coronel Petrônio, o senhor gostaria de acrescentar algo mais ou deixar uma mensagem, ao final de sua entrevista?

Atualmente, com o desmantelamento da Cortina de Ferro, não mais existe o comunismo. Surgiu, entretanto, um inimigo muito forte: o narcotráfico, o banditismo e a violência.

As Comissões Parlamentares de Inquérito (CPI) federal e estaduais do narcotráfico estão prestando grande serviço ao País. Lamento, apenas, que em Pernambuco os deputados sem ligação com a esquerda, "não engajados", como eles são referidos, negaram-se a ocupar os dois cargos mais importantes – presidente e relator. O Presidente é o Pedro Eurico, do Partido Socialista Brasileiro (PSB), porque os outros partidos não aceitaram esse encargo.

Vivemos uma situação dramática causada por esse inimigo. Acredito que uma medida efetiva seria acabar com a livre fabricação de armas, no Brasil. É uma atividade que não pode dar lucro; as fábricas seriam estatais.

O arcabouço jurídico e a estrutura revolucionárias poderiam, com as adaptações necessárias, servir de modelos para o combate ao narcotráfico, ao banditismo e a violência, que tanto nos afeta.

Coronel Osman Godoy

- Natural da Cidade de João Pessoa, PB.
- Serviu no Comando Militar da Amazônia (CMA), em Manaus, e no Pelotão de Fronteira de Ipiranga, AM. Comandou, em 1989, o Centro de Preparação de Oficiais da Reserva (CPOR) do Recife. Foi coordenador do Projeto Calha Norte sobre a ocupação da fronteira amazônica.
- Possui todos os cursos regulares do Exército. Especializado em guerra na selva pelo Centro de Instrução de Guerra na Selva (CIGS), em 1967.
- Realizou vários cursos sobre cinema, atividade que se dedica atualmente.
- Em 1964, era 2º-Tenente e servia no Primeiro Grupo do 7º Regimento de Obuses 105 (I/7º RO 105), em Olinda, PE.

Entrevista realizada em 25 de maio de 2000.

O senhor gostaria de falar algo sobre os antecedentes da Revolução de 31 de Março de 1964, no que tange o seu quartel?

A título de preâmbulo, gostaria de falar sobre uma cativante experiência que tive há pouco tempo: a preparação de um filme sobre Frei Caneca. Excelente oportunidade para mergulhar a fundo numa pesquisa histórica sobre esse nosso herói, na qual identifiquei uma parte muito interessante que diz respeito ao trabalho que estamos realizando nesta entrevista.

Entre os depoimentos de como teria ocorrido a execução de Frei Caneca, existe o de um senhor que escreveu, cinqüenta anos após a execução, informando que tinha sido testemunha ocular. Como tive acesso a outras fontes históricas sobre o mesmo tema, cheguei à conclusão de que muita coisa estava discrepante das fontes históricas oficiais.

Esta introdução é para reconhecer que, falando do meu depoimento, é possível que surjam certas informações imprecisas, porque 36 anos já se passaram daqueles fatos. Muita coisa aconteceu, alguma particularidade a gente esquece, e remanescerá a dúvida sobre o que poderá ser tomado como historicamente correto.

Cheguei a Recife, em 1963, jovem aspirante egresso da Academia Militar, e tudo no I/7º RO 105 revelava-se empolgante. Quanto à política, de fato, não era muito ligado. Nossa preocupação residia em ministrar bem as instruções, especialmente para os recrutas.

Particularmente interessante, naquela época, o fato de a carga horária da instrução estar dividida quase meio a meio: uma parte era a regular de Artilharia, e a outra, por influência da guerra do Vietnam e da conjuntura internacional, era absorvida pela instrução de guerra revolucionária – guerrilha, controle de tumultos etc.

A instrução foi muito intensificada, no início de 1964, coincidentemente com a chegada à Unidade de um oficial superior que passou a desempenhar as funções de S/3, o Major Hugo Caetano Coelho de Almeida, especialmente se comparada com a do ano anterior.

Começava com as luzes apagadas, ainda não havia nascido o Sol, e terminava lá pelas dez horas da noite, com grande ênfase, como comentei, no controle de tumultos, guerrilhas etc. Fazíamos, até mesmo, exercícios de campanha sobre tema de guerra não convencional.

Os tenentes comentavam sobre as razões do aprimoramento da instrução? Falavam nisso?

Havia comentários, mas eu não me preocupava muito, embora achasse que pudesse vir a acontecer alguma coisa. O major gostava mesmo de instrução; muito

esforçado, morava no quartel, pois viera solteiro. Preparava-nos para a ação com bastante realidade e vigor.

Insisto em referir-me à prática dos exercícios no terreno sobre guerrilha, combinados com os de controle de tumultos, porque guardam certa relação com o que viria acontecer depois.

Em um exercício realizado no Forte de Pau Amarelo, local onde havia muito mato, foi feita a limpeza a fim de balizar no terreno um arruado para a prática de instrução de controle de tumulto em área urbana. Um repórter do *Diário de Pernambuco* assistiu ao exercício e, no final – quem estava no comando era o Major João José Cavalcanti de Albuquerque, pois o Coronel Ivan Ruy Andrade de Oliveira estava de férias – o Major Hugo disse ao repórter:

– Com esse tipo de adestramento somos capazes de controlar cerca de seis mil pessoas na rua, sem que seja necessário disparar um único tiro.

Não que tenha guardado isso, naquela época, mas estive consultando os jornais, recentemente, e localizei a reportagem, muito interessante, noticiando aquele tipo de exercício que se fazia, de antiguerrilha. Lá estava, também, a informação do Major Hugo: um pequeno número de soldados bem treinado teria condições de controlar, numa rua, seis mil pessoas, sem que se disparasse um único tiro!

Esse era o panorama, às vésperas da Revolução. Sempre lia os jornais que informavam sobre o clima de descontentamento, de balbúrdia, de confusão, algumas ocorrências na cidade, envolvendo estudantes. Mas, o 7º RO não havia sido empregado para controlar distúrbios.

O senhor teria idéia de que esse treinamento de contraguerrilha era praticado, também, nas outras Unidades, como o 14º RI, nas mesmas freqüência e intensidade?

Não sei se era no mesmo ritmo, mas as outras Unidades também se preparavam; não posso assegurar que o 14º RI tivesse uma instrução mais completa do que a nossa.

A do 7º era muito puxada, tanto que às vezes preferia ficar dormindo no quartel para não perder tempo nos deslocamentos, apesar de ter casa na cidade.

Houve reunião de oficiais para comentar essa peculiaridade de treinamento? Os oficiais teriam sido informados, não da possibilidade de uma Revolução, mas da importância de uma preparação com tal objetivo?

Não estou certo, mas os oficiais mais graduados, possivelmente, estivessem atentos a esse aspecto; eu, no meu "aspirantado", 2º-tenente subalterno da 1ª Bateria, não fui alertado.

O senhor poderia nos dizer algo sobre sua participação pessoal na eclosão da Revolução?

No dia 1º de abril de 1964, bem cedo, não sei precisamente a hora, saímos do quartel, do Regimento, toda a Unidade em direção ao centro do Recife, inclusive

com os obuseiros. Passamos pela Ponte Princesa Isabel, onde já se encontravam elementos armados, não lembro bem de qual Unidade, e chegamos ao palácio.

Nossa área de atuação estendeu-se – traçando-se uma linha – da Ponte Buarque de Macedo, passando pelo Palácio da Justiça, que é fronteiro ao do Governo, atravessando a Dantas Barreto que naquele tempo se chamava Rua das Florentinas e fechando na Ponte Princesa Isabel.

Foi instalado um cordão de isolamento, inicialmente só o 7º RO e, depois, mais uma Unidade, talvez o 14º RI, que ficou guarnecendo outro setor.

Havia elementos da Polícia Militar na praça?

Não, os soldados da Polícia Militar estavam recolhidos ao Palácio. Ficamos senhores da situação, sem reação alguma. Foi tomada uma decisão em relação aos pelotões de controle de tumulto, para que bloqueassem o acesso dos que viessem da cidade em direção ao palácio. Permanecemos ali um bom tempo. Aconteceram os episódios da ida de alguns oficiais ao palácio, a deposição do Governador e a rendição da tropa de guarda do Palácio – substituir os policiais militares. O responsável foi o Tenente José Wilson Rodrigues que cumpriu muito bem a missão, pois não houve reação alguma.

Havia público? Civis?

No início, pouca gente; depois que correu a notícia, na cidade, da deposição do Governador, começou a aumentar a afluência de populares, que encontravam os pelotões barrando a passagem. Quando chegamos ao local mudamos o trânsito. Havia um movimento muito intenso, inclusive de ônibus, que deixaram de circular pela Praça do Campo das Princesas e passaram a utilizar a Rua Siqueira Campos. Isto favoreceu a nossa posição porque, de certa forma, impedia que o pessoal se aproximasse.

Com a notícia dos acontecimentos, estudantes se deslocaram em direção ao Palácio, concentrando-se, exatamente, em frente à posição que meu Pelotão estava guarnecendo, na Rua das Florentinas. Num determinado momento, cerca de uma ou duas horas da tarde, o oficial que estava no comando, Major Hugo, resolveu aproximar-se do público que passara a manifestar-se mais ruidosamente.

Vocês levavam munição real?

Sim, levávamos munição real. O Major Hugo, num repente de coragem, junto com outro oficial ou praça, não sei bem, atravessou a nossa linha e foi em direção à massa. Lá chegando, tentou dialogar com o pessoal. Essa atitude, apesar de corajosa, foi temerária.

De toda a forma sabíamos que a população não estava totalmente contra. Anteriormente, um grupo de senhoras da sociedade pernambucana já se dirigira espontaneamente ao General Comandante da Região Militar, depois do comício da Cen-

tral do Brasil, no Rio de Janeiro, pedindo que ele tomasse uma providência sobre os acontecimentos em curso. Percebiam que havia algum tipo de ameaça latente. Pensando nisso, acreditávamos que a população, através de um diálogo, poderia voltar às suas casas. Estou certo de que tenha sido essa a idéia do Major Hugo. Mas se ele soubesse que o pessoal estava realmente disposto a enfrentá-lo, talvez não tivesse ido lá.

Houve enfrentamento?

Encontrava-me a uma certa distância, a uns trinta metros da multidão, e sentimos que o Major fora envolvido. Demorou um certo tempo, ele voltou bastante irritado, dirigiu-se ao meu Pelotão e ordenou:

– Vamos à frente. Comande! Vamos para o enfrentamento!

A determinação era no sentido de avançar daquela maneira que aprendemos exaustivamente, arma em guarda alta, em direção ao populacho, dispostos, realmente, a dissolvê-lo.

Marchamos, o Major Hugo incorporou-se ao Pelotão, deslocando-se exatamente do meu lado esquerdo, em direção à massa. Ocorreu um fato bem interessante e que se deve relatar: o pessoal da Polícia que tinha deixado o serviço de guarda do palácio, que fora substituído, permaneceu num alojamento que existia na Rua Ulhôa Cintra, próxima à Siqueira Campos. Notando que a nossa tropa estava se deslocando em direção ao enfrentamento, incorporou-se ao Pelotão, espontaneamente. A Polícia juntou-se a nós voluntariamente, armada, mas de certa forma foi um risco. O risco maior que senti no momento foi a Polícia encontrar-se atrás de nós, armada. E atiraram bastante, pode-se até ver nos jornais do dia. Houve uma cobertura fotográfica – o *Jornal do Commercio* fez uma reportagem detalhada dessa nossa progressão, o jornal do dia 2, pois o fato ocorreu no dia primeiro. Acredito que deva estar nos arquivos do *Jornal do Commercio* um número maior de fotografias que mostram melhor como tudo se passou. A Polícia, incorporada ao Pelotão, saiu marchando disposta a dissolver o tumulto.

Nessa ocasião, aconteceram muitos fatos que, na refrega, passaram-me despercebidos, porque minha preocupação maior era controlar os homens. Posso recordar que havia bombas caseiras estourando, aquelas "cabeças-de-negro", vi tiros batendo no paralelepípedo, mas sem saber precisamente quem teria disparado. Acredito que houvesse alguém atirando do outro lado, também.

Um episódio corrobora a minha observação, apesar de ninguém ter sido ferido na nossa tropa: semanas antes, irrompera uma agitação promovida por estudantes, na Rua do Hospício, em frente à antiga Escola de Engenharia, se não estou enganado. Foi na porta do colégio, a confusão promovida pelos estudantes, alguns de Engenharia, gritando, com aparelhos de som para perturbar ao máximo a reu-

nião de outros estudantes e alguns políticos do Sul. Na saída, foram apupados. Pedras e tomates foram jogados neles. Um dos estudantes estava armado, deu um tiro e feriu um outro que estava saindo da escola. Era estudante contra estudante. Isso eu soube por consultar jornais da época. Provavelmente eles, os que nos enfrentavam, tinham armamento e por isso houve tiros de ambos os lados.

Naquele "entrevero" que se formou morreram dois estudantes e um foi ferido na perna. Na ocasião, não observei nada, apesar de estar na testa.[1] Meu Pelotão atirou para cima (para o alto) e eu recordo a observação que fora feita no exercício de campanha de contraguerrilha, quando o nosso instrutor, o Major Hugo, dizia para os repórteres que "o objetivo é controlar o tumulto sem disparar um tiro".

Ninguém raciocinava em termos de alvejar alguém. Por isso, os soldados do Pelotão atiraram para cima, não havia interesse de matar, de visar um popular, mesmo porque a gente não tinha essa instrução, "atirar para matar". Mas dois estudantes morreram.

As vítimas foram levadas para o Hospital da Restauração, um chegou morto e o outro faleceu lá. Depois ficamos sabendo o que havia acontecido: quem atirou, quem disparou. Isso é público e notório, nem posso deixar de dizer quem teria sido, porque foi dito de própria voz, às sabidas: o nosso Major; naquele afã, estava com o sangue quente por ter sido vexado na ocasião em que procurou parlamentar com o pessoal e foi repelido; aquilo tudo se somou e ele então efetuou os disparos.

Algo que considerei uma falha, inexperiência minha, talvez. Quando retornamos ao quartel não houve preocupação de saber quem do Pelotão fora o autor dos disparos.

Se alguém o fez, não fui eu; se o armeiro[2] procurou saber, não sei; pode-se até consultar o Tenente Petrônio Araújo Gonçalves Ferreira que também estava muito envolvido nisso, sabe de mais coisa, era mais antigo; mas estou certo de que não houve controle do armamento. Não sabemos, com certeza, quem atirou! Apenas tomamos conhecimento, por ouvir falar, que o Major Hugo teria disparado e possivelmente fora responsável pela morte do estudante.

O tumulto foi dominado, a massa correu e nós recuamos. Foi o tempo para chegar a Cavalaria. Os carros de combate circularam pela cidade e, de certa forma, limparam o ambiente; voltou-se à normalidade.

Na minha condição de tenente "vibrador", senti-me um herói porque, daquele pessoal todo que estava ali, fui eu que fiz o enfrentamento; a parte mais difícil

---

[1] Expressão comumente usada entre militares. Significa estar à frente da tropa.

[2] Graduado responsável pela distribuição e recolhimento do armamento nas subunidades

aconteceu conosco, demos conta do recado e a missão foi cumprida. Estava muito orgulhoso dos meus subordinados, mesmo porque a intensificação da instrução foi tal que se conviveu com os homens muitas horas durante o dia; nunca tive subordinados que fossem tão intimamente ligados a mim. É claro que o chefe procura sempre apegar-se a seus homens, mas durante toda a minha vida nunca houve um período em que tivesse os comandados assim tão "à mão".

Retornei à posição original e ficamos ali, aguardando. Chegaram alguns oficiais e um tenente fez uma observação que me desagradou muito e, na ocasião, o interpelei. Era o adjunto do S/3 do Regimento.

– Atenção pessoal – disse ele para os soldados do Pelotão – da próxima vez vamos atirar para matar! Atirar para matar mesmo!

Fiquei aborrecidíssimo. O Pelotão era meu e ele não tinha nada que se meter.

– Absolutamente! Negativo! – falei, aumentando o tom da voz –, o comandante sou eu, sei o que faço, a ordem será dada por mim. Ninguém tem que fazer coisíssima alguma independente da minha ordem.

Houve aquele constrangimento, mas terminou ali mesmo.

O regresso para o quartel foi no mesmo dia?

Não estou bem seguro se regressamos ou pernoitamos no local. Mas foi isso que ocorreu nesse dia, no dia primeiro.

O senhor entende que a Revolução em si tenha aumentado a coesão no seio da tropa?

Seguramente, pelo menos nos primeiros anos, a Revolução foi a razão direta para o aumento da coesão no seio da tropa. No 7º RO, não me lembro de nenhuma dissidência. Estavam todos irmanados, coesos, conscientes de que era aquilo mesmo. Não havia por que pensar diferente, a partir do momento em que todos, chocados, viram um almirante sentado junto de marinheiros "desuniformizados" ou sendo levado nas costas.

Aliás, o pessoal que se considera revolucionário autêntico, os ufanistas, sem concessões, vem passando muito mal nesses últimos anos. Ouvem e lêem observações tolas, nas quais, a todo momento, há referências do tipo: "anos de ditadura", "foi perseguido", "censura" etc. A maioria das vezes não foi nada disso.

Possuo um livro de contos escrito pelo Professor Rubem Pincovisky. É uma obra muito interessante, onde se lê a narrativa sobre um cara que, por ocasião do período revolucionário, amigo dele, fazia tudo para ser preso. Ele tinha a mania de fingir-se subversivo, mas não tinha jeito. Muita gente imita esse procedimento, hoje em dia.

No meu ambiente de cineasta – considero-me cineasta por vocação – havia um pessoal que fazia cinema super-8: eram os "superoitistas". No final da década de

1960, houve um surto de cinema super-8. Freqüentava o grupo, de certa forma até com reservas, porque poderia ser encarado como alguém que estaria ali infiltrado. Mas não era isso; eu e mais o Athos Eichler Cardoso, companheiro que servia no CPOR, queríamos realmente fazer cinema.

Pois bem, esse pessoal, que fazia "cineminha" naquela época, quando tem oportunidade de falar, reporta-se à questão da censura e diz que os filmes deles foram censurados... não sei o quê...

Coisíssima nenhuma! Acompanhei bem de perto tudo aquilo e não houve absolutamente essa censura, assim, a troco de nada. É claro, sabe-se que houve uma censura, não se pode negar, mas não com essa intensidade de que todos se arvoram em falar, nos dias de hoje. Isso é um despropósito.

No meu hábito de consultar, ultimamente, os jornais da época, estive no arquivo público, peguei os números de março a junho do *Jornal do Commercio* e *Diário de Pernambuco* e constatei uma coisa interessante: as pessoas que, hoje em dia, jogam pedras naquele período dos militares, o chamam de "anos de chumbo", se tivessem o cuidado de pesquisar os órgãos de imprensa, veriam que não havia outro caminho a não ser aquele mesmo que trilhamos.

O acerto da atitude tomada em 1964 é algo que se comprova, até hoje em dia, especialmente o desmoronamento do comunismo no mundo. Num dos últimos números de uma revista de circulação nacional, viu-se uma mulher, na Colômbia, com um colete de dinamite no pescoço.

Será que é isso que esse pessoal queria?

Tortura a preso político?

Particularmente, não vi coisa alguma que se possa considerar tortura física ou até psicológica; não tive esse desprazer, a minha palavra é essa mesma, esse desprazer. A pessoa tem obrigações a cumprir, mas existe as suas convicções próprias, as quais permanece fiel. Não se deve deixar convencer pelas tendências e atos em que não acredite.

Não tive o desprazer de assistir tortura, em absoluto. Muito pelo contrário, quero dizer que alguns presos – estiveram presos no quartel do 7º RO 105, por exemplo, o prefeito, o vice-prefeito – gozavam de certa regalia. Alguns recebiam um tratamento melhorado, porque ficavam em alojamentos de oficiais, faziam as refeições no cassino de oficiais. Não testemunhei torturas.

O senhor teria algo mais a acrescentar, alguma lembrança, alguma colocação a respeito da nossa Revolução de 31 de Março?

Quando falei que seria interessante que as pessoas, hoje em dia, consultassem os jornais da época, para compreenderem o que realmente ocorreu, poderia se alegar que os jornais eram facciosos. Bem, observei que não eram.

No dia 3 ou 4 de abril de 1964, vi um manifesto, publicado, parece, no *Jornal do Commercio*, enorme, quase meia página, dizendo o seguinte: "Nós, abaixo-assinados, nos apresentamos como solidários ao Governador Miguel Arraes de Alencar."

Era uma espécie de manifesto das pessoas que se sentiram prejudicadas – faziam parte do Governo – publicado nesse jornal, com a assinatura de todos. Isso prova que não havia coerção de qualquer espécie. As notícias corriam livremente.

Nessa mesma edição do jornal existe até uma foto de D. Helder Câmara ao lado do General Joaquim Justino Alves Bastos, os dois rindo e o Arcebispo, claramente empolgado, erguendo a chave da cidade. Significa, sem dúvida, uma concordância e solidariedade aos fatos acontecidos. D. Helder estava recém-chegado ao Recife, vindo do Rio de Janeiro, para assumir a Arquidiocese local.

Coronel Antônio Oswaldo de Mello Carneiro Lacerda

- Natural da Cidade de Niterói, RJ.
- Serviu no Presídio do Exército, na Fortaleza de Santa Cruz, em Niterói, RJ; comandou a 11ª Bateria de Artilharia Antiaérea (11ª Bia AAAé), em Itu, SP; a Bateria Comando da Artilharia de Costa da Primeira Região Militar (Bia C ACos/1); e o Centro de Preparação de Oficiais da Reserva (CPOR) do Recife, entre julho 1989 a janeiro de 1992.
- Possui todos os cursos regulares do Exército e o Curso da Escola de Artilharia de Costa e Antiaérea (EsACosAAé).
- Engenheiro civil, diplomado em 1972 pela Fundação Técnico-Educacional Souza Marques, no Rio de Janeiro.
- Na eclosão da Revolução de 1964, era 2º-Tenente e servia no 7º Grupo de Canhões 75 Auto-Rebocado (7º GCan 75 AR), em Ijuí, RS.

Entrevista realizada em 24 de julho de 2001.

A qual Unidade estava vinculado em 31 de março de 1964 e que função exercia?

Aspirante-a-oficial, em 1962, fui classificado no 7º GCan 75 AR, situado em Ijuí, no Rio Grande do Sul. Em 1964, já 2º-tenente, ainda servia nessa Unidade. A função que desempenhava era de subalterno da 1ª Bateria de Canhões.

Na época, notou alguma dissensão no quartel, quanto à situação política?

No período que antecedeu ao Movimento de 31 de Março de 1964, observavam-se alguns companheiros, em reuniões no cassino[1] dos oficiais, na hora das refeições, no almoço e café da manhã, expondo suas idéias. Acreditava-se que defendiam a permanência do Governo, naquela conjuntura, mais por bairrismo, pois o Presidente e alguns dos seus articuladores eram gaúchos.

Tanto isso se confirmou que um dos oficiais – era um tenente pouco mais antigo[2] do que eu – que se manifestavam contra qualquer idéia de revolução foi, mais tarde, promovido a general, na ativa. Ex-Comandante da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), o General Sady Guilherme Schmidt, oficial excepcional, era um dos que defendiam aquela situação. Era gaúcho.

Havia, a seu ver, no Rio Grande do Sul, uma revolução de cunho comunista em andamento? Isso estava bem definido?

Apenas um 2º-tenente, com um ano e pouco de oficial, certamente disciplinado, dava ordens só para aquele escalão muito pequeno que eu comandava. Não tinha meios de avaliar a existência de uma revolução comunista.

Existia um movimento, ouvíamos as rádios do Rio de Janeiro, pronunciamentos de políticos de um lado e do outro, da esquerda, da direita, o que motivava as discussões de que participávamos constantemente nos cassinos, durante os horários de almoço. Mas não tenho condições de afirmar se era comunista ou o que fosse.

Do lado revolucionário, citaria nomes de militares proeminentes, com uma certa liderança no quartel ou na área que tomaram uma posição bem definida?

Também não notei isso.

A Unidade era comandada por um tenente-coronel, já falecido, Hélio de Lima Ribeiro. O Coronel Hélio não tinha o curso de Estado-Maior. Mais tarde fiquei sabendo que houve uma dúvida a respeito dele, sobre qual posição tomaria.

De repente, apareceu um subcomandante, um major com o curso de Estado-Maior, um oficial atuante, que por sinal era gaúcho. Chegou a general na ativa. Os

---

[1] Jargão militar: lugar de refeições e lazer.

[2] Jargão militar: com mais tempo de serviço.

boatos que correram no quartel é que esse major foi lá para, na verdade, comandar o quartel. O comandante, por conta disso, ficou "escantilhado" (em observação) de certa forma, porque se temia que pudesse aderir a qualquer outra situação.

Antes do 31 de Março?

Não, isso ocorreu logo depois do 31 de Março.

O nome do Major Subcomandante era Antônio Visintainer Santos Rocha; comandou a 7ª Brigada de Infantaria Motorizada de Natal, isso muito tempo depois.

Não seria normal a designação de um oficial com o curso de estado-maior (da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército – ECEME) para subcomandante de uma Unidade, cujo comandante não o possuísse.

Havia, em Ijuí, sindicatos fortes a ponto de influenciarem, de agitarem, de criarem problemas para a 2ª Seção da Unidade?

Movimento sindical não havia, mas existia uma universidade dos padres capuchinhos que, naquela ocasião – comentávamos muito no quartel – atuava como fosse um sindicato. Defendiam tremendamente a esquerda e o golpe de esquerda. Depois, prestei vestibular para essa Universidade, fiz um período de filosofia, confirmando que era mesmo de esquerda e conduzida pelos padres capuchinhos.

É bom esclarecer que Ijuí, naquela ocasião, era habitada por muitos imigrantes alemães. Nesse período de 1964 era normal na cidade, no comércio, falar-se alemão.

Diversos soldados moravam nas chamadas colônias, nas cercanias da cidade, e foram incorporados sem falar uma palavra em português. Freqüentavam a Escola Regimental para aprender a falar o português. Havia um soldado, cujo nome era Erlich Hiedel, com quase 2m de altura, forte à beça e não falava uma palavra em português, quando chegou ao quartel.

O alemão normalmente é um cumpridor de ordens muito bom. O Erlich dizia: "Se a tenente mandar, eu faço!" E fazia mesmo.

Deflagrado o Movimento revolucionário de 31 de Março, a sua Unidade tomou parte? Houve líderes, militares ou mesmo civis?

Quando o Movimento ocorreu, entramos em prontidão: todo efetivo da Unidade ficou aquartelado. Foi uma prontidão longa, se não me engano um mês, e estava muito cansativa.

Lembro-me de que, a espaços regulares, concediam umas dispensas para o pessoal passar um dia em casa, ficar com a família. Como era solteiro, o mais moder-

no[3] da minha Bateria, morava no quartel. Passei um mês inteiro, nesse período de prontidão, dentro do quartel, justamente para liberar o meu capitão e o outro tenente, mais antigo do que eu, que era casado e morava na cidade.

Nessa fase aconteceu um problema.

Era noite, os oficiais reunidos no cassino; de repente, ouve-se um tiroteio e – todo mundo estava preparado para qualquer coisa naquela situação – saímos correndo: um sargento havia atirado num capitão! O sargento estava totalmente bêbado, depois soube que ele, normalmente, bebia muito.

O Capitão José Pedro Mello foi quem levou o tiro. Não foi mortal, mas ele passou uma temporada baixado (hospitalizado), um tiro no ombro ou qualquer coisa assim...

Esse tiro foi disparado por motivo político?

Não, foi pessoal. O capitão era comandante do sargento e parece que o "apertava" muito; o sargento não era um camarada bom, era um "cara" relapso e naquele dia teve essa reação.

Mas havia um subtenente que acabou liderando um movimento a favor do governo. Parece que mais tarde foi cassado.

Liderou no quartel?

Tentou liderar, mas não conseguiu adeptos, alguém que concordasse com a posição dele.

A Unidade deslocou-se para cumprir alguma missão?

A Unidade não, mas recebi uma missão de deslocamento.

Um observador aéreo do Exército passou num avião e jogou uma mensagem no quartel, informando que no Noroeste do Rio Grande do Sul – área de segurança de minha Unidade – estava ocorrendo forte atuação daqueles "grupos dos onze".

Depois de analisar a informação, o comandante decidiu escalar-me para ir ao local. Deu-me a missão da seguinte maneira: que eu formasse um grupo de combate, vamos dizer assim, composto de um sargento, um cabo e da ordem de dez soldados, e que escolhesse "a dedo", quem eu quisesse.

Essa região abrangia municípios como Frederico Westphalen e na fronteira com Santa Catarina Iraí, às margens do rio Uruguai. Iraí é uma estância de águas termais. Fomos com ordem de pacificar ou prender quem quer que fosse. Em cada um dos locais que passamos existiam políticos ligados a nós.

Ficamos em hotéis e, nessas cidades, procedi a interrogatórios com o prefeito e políticos. Não havia militar na área. Cheguei às seguintes conclusões: ou os "grupos

---

[3] Jargão militar: com menos tempo de serviço.

dos onze" saíram antes de chegarmos ou não existiam ou eram muito fracos. Realmente, localizamos alguns camponeses paupérrimos, sem nada, com armas feitas à mão, cabos de guarda-chuva, coisas assim, que possivelmente fossem integrantes desses grupos.

E a outra constatação foi a de que era briga política. Quando chegávamos e procurávamos o prefeito de determinado partido político, verificávamos que ele procurava torpedear os que eram politicamente contra. Não raciocinava em termos da comunidade.

Cumpri a missão, passei duas ou três semanas rodando, foi um período pesado e não aconteceu nada. Levamos muita munição, fomos preparados para a guerra, mas não houve nada, não prendemos ninguém.

E esse "grupo dos onze", qual era a atuação dele? Chegou a detectar o que ele fazia, o que queria, qual o armamento de que dispunha?

O que conseguimos constatar é que eram poucas pessoas e não possuíam nada.

Chegamos à conclusão de que o "grupo dos onze", de um modo geral, foram formados por pessoas manobradas por aqueles que idealizaram esse tipo de atividade. Por serem frações pequenas teriam condições de fazer guerrilha. Mas, me deu a impressão – como atualmente temos os grupos dos sem-terra - de que eram manobrados.

A idéia era formar grupos pequenos – de 11 elementos – para terem bastante mobilidade. Na minha opinião, esses elementos não visualizavam o futuro e apenas tentavam qualquer coisa para melhorar suas condições de vida.

De Ijuí, você foi para onde?

Fui transferido de Ijuí para a minha terra, Niterói, no Estado do Rio de Janeiro, e designado para o Forte do Imbuí, 1ª Bateria do 1º Grupo de Artilharia de Costa (1ª / 1º GACos).

Como 1º-Tenente?

Como 2º-Tenente; foi em outubro de 1964.

Eu havia passado as férias de 1964 em Niterói e tive contatos com o Comandante do Forte do Imbuí; ele me propôs e fui transferido.

As Unidades de Artilharia de Costa da 1ª Região Militar, no Rio e em Niterói, estavam repletas de presos políticos. O Forte do Imbuí tinha poucos, não era Unidade adequada para isso, mas tinha dois ou três presos políticos.

A primeira missão que recebi foi escoltar um preso para ser ouvido no Fórum, no centro da cidade, no Rio de Janeiro. É uma história pitoresca.

O mecanismo que se usava nesse caso era o seguinte: o preso, de Niterói, nós o levávamos até a Fortaleza de Santa Cruz, onde havia um cais e uma lancha que ia até a Fortaleza de São João; lá, uma escolta conduzia o preso, de viatura, até o local de destino.

Saí com o preso, no tempo previsto, de modo que, na hora do almoço, estivéssemos na altura da Fortaleza da Laje, aquela ilha no centro da Baía de Guanabara. Chegamos a Laje, o mar estava superbatido, não havia condições para encostar a embarcação. A alternativa era lançar um cabo para prendê-la e subir por uma escadinha de corda.

Quando chegamos, o preso falou comigo que não ia subir, porque poderia cair no mar. Deixei-o com um elemento na embarcação e fui almoçar: não tinha problema, ele não fugiria, o preso não era maluco de se jogar no meio da Baía de Guanabara.

Quando eu estava subindo na escada de corda, um companheiro de turma, tenente daquela Unidade, me viu fardado, de túnica, com gravata, todo bem vestido, de quépi, pegou a escada e ficou sacudindo-a, de brincadeira: caí dentro d'água!

Almoçamos normalmente, levamos o preso para a Fortaleza de São João, fiquei aguardando e à tarde, quando terminou a audiência, retornei.

Testemunhou tortura nos quartéis?

Nunca testemunhei. No Forte de Imbuí servi por cerca de três anos e dali fui transferido para a Fortaleza de Santa Cruz; à época, na Fortaleza, estava aquartelado o 1º Grupo de Artilharia de Costa (1º GACos). No período em que estava servindo lá, o efetivo foi reduzido e a Unidade transformou-se na 1ª / 1º GACos; o comando, que era de coronel, passou a ser de major.

Fui designado para fazer o curso de Artilharia de Costa e Antiaérea, no Rio, mas esse curso não me desligava da Unidade; deixei minha casa montada na Fortaleza de Santa Cruz e fui para o Rio fazer o curso.

Concluído o mesmo, retornei à Unidade que havia sido transformada em Presídio do Exército: a 1ª /1º GACos foi extinta.

Quantos presos existiam para justificar a criação do Presídio?

Historicamente, a Fortaleza de Santa Cruz sempre foi Unidade de Artilharia; entretanto, também foi Presídio, na Proclamação da República e, em outros momentos. Sempre que se prendiam determinadas pessoas, eram conduzidas para a Fortaleza de Santa Cruz.

Nesse período anterior, quando ainda era o 1º Grupo de Artilharia de Costa, e depois, 1ª /1º GACos, também havia muito preso, como no Forte do Imbuí, um pouco, e no Forte Barão do Rio Branco também.

Quando se formou o Presídio do Exército todos os presos foram reunidos na Fortaleza de Santa Cruz e as outras Unidades não tiveram mais essa responsabilidade.

Havia presos políticos e também presos militares à disposição da Justiça, oficiais que tiveram qualquer problema, acusados de golpe financeiro, por exemplo, condenados ou aguardando julgamento da Justiça, ficavam presos também, junto com os presos políticos.

Entre os presos políticos, havia militares?

Não havia oficiais, mas praças como presos políticos. Um que se destacou foi o Cabo Anselmo, que era da Marinha.

E o tratamento desses presos?

Considero ter sido o melhor possível, tratando-se de preso.

As praças ficavam num local baixo, onde havia as celas; o oficial de dia era responsável pela contagem de presos. Os presos políticos de nível superior, ou oficiais, tinham direitos e ficavam em prisão especial.

A Fortaleza de Santa Cruz tinha um correr de próprios nacionais residenciais (PNR). Na verdade não havia muitos oficiais morando lá, mas eu residia com a minha família: eu, minha mulher e meu filho mais velho, que hoje é major.

Tem um correr de casas, depois do cassino dos oficiais; casas 1, 2, 3, vai até a 10, se não me engano; a casa 2 era a minha e nas casas 4 e 5 moravam os presos.

Havia dois capitães que estavam à disposição da Justiça e os presos políticos de nível superior. Eles ficavam presos numa casa idêntica àquelas em que eu e outros companheiros, tenentes, capitães, morávamos.

Na frente das casas, havia uma pequena subida, que se podia galgar, e um muro. Dali se desfrutava uma vista muito bonita da Baía de Guanabara. Via-se o Rio de Janeiro, Niterói também, uma região muito bonita. As nossas famílias naturalmente levavam os filhos para passear de carrinho, brincar naquele local; os presos, também, quando não se encontravam dentro de casa, passavam o dia ali.

Os presos recebiam um tratamento muito bom. Faziam as refeições no cassino dos oficiais e comiam a mesma comida que os oficiais.

Como andavam naquela região livremente, davam-se com as nossas famílias, cumprimentavam-se, e ficavam ali apreciando a vista. Não tinham muita coisa para fazer, ficavam lendo e tomando o frescor da brisa do mar.

A minha mulher era professora, gostava muito de ler, discutir assuntos de magistério e um dos presos políticos era professor de Universidade, tinha sido professor do Instituto de Educação do Rio de Janeiro. Não lembro o nome completo, era chamado de Bayard Boiteux (Bayard Demaria Boiteux).

Era um elemento de certo nível, formado, tanto que, após a anistia, muito tempo depois, quando Leonel Brizola retornou ao Brasil e foi eleito Governador do Estado do Rio de Janeiro, esse professor foi um dos secretários do Governo do Brizola, parece que de Cultura, não tenho certeza.

Minha mulher gostava de conversar com ele pelo seu nível, camarada inteligente, culto.

Ele brincava muito com meu filho, bem como os outros presos, e minha mulher ganhou dele um livro autografado. Era um romance. Minha mulher vivia trocando livros com ele, dava um livro, pegava outro, e esse, autografado, foi um presente de um preso político à esposa de um oficial que, de certa forma, era o seu carcereiro.

Independente disso, tomando conta dos presos, cumprimentava todos eles, educadamente. Nunca vi tortura e olha que servi no Presídio do Exército: se tivesse, seria o local adequado.

Fiz questão de relatar o caso do Professor Bayard por conta da "orquestração" que se ouve; os nossos filhos, os jovens de hoje, têm idéia de que aquele período era só tortura e mais nada. E não é verdade!

O ano de 1968 foi aquele das passeatas estudantis no Rio. Houve muitas passeatas e muitos estudantes eram presos e iam para a Fortaleza de Santa Cruz. Faziam o percurso no sentido inverso. Da Fortaleza de São João eram colocados nas lanchas e mandados para a Fortaleza de Santa Cruz, onde, inicialmente, ficavam presos. Lá era feita uma triagem, muitos deles eram liberados.

Tem idéia da quantidade de estudantes presos?

Lembro-me de que numa dessas passeatas chegaram umas três embarcações cheias, havia mais de cem estudantes presos. Quando chegavam esses grupos grandes, fazíamos entrevista, preenchíamos fichas de cada um e eles passavam por exame médico sumário.

Lembro-me de que uma vez tivemos que trabalhar até alta madrugada para poder fichar todos e fazê-los passar pelo exame médico para serem recolhidos.

O pessoal não era submetido nem a uma simples formatura, ficar em pé no sol, por exemplo?

Nunca vi isso. Na hora da contagem dos presos o oficial de dia os colocava no pátio e depois eram liberados.

O interrogatório de presos, não era responsabilidade do Presídio, mas, às vezes, quando chegavam aqueles grupos grandes, deslocavam para a Fortaleza um pessoal, penso, do Centro de Informações do Exército (CIE). Interrogavam-nos, normalmente, no mesmo período em que preparávamos a ficha de triagem. Os presos eram interrogados, passavam pelo médico e eram recolhidos.

Mas dentro de um esquema normal, perguntas normais, comportamento normal?

Exatamente. Não vi exageros, mas, pessoalmente, admito ser possível que tenha acontecido alguma coisa. Eu não presenciei. A premência para obter um dado importante, o curto prazo para serem obtidas determinadas informações, podem ter forçado o emprego de recursos condenáveis. Muitas vezes, por essa razão, "partia-se para uma ignorância" qualquer.

Outra coisa que acarreta violência é a agressão partida do preso.

Houve esse caso?

Não no Presídio do Exército; não tive conhecimento. Mas há casos em que o próprio preso agride o interrogador, xinga-o, não responde às perguntas, e o interrogador, nesse caso até despreparado, parte para a grosseria. Pode acontecer isso.

Quanto tempo você passou na Fortaleza?

Fui para lá no final de 1967 e saí no início de 1969; foi um ano e meio, interrompido cerca de oito meses, duração do curso da EsACosAAé.

Nesse período, você nunca notou um incidente grave, de agressão física a algum dos presos do Presídio?

Absolutamente. Pode até ter havido, mas nunca tomei conhecimento disso.

Nos locais onde servi não me lembro de mulher presa, mas existia na Fortaleza de São João, no Rio, onde fiz bastante contato, pela necessidade de deslocamentos para lá. Não sei o número.

E esse era um outro problema que se criava, seriíssimo. Companheiros, tenentes como eu, comentavam: as presas se despiam na frente dos oficiais, como provocação. O camarada tinha de fazer uma revista, em determinada hora, e quando chegava lá ela estava totalmente nua, justamente para provocar.

Na Fortaleza de São João era proibido um oficial ir sozinho visitar o local onde estavam as mulheres, tinha que ser em dupla, ou três, porque a carne é fraca e ficava a mulher se atirando para cima dele, podia acontecer algo...

São João também era local de presos?

Todas as Unidades da Artilharia de Costa do Rio de Janeiro e Niterói, no início, recebiam presos: Forte de Copacabana; 8º GACosM (8º Grupo de Artilharia de Costa Motorizado), no Leblon; Fortaleza da Laje; Fortaleza de São João, na Urca; e em Niterói, a mesma coisa: Fortaleza de Santa Cruz; Forte do Imbuí; Forte Barão do Rio Branco.

Quando se criou o Presídio do Exército, reuniram-se todos os presos na Fortaleza de Santa Cruz. Mesmo assim houve alguns que não foram, por questões administrativas.

Na verdade, as Unidades de Artilharia de Costa sempre foram presídios para militares; nessa época, também recebeu presos políticos.

Vocês, no Presídio, eram designados para fazer Inquérito Policial Militar?

Não.

Vinha gente de fora para isso?

Vinha, justamente esses é que os interrogavam, tratavam de assuntos políticos; eles se encarregavam dessa missão e vinham do I Exército.

A Imprensa se refere à Revolução como golpe. O ex-senador Jarbas Passarinho diz que aceita, no máximo, que seja chamada de contragolpe, porque o golpe seria impetrado pelo João Goulart. Qual a sua opinião?

Sobre esses termos, golpe, contragolpe, sou de outra teoria, vejo por um prisma diferente: acho que se pode interpretar como tendo sido um golpe.

Era um governo constituído, Governo João Goulart, e se não se raciocinar sobre o que aquele governo estava fazendo para transformar o Brasil numa república sindical, se não se observar dessa forma, realmente aconteceu: derrubou-se o governo constituído.

Olhando-se sob esse prisma, é um golpe, mas na verdade também concordo que seja um contragolpe, no máximo, porque o que foi feito teve o objetivo de impedir que o País enveredasse por caminhos repelidos pelo povo, como um todo ou por sua grande maioria.

Tivemos várias provas dessa rejeição popular: passeatas das famílias, senhoras, donas de casa, com expressivo número de populares, todas contra o Governo Goulart. Tanto é que, quando o Exército resolveu iniciar a Revolução, o apoio foi total.

Revistas e jornais da época, como *O Globo*, o *Correio do Povo*, de Porto Alegre, a *Folha de São Paulo*, o *Estado de Minas*, o *Jornal do Brasil*, o *Estado de São Paulo*, a *Folha da Tarde*, o *Correio da Manhã*, elogiaram o que foi feito. Vários jornais do Brasil, jornais de destaque, publicavam, em 1964, que o Exército fez o melhor para o País.

Hoje já não se ouve falar disso e eu lamento. Fica-se restrito à Revista do Clube Militar.

Você acredita que existe, hoje, uma mobilização política contra os militares, de uma forma geral?

Acho até que essa mobilização é de caráter pessoal. Alguns elementos que estão em posição de destaque têm alguma mágoa dos militares, por conta daquele período ou por conta de outras coisas.

Não quero discordar de decisões que foram tomadas, até mesmo com o apoio dos nossos chefes, mas a própria criação do Ministério da Defesa é uma maneira de desprestigiar os militares.

Atualmente não temos chefes militares ligados diretamente ao Comandante Supremo, ao Presidente da República. O General Alberto Cardoso, um destacado companheiro de turma, quase foi obrigado a passar para a reserva para poder ocupar o cargo de Ministro-Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República.

Interessante é que os elementos que mandam no Brasil de hoje eram opositores do regime militar: se tivesse havido tortura para valer eles estariam mortos!

Pergunto se existe em Cuba algum opositor de Fidel Castro que possa reclamar? E na China? Aqui, a oposição daquele período, aquele pessoal que foi "torturado", está todo são e salvo, melhor do que nunca.

Que tortura é essa? Todos eles com a mão inteira!

Houve uma guerra limpa, não foi suja, na minha opinião, pois se fosse suja teria morrido muita gente. Morreram trezentas pessoas, enquanto em Cuba foram dez mil mortos, fuzilados, numa população muito menor do que a nossa. É bom refletir sobre isso.

A Revolução de 31 de Março trouxe benefícios ao País?

O mais importante foi o benefício de cunho moral e a auto-estima.

Os militares que fizeram a Revolução não se locupletaram de nada, pelo contrário. Eu mesmo defendi não haver aumento de salário, porque iria prejudicar o País, naquela ocasião.

Quanto ao benefício material, esse a gente está vendo.

O que o Brasil tinha de estradas antes de 1964 e o que construiu depois? O que o Brasil tinha de telecomunicações?

Tudo realizado por homens sujeitos a erros que, se cometidos, foram mínimos em relação aos benefícios que trouxeram para o País e o povo. Com eles chegamos à oitava economia do mundo.

Você nos falaria do seu comando do CPOR?

O comando do CPOR foi algo que não esperava. Confesso que o assumi meio frustrado, mas não demonstrei e passei a vestir a camisa, mas preferia ter ido para uma Unidade de Artilharia.

Daí em diante comecei a viver e a sentir o que era o CPOR: os alunos são uma preciosidade, é a juventude do Brasil, o futuro. É preciso trabalhar bem.

E assim, três turmas passaram pela minha mão, 210 por ano, 630, mais ou menos. São jovens de 18 anos, na fase da vida em que predomina a contestação e a gente tem que ter habilidade para dirigi-los.

Você notou nesses jovens, influenciados pela mídia, alguma antipatia, alguma incompreensão em relação ao regime militar, aos militares ou aos profissionais da Unidade?

Pode ser que tenha havido alguma exceção, mas não notei reações desse tipo. Nunca houve alguma postura radical. É bem verdade que naquele universo procurei fazer a minha parte.

Por exemplo, as publicações que possuo e que falam sobre o período revolucionário, fazia questão de ler para eles para mostrar o contraditório, porque só o "outro lado" é que aparece. Fazia cópia, distribuía para eles lerem, cobrava. Isso era assunto extracurricular. Nas formaturas, constantemente estava falando sobre essas coisas.

Exaltava, também, os aspectos essenciais da ética, da dignidade.

Fico satisfeito em encontrá-los, em lojas, nas ruas, já profissionais formados, pois noto que estão agradecidos por aquele período, no CPOR.

Coronel Manoel da Penha Alves

- Natural da Cidade de João Pessoa, PB.
- Foi instrutor do Centro de Preparação de Oficiais da Reserva (CPOR) do Recife; Oficial de Estado-Maior do 26º Batalhão de Infantaria Pára-quedista (26º BI Pqdt); Chefe do Estado-Maior da 13ª Brigada de Infantaria Motorizada (13ª Bda Inf Mtz), em Cuiabá; subchefe do Estado-Maior do Comando Militar da Amazônia (CMA), em Manaus; chefe de gabinete da Diretoria de Ensino Preparatório e Assistencial (DEPA), em Brasília; e Comandante do 20º Batalhão Logístico Pára-quedista (20º BLog Pqdt), no Rio de Janeiro.
- Comandou o Colégio Militar de Manaus e o Colégio Militar do Recife.
- No exterior: Oficial do Batalhão Suez, da Organização das Nações Unidas (ONU), na Faixa de Gaza, Egito.
- Possui todos os cursos regulares do Exército, o da Brigada de Infantaria Pára-quedista (Mestre de Salto) e o Curso de Política, Estratégica e Alta Administração do Exército (CPEAEx).
- Atualmente, preside o Círculo Militar do Recife.
- Na eclosão da Revolução de Março de 1964, era 2º-Tenente no 15º Regimento de Infantaria (15º RI), de João Pessoa, PB.

Entrevista realizada em 24 de julho de 2001.

Agradeço a oportunidade a mim concedida de poder reviver, através de singelo relato, fatos e atos vinculados a Revolução de 31 de Março de 1964. Tentarei evitar desvios da ética e valer-me-ei, em muito, de minha memória. Orgulho-me de ter sido operário partícipe de tão grandiosa epopéia.

Em 1964, meu "posto de observação", situava-se no escalão Pelotão de Companhia de Fuzileiros e meu campo de ação enquadrava os Estados de Pernambuco e Paraíba e o Território de Fernando de Noronha.

Alegra-me afirmar ter sido revolucionário da primeira hora e ter combatido o bom combate. Participei ativamente de ações militares, ora como combatente isolado, ora como elemento enquadrado e julgo, em algumas ocasiões, ter posto em risco minha própria vida. Ações pessoais: Como comandante de pelotão em ação isolada, na cidade de Goiana, Pernambuco, na condição de vanguarda do 15º RI – hoje 15º Batalhão de Infantaria (BI) –, na defesa de pontos sensíveis que permitiriam a passagem do 15º RI, quando se deslocasse de João Pessoa para Recife; diversas ações de busca e apreensão, acorde com nosso serviço de informações; escolta de prisioneiros de João Pessoa para Recife, via terrestre, e de Recife para Fernando de Noronha, via aérea; guarda de prisioneiros em aquartelamentos.

Ações de companheiros e chefes: Dentro do quadro que descrevi e do campo de ação que foi citado, destaco a atuação leal, franca e corajosa do meu comandante de Regimento, o 15º RI: Coronel Ednardo D'Ávila Mello e dos coronéis Hélio Ibiapina Lima e Joaquim Gonçalves Vilarinho Neto, aqui em Pernambuco; do Capitão Severino Talião de Almeida, na Paraíba; e do Dr. Romildo Domingues de Melo, ex-sargento, depois médico civil na Paraíba, todos esteios na condução do Movimento em nossa região.

No seu entender, onde estão as raízes do Movimento revolucionário de 31 de Março de 1964?

Dentre as raízes mais importantes destacam-se: bem remota, a criação do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e seu comitê central, em 1922; a Intentona Comunista de 1935, primeira tentativa de implantação de um governo marxista-leninista conduzido pelo Movimento Comunista Internacional (MCI) e dirigido pelo PCB; elites despreparadas; governo vacilante, incapaz, irresponsável e cercado de lacaios, assim como dominado por "pelegos" e aproveitadores, isso em nível de Brasil, de Estado e de município; convulsão social, como fonte iniciadora de uma revolução de orientação marxista sindicalista; desmantelamento da disciplina nas Forças Armadas, pilar basilar da hierarquia e disciplina, através do envolvimento político dos nossos sargentos; radicalização ideológica e atuação de agitadores nacionais e internacionais.

O senhor poderia nos dizer algo acerca do panorama político brasileiro antes do 31 de Março?

Também responderei através de pequenas frases: governo títere e conivente com os movimentos de orientação marxista-sindicalista e correlatos; atuante estado de greve; terrorismo sindical; diplomacia acanhada; corrupção desenfreada; invasões de terra com frontal liquidação do direito de propriedade; política agrária colonial; inflação galopante; dependência do capital e da energia internacionais; e subdesenvolvimento com a estrutura em estado nascente.

Havia um clima de insatisfação nas Forças Armadas, em relação ao Governo João Goulart? Havia a divisão de opiniões?

O clima de insatisfação era geral e o Movimento só não foi desencadeado antes em função da rígida formação disciplinar que honrava e honra a nossa profissão.

Para justificar a regra, como exceção, constataram-se pequenas defecções, minoria absoluta.

O que o senhor diria sobre a posição da Igreja em relação ao Governo, em Pernambuco?

A Igreja estava dividida entre o clero conservador e o progressista. O clero dito progressista, com ênfase na figura de Dom Hélder Câmara, apoiava o Governo Miguel Arraes e sua atuação no setor agrário.

Como o senhor via o ambiente nos quartéis na fase pré-revolucionária?

Foi um período bastante conturbado, de muito trabalho, de muitas prontidões, de muito treinamento, de muito adestramento.

No meu 15º RI, oficiais e praças, capitaneados por seu brilhante comandante, Coronel Ednardo D'Ávila Mello, se adestravam, irrequietos embora disciplinados, aguardando a hora do provável emprego, que chegou.

Estando a tropa sendo adestrada, de algum modo já se previa um desenlace?

Até porque as sessões de instrução que foram realizadas naquela ocasião pré-31 de Março, eram sobre assuntos que iriam ser, de fato, decisivos, e o foram, no dia 31 de março e mais à frente.

Acrescentaria mais algum comentário a respeito desses antecedentes da Revolução?

Amparado pela disciplina e respeito às leis, o Exército, em destaque, "gigante mudo", suportou, enquanto foi possível, os desacertos políticos e econômicos do Governo João Goulart. Porém, a tentativa de inversão da hierarquia no seio das Forças Armadas e o clamor popular – lembro a Marcha da Família com Deus pela Liberdade – constituíram a gota d'água para a deflagração do Movimento.

Houve tentativas de inversão hierárquica no quartel do 15º RI?

Tivemos pequenas defecções, em João Pessoa. Para não cometer injustiças deixo de citar nomes, mas quando o Movimento foi deflagrado, o Coronel Ednardo D'Ávila Mello convocou a oficialidade e os sargentos e descreveu o que iria acontecer e, naquela ocasião, quatro ou cinco militares – oficiais e sargentos – posicionaram-se contra.

Aqueles cinco militares foram extremamente leais, exatamente por terem se apresentado como opositores; ficaram presos no quartel, durante toda a ação revolucionária do primeiro mês, podendo circular pelo mesmo graças ao espírito generoso do Coronel Comandante D'Ávila que, mais tarde, foi rotulado como torturador e nunca vi um torturador que agisse dessa maneira.

Forças Armadas, principalmente o Exército, foram intérpretes da vontade nacional?

Estou absolutamente convencido dessa realidade pela maciça presença de civis em todos os atos e fatos relacionados com o Movimento.

Cito um exemplo prático: desloquei-me, como já disse, com um Pelotão reforçado para guarnecer um ponto sensível importante: a ponte próximo a Goiana, que liga João Pessoa a Recife, na BR 101. Com a chegada da maioria do 15º RI, e após a deposição do Governador Miguel Arraes, a minha Companhia foi guarnecer a sede do Governo de Pernambuco. Foi lá no Palácio das Princesas que, acantonados – soldados, cabos, sargentos e oficiais – constatamos, em quase todas as tardes e noites, o comparecimento de civis ao Campo das Princesas, distribuindo doces e rosas para os militares.

Também tivemos conhecimento da participação maciça do povo, em todo o Brasil, e por isso estou convencido de que as Forças Armadas estavam expressando a vontade nacional.

Havia realmente uma revolução comunista em andamento?

Afirmativamente. A atuação do Partido Comunista Brasileiro e dos líderes da subversão, com destaque para Miguel Arraes e a atuação das "Ligas Camponesas" de Francisco Julião, respaldavam a tentativa de provocar uma convulsão social que seria o estopim da tomada do Poder e instalação de um governo de tendência marxista-sindicalista no País, com inspiração do MCI.

O senhor, quando em João Pessoa, tem lembrança de como se portava a Assembléia Legislativa com referência aos atos do Governo?

As nossas elites, aí incluída a elite política, estavam despreparadas. Havia um campo fértil para todos os tipos de infiltrações: o Executivo estava infiltrado; a

Igreja, também, como inocentes úteis. Lá, em João Pessoa, o nosso Poder Legislativo estava também infiltrado.

Qual o comportamento do Governador da Paraíba em relação ao Movimento?

O Pedro Gondim estava, inicialmente, neutro.

Nosso Comandante do Regimento recebeu pressões para que fosse cassado o mandato do governador. Cioso das suas funções e com um bom senso extraordinário, o Coronel D'Ávila conseguiu convencer a todos de que o Pedro Gondim, nos primeiros momentos vacilante, poderia ser um inocente útil, mas não era um elemento infiltrado no Executivo, razão pela qual até nos ajudou no Movimento, na Paraíba, ao longo do tempo.

Houve ações terroristas no Estado da Paraíba?

Na Paraíba, em Pernambuco e no Brasil inteiro.

Antes da eclosão da Revolução, houve ações terroristas, como assaltos a bancos, queima de canaviais, invasões de terra etc.

Quando ocorreu a Revolução, os comunistas, vendo abortada a segunda tentativa de implantação do comunismo no Brasil, partiram para a prática de ações terroristas muito mais fortes, embora do mesmo teor: assaltos, assassinatos, seqüestros, invasões, tentativas de tomadas de quartéis e delegacias, explosões, pichamentos, campanhas de difamação etc.

Como agiam os sindicatos na Paraíba?

Os sindicatos incomodavam bastante, basicamente os Sindicatos dos Portuários, dos Bancários e a Superintendência de Reforma Agrária (Supra) que era dirigida por um cidadão extremamente inteligente, Dr. Luiz Hugo Guimarães, uma das personalidades que conduzi para o exílio (Fernando de Noronha).

A Supra era uma entidade atuante, assim como os sindicatos que já citei. Esses sindicatos nos deram bastante trabalho porque eles eram quase que totalmente infiltrados.

O senhor citaria os principais líderes civis e militares da Revolução, na Paraíba?

Além do Coronel Ednardo D'Ávila Mello e o Capitão de Infantaria Severino Talião de Almeida, destaco, ainda, o Capitão Eduardo Facundo de Almeida e o Capitão Edmirson Maul de Andrade, todos do 15º RI. Em Pernambuco, o General Evilásio Gondim, o Coronel Sylvio de Mello Cahú, o Coronel Darcy Ursmar Villocq Vianna, um bravo, e os citados coronéis Vilarinho e Ibiapina, este dirigindo, hoje, o nosso Clube Militar, entre outros.

A Guarnição era comandada pelo General Comandante do 1º Grupamento de Engenharia. Lembra-se do nome dele?

Não me recordo, mas nosso general não foi revolucionário de primeira hora, embora a 2ª Seção (de Informações) do Grupamento conduzisse os inquéritos. O S/2 (chefe da 2ª Seção) do 15º RI fazia meio expediente no Grupamento, porque os presos permaneciam no Regimento, mas para as ações era necessário o respaldo do 1º Grupamento de Engenharia...

Que não se engajou, de início, com a Revolução.

Com a vinda ao Recife, na visita que nos fez o saudoso General – ainda estava na ativa – Castello Branco, aqueles que ainda estavam "em cima do muro" concluíram que o lado bom era o do 15º RI, naquela ocasião.

Acredita o senhor que o Movimento de 31 de Março tenha contado com ajuda externa, financeira ou política?

Com relação ao campo econômico não tenho nenhuma notícia. No campo político era óbvio que a tomada do Poder, no Brasil, pelo Movimento Comunista Internacional, poria em risco o equilíbrio democrático-capitalista existente no continente e nós fazemos parte do continente.

Não tenho a mínima dúvida de que no aspecto político fomos sobejamente ajudados.

A que o senhor atribui o rápido e incruento desmoronamento do chamado "esquema militar" do Governo Federal, quando do desencadeamento da Revolução?

Independente do tipo de governo é impositivo possuir um "esquema militar". Constituía-se, quer em Brasília, quer em várias capitais do País, de uma minoria que tinha optado pelo legalismo – entre aspas – e queria a permanência de João Goulart no Governo.

Esse "esquema militar", que considero de pouca expressão, grupelho conivente com a situação reinante, sentiu que sua posição era insustentável e caiu pela manobra.

O senhor viu, na montagem do esquema revolucionário, objetivos estratégicos claramente definidos?

A rápida, enérgica e decisiva ação militar que impediu a guerra civil, ao neutralizar a direita oportunista e corrupta e a esquerda revolucionária, só pôde ser desencadeada porque Castello Branco e seu estado-maior, cujos integrantes desconheço, deviam ter um planejamento bem-feito e ligações corretas com os comandantes de confiança. Eis as razões, por que o Movimento vingou quase sem derramamento de sangue.

Citaria alguns exemplos de coragem pessoal influente no rumo dos acontecimentos no dia 31 de março?

Para evitar injustiças não vou citar nomes. Peço até desculpas por ter dito que arrisquei minha própria vida, mas lógico que quem conduz preso, faz operação de busca e apreensão, faz inquérito, realiza ações desse tipo, de um modo ou de outro está correndo risco de vida, porque, de fato, havia uma guerra. Mas presto uma homenagem à figura do soldado, sem nenhum galardão, sem nenhuma divisa, sem nenhuma estrela, um "soldadinho" simples como aquele que existia em João Pessoa.

Esse "soldadinho", cumpridor de ordem, intelectualmente de nível baixo, mas com conhecimento fenomenal do que era hierarquia e disciplina, certo dia, ficou tomando conta dos presos alojados – aquilo não era prisão – nos apartamentos dos oficiais. Ele ficou com o FAL (Fuzil Automático Leve, armamento individual de cabo e soldado) em frente à porta de um desses apartamentos. De repente, um dos presos bateu na porta e disse que queria ou ir ao banheiro ou tomar sol ou coisa que o valha. E esse nosso "soldadinho" disse:

– Olha, estou aqui cumprindo ordem e disseram-me que daqui ninguém sai. Não posso sair para chamar alguém, de modo que peço pelo amor de Deus que não ouse abrir esta porta, porque com certeza vou atirar e não quero fazer isso!

Esse não é um ato de coragem, mas de discernimento, de cumprimento de missão. Em todos os quartéis do Brasil, nas fronteiras, na Brigada Pára-quedista, na Escola de Comando e Estado-Maior, de soldados a generais, praticaram atos de heroísmo, de compreensão do dever militar.

O senhor já citou vários nomes mas, em nível nacional, citaria chefes militares?

O "esquema militar" do Governo realizou, bem próximo ao desencadeamento do Movimento, transferências de militares que o grupo julgava não comungarem com a situação. Em João Pessoa vieram parar o Plínio Pitaluga e o Germano Arnoldi Pedrozo; este foi servir numa CSM – não estou aqui diminuindo o valor das Circunscrições do Serviço Militar, mas estou valorizando a parte operacional do oficial – e muitos outros.

Esses chefes militares tinham um sentido de liderança muito alto, razão pela qual foram movimentados. Citei aqui apenas dois, temos muitos no Brasil que foram movimentados por necessidade do serviço, mas o objetivo era tirá-los de junto de sua tropa operacional.

O senhor acredita que resultou, do Movimento revolucionário, alguma coesão no seio do Exército?

Com certeza. E tenho notícia de que o ambiente, outrora bastante dividido na Vila Militar de Deodoro, tornou-se coeso com o desencadear do Movimento. Não constatei falta de coesão na Paraíba, nem em Pernambuco, porque as dissidências eram mínimas.

Aproveito esta ocasião para prestar uma outra homenagem, ao General de Exército Ednardo D'Ávila Mello. Como capitão e major, servindo na Vila Militar, no 26º BI Pqdt, em nossa guerreira Brigada de Infantaria Pára-quedista, visitava comumente o General D'Ávila em sua residência no Rio de Janeiro. Unia-me ao general por laços fraternos. O estimado Chefe tinha sido praticamente punido – episódio do suicídio do Wladimir Herzog, em São Paulo –, manchado o seu nome para o resto da vida como "torturador".

Indisciplinado, major pára-quedista, como todos aqueles malucos que comigo serviam, visitando o general, disse:

– General, o senhor não quer que a gente faça alguma coisa? Levante o dedo que iremos fazer algo pelo senhor.

– Penha Alves você é meu amigo, mas tem um péssimo defeito: é pára-quedista e pára-quedista é indisciplinado – respondeu ele. – Volte para o seu quartel e diga aos seus colegas para tratarem da sua vida militar, adestrando nossos soldados, executando saltos de pára-quedas. Tenho todos os motivos do mundo para estar ressentido com a minha Força, mas não vou mexer um dedo para acabar com a coesão. Assisti à divisão dos comandantes, aqui na Vila Militar, no período pré-revolucionário, e o João Goulart teve um mérito imenso para a Revolução: permitiu que a Força, que estava com algumas dissidências, se unisse. Foi o catalisador, embora contrário a nós.

E, o general concluiu:

– Não seria eu que destruiria essa coesão.

Geralmente a imprensa se refere à Revolução como golpe. O senhor concorda?

Chamando o Movimento revolucionário de 31 de Março de 1964 de golpe, estamos dizendo algo pelo menos singular. Um Movimento com apoio popular, com a manutenção das Casas Legislativas, Executivas e Judiciárias e com a existência de partidos, embora dois, porque a quantidade anterior era excessiva – que golpe!?

Tendo dois partidos pelo menos havia um que seria oposição, e com eleições diretas em quase todos os níveis.

Acredito que tivemos uma contra-revolução, já que havia uma revolução em marcha. O que as Forças Armadas fizeram foi uma contra-revolução, mobilizando as forças civis e militares democráticas da Nação, que se opuseram a essa tomada do Poder pela força.

A Revolução de 31 de Março trouxe benefícios ao País? Pode citá-los?

A realidade histórica um dia falará mais alto. O período realizou uma profunda reforma do Estado, retratado em alguns aspectos: fundo de participação dos

municípios, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, Estatuto da Terra, Sistema Financeiro de Habitação, reforma de impostos federais, amparo ao empregado doméstico, criação do Banco Central, restauração da dignidade e da moral administrativa e aposentadoria rural. O que fez tudo isso não pode ter agido como golpe, porque não trouxe benefícios pessoais, foram benefícios coletivos.

Houve erros?

Com certeza sim, porque para existir a regra tem que haver a exceção. Houve erros, sim. A tortura tem que ser caracterizada como um ato insano e condenável; este era o pensamento da esmagadora maioria dos revolucionários, civis e militares.

O Ato Institucional nº 5 (AI-5) era necessário?

O que respaldava essa necessidade era a conjuntura da época.

O AI-5 tem que ser analisado à luz das pressões que estavam sendo desencadeadas; sem esse cuidado, não tem sentido. Evitou que essas pressões retornassem, através dos inocentes úteis e das personalidades importantes brasileiras, que seriam envolvidas. Sem o AI-5, talvez, teria que haver uma outra revolução.

Quanto à criação dos órgãos de informações, a Lei de Segurança Nacional, o senhor comentaria alguma coisa?

Todos os países do mundo possuem seus órgãos de segurança e suas leis de segurança nacional. Os governos, nos campos federal, estadual e municipal, que demagogicamente decidiram eliminá-los, reconheceram um pouco mais tarde as suas importâncias, os resgataram com nova roupagem, com nova denominação, mas com missão semelhante.

A Revolução demorou-se no Poder ou poderia ter sido abreviada?

Fui partidário e sou partidário de que nos demoramos bastante no governo e isso arranhou enormemente a imagem militar. Deveria ter sido menor o tempo de permanência para que não se alimentassem algumas ambições pessoais.

Tortura a presos.

Aquele que detém o Poder, que usa a arma, aquele que pode agir em nome da segurança, se não for provido de certos fundamentos morais e religiosos incide em erros.

Pelo comandante que possuía era impossível pensar nessa palavra tortura.

O senhor acredita que as Forças Armadas de algum modo se aproveitaram da situação para auferir qualquer tipo de vantagem?

Para fazer justiça, não cometer nenhum erro, afirmo que as Forças Armadas jamais se locupletaram do Poder. Ocorre que numa estrutura imensa, pesada, com personalidades de toda natureza, com certeza alguém se utilizou da Revolução em benefício próprio, seja no campo civil seja no campo militar.

Na opinião do senhor a conjuntura internacional acelerou a abertura política no Brasil?

Acredito que pelo fato de o Brasil ser signatário de tratados e acordos e membro de organismos internacionais, com certeza esses co-partícipes no campo internacional devem ter acionado os seus órgãos de comunicações e informações e devem ter contribuído para a aceleração da abertura política no País.

Tem alguma crítica a ser feita aos chamados governos militares?

Uma só: permanecemos demais no topo da onda e permitimos entre nós algumas aves de rapina.

E a Lei da Anistia?

Essa merece uma análise um pouco mais aprofundada, porque a Lei da Anistia, ampla, geral e irrestrita e, junto com ela, a Constituinte, propiciaram atos de "revanchismo". Hoje está sendo inoculada nas novas gerações, principalmente nas universidades, uma visão distorcida do que houve, porém acredito que a realidade histórica um dia falará mais alto. Com essa visão distorcida, tudo indica, o povo está vendo que os terroristas de ontem são os santos de hoje e os militares de ontem e de hoje são os algozes, os celerados e os bandidos.

E isso não é verdade!

A imagem do Exército foi desgastada ou exaltada pelos acontecimentos de 31 de Março?

A imagem do Exército foi arranhada, sim, mas acredito que a história será resgatada e este Projeto, creio, visa a isso. As pesquisas de opinião e o que já se escuta dos civis, em todo o Brasil, com relação à Força Militar – Exército, Marinha e Aeronáutica –, já nos mostram que os arranhões e os ranços estão sendo jogados "para escanteio".

O senhor crê que atualmente haja uma mobilização política contra os militares no que tange a posições de relevo no Governo Federal ou mesmo nos Estados?

Não tenho a menor dúvida.

A cúpula federal está constituída da fina flor do esquerdismo nacional. Fayads, Barreiros, Ustras, Alves e Avólios estão aí para testemunhar.

Ano passado, no Sete de Setembro, participei como comandante dos expedicionários do Batalhão Suez, portando a mesma farda indiana que usei no Oriente Médio enquanto tenente das forças de emergência das Nações Unidas. Estava junto com meus companheiros: soldados, cabos, sargentos, tenentes, todos com mais de cinqüenta anos. O filho de um soldado fez uma farda indiana e desfilou na frente da tropa, conduzindo uma pomba, simbolizando que éramos uma tropa "de paz".

Quando chegou à frente do palanque, aquele jovem que estava conduzindo a pomba a lançou para o ar e a pombinha não voou, ficou no chão. Os jornais do Recife noticiaram: "O menino que conduzia a pombinha a lançou e ela caiu, sendo quase pisoteada pelos soldados."

Os jornalistas que escreveram com relação àquele fato não tiveram sensibilidade alguma para interpretar a mensagem que a tropa lançou, porque em nenhum momento falou-se na palavra "paz".

Coronel, o senhor gostaria de acrescentar mais alguma informação sobre nossa Revolução?

Resumidamente, afirmo que o Movimento ocorreu na hora certa, com os líderes certos e para o povo certo. As Forças Armadas, silentes, acompanharam e registraram tudo que houve no pré-Movimento. Inspiravam-se unicamente na Pátria, calcada nos pensamentos e nos exemplos de Caxias, Tamandaré e Eduardo Gomes. A preocupação dos nossos chefes, naquela ocasião, era a paz da Nação, a defesa de suas tradições, a ordem acima da desordem, uma democracia forte e nunca à tirania comunista.

Proclamada a anistia ampla, geral e irrestrita, que não atingiu totalmente os efeitos desejados, vimos que a mesma tem atuado, até o presente momento, de uma maneira unilateral.

A imprensa, que ontem estimulou e aplaudiu o Movimento, hoje, quando não silencia, traça referências desfavoráveis. Os índices de crescimentos em todos os campos da economia ampliaram-se com a ação do Movimento revolucionário e cito apenas um: antes de 1964 éramos a 58ª economia mundial, hoje somos a 8ª, com todos os erros e desacertos que foram cometidos. Imaginemos, quando não tivermos mais erros e desacertos, qual será nossa classificação.

Encerro, solicitando que tenham paciência de ouvir um relato histórico, já que esse trabalho é de resgate histórico, através de uma nota publicada no jornal *O Norte*, da minha João Pessoa. Esse trabalho, publicado em 1987 pelo jornalista Jório Machado, que eu conduzi como prisioneiro para Fernando de Noronha, é muito bonito e não farei nenhum corte: até os elogios que ele faz ao Movimento, eu os citarei.

Os Fracos e os Fortes na Prisão

Dizem que é na mesa de bar que conhecemos melhor as pessoas. Eu concordo, mas não excluo a convivência no xadrez como teste mais eficaz para se obter uma radiografia perfeita da personalidade, do caráter, do equilíbrio emocional de cada um, especialmente quando a perda da liberdade ocorre no momento de convulsão político-militar marcado pela exacerbação do fanatismo e das paixões cegas. Vi muita gente forte fraquejar e muitos que pensávamos não resistir às depressões do cárcere reanimar deprimidos. Um sindicalista rural do Recife, que enfrentou a repressão policial por mais de uma vez nas Ligas de Julião, foi acometido de diarréia nervosa; forte como um touro, definhou tanto que em menos de uma semana tiveram de recolhê-lo à enfermaria, de onde nunca mais tive notícias. Passava os dias sentado no trono, como um reizinho. Outros tinham crises de náuseas e expeliam vômitos que azedou por toda parte. Uns roíam as unhas até o sangue escorrer pelas pontas dos dedos. Os da tosse seca eram os que mais incomodavam durante a noite. É muito ruim estar acompanhado na prisão por companheiros nervosos, porque você termina, com o tempo, pegando a doença deles. Se no Recife eu passei maus momentos com essas companhias, em Fernando de Noronha, ao lado de Bento da Gama, Laurindo Marques, Langstein Almeida, Luiz Hugo Guimarães e Gilberto Azevedo (todos os citados eu os conduzi presos a Fernando de Noronha) nunca me senti refratário a qualquer tipo de mazela emocional.

Lembro como se fosse hoje, no xadrez nº 2 do 15º RI, encolhidos no chão, colados uns aos outros como sardinha, assim pelas 11h da noite do dia 20 de abril de 1964, o Tenente Alves, no tom arrogante do militar quando se dirige ao subalterno, falou por entre as grades do xadrez: "Jório, Bento, Laurindo, Langstein e Luiz Hugo, peguem as roupas que vocês vão viajar." Fez a recomendação e retirou-se, deixando no ar o mistério quanto ao nosso destino. Meia hora depois ele reapareceu e João Batista Barbosa, o Batistão, perguntou para onde iriam nos levar e ele respondeu que para Fernando de Noronha (o que retrata, pelo menos em termos da minha Paraíba e do comando do meu querido Coronel Ednardo D´Ávila Mello, que nem esse tipo de tortura que seria levar sem avisar, ele deixou que fosse cometido), mas que nossas famílias estavam sendo avisadas (imagina: que "golpe" avisa a família do preso que o mesmo vai ser transferido. Imaginemos se isso fosse em Cuba), para uma despedida coletiva de dez minutos.

De repente, os corredores da área de serviço do 15º RI se encheram da parentela. Meu pai, o velho Machado, e minha mulher Cleide chegaram acompanhados dos meus filhos, Alexandre de três anos e Larissa de dois; o terceiro, Cristiano, recém-nascido no dia 7 de abril, quando eu ainda estava foragido, foi deixado em casa com

minha mãe Amália, acometida de forte depressão, em companhia de outros irmãos. Os boatos no quartel eram de que para Noronha foram escolhidos os mais perigosos. Dizia-se também que "essa história de Noronha era conversa fiada, eles estão sendo levados é para o sumidouro". Enfim, nós é que não sabíamos de nada porque não tínhamos em quem acreditar. Quando vi Cleide e os meninos senti aquele vazio profundo e confesso que alimentava poucas esperanças de voltar. Nesta hora o que mais me preocupava não era a solidão da ilha e muito menos o destino que me aguardava, mas o futuro da família. Aquilo me abriu um oco imenso, goela abaixo.

Meu pai parece que estava adivinhando a causa da minha angústia e antes que lhe falasse me disse, num forte abraço: "Vá tranqüilo, quem criou 11, criará mais três." Um fogo me subiu do pé à cabeça. A partir daí estava pronto para enfrentar o exílio até na região glacial do pólo Antártico, quanto mais em Fernando de Noronha de clima e ares iguais aos nossos de João Pessoa. A tranqüilidade de Cleide, sem choramingos, me deu muito mais força ainda, enquanto via a mãe de Bento da Gama, D. Zaída, já velhinha, gritar para o oficial que se aproximou dela com a intenção de reanimá-la: "Está vendo esses cabelos brancos? Pois saiba que estou acostumada com isso e fique certo de que ele, Bento, vai, mas volta."

Um sopro de otimismo calou fundo na consciência de cada um. Enfim, partimos de madrugada, em cima de um caminhão de bancos de madeira, mais duros do que ferro, acompanhados de quatro soldados armados de fuzis e patrulhados por jipes que conduziam a escolta. Levamos cinco horas para chegar ao Recife, em estrada de barro. Passamos no Quartel-General, de lá fomos conduzidos pelo Tenente Alves e três sargentos, entre eles o Cabo Romildo, hoje médico, que até bem pouco exercia o cargo de subsecretário de Segurança (esse cabo, que não era cabo, era sargento, já falecido, citei-o como um dos esteios da Revolução na Paraíba) e fomos para a Base Aérea do Recife, onde embarcamos num avião B-25 da Força Aérea (não era B-25; era um C-47) e com a mesma escolta levantamos vôo para Fernando de Noronha, desembarcando às 5h da tarde.

Viajamos em silêncio, mas com muito respeito por parte da escolta (que D. Amparo, do Tortura Nunca Mais, tenha acesso a esse tipo de leitura). Já na Ilha, ao pé da escada do avião, lá estava postado o Coronel Ibiapina (citado também como um dos líderes da Revolução em nossa área). Descemos em fila e o Tenente Alves ia declinando os nossos nomes para o Ibiapina. Ele escolheu a mim, a Langstein e a Bento da Gama, para fazer referências especiais à nossa passagem.

"Este, disse de mim, é um jornalista desaforado, mas vamos amansá-lo"; e com Langstein: "Esse é um assassino perigoso"; e, finalmente, com Bento da Gama: "É o comunista da Supra."

Coronel Luiz Marques Tavares

- Natural da Cidade do Rio de Janeiro, RJ.
- Serviu, na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), no 19º Batalhão de Caçadores (19º BC), em Salvador; no Comando da 11ª Região Militar (11ª RM) e na Diretoria de Patrimônio, ambas em Brasília; e foi Chefe do Estado-Maior da 10ª Brigada de Infantaria Motorizada e da 7ª RM, ambas no Recife.
- Chefiou o Destacamento de Operações de Informações (DOI) da 6ª Região Militar (6ª RM), em 1973, em Salvador, BA; e foi Ajudante-de-Ordens do General Walter de Menezes Paes.
- Possui todos os cursos regulares do Exército. Entre os cursos de especialização, possui o de Informações, Categoria "A" (analista).
- Na eclosão da Revolução de 1964, era 2º-Tenente e servia no 12º Regimento de Infantaria (12º RI), em Belo Horizonte.

Entrevista realizada em 28 de setembro de 2000.

Para mim é uma grande honra ter sido convocado para este depoimento histórico. Participei, como oficial subalterno, da Revolução de 31 de Março de 1964.

Entre 1960 e 1962 cursava a Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) e estava, praticamente, alheio à política. Naturalmente que os fatos marcantes – a renúncia de Jânio, a quem admirávamos, a questão do plebiscito e a posse de Jango – não passaram despercebidos e foram causas preponderantes para o desencadear do Movimento de 1964.

A fraqueza e a incompetência do Presidente João Goulart fizeram com que os comunistas se apossassem de cargos-chave do Governo, impondo ao Presidente da República medidas que iriam cada vez mais afastá-lo da sociedade, criando um clima de ansiedade, insatisfação e indisciplina nas Forças Armadas.

Em 1963 apresentei-me no 12º RI, em Belo Horizonte. Durante aquele ano dediquei-me à instrução do meu Pelotão e, devido à situação política, com muitas greves e arruaças, foi dado início à instrução de controle de distúrbios civis. A instrução sobre guerra revolucionária e comunismo passou a ser intensificada. Nossa formação militar anticomunista e a motivação existente facilitaram o nosso aprendizado naquele novo tipo de instrução.

À medida que foi terminando o ano e se iniciando 1964, a oficialidade, principalmente os mais modernos,[1] começou a preocupar-se mais com a situação do País, criando um clima de intranqüilidade dentro do quartel. As prontidões e os boatos foram se intensificando. Os jovens tenentes eram pouco informados pelos superiores. Sentia-se que a situação piorava pelas ordens de intensificação do grau de segurança dos aquartelamentos e paióis.

Havia alguns militares, principalmente graduados, que ficaram sob vigilância por suas tendências de esquerda ou por demonstrarem apatia pelos fatos que aconteciam no Estado e no restante do País.

Cada vez mais ficávamos sobressaltados – grande parte da "tenentada" era solteira e morava no quartel. Alguns, como eu, passamos a dormir com armas, granadas e munição, pois se ouvia falar em traição, como em 1935, ou invasão do quartel por grupos de esquerda. Deixamos de andar fardados na rua e sempre saíamos armados.

O mês de março de 1964 foi quase todo de prontidão; acompanhávamos a situação nacional por meio dos noticiários de televisão e de jornais.

Havia no quartel um treinamento dirigido como que se subentendendo uma súbita anormalidade? A orientação da instrução já era para a antiguerrilha?

---

[1] Jargão militar: companheiros com menos tempo de serviço.

Não chegava a ser de antiguerrilha; era mais voltada para controle de distúrbios, porque as arruaças e greves aumentavam a cada dia e notava-se que a própria Polícia Militar não estava preparada. Não se falava em guerrilha, naquela época.

Pouco me recordo de ter havido reuniões com a oficialidade jovem para tratar daquele momento político. Conversava-se, à noite, com os capitães que ficavam no quartel.

Sabíamos que o Comandante do Regimento, Coronel Dióscoro Gonçalves Vale, era um homem bom, excelente oficial de Estado-Maior, preocupado com os destinos do País, e que saberia tomar a decisão mais acertada quanto ao emprego da tropa, que sentíamos breve. Nos corredores, já se falava em reação da força militar, pois as ações dos agentes da subversão extrapolavam em todos os setores. Em Minas, o sindicato era forte e estava totalmente dominado por comunistas, que a toda hora fomentavam a desordem e o desrespeito à autoridade.

Nessa ocasião, chegou ao quartel o reforço de uma Companhia de Carros de Combate e as atividades da 2ª Seção (Informações) aumentaram bastante. Passamos a fazer vários treinamentos de embarque de tropa e de material, em viaturas, e praticamente a instrução era só de controle de distúrbios civis.

Após os fatos lamentáveis – comício da Central e o jantar com os graduados no Automóvel Clube – ocorridos com a presença do próprio Presidente da República, e que indignaram a maioria da oficialidade, chegou o grande dia tão esperado, principalmente pela "jovem guarda".

O quartel já se encontrava de prontidão há uns sete dias, logo não foi difícil reunir toda a tropa no pátio central, na manhã do dia 31 de março. O Pelotão Motorizado foi reforçado por ônibus civis, o que antecipava o emprego da tropa. Os dois Batalhões que compunham o Regimento formados receberam o comandante. Todos os oficiais foram convidados a se reunirem na sua frente, junto ao Pavilhão Nacional, e ali o Coronel Vale fez um breve comentário sobre a situação caótica em que estava o País e da decisão tomada pelo Comandante da 4ª Região Militar e 4ª Divisão de Infantaria (4ª RM/4ª DI), General Olympio Mourão Filho, de iniciar o movimento armado a fim de depor o Presidente.

Comentou, ainda, que o General Carlos Luís Guedes, Comandante da Infantaria Divisionária da 4ª RM (ID/4), sediada em Belo Horizonte, iria, junto com o Governador do Estado, Magalhães Pinto, fazer uma declaração sublevando-se contra o Poder constituído. Sendo assim, o 12º RI formaria dois destacamentos: um iria para Juiz de Fora para incorporar-se a outras forças a fim de marchar em direção ao Rio de Janeiro, onde poderiam ocorrer sérios confrontos; o outro, iria para Brasília, reforçado por tropas da Polícia Militar (PM) mineira, para ocupar pontos estratégicos da Capital Federal.

Nesse momento, o Comandante Vale, com os olhos cheios d'água, disse para os seus oficiais: "Tragam os meus meninos de volta!"

Dispensados (da formatura) fomos providenciar o embarque da tropa, material e munição. Soube-se que alguns militares, superiores[2] e sargentos, de várias Unidades, já haviam sido presos por não concordarem com aquela decisão ou por não quererem deixar as famílias para cumprir uma missão que poderia não ter volta.

No 11º RI de São João Del Rei, soube mais tarde, a maioria dos sargentos fora presa. Também muitas prisões de civis, comunistas e simpatizantes, foram feitas em Belo Horizonte e Juiz de Fora. O mais ativo deles, de quem não recordo o nome, tinha planos de atacar quartéis e até colocar veneno na caixa d'água da Cidade de Belo Horizonte.

No seu quartel houve prisões?

Houve afastamento das funções de um comandante de Companhia, capitão, que se negou a desrespeitar a Constituição, e dois ou três graduados que alegaram motivo de família ou não queriam afastar-se do quartel.

Meu destacamento, chamado de Caicó – homenagem à terra do Coronel Vale – deixou o quartel sob aplausos e choros de civis. Havia certa euforia e temor pelo que nos esperava no caminho de Brasília. Poderia haver reações dos grupos de esquerda, emboscadas e sabotagens, o que nos deixava de sobreaviso. Até mesmo quando a coluna foi sobrevoada por um "teco-teco" tivemos que sair às pressas dos transportes e nos proteger de um ataque aéreo. Era simplesmente um civil, acompanhado de um oficial de ligação que vistoriava a coluna e atirava mensagens.

Chegamos à Brasília no final da tarde, sem problemas, e guiados pela Polícia do Exército e Polícia Rodoviária fomos estacionar no quartel do 1º Regimento de Cavalaria Mecanizado (1º RCMec), ainda em construção. Foram tomadas as medidas de praxe e realizamos, durante a noite, patrulhas para evitar surpresas. Tive a infelicidade de, nos primeiros dias, perder um soldado. Ele simplesmente desapareceu e nunca mais foi encontrado.

Meu Pelotão de Fuzileiros foi destacado para ocupar e guarnecer o sítio onde residia o General Assis Brasil (Chefe da Casa Militar do Jango), chamado Palácio do Ipê, hoje Granja do Ipê. Ficamos uns oito dias executando a segurança daquele patrimônio, sem nenhum incidente.

Deixamos o local para nos juntarmos ao destacamento e, posteriormente, desfilarmos em frente ao Palácio do Governo para o General Castello Branco, que havia sido escolhido para assumir à Presidência. Foi no dia 15 de abril.

Voltamos para a capital mineira e lá pelo dia 20 de abril o quartel voltou à rotina.

---

[2] Do posto de major para cima.

Discorrendo sobre o período revolucionário propriamente e sobre os fatos que vivenciei, em 1968 servia na AMAN, quando foi descoberto um foco de simpatizantes comunistas entre os cadetes, fruto da infiltração das esquerdas nas Forças Armadas e em outros setores da sociedade, talvez com o intuito de forçar o Governo a adotar medidas fortes e antipáticas, como acabou acontecendo com o Ato Institucional nº 5 (AI-5).

Na Academia foi aberto um inquérito e dois ou três cadetes foram excluídos, porque estavam fazendo proselitismo através de reuniões nos apartamentos. Foram encontrados materiais subversivos. Eram cadetes do primeiro ano matriculados com amparo naquela legislação recém-aprovada, que garantia o acesso à AMAN, sem concurso de admissão, dos alunos classificados em primeiro lugar no ensino médio.

Em 1972 cursei a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO), tendo sido classificado no 19º BC, em Salvador. Por ser o mais moderno dos capitães fui chamado ao Quartel-General da 6ª RM para assumir as funções de adjunto da 2ª Seção e chefe do Destacamento de Operações de Informações (DOI).

Nunca havia exercido qualquer função ligada às atividades de informações, muito menos a chefia de um órgão de operações de combate à subversão. Fiz muitos trabalhos para os quais não estava preparado: prisões, interrogatórios, busca e apreensão. Precisei consultar documentos para me orientar em certos procedimentos, principalmente quanto à técnica de interrogatório. Por isso acredito que os abusos que existiram, ocorreram pelo despreparo profissional e pela má índole de alguns, principalmente os colegas das polícias civil e militar, que compunham os diversos DOI.

No que diz respeito ao período do Presidente Figueiredo (João Baptista de Oliveira Figueiredo), na fase da "abertura" da Revolução, os dois primeiros anos cursava a Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), e depois fui classificado na 11ª RM, em Brasília, onde fui designado para a 2ª Seção. Acredito que a decisão da escolha do Presidente Figueiredo, Chefe do Serviço Nacional de Informações (SNI) do Governo Geisel, não foi das melhores, pois não era político.

Promoveu a Lei da Anistia, bastante liberalizante, que deu a oportunidade para que todos os que eram contra nós militares e contra a democracia voltassem com toda a força, exigindo mil e um direitos, e hoje a maioria deles são governo e fazem de tudo para nos espezinhar e humilhar. A conduta do Presidente Figueiredo deixou a desejar, principalmente depois da cirurgia, pois deu a entender que contava os dias para deixar o Governo.

Na 2ª Seção, de informações, fiquei encarregado do campo político e, assim, pude acompanhar os primeiros passos dos novos partidos, incluindo o Partido dos Trabalhadores (PT). Pude, também, tomar conhecimento de como se estruturavam os grupos de esquerda, revolucionários ou não, durante o regime militar. Aliás,

período que chamam de ditadura, mas não foi bem assim, pois todos os Poderes funcionavam, exceto pequeno interregno. O povo era feliz e não sabia.

Os grandes erros do Movimento de 1964, na minha opinião, foram: não ter havido intervenções no Judiciário; não ter sido entregue o bastão após o Governo Médici (Emílio Garrastazu Médici); não ter sido preparado jovens para a política, deixando que as "velhas raposas políticas" continuassem mandando; e ter sido feita uma anistia tão liberalizante.

Você disse que a tropa foi ovacionada, saindo de Belo Horizonte para Brasília. No trajeto houve outras demonstrações de apreço?

Em algumas cidades do trajeto havia sempre a euforia do povo que, já sabedor da insurreição de Minas, aplaudia a passagem da tropa. No portão de saída do Batalhão, muitos pais de soldados correram para se despedir e houve aquela emoção muito forte.

O Batalhão que se dirigiu para o Rio também foi exaustivamente ovacionado.

Gostaria de deixar uma mensagem ou acrescentar algo mais acerca da Revolução?

Por fim, gostaria de dizer da minha satisfação por participar deste Projeto de História Oral sobre a Revolução de 1964. Para mim, foi reconfortante e estimulante.

Classifico este trabalho de significativo, pelas informações históricas que certamente conterá, preservando a memória do Movimento de 31 de Março de 1964.

Se, por uma fatalidade, tivermos que intervir novamente, não será por outra razão senão a da Segurança Nacional, como em 1964.

Coronel PM José Fernando Pontes Soares Filho

- Natural da Cidade de Sertânia, PE.
- Foi Subchefe da Casa Militar do Governo do Estado (1966/1967); Chefe do Estado-Maior da Polícia Militar (1976/1979); Chefe da Casa Militar do Governo de Pernambuco (1979/1985).
- Exerceu a função de ajudante-de-ordens do Governador de Pernambuco Dr. Paulo Guerra (1964/1966).
- Cursos: Formação de Oficiais da Polícia Militar de Pernambuco (PMPE) (1954/1956); instrutor de Educação Física, pela Escola de Educação Física da Força Pública do Estado de São Paulo; Superior de Polícia, categoria Altos Estudos, da Academia Nacional de Polícia, em Brasília; curso de Letras pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, da Universidade Católica de Pernambuco; Administração de Empresas, pela Faculdade de Ciências da Administração – Fundação do Ensino Superior de Pernambuco.
- Em 1964, na eclosão da Revolução, era primeiro-tenente e servia no Comando Geral da PMPE.

Entrevista realizada em 23 de maio de 2000.

Onde estão as raízes do Movimento de 31 de Março de 1964?

Já faz trinta e seis anos do Movimento de 1964 e, na época, tinha ascendido ao posto de 1º-tenente; logicamente a minha visão a respeito dos acontecimentos e principalmente dos antecedentes da Revolução era muito pequena.

A macrovisão dos antecedentes e das causas da Revolução, na ótica do tenente, era difícil, mesmo porque a própria Polícia Militar (PM) preocupava-se muito pouco com tal tipo de análise: não havia maiores informações a esse respeito.

Na PM, no próprio dia da Revolução, a grande maioria da oficialidade, até a de nível superior, ignorava certos acontecimentos, talvez até mais do que eu próprio; mas, de qualquer forma, diria que as raízes são bastante antigas.

As causas mais próximas da Revolução, talvez a gente as encontre no próprio final do Governo de Getúlio, na época em que, por desespero, suicidou-se, em função do "peleguismo" que ele próprio havia criado.

Esse "peleguismo" estendeu-se e continuou forte e muito ativo, durante muito tempo, na área sindical. O movimento comunista aproveitou-se habilmente de seu lado corrompido e baseou-se nele, em muita coisa, para promover a subversão.

Pouco antes de 1964, o povo viveu os episódios de Jânio Quadros, a loucura de Jânio Quadros. Sua renúncia facilitou o trabalho de subversão do pessoal da esquerda, mais apropriadamente, comunista, máxime pela posse do Vice-Presidente, João Goulart. Tudo isso transtornou muito o País, que ficava à mercê da eclosão de movimentos, todos os dias, em variados locais: na cidade e no campo.

A população não comprometida com aquelas facções começou a mostrar vivamente a sua insatisfação; penso que a instabilidade tornou-se de tal sorte que as Forças Armadas, principalmente o Exército, atentas ao quadro pré-revolucionário do País, tiveram que adotar algum tipo de providência através das suas lideranças mais efetivas.

Essa insatisfação generalizada da população, acompanhada pelas Forças Armadas, certamente teve influência no seio da Polícia Militar.

Sem dúvida, não sei se tanto em relação ao próprio Governo Federal, dado ao que me referi sobre a PM, que era muito mais ligada ao Estado. As informações em nível federal não eram de grande monta. Mas a insatisfação era muito grande no que diz respeito à intranqüilidade no Estado, a partir do Governador Arraes, suas atividades e ligações que mantinha, principalmente com setores da esquerda, especialmente os comunistas. A insatisfação reinava na PM, pelo menos no escalão intermediário inferior, aquele com que mais convivia.

Essa insatisfação foi externada no próprio dia da Revolução, através de atos de rebeldia de oficiais da PM contra a ação dos comunistas.

Qual era a posição da Igreja, em relação ao Governo de Pernambuco?

Tenho alguns fatos que poderão servir para mostrar a posição da Igreja e a ação que exercia no interior do Estado. Não poderia manifestar uma opinião em nível doutrinário, pois era um jovem oficial subalterno.

Fui, logo depois da Revolução, no dia 5 de abril, em missão para o interior do Estado, a fim de esclarecer os propósitos da Revolução às autoridades e instruí-las sobre os problemas dos trabalhadores e proprietários de terra. Havia uma preocupação em evitar vinganças por atitudes anteriores a 1964, evitar arbitrariedades dos proprietários.

Possuo um documento muito interessante que dá uma idéia bastante nítida do trabalho que a Igreja já fazia junto aos movimentos, na área rural. Esse documento, na verdade, esclarece um pouco a atuação da Igreja pró-Revolução. Parcela ponderável da Igreja, todos sabemos, contribuiu para o sucesso da Revolução.

Minha missão foi na Mata Sul[1] do Estado, estendendo-se ao Agreste, seguindo por Palmares e terminando em Garanhuns. Ao final deveria apresentar relatório à Secretaria de Segurança Pública (SSP) do Estado, a qual me encontrava à disposição. Encontrei, nos municípios de Gameleira, Joaquim Nabuco, Palmares – onde havia forte ligação com o prefeito, que foi preso – Catende, Maraial e Quipapá, os sindicatos rurais transformados em células ou núcleos comunistas. Encontravam-se fechados e os líderes evadidos.

Em Canhotinho mudava o aspecto! Encontrei o sindicato rural funcionando normalmente, ligado à paróquia. A Diocese de Garanhuns realizava a coordenação do Sindicato através do Serviço Diocesano de Assistência Rural (Sedar). Prossegui para Angelim até Garanhuns. Verifiquei que a imensa maioria dos sindicatos dos municípios da Diocese de Garanhuns funcionavam normalmente e eram coordenados pelo Sedar. Proporcionaram total apoio à missão que havia recebido.

Cheguei a ser convidado pelo Bispo Diocesano de Garanhuns a comparecer a um programa informativo da Rádio local, e aceitei o convite, para ler a Nota Oficial da SSP de esclarecimento sobre a Revolução, tranqüilizando a população rural.

Esses fatos caracterizam um certo apoio da Igreja.

Isso também era verdadeiro no Recife?

Acredito que na área urbana fosse diferente, embora houvesse certo apoio do nível superior da Igreja.

Quando o Arcebispo Hélder Câmara chegou ao Recife começaram as modificações. Cheguei a ter contato pessoal com Dom Hélder, quando ele passou a freqüentar

---

[1] Divisões climáticas do Nordeste: Mata Sul, Mata Norte ...

a minha casa em função de a minha falecida mãe ser líder do Movimento das Bandeirantes, cuja sede era no Palácio da Arquidiocese. Tanto é verdade que surgiram alterações, as próprias bandeirantes sentiram e se afastaram da Diocese.

Pelas fotos dos jornais pode-se ver Dom Hélder dialogando amistosamente com o Governador Paulo Guerra, acompanhando procissão com o Governador e com o General Muricy. Havia um relacionamento, de certo modo, que depois se tornou ofensivo.

A PM estava dividida em facções: pró-governo do Estado e contra o mesmo? Havia divisão na PM?

Sim, havia. Oficiais superiores, embora muito poucos, se declaravam pró-Governo Arraes; talvez o Major Romeu Sobreira, Chefe da Casa Militar, fosse o único que, ideologicamente, ostentasse uma posição muito firme – embora fosse muito cordial – de apoio a Arraes.

Oficiais de nível capitão e tenente, talvez três ou quatro, não sei se tanto, mantinham ligações do tipo mais ideológico. Os demais eram favoráveis ao Governo por questão de interesse próprio, postulavam alguns benefícios.

Então, havia uma minoria muito próxima ao Governo Arraes, que apoiava o Governador, mas a expressiva maioria da oficialidade da Corporação não alimentava sentimentos pró-governo; ao contrário.

A seu ver, havia uma revolução comunista em andamento com objetivo de mudar a ordem institucional do País? Qual a situação em Pernambuco?

Naturalmente, a minha ótica restringe-se à Polícia Militar do Estado. Aqueles que se declaravam, como o meu caso, contra o Governo do Estado, contra as tentativas de comunização que estavam se desenvolvendo fortemente, passavam por enormes constrangimentos.

O governo estava tremendamente influenciado pelos comunistas. Aliás, acredito que o Miguel Arraes nunca se aproveitou dos comunistas, os comunistas é que se aproveitaram dele.

Na minha opinião, um falso líder, meio fantoche talvez. Seus objetivos eram muito pessoais. Iniciou-se na vida pública pela mão do concunhado, o Governador Cid Sampaio, que o colocou como Secretário de Fazenda. Suas ambições começaram aí. Depois, foi prefeito. Muito parecido com Brizola, no Rio Grande do Sul, com a diferença que este era tagarela e se firmava na liderança por sua tagarelice e o Arraes pelo silêncio: não dizia nada.

As atitudes de Arraes descontentavam o pessoal da Polícia Militar, pois havia apoio ou mesmo incitamento à indisciplina dentro dos quartéis. Isso atingiu muito,

muito mesmo, a PM, porque utilizavam os clubes de sargentos e os de cabos e soldados, que existiam na época. Tal manobra foi muito empregada pelo Comandante Hangho Trench, Major do Exército que passou (comissionado) a Coronel Comandante da Polícia Militar no Governo de Arraes, visivelmente pró-Governador e comunista declarado, porque ele próprio pabulava essa condição. Para satisfazer a essas graduações, não sei se por decreto do governador ou se ato dele próprio – portaria do comando, por exemplo – o Comandante Trench chegou a ponto de estender as férias de soldados para trinta dias, contrariando a lei que estabelecia vinte dias para soldado, praça de maneira geral, e trinta para oficiais.

Isso era subversão da ordem, era ilegal.

O clima era muito tenso dentro da Polícia Militar; a minoria atuante, sujeita ao Governo do Estado, passou a me chamar de "gorila" e outras coisas, porque eu também os desafiava. Viviam querendo transferir-me para o interior do Estado, mas não tinham coragem, porque eu ameaçava fazer baderna no interior.

O clima não era bom dentro da própria PM; predominava a indisciplina que tendia para a subversão.

Qual o comportamento da Assembléia Legislativa em relação aos atos das Forças Armadas?

Acreditávamos que existia, em termos políticos, a velha rivalidade local entre o PSD (Partido Social Democrático) e a UDN (União Democrática Nacional).

Os políticos aproveitavam-se dessa situação para tentarem galgar o Governo. Cid Sampaio, por exemplo, para ser eleito governador contra o que ele chamava de oligarquia do PSD e falando em renovação, se uniu aos comunistas. Luís Carlos Prestes freqüentou seus palanques. O Governador Paulo Guerra, em concordância com os objetivos da própria Revolução e do General Castello Branco, posteriormente nós soubemos, fracionou o PSD e compôs-se com Arraes, sendo seu vice-governador. Ajudou, depois, na derrubada. O clima político era muito mais de nível partidário, antigo, tradicional, do que ideológico.

No próprio dia 1º de abril houve discussões dentro da Assembléia, a maioria favorável à Revolução, apenas três ou quatro deputados pró-Governo Arraes.

Há outro documento que o senhor queira mostrar?

Tenho outro documento interessante que registra o ambiente de agitação que havia no campo, antes da Revolução.

Estava de oficial de dia.[2] Recebi uma ordem verbal do Comandante Geral da PM, para mandar "reforços" (frações de tropa) a alguns municípios do interior do

---

[2] Oficial de serviço, turno de 24 horas.

Estado e instruções sobre a missão desses "reforços". Transmiti a ordem aos comandantes das frações de tropa por meio desse documento – um memorando – assinado por mim.[3] Foi em 23 de fevereiro de 1964.

Incrível! A ordem que recebi do Comandante Geral estava baseada nas instruções de greve dos trabalhadores. O comando da greve dava ordem!

Quer dizer, o Comandante da PM "rezava" pela cartilha dos grevistas. Nas instruções acordadas eram consentidos o funcionamento dos escritórios para pagamento, com fiscalização do pessoal da greve; a entrada dos diretores na usina – os diretores não podiam entrar nas suas usinas porque os comandos de greve não permitiam.

Então, a tropa seguia como para oficializar a ação grevista, quase subordinada a ela. Esse documento serve para mostrar o tipo de ordens emanadas do Comando Geral da PM. Recebi e a transmiti aos "reforços".

Como o senhor viu a ação de entidades esquerdistas ou de sindicatos no Recife? A PM teve que intervir para tranqüilizar?

Na Cidade do Recife observávamos o movimento dos sindicatos dos trabalhadores rurais. A assessoria sindical do próprio governador se ligava a alguns delegados do interior que pertenciam ao seu esquema. Na própria cidade de Garanhuns havia um delegado nessas condições.

Existia um movimento de camponeses – na época se chamavam exatamente camponeses – que eram incentivados a vir para o Recife, Grande Recife, para fazer agitação. Na ótica nossa, da PM, esse era o problema que sentíamos mais: aquelas turbas com foices, enxadas, facões, vindas do interior e se concentravam na cidade. A PM tentava apaziguar, agindo com pouca energia, com bons modos.

Houve uma ocasião em que o Trench deu ordem para que o quartel do Derbi, o quartel do comando geral, servisse de alojamento para – não sei o número exato – uns cinqüenta camponeses que estavam agitando na cidade. O Tenente Severino Ramos de Oliveira, oficial de dia, mandou desarmar todos os que estavam entrando no quartel armados de foices e facões; o oficial, numa atitude corajosa, desarmou todos eles e isso foi até causa de tentativa de punição ao Tenente Severino. Esse fato foi antes do dia 31 de março.

O senhor citaria exemplos de coragem pessoal, na PM, no rumo dos acontecimentos de 31 de março?

Acabei de citar um, o do Tenente Severino.

[3] O documento está reproduzido no final da entrevista do Coronel José Fernando.

Foram atos aparentemente tolos, mas que de acordo com as condições da época e no nosso escalão, tenentes, evidenciaram-se muito sérios e que demonstraram, de qualquer modo, elevado nível de coragem pessoal.

O Tenente Rego Barros, por exemplo, um tenente do Quadro Auxiliar de Oficiais (QAO), rebelou-se contra a ordem do Comandante Geral de conceder trinta dias de férias também para os soldados. Essa medida era uma subversão da ordem legal. Foi punido por sua atitude.

No dia da Revolução, o mesmo Tenente Rego Barros foi no 2º Batalhão e tomou a iniciativa de fazer contatos com a 7ª Região Militar (7ª RM), redundando na adesão de oficiais desse Batalhão.

Gostaríamos que o senhor relatasse a sua participação pessoal na eclosão da Revolução.

No dia 31 de março, saía da faculdade, na Universidade Católica – onde conhecia um pouco a agitação – e me dirigi ao quartel do Derbi para deixar o Tenente Severino; pensava em sair à noite para um jogo, no que me lembre.

Ao chegar, oito, nove horas da noite, encontrei, logo na frente do quartel, muitos oficiais superiores, majores, coronéis, vestindo uniforme de serviço e... uma certa expectativa no ar.

Resolvi não sair mais do quartel; desisti de ir ao jogo.

Por conta própria, colocamos o uniforme de serviço e ficamos, também do lado de fora, olhando desconfiados para os oficiais superiores que se encontravam lá e eles também olhando para nós, um tanto desconfiados. Não sabíamos o que estava acontecendo.

O governador já havia sido deposto?

Não, ainda não.

Em conversa com o oficial de dia, que pensava de modo semelhante a nós, fomos informados de que tinha havido, no início da noite, uma reunião no alojamento da Companhia da Radiopatrulha, sediada no próprio quartel do Derbi, promovido pelo Comandante da Companhia, Major Belarmino Neto e pelo Capitão Sérgio. Ele não sabia dizer qual o assunto tratado na reunião, porque não foi permitido que o oficial de dia estivesse presente à mesma. Revelou sua estranheza com o rumo dos acontecimentos e nós concordamos.

A partir daí, começamos a tentar realizar alguns contatos para saber o que poderia estar ocorrendo. Em torno da meia-noite, no entanto, alguém captou a Rádio Inconfidência, de Minas Gerais, comunicando a eclosão do Movimento do General Mourão. Nesse momento, despertamos para o que pudesse estar acontecendo.

Tentamos outros contatos. Eu mesmo procurei o Coronel do Exército Manoel Costa Cavalcanti, oficial muito ligado ao esquema de liderança, professor do Colégio

Militar, vizinho nosso lá no Derbi e, além disso, meu diretor na Escola Superior de Educação Física. Tinha amizade com ele. Liguei para sua residência, mas a esposa, dona Maria Augusta, me disse que o coronel havia saído, depois que me identificou por algumas declarações que fiz. Tudo era feito às escondidas. Ela disse que o Coronel Costa havia se fardado e ao despedir-se dela, comunicou que não sabia quando voltava.

Cerca de uma hora depois, para espanto meu, o telefonista do Corpo da Guarda procura o "Tenente Fernando" e diz que o Coronel Manoel da Costa Cavalcanti queria falar-me ao telefone. Isso para mim foi uma ducha: todos perceberiam que eu estava, talvez, fazendo contatos! Depois eu soube, não me disse na hora, que estivera presente na famosa reunião do 7º RO (I/7º RO 105 – I Grupo do Sétimo Regimento de Obuses) com os coronéis do Exército. Na época, parecia a nós todos que esses coronéis eram os condutores da Revolução, em Pernambuco. O Coronel Cavalcanti fez-me um resumo do que estava acontecendo. Havia, ainda, assuntos no ar. Arraes não havia sido preso.

Fiz contato, também, com o General Manoel Expedito Sampaio, que tinha sido nosso coronel comandante no governo anterior, de Cid Sampaio e com o qual, também, tinha muito bom relacionamento; conhecia o telefone dele, liguei e ele me tranqüilizou um pouco, achando que o Movimento era para valer, mas que deviam ser evitadas confrontações. O espírito do Exército, afirmou ele, era o de evitar derramamento de sangue.

Outro contato que tive, até com um pouco de humor, foi com o famoso Major Darcy Ursmar Villocq Vianna, que servia em Casa Forte. Estávamos à noite naquela expectativa – éramos cerca de quatro oficiais: lembro do Capitão Batista da Costa –, quando chegou o oficial de dia dizendo-nos que havia recebido um telefonema de um tal Major Villocq, perguntando seu nome etc. Após ter-se identificado ao major, este teria dito algo assim: "Vocês tenham cuidado, estamos com as baterias voltadas para cima do quartel, para atirar em vocês!"

O oficial de dia veio nos transmitir isso um tanto espantado. Conhecendo o Major Villocq, pensei: "Tem alguma coisa atrapalhada aí pelo meio." Chamei o Batista e falei:

– Batista, vamos tentar um contato com o Major Villocq.

Conseguimos esse contato com ele, lá no telefone do quartel. Então, o Major esclareceu: "Vocês me perdoem ter dito aquilo. Quando o tenente oficial de dia informou quem era – conheço vários de vocês, mas ele não conhecia – resolvi dizer qualquer coisa. Mas podem ficar tranqüilos, pois estou sabendo que vocês estão aí, no quartel do Derbi, e já tenho conhecimento de fatos positivos quanto ao Movimento."

Todos esses contatos feitos durante a noite serviram para tranqüilizar-nos e fortalecer nossa posição. Permanecia, porém, a expectativa. Tínhamos no grupo o Tenente Bartolomeu José Bandeira de Souza, comandante interino da Companhia de

Metralhadoras do 1º Batalhão. Então, começamos a tirar as armas da Companhia e esconder no nosso alojamento, embaixo das camas, preparando-nos para algo pior.

Na manhã seguinte, 1º de abril, fui para casa. Não estava de serviço, estava no quartel porque queria. Quando voltava, em frente ao Colégio Militar, vizinho nosso, encontrei o Capitão Pontual e dois ou três oficiais, também conhecidos. Fizeram um sinal, parei o carro e deram-me a notícia:

– Pode comemorar! o Governador e o seu Comandante, Trench, estão presos.

Chego ao quartel, solto a notícia e todos ficaram satisfeitos. Minutos depois, estou na frente do quartel e vejo se aproximar o carro do comando geral, a toda velocidade; pára, desce o Coronel Trench – comandante que haviam dito que estava preso – junto com um oficial superior da PM, passa por mim, me fuzila com os olhos, sobe e resolve fazer uma reunião com oficiais superiores: procurou incutir no espírito dos oficiais a idéia de reação contra a Revolução, um movimento pró-Arraes.

O senhor tem alguma coisa escrita a respeito disso, algum documento?

Tenho sim. Tenho uma publicação do *Diário de Pernambuco* do dia 15 de outubro de 1964, que transcreve na íntegra o relatório do inquérito feito na Polícia Militar. Esse documento foi enviado pelo Coronel Sylvio de Melo Cahú, que assumiu o comando da PM no dia 1º, à Auditoria da 7ª RM. Também o *Jornal do Comércio* de 14 de fevereiro de 1965 transcreveu a denúncia apresentada pelo promotor militar Francisco de Paula Acioly à Justiça Militar.

Permita-me ler um trecho do relatório publicado no *Diário de Pernambuco* e incorporado na denúncia do promotor, esta publicada no *Jornal do Comércio*.

"(...) Feita essa prévia, o Major Trench parte para uma reunião mais ampla e determina a convocação de todos os oficiais presentes a este quartel e, se possível, daqueles que se encontrassem em outros quartéis, nesta cidade, para o seu gabinete. Nessa reunião, habilmente dando a entender contar com o apoio dos oficiais superiores, expõe aos presentes o mesmo pensamento que já externara aos Comandantes de Unidades e Diretores, e espera a solidariedade de todos os oficiais que, há um ano, procurava levar para os seus princípios.

Não contava com a atuação vigilante da maioria da oficialidade; não atinara para o esclarecimento, feito através de telefonemas, dos verdadeiros motivos da ação das Forças Armadas (...)."

Acabei de relatar os telefonemas que eu havia dado. Prossegue o relatório do inquérito:

"(...) e, assim, é surpreendido com o pedido de explicação de alguns oficiais superiores e com o gesto decidido do então Tenente Fernando Pontes que, seguido de inúmeros oficiais, atende à sua ordem no sentido de que aqueles que não estives-

sem com ele, Trench, aqueles que não estivessem com "a ordem legal", aqueles que não estivessem contra o Exército, passassem para o seu lado direito (...)."

O clima dessa reunião estava muito pesado. Um major favorável ao comandante passou duas vezes pelo gabinete armado de metralhadora. Decidi afirmar que estava contra.

Foi seguido por alguém?

Quando passei na frente da mesa, ele determinou que me desarmasse e colocasse a minha arma sobre a mesa dele, mas não obedeci; cheguei a botar a mão no coldre, mas não obedeci. Aproximei-me do canto da parede e quando me voltei vi o Tenente Iberlúcio Inácio de Oliveira com a arma na mão para atender a determinação e colocá-la sobre a mesa; fiz um sinal para ele que colocou a arma no coldre; acompanharam-me, ainda, os tenentes Bandeira, Severino e outros que não lembro bem.

Era uma minoria?

Uma minoria que tomou a iniciativa, nessa reunião. Era o grupo que estava junto na noite anterior. Depois dessa atitude começaram as indagações. Um coronel pediu a palavra, outro também e ao final, depois de algum diálogo, o Tenente-Coronel José Inácio dos Prazeres foi quem se dirigiu diretamente ao comandante e disse:

– Comandante, eu queria uma explicação do senhor. O senhor está querendo que nós fiquemos ao seu lado, contra o Exército, é isso?

– É exatamente isso. – disse ele.

– Eu não fico! – objetou o Prazeres – e passou para o nosso lado.

Com essa passagem do Tenente-Coronel Prazeres para o nosso lado, um oficial superior, é que alguns mais se movimentaram no gabinete. Talvez houvesse uns vinte e poucos oficiais, desde o mais graduado até os 2º e 1º-tenentes, como era o meu caso.

O gabinete era pequeno, e a reunião tornou-se algo confusa. O Major Trench recebeu um telefonema e comunicou que era dos sargentos da Aeronáutica que estavam lhe hipotecando solidariedade. Comentei com o pessoal que estava comigo que devia ser mentira.

Finalmente, a reunião acabou sem nenhum tipo de decisão. Não fomos punidos, não fomos presos, o comandante também não falou mais nada. Às três horas da tarde, mais ou menos, chegou o Coronel Cahú para prender o comandante geral e assumir o comando. Nessa hora, já havia apoio de tanques na frente do quartel do Derbi. É um fato que está registrado na imprensa.

Aumentou a coesão na PM resultante do Movimento revolucionário de 31 de Março?

Não há dúvida alguma de que resultou um aumento sensível na coesão. Anteriormente, o clima na PM era totalmente desfavorável aos governos de Arraes e de

Goulart, bem como à infiltração comunista. O clima de intranqüilidade que atingia o País refletia-se na PM, também. A grande maioria, como já afirmei, era contra.

A conseqüência foi que, expurgados aqueles elementos, expurgado o governo, voltamo-nos para a Corporação e ocorreu grande crescimento da dedicação e do empenho no cumprimento das nossas missões de Polícia Militar. Melhorou a instrução de oficiais, especialmente a capacitação profissional do policial militar. É inegável o crescimento da coesão.

Como era o relacionamento entre a Polícia Militar e a Polícia Civil, naquela época?

Não era bom. No Brasil inteiro havia um problema muito grande no relacionamento entre a Polícia Militar e a Polícia Civil. Era até mesmo um problema de ordem legal. A legislação não especificava com clareza a posição de cada uma das corporações. Na maioria dos Estados, a Polícia Militar era subordinada ao Secretário de Segurança. Em nosso Estado, como em outros, historicamente, tradicionalmente, não éramos subordinados ao Secretário de Segurança Pública; o Comandante da Polícia Militar era, ele próprio, um secretário ligado diretamente ao Governador, como ainda é hoje.

Quatro ou cinco polícias militares, no País, tinham esse tipo de condição. Mas o que atiçava a rivalidade, em Pernambuco e na maioria dos Estados era, a situação de inferioridade da Polícia Civil no que diz respeito a efetivos, à situação legal, ao apoio para cumprir as suas missões. No nosso Estado, por exemplo, não havia delegado de carreira; no interior, praticamente todos eles eram oficiais ou sargentos da Polícia Militar.

Havia uma situação de superioridade e ascendência profissional da Polícia Militar em relação à Polícia Civil e esta não vivia satisfeita com isso.

Em alguns locais, como em São Paulo, por exemplo, onde havia uma Polícia Civil e uma Força Pública ambas fortes, resultava uma concorrência, uma disputa muito grande.

Assim, respondendo à sua pergunta, o clima não era muito bom, embora houvesse uma convivência pacífica, como no nosso caso, pois éramos independentes deles.

A política estadual influenciou esse relacionamento?

Não nesse aspecto. A opção ideológica pró-comunista do Major Trench, Comandante da PM, era a mesma do coronel do Exército, da reserva, que assumiu a Secretaria de Segurança Pública. Os procedimentos eram idênticos. Assim como havia o esquema de oficiais da PM em função de delegados no interior ou assumindo posições de destaque, como comandante da Guarda Portuária e assessor da Companhia

Pernambucana de Borracha Sintética (Coperbo), delegados da SSP tinham missões específicas de apoio ao movimento subversivo.

O Ato Institucional nº 5 (AI-5) foi necessário?

Acho que foi importante. É uma opinião difícil de externar, porque se tratou de uma ato revolucionário e bastante distante da nossa situação profissional. Entendo que pelo fato da Revolução ter permitido que seus objetivos inicialmente estabelecidos começassem a fugir de seu próprio controle, o Ato tornou-se necessário, embora não concorde com certos desvios que ocorreram em decorrência da repressão.

Tortura a presos políticos

Francamente, nunca fui testemunha de tortura, até porque não se coadunava muito bem com o meu tipo de personalidade, de caráter. Fui um oficial líder no dia da Revolução, como é reportado em documentos, conhecido pelos adversários e respeitado. Declarações de alguns deles afirmavam que não era "dedo-duro" e que não fazia perseguições mesquinhas. Graças a Deus nunca presenciei nenhum ato de tortura, e tivemos presos importantes no quartel do Derbi.

Joel Câmara, um rapaz que quase incendeia Pernambuco, era líder camponês de fazer absurdos no campo contra fazendeiros, respaldado nas "Ligas Camponesas". As "Ligas" foram desprestigiadas um pouco por Arraes e aí se vê a personalidade do Governador que queria, na verdade, a grande liderança para ele próprio. Quando viu o movimento das "Ligas Camponesas", ele não as prestigiou. O Joel Câmara foi preso no quartel do Derbi e hoje é um empresário bem-sucedido.

Nunca houve nada que tivesse presenciado ou que soubesse, em matéria de atos de tortura.

Algum comentário sobre o episódio do tenente que, por conta própria, saiu à rua com um Pelotão?

Esse é um episódio do dia 1º de abril.

O Segundo Batalhão da PM era sediado na Rua Siqueira Campos, onde hoje é a Secretaria de Educação, e era comandado pelo Coronel PM Nelson Ambrósio, homem de personalidade forte, sério, tanto que foi Chefe da Casa Militar do Governo Paulo Guerra, que substitui Arraes. A oficialidade do Batalhão aderiu ao Movimento revolucionário.

Toda a oficialidade?

Praticamente toda. Ele foi ao General Comandante da 7ª RM hipotecar solidariedade, inclusive, a atuação do Tenente Rego Barros, a que já me referi, foi muito decisiva nessa ligação com a 7ª RM.

O Tenente PM Mauro Cavalcanti de Carvalho estava de serviço no quartel e notou uma agitação muito grande nas imediações da Avenida Dantas Barreto, que fica próxima; deram notícia a ele de que era uma turba graúda. O oficial reuniu alguns soldados e foi até à Rua Dantas Barreto.

Tenho fotos do *Diário da Noite*, do dia 2 de abril, que mostram exatamente esses episódios, quando o Tenente Mauro se encontra com a tropa do 7º Regimento de Obuses. O Capitão Bismarck Baracuhy Amancio Ramalho, conhecido dele, era quem estava à frente dessa tropa. Uniram-se para reprimir a turba que estava querendo seguir na direção do Palácio do Governo, saindo da Pracinha[4].

As fotos mostram até mesmo o dispositivo dos militares. Na mesma página, por coincidência, tem a foto da prisão do Arraes, feita pelo Coronel João Dutra de Castilho.

O senhor teria algo a acrescentar a respeito do Movimento de 31 de Março, no que se refere à Polícia Militar?

Repetir que no momento em que nós, os oficiais da Polícia Militar, resolvemos aderir à Revolução, havia antecedentes que justificavam esse posicionamento e nós não os admitíamos, além do problema ideológico. Sobre este, desde 1959, na época da eleição de Cid Sampaio, tínhamos vestígios que apontavam para a volta dos comunistas a Pernambuco; eles intensificavam suas ações.

No próprio Governo Cid Sampaio, por exemplo, enquanto o Coronel José Costa Cavalcanti, Secretário de Segurança Pública, no dia da posse fez um tremendo pronunciamento anticomunista, o Secretário de Fazenda era Miguel Arraes. Havia, então, secretários que eram totalmente contra o comunismo, e outros que aproveitam a ascensão desse Movimento para projetar-se, como o Arraes.

Não há a menor dúvida de que, em situações idênticas, faria tudo novamente.

Lamentavelmente estou vendo hoje uma situação preocupante; muita coisa parecida com o que vivi como tenente estou assistindo novamente como coronel da reserva. Agitações quase sempre fora do controle, ultimamente agressões a autoridades do mais alto escalão da República.

O Movimento que agora chamam de "golpe", acredito que foi benéfico. Talvez, tenha havido desvios como todos têm, em função do comprometimento de algumas autoridades militares com políticos, coisas que, sabíamos, o Presidente Castello era totalmente contra. Tanto é verdade que não deixou, na primeira eleição que houve do período da Revolução, nenhum militar ser candidato a governador.

---

[4] Praça da Independência, centro da cidade do Recife.

Q. C. G. - Serviço de Dia.

28 de fevereiro de 1964.

1º Ten. Oficial de Dia.

Ordem (transmeto)

Conforme a ordem verbal do Sr. Cel. Cmt. Geral, baseada nas instruções do comando da greve dos trabalhadores das usinas, devem ser obedecidos pelos grevistas, e garantido pelo reforço sob seu comando, os seguintes ítens:

1 - Consentir que os cristalizadores funcionem desde que movidos a eletricidade;

2 - Consentir o funcionamento de luz, água, telefone, escolas, armazens, assistência médica;

3 - Consentir no funcionamento dos Escritórios, para preparação de folhas de pagamento, desde que os encarregados estejam observando a fiscalização respectiva;

4 - Consentir na entrada dos Diretores da Usina;

5 - Não usar de violência.

1º Tenente Oficial de Dia.

Tenente-Coronel José Lyra de Almeida

- Natural da Cidade de João Pessoa, PB.
- Principais funções militares: Comandante da 7ª Companhia Leve de Manutenção (7ª Cia L Mnt); Diretor do Depósito Regional de Armamento e Munição da 7ª Região Militar (DRAM/7); Chefe da 19ª Circunscrição de Serviço Militar (19ª CSM), em Aracaju, SE; e Assistente Administrativo do Colégio Militar do Recife (CMR).
- Funções civis: exerceu o cargo de Chefe do Departamento de Mecânica da Rede Ferroviária do Nordeste, no Recife; e professor da Escola Politécnica.
- Possui os cursos militares da Escola de Motomecanização (EsMM) e da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO). É engenheiro civil pela Escola Politécnica e administrador de empresas pela Universidade Católica de Pernambuco, ambas no Recife.
- Na eclosão da Revolução, era capitão e servia no Depósito Regional de Motomecanização (DRMM), localizado no Recife.

Entrevista realizada em 25 de maio de 2000.

Que atividade o senhor exercia, no dia da Revolução?

Exatamente no dia 31 de Março de 1964, servia no Depósito Regional de Motomecanização; a Casa de Detenção ficava no centro da cidade, relativamente próxima ao Depósito.

Nos dias que antecederam a Revolução, corria um boato na Cidade do Recife segundo o qual, no caso do irrompimento de um golpe comunista, muitos presos da Casa de Detenção seriam soltos, e cada um deveria eliminar determinada pessoa previamente escolhida.

O Exército preocupou-se, então, em ocupar a Casa de Detenção, cuja guarda era responsabilidade da Polícia Militar do Recife.

No dia 31 de março, obedecendo a ordens superiores, dirigi-me à Casa de Detenção, comandando um destacamento, e rendi a guarda da Polícia, que não ofereceu resistência: saiu, em forma, direitinho para o seu aquartelamento.

Ocupei a Casa de Detenção com o meu contingente, respondendo pelo cargo de diretor daquele estabelecimento penal, por dois dias.

Fato interessante é que, no primeiro ou segundo dia, estava no gabinete, quando um soldado veio dizer-me que havia uma comissão de senhoras da sociedade do Recife, na calçada, querendo falar comigo.

Era a Marcha da Família com Deus pela Liberdade.

Fui até a calçada e recebi as homenagens daquelas senhoras capitaneadas pela esposa do escritor Gilberto Freyre, dona Madalena Freyre, que me presenteou com uma corbelha. Fiquei assim muito agradecido por aquele reconhecimento público da sociedade pernambucana, pelo serviço que nós, do Exército, estávamos prestando, ao eliminarmos a ameaça que pairava sobre a cidade do Recife, mantendo a Casa de Detenção em nossas mãos.

Essa ordem veio diretamente do comando do IV Exército?

Não sei, mas a missão foi-me dada pelo diretor do Depósito Regional de Motomecanização, Coronel Deodato de Aquino Salles.

O senhor foi o único oficial mandado para a Casa de Detenção?

Não, também escalaram o Tenente Trindade, do Quadro Auxiliar de Oficiais.

O senhor teve, nesse curto período, oportunidade de verificar a veracidade daquele boato?

Ao chegar, dei uma volta pela Casa de Detenção, passei em revista aqueles presos todos e não houve problema nenhum, ninguém se dirigia a mim, não notei nada anormal.

Essa Casa de Detenção, hoje em dia, é a Casa da Cultura, no centro da cidade.

Além dessa atividade, houve outras que o senhor tivesse desempenhado a serviço do Movimento revolucionário?

Sim. A Rede Ferroviária do Nordeste, que pertencia à Rede Ferroviária Federal (RFFSA), era um foco permanente de agitação.

E esse foco irradiava-se, principalmente, de Jaboatão, município da Grande Recife, onde estavam as principais oficinas da Rede Ferroviária do Nordeste.

Nas oficinas de Jaboatão trabalhavam cerca de 1.200 operários; o município, era conhecido por "Moscouzinho", tal a agitação que faziam, explícita agitação "vermelha".

Assumiu a superintendência da Rede Ferroviária do Nordeste o Major de Engenharia Waldo Sette de Albuquerque, que tinha ligações com os ferroviários e já havia sido superintendente, certa vez.

O Coronel Waldo Sette, muito preocupado com Jaboatão, convidou-me e, concomitantemente, o General Comandante do IV Exército designou-me para assumir a chefia do Departamento de Mecânica da Rede Ferroviária do Nordeste, dentro das oficinas de Jaboatão.

Isso foi imediatamente após ter concluído sua missão na Penitenciária?

Não foi imediatamente. Talvez, uns quinze a vinte dias depois.

Na Rede Ferroviária do Nordeste havia uma inversão muito grande de valores. Os chefes, engenheiros e mestres não tinham moral, não mandavam na oficina. As ordens vinham dos funcionários que representavam o sindicato.

O sindicato, ligado a Almir Braga, o superintendente da Rede, era que mandava.

Havia muito desvio de material.

Passei um ano e dois meses chefiando diretamente as oficinas de Jaboatão; outras duas oficinas, que, também, faziam parte do Departamento de Mecânica, eu chefiava indiretamente, porque tinham efetivos menores e não havia aquela baderna.

No início de minha gestão, mais de uma vez, fui avisado de que havia acidentes preparados para mim. Certa vez, descobri uma locomotiva suspensa numa altura muito além do necessário para fazer o serviço, esperando que eu passasse por baixo dela.

Mas não ocorreu, felizmente, nenhum atentado contra a minha pessoa. Depois de algum tempo, nos impusemos pelo exemplo, pela ordem, mostrando que estávamos ali para fazer com que a coisa andasse direito e não para perseguir aqueles esquerdistas que faziam as bagunças.

Houve demissões?

Houve transferências.

Exatamente por esses motivos, a fim de desativar as chefias ligadas aos sindicatos?

Sim, depois de um ano e dois meses demos a nossa missão por encerrada e saímos da Rede Ferroviária, das oficinas de Jaboatão nos braços dos operários, o que muito me orgulha.

Fui presenteado e fui homenageado por todas as classes, no reconhecimento do nosso trabalho: pela classe dos operários, pela classe dos mestres e pela classe dos engenheiros da Rede Ferroviária.

Saíram os dois oficiais, ao mesmo tempo, o senhor e o Major Sette?

Não, saí eu. Éramos três oficiais, além de mim e do Sette havia o Major Adauto Gomes Barbosa, que, posteriormente, foi assassinado como Comandante da Polícia Militar de Alagoas.

A função dele era fazer os inquéritos. Todos os inquéritos policiais militares abertos na Rede Ferroviária eram feitos pelo Adauto.

Adauto saiu antes, eu saí depois e o Sette ficou muito tempo, ainda, como superintendente.

Na volta ao quartel, 1964, 1965, como estava o ambiente quanto às ações revolucionárias?

Não sei, porque no meu regresso, fui designado para a Circunscrição de Serviço Militar (CSM), em Aracaju.

Antes da sua ida para a Casa de Detenção, isto é, antes de março de 1964, o senhor servia no Depósito Regional de Motomecanização. Dava para sentir, mesmo numa Unidade voltada para atividades de manutenção e suprimento, algum clima de intranqüilidade e de concordância com a Revolução, que estava por vir?

Sim, principalmente pelos acontecimentos na cidade e a ação do pessoal das "Ligas Camponesas", no campo.

Que, aliás, utilizava a Rede Ferroviária como condução do interior para a cidade.

Também e principalmente. Faziam mais ou menos o que hoje em dia estão fazendo os componentes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

O senhor vê algo em comum entre o MST de hoje e as "Ligas Camponesas" daquele tempo?

Sim, vejo muita semelhança no modo de agir.

As armas usadas pelo MST são as mesmas que os camponeses das "Ligas" utilizavam para cercar a Sudene (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste) e outros prédios no centro da cidade.

Na Casa de Detenção, com quem o senhor se ligava para receber ordens ou fornecer informações? Qual era a sua ligação com o ambiente militar?

Com o meu comandante.

E quando da sua estada na Rede, o senhor se ligava com quem? Ao Major Waldo Sette?

Sempre a ele.

E ele se ligava a algum secretário de governo?

Não, o Major Waldo Sette se ligava à Rede Ferroviária Federal, no Rio de Janeiro, quanto ao funcionamento técnico. A ligação com o comando do IV Exército era sobre aspectos disciplinares etc.

O senhor passou um ano e dois meses na Rede Ferroviária. Nesse interregno, recebeu algum apoio do Governo Federal? A Rede melhorou, piorou ou estagnou, em termos de material ferroviário?

Conseguimos recuperar muitas locomotivas, carros e vagões.

Há uma diferença: carro, em linguagem ferroviária, é para passageiro; vagão, é de carga.

Quando cheguei à Rede Ferroviária, depois de pouco mais de um mês, fiz uma viagem pelo Sul, a fim de visitar diversas ferrovias; além disso, tomei parte em seminários de engenheiros e ferroviários, para poder ficar bem enfronhado na função ferroviária.

Naturalmente, na Rede havia outros diretores civis. Foram mantidos?

Foram mantidos alguns, substituídos outros, todos escolhidos pelo Major Waldo Sette.

O senhor gostaria de acrescentar alguma outra informação a respeito de aspectos da Revolução vividos aqui em Pernambuco? Teria algum comentário sobre o período de sua estada na Rede?

Havia uma pureza de propósito muito grande, de todo mundo, em procurar reformular as coisas e afastar o perigo comunista que nos rondou realmente.

Não houve golpe, ninguém pensava em cargos, ninguém pensava em nada a não ser restabelecer a ordem para o bem do País.

A sua observação sobre a visita cordial das senhoras, denota bem o clima de insatisfação anterior e o de júbilo da sociedade pelas ações do Exército.

Não tenho a menor dúvida. A população exaltava.

Vez por outra, hoje em dia, encontro conhecidos que não são nem amigos íntimos, que dizem:

– Olha, o Exército está precisando voltar a fazer o mesmo, porque a coisa está "cheirando" aos primeiros dois meses de 1964!

Tenente-Coronel Antônio Bião Martins Luna

- Natural da Cidade de Alagoinhas, BA.
- Esteve, por cinco anos, à disposição da Presidência da República. Serviu no 19º Batalhão de Caçadores (19º BC); no Centro de Preparação de Oficiais da Reserva (CPOR); na 2ª Seção do Comando da 6ª Região Militar (6ª RM), de 1967 a 1971, todas as Unidades sediadas em Salvador, BA; e no 28º Batalhão de Caçadores (28º BC), em Aracaju, SE.
- Foi Secretário de Segurança Pública do Estado da Bahia, de 1983 a 1987.
- Possui o Curso de Informações, Categoria "B", do Centro de Estudos de Pessoal (CEP).
- Em 1964, na eclosão da Revolução, servia no 28º BC, no posto de capitão, recém-concludente do curso da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO).

Entrevista realizada em 18 de dezembro de 2001.

Em 1963, cursava a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO). Pude testemunhar a desordem em que vivia o Rio de Janeiro: greves, quebra de disciplina nas Forças Armadas...

Classificado no 28º BC, em Aracaju, SE, assumi o comando da 1ª Companhia e, no início de abril, a função de S/3 (Oficial de Operações) e, por força disso, fui encarregado de planejar uma ação a fim de prender o Governador do Estado de Sergipe, João de Seixas Dória.

Ele era notadamente contra a Revolução? Por que foi preso?

Recebi uma ordem superior!

Depois, entendi melhor, porque fui encarregado do Inquérito Policial Militar (IPM) que cassou Seixas Dória.

Como ele morava no palácio, tínhamos que tomá-lo. Planejei a operação, que foi detalhada pelo Estado-Maior da Unidade e aprovada pelo comandante. Fui encarregado de coordená-la.

Empreguei o efetivo de uma Companhia – cerca de 120 homens – e mais um pouco. Cercamos o palácio e fui falar com o comandante da guarda, que era um sargento da Polícia: não houve reação.

Eram cerca de 5h da manhã (dia 2 de abril de 1964). Subi aos aposentos do Governador, bati na porta, e o convidei a acompanhar-me ao quartel do 28º BC; ele nada falou.

Acomodada a situação no quartel (a chegada do Governador alterou a rotina), menos de uma hora depois, o Major Francisco Rodrigues da Silveira, provisoriamente no comando do Batalhão, pois o anterior já tinha cumprido o seu período e fora exonerado, convidou-me para em companhia do subcomandante ir à casa do Vice-Governador Celso de Carvalho. Quando o cidadão recebeu o convite para assumir o Governo do Estado, surpreso, chegou a sentar-se numa cadeira!

Ele não comungava e nem acatava as coisas que se imputavam ao Governador.

Pode-se inferir que o Seixas Dória era da corrente do João Goulart?

Justamente. Por exemplo, ele apoiou o grupo que invadiu a fazenda Bica, de propriedade da Rede Ferroviária Federal. Isso “pesou” contra ele, no inquérito.

Concluída a substituição no Governo Estadual, retornamos ao quartel do 28º BC. Depois, recebi a missão de conduzir o ex-governador para o comando da 6ª Região Militar, em Salvador. Vim num carro de passeio – interessante é que nada consta nas minhas alterações[1] – e o entreguei ao chefe do Estado-Maior, Coronel Humberto de Souza e Mello.

---

[1] Histórico da vida do militar, semestralmente registrado.

Depois disso, recebi ordem para restaurar a normalidade em Propriá, SE, cidade limítrofe com Alagoas. Lá teria ocorrido uma passeata, mais de trezentos homens armados, inclusive com metralhadoras, intranqüilizando a população pela agressividade dos manifestantes. Eles ameaçavam dinamitar uma ponte nas proximidades da cidade.

Fui no comando de uma tropa para, além de restabelecer a ordem, prender o Prefeito Geraldo Sampaio Maia, que teria comandado a passeata, irmão do deputado líder do Governo Seixas Dória, na Assembléia Legislativa.

Naquela época, em Propriá, havia uma guarda municipal basicamente constituída de pistoleiros; o comandante era condenado pela Justiça!

Transferido para Salvador, passaram-se uns três anos e, após a conclusão de um curso de Informação, fui classificado na 2ª Seção do Quartel-General da 6ª RM, sediado nessa mesma cidade.

Nessa Seção, tive vários chefes, todos extremamente dedicados à função. Ligávamo-nos à Polícia Federal, ao Serviço Nacional de Informações (SNI) e a vários outros órgãos de informações.

Você achava essencial a criação desses órgãos de informações?

Sim, cada um trabalhava em proveito da sua Organização, sem esquecer que havia a "comunidade" e que a informação é um mosaico. Um informe, mesmo que possa parecer não ter muito valor, uma vez associado a outros, às vezes, solucionava o problema: surgia uma informação importante.

Qualquer desses órgãos tinha poder de efetuar prisão?

Não, exceto na época do Ato Institucional nº 5 (AI-5). As prisões eram feitas pela Secretaria de Segurança Pública ou pela Polícia Federal.

A 2ª Seção da 6ª RM tinha apenas três oficiais, até ser criado o Destacamento de Operações de Informações / Centro de Operações de Defesa Interna (DOI/CODI): aí recebemos pessoal da Marinha e da Aeronáutica.

A 2ª Seção desarticulou vários órgãos subversivos, na área sob responsabilidade da 6ª Região Militar. Destacaria a operação da qual resultou o assassinato de um sargento da Aeronáutica, o Xavier – Sargento Walder Xavier de Lima, que trabalhava conosco. A equipe havia efetuado a prisão do comunista Theodomiro e de um companheiro dele, no Dique do Tororó.

Após o assassinato, os dois foram subjugados, conduzidos à Polícia Federal, condenados... e anistiados.

Segundo consta, o Theodomiro, autor do disparo mortal contra Xavier, é juiz do trabalho, em Pernambuco.

Há nomes de chefes militares que você queira destacar como mais atuantes?

O General Abdon Senna não transigia com corrupção, tinha muito amor ao Brasil e queria vê-lo nos trilhos certos.

Uma vez ele encaminhou uma informação para os escalões superiores e entrou em choque com o Governador Luís Viana Filho. Foi o caso do Secretário de Educação, Navarro de Brito, creio que por causa de uma exposição de fotografias impróprias, no âmbito da Secretaria.

O general manteve-se firme no enfrentamento das ações armadas da esquerda, apesar de fustigado pela imprensa.

A seu ver, a Revolução de Março de 1964 trouxe benefícios ao País?

Somente os que não querem enxergar os fatos é que podem achar o contrário. O desenvolvimento, no Brasil inteiro, foi extraordinário. As áreas de Comunicações, Energia – se houvesse continuidade do trabalho desenvolvido pelos governos revolucionários, não estaríamos na penúria atual, em termos de Energia – e muitas outras.

Além, deve-se enfatizar, do restabelecimento da autoridade e da ordem no País.

O AI-5 foi necessário?

Foi necessário. A Revolução, no início, buscou manter o funcionamento normal da Justiça, do Congresso etc., mas aconteceram, dentro do próprio Congresso, atitudes provocativas e de obstrução do Poder Executivo. Nesse momento, teria que se tomar uma decisão, afinal, Revolução já é uma quebra de normas.

É correta a denominação de "golpe", hoje utilizada pela mídia, em geral?

Absolutamente, golpe é uma manobra para se apossar do governo e tirar proveito. Os presidentes militares trabalharam em benefício do País!

O senhor gostaria de deixar uma mensagem final para o Projeto de História Oral do Exército?

Hoje, mercê das funções que exerço – Presidente da Sociedade dos Amigos da Marinha; Primeiro Secretário da Sociedade dos Amigos da Força Aérea; e faço parte do conselho do Grêmio Marechal Cantuária –, tenho um contato constante com os companheiros da ativa.

Sempre procuro, particularmente aos mais jovens, esclarecê-los sobre aquele período.

Concito-os a não abandonarem, por maiores que sejam os percalços, os ideais de servir ao Brasil que os levaram a ingressar na carreira militar.

Tenente-Coronel Nivaldo Mello de Oliveira Dias

- Natural da Cidade do Recife, PE.
- Comandou o 2º Batalhão de Infantaria de Selva (2º BIS), em Belém, PA, por período pouco superior a três meses.
- Serviu nas seguintes guarnições: Recife, PE; Clevelândia do Norte, AP; Joinvile, SC; Corumbá, MT; Belém, PA; e Cuiabá, MT.
- Possui todos os cursos regulares do Exército, tendo obtido a primeira colocação de sua turma de Infantaria, no curso da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN).
- Em 1964, quando da eclosão da Revolução, era capitão e servia no 14º Regimento de Infantaria (14º RI) no Recife, PE.

Entrevista realizada em 25 de setembro de 2000.

Como estava o ambiente nos quartéis, na fase pré-revolucionária?

Vivenciei o "calor do combate" de alguns acontecimentos.

Em 1962, servia na 2ª Companhia de Guardas (2ª Cia Gd), em Recife, PE, quando passei a responder pelo comando. Nessa época, estávamos muito insatisfeitos, por uma série de razões. Reuníamo-nos no Círculo Militar, com os companheiros de outras armas. O básico era a discordância com relação à remuneração.

Havia, naquela época, um relatório periódico de informações, sigiloso, que todas as Unidades apresentavam ao escalão imediatamente superior. O modelo de relatório possuía vários campos: disciplina, moral da tropa etc. Resolvi colocar o que estávamos sentindo.

Podia ter sido mais bem elaborado. Saiu meio enxuto e começava a falar da ausência do Governo e da desmoralização do Congresso Nacional. Citava outros pontos que ocorriam no Exército os quais, no meu entender, não estavam certos.

Aprendi a amar o Exército por meio de meu pai, cuja carreira veio desde praça. Lembro que em 1942 e 1943, época da Guerra, ele foi chefiar um depósito de combustível em Gameleira, no interior de Pernambuco. Recordo, até, o nome de seu braço direito no contingente muito reduzido que chefiava: Cabo Cabral. Meu pai me incutiu a seriedade, o sentimento de cumprimento do dever, a honestidade e a lealdade, algumas das qualidades que esbanjava no cumprimento de sua missão e que eram cultivadas no Exército. Criança, ainda, lembro-me de minha mão ponderando que não havia querosene para a iluminação da cidade enquanto o depósito estava cheio desse combustível. Meu pai exercitava uma disciplina consciente, porque não havia uma subordinação imediata.

Enviei, então, o relatório e "não deu outra": quinze dias de prisão e, após, transferência para Clevelândia do Norte, no Amapá, fronteira do Brasil com a Guiana Francesa. Fui recebido da melhor forma possível pela Unidade, de valor Companhia. Era um ambiente totalmente diferente do quartel do Recife. Havia um pelotão destacado numa fazenda de búfalos que, para se chegar lá, só por longa viagem através dos rios, evitando encalhes e pororoca.

De Clevelândia do Norte voltei, novamente, para o Recife, e fui classificado no 14º RI. Estávamos no período pré-revolucionário, mas não percebia conspiração contra o Governo. Víamos a situação muito ruim, sem perspectiva de um final para aquilo tudo.

A "gotinha d'água" para aquele estado de coisas foi o comício da Central do Brasil, no Rio de Janeiro. Quando vi a Polícia do Exército (PE) garantindo a reunião cheia de cartazes com a foice e o martelo, símbolos do comunismo; quando vi a presença do Presidente e dos ministros militares num comício onde se

pregava a subversão, decidi participar, por escrito, a insatisfação ao meu comandante. Antes de fazê-lo, consultei meus oficiais e sargentos – era Comandante da 2ª Companhia de Fuzileiros. O Coronel João Dutra de Castilho, Comandante do 14º RI, chefe equilibrado e humano, conversou comigo e determinou o arquivamento da parte na 2ª Seção.

Geralmente, a Imprensa refere-se à Revolução como "golpe". Você acredita que tenha sido assim?

Saí, com minha Companhia, do quartel, na eclosão da Revolução, certo de que estávamos fazendo uma contra-revolução.

A missão de minha Companhia foi barrar três eixos que, do interior, conduziam à Capital. Enfrentamos uma situação difícil, porque a tropa fora recentemente incorporada em meados de fevereiro. Havíamos realizado, apenas, uma sessão de tiro de instrução. Outra apreensão minha era a falta de meios de comunicação capazes de fazer a ligação entre os pelotões distribuídos pelos três eixos, muito afastados um do outro. Pedia a Deus que nada acontecesse.

Não me arrependo. Estava convicto do que fazia. Hoje, talvez, não saísse mais, porque o jeito de consertar é outro.

Mas, não houve golpe!

O outro lado da moeda: houve erros?

Houve. Muitos desses erros não tivemos condições de evitar. Aquelas duas mortes, ocorridas no confronto da tropa que cercava o Palácio do Governo de Pernambuco com a massa, foi por inexperiência. Meu irmão e meu sogro, este militar e aquele civil, estavam próximos e notaram os erros.

Essa questão da conspiração, por exemplo. Se real, a eclosão da Revolução deveria ter ocorrido bem depois, quando a tropa já estivesse mais adestrada ou, então, o licenciamento dos soldados incorporados no ano anterior ser adiado. Assim, haveria segurança nas ações.

Com respeito ao preparo da tropa, chegara ao 1º Grupo do 7º Regimento de Obuses 105mm (I/7º RO 105) o Major Hugo Caetano Coelho de Almeida. Determinou-se que o expediente começasse às 4h30min da manhã e terminasse às 9h30min da noite: a tropa do Regimento de Obuses (RO), intencionalmente ou não, estaria em condições no 31 de Março. E o 14º RI?

Não tenho condições de avaliar se o Major Hugo sabia de algo. Nós, no 14º RI, não tivemos esse aceleramento do programa de instrução. Como disse, minha Companhia recebera apenas uma sessão de tiro de instrução.

Saí com receio, pela falta de adestramento da Companhia, inclusive, dois pelotões eram comandados por oficiais R/2 (oficiais egressos do Centro de Preparação de Oficiais da reserva).

Voltemos aos erros.

Percebi que a Revolução estava se desvirtuando daquilo que imaginava devesse ser. Começavam a surgir divergências sobre a idéia do Marechal Castello Branco: uma intervenção rápida e o retorno à normalidade institucional.

Cursei a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO) no segundo semestre de 1965, e lá, um instrutor, com jeito, "sugeriu" que se devesse tirar o Castello. Estaria, segundo ele, havendo insatisfação com o Presidente.

– Tira o Marechal Castello Branco e coloca quem? – perguntei-lhe.

Ele desconversou e o assunto findou ali. Depois, vi que a insatisfação era grande com o Presidente Castello Branco e, na sucessão, quase ocorreu a imposição do nome do General Costa e Silva, que era o Ministro da Guerra. A partir daí, cria-se, subjetivamente, um "novo posto" na carreira militar: o de Presidente da República!

Lembro-me de que as primeiras publicações intitulavam o Movimento de Revolução Democrática de 31 de Março de 1964. Que democracia é essa que você se eterniza no Poder? A Revolução não permaneceu coerente: mudou a regra do jogo.

Outro grande erro foi sufocar as lideranças civil e militar que surgiam para que ela (a Revolução) se mantivesse. Esse é um dos motivos pelos quais penso que uma Revolução não vai adiante. Ela precisa se manter pela força e, nessa condição, os mais capazes do outro lado vão sendo degolados.

Dentro dessa sua linha de raciocínio, o Ato Institucional nº 5 (AI-5) foi necessário?

Com jeito, nós não necessitaríamos do AI-5. Talvez fosse melhor o convencimento.

Infelizmente, os civis no Poder não fazem a sua obrigação. O objetivo é o povo e o que vemos é uma multidão de excluídos.

Um articulista de jornal mostrou – é até engraçado – que aqui no Brasil tudo acontece ao contrário: o Executivo legisla – as medidas provisórias; o Legislativo julga – as Comissões Parlamentares de Inquérito (CPI); e o Judiciário "executa" – a construção dos palácios.

Mas gostaria de retornar aos erros. Uma das faltas de que fui acusado, em 1982, quando submetido a Conselho de Justificação, vindo a ser transferido para a reserva *ex-officio*, foi a de ser desleal. Fui considerado "dissidente". Um oficial me perguntou: "De que lado você está?" Não existe lado algum, eu não tenho lado: dessa forma não nos entenderíamos.

Em 1978, servia na 7ª Região Militar (7ª RM) aqui no Recife. Era época de sucessão do Presidente Ernesto Geisel e o candidato apresentado nos quartéis como o da Revolução era o Figueiredo. Sabíamos disso. E, havia um candidato da oposição, General Euler Bentes Monteiro, na minha opinião mais bem preparado para a função política, para a saída pacífica que se avizinhava. Ele tinha exercido o cargo de Superintendente da Sudene com grande êxito.

Quando o General Euler visitou o Recife, fui à residência do Coronel Tarcísio Nunes Ferreira para um encontro com o general. No outro dia, no Quartel-General, começou aquele clima de intimidação. Queriam saber quem estava na reunião; o Tarcísio foi punido. Participei, novamente, por escrito, as razões que me levaram a comparecer àquela reunião e a discordância da punição do Tarcísio. Sofri mais uma punição e a transferência para Belém.

Procurava, com essas atitudes, definir minha posição e ser leal aos meus chefes; amar a verdade como fundamento da dignidade individual. No parecer do relator da Comissão de Promoções de Oficiais (CPO), no Conselho de Justificação, foi evidenciado esse meu comparecimento à reunião, na residência do Coronel Tarcísio, como fato negativo. Sem cabimento, pois eu próprio participara a minha presença ao meu comandante.

O que você tem a dizer da chamada Lei da Anistia?

Preferia que fosse examinado caso por caso e não de uma maneira generalizada e amorfa como foi, beneficiando, muitas vezes, quem não merecia. Por meu gosto, deveria ter sido adotado um modelo parecido com o da África do Sul, onde foi instituída a Comissão da Verdade.

A anistia tem que unir a Nação. Fizeram algo parecido com a chamada "lei da praia", de época passada, que beneficiou com o título de ex-combatente elementos que não deram um só tiro. O nome da lei é, até, sugestivo.

Você gostaria de acrescentar algo mais?

Gostaria de agradecer o convite para participar deste Projeto de História Oral sobre a Revolução de 1964. Sinto-me muito honrado. Peço ao Nosso Pai que ajude o Brasil a ir muito mais além, porque temos condições para isso.

Tenente-Coronel Hiran Gomes Cavalcanti

- Natural da Cidade do Rio de Janeiro, RJ.
- Chefiou o Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI - CODI) do IV Exército; foi Superintendente da Polícia Federal, em Pernambuco (1973/1974); e chefe do Departamento de Segurança da Rede Ferroviária Federal da Região Nordeste (RFF/NE) (1983 a 1996).
- Fez o Curso de Informações, categoria B, no Centro de Estudos de Pessoal (CEP), em 1966.
- Na área civil, cursou Engenharia Civil na Escola Politécnica da Fundação do Ensino Superior de Pernambuco e Engenharia de Transportes, na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).
- Em 1964, na eclosão da Revolução, era capitão comandante da 1ª Companhia de Engenharia do 1º Batalhão de Engenharia de Combate (1º BECmb), em Santa Cruz, Rio de Janeiro, RJ.

Entrevista realizada em 26 de outubro de 2001.

Antes da Revolução, como estava o ambiente no seu quartel?

Eu servia no 1º Batalhão de Engenharia de Combate (1º BECmb), em Santa Cruz, muito próximo à Base Aérea. O Rio de Janeiro ainda se comportava como a capital política do País. O Exército, neste clima, também encontrava-se agitado. Desde o final de 1963, tivemos notícia sobre um plano para conter as investidas comunistas. Oficiais nossos participavam de reuniões na Vila Militar, como, por exemplo, o Capitão Alberto Erasmo da Silva Braga. O "Braguinha", como era conhecido, comparecia, também, a reuniões na Praia Vermelha e até em Niterói, no 3º RI (3º Regimento de Infantaria). Durante esse período foram costuradas as ações que cada Unidade da Vila (Vila Militar) e do Grupamento de Unidades-Escola (GUEs) iria realizar, caso as coisas se agravassem.

Havia dissensões entre os oficiais?

Entre os oficiais não havia, mas entre as praças, quase a totalidade do Batalhão era favorável ao Governo João Goulart. Para se ter uma idéia, cerca de 16 a 18 subtenentes e sargentos foram alcançados pelo Ato Institucional nº 1, em meados de abril de 1964.

Poucos dias antes da eclosão da Revolução de 1964, a rebelião de praças da Marinha, o comício da Central, enfim, aquela seqüência de fatos provocaram grande excitação entre os jovens oficiais que repugnavam a ideologia comunista.

No dia 31 de março, quando tivemos notícia de que o General Olympio Mourão Filho se deslocava para o Rio de Janeiro, a partir de Minas, e que de São Paulo aguardava-se outra coluna a ser apoiada pela Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), o Comandante do I Exército determinou o deslocamento de tropas para formar uma linha balizada por Barra Mansa, Volta Redonda, Paracambi, a fim de conter esses elementos que marchavam de Minas e de São Paulo.

O nosso Comandante de Unidade, Coronel Mário Miranda Santa Rosa – depois afastado pela Revolução – recebeu a ordem de deslocar uma Companhia de Engenharia sob o comando do Capitão Almir Taranto de Mendonça, como se fosse de Infantaria, certamente com deficiência.

Às 7h da noite, em meio ao desencontro das informações – o canal oficial ficou tumultuado e nos valíamos das estações de rádio, ouvidas nos aparelhos a pilha – o Capitão Mendonça resolveu voltar para o quartel com a tropa. Os subtenentes e os sargentos decidiram não obedecer, assumiram o comando da tropa, prenderam o capitão, o tenente e o aspirante.

Depois dessa violência, chegaram a um acordo: soltaram os oficiais que voltaram sozinhos e chegaram ao quartel, sob forte impacto emocional.

À 1h da manhã de 1º de abril chega a Companhia, totalmente desmoralizada, uma vez que a tropa do I Exército aderira ao Movimento. Em frente ao Batalhão de

Engenharia existe uma grande praça cimentada onde a Companhia entrou em forma e foi apresentada ao Capitão Mendonça: no subtenente que a apresentou, ele deu um soco na cara.

Os sargentos saíram de forma correndo e se abrigaram no quartel, com medo. Foram reunidos no cassino aqueles de quem tínhamos informação que discordavam do Movimento revolucionário, e deixamos sob guarda.

O quartel ficava muito próximo da Base Aérea de Santa Cruz, onde havia quase mil sargentos; o comandante era o Coronel-Aviador Rui Moreira Lima, herói da Segunda Guerra Mundial, muito respeitado, mas totalmente de esquerda. O grande temor era a Base rebelar-se.

Como não dependeria só de nós, um Batalhão de Engenharia, conter um movimento rebelde da Base, pedimos reforço ao pessoal da Vila Militar bem como a diversos civis coordenados pelo Governador Carlos Lacerda que, afinal, não apareceram no Batalhão. Com o reforço militar, um Batalhão de Carros de Combate, da Avenida Brasil, cercamos a Base.

Na noite de 31 de março, o Coronel-Aviador João Paulo Moreira Burnier[1], por ordem do Ministro da Aeronáutica, veio até a Base para assumir o comando. O Coronel Moreira Lima, após conversar pelo telefone com o Ministro, marcou para a manhã do dia seguinte uma cerimônia para a passagem do comando.

Encontramos na casa de alguns subtenentes e sargentos do BECmb muita documentação dos "grupos dos onze", criação de Leonel Brizola, inclusive com os objetivos: atacar a casa do comandante, atacar o paiol etc. Isso era uma tática de guerrilha de inspiração chinesa: empregar pequenos grupos. Era muito eficiente. Talvez, se nós não tivéssemos colocado o "dedo no suspiro", naquela época, não saberíamos disso, hoje.

Em 1966, fiz o Curso de Informações, no CEP, no Rio; participávamos de interrogatório a presos políticos em fortes de Niterói e fizemos muita segurança de autoridades. Nesse curso, tínhamos fuzileiros navais, oficiais da armada da Marinha, policiais de São Paulo, policiais federais etc.

Depois, vim para o Quartel-General (QG) do IV Exército, como chefe de operações da 2ª Seção. Havia dois sargentos, apenas, mas tínhamos cerca de setenta agentes civis, conhecidos como "agentes da 2ª Seção do IV Exército". Eles realmente trabalharam muito, também à noite: emprestavam seus carros, gastavam dinheiro, trocavam tiros, efetuavam prisões, corriam riscos.

---

[1] A memória do Tenente-Coronel Hiran traiu-lhe. O Coronel Burnier assumiu o comando da Base dois meses depois do fato citado. O oficial em tela foi o Coronel-Aviador Esron Saldanha Pires, formado uma turma na frente do Coronel M. Lima.

Nossas atividades eram menos voltadas para prisão e interrogatório; destinavam-se mais à informação. Acompanhávamos as pessoas, levantávamos dados, fazíamos relatórios específicos sobre determinados setores. Outras vezes íamos atrás de elementos políticos suspeitos de corrupção.

No DOI do IV Exército havia uma chefia – capitão, major ou tenente-coronel –; uma seção de análise de documentos para cruzar informações; pedíamos informações a órgãos de outros Estados e, às vezes, chegavam informes aparentemente sem importância, mas que se encaixavam.

A área de atuação era a de jurisdição do IV Exército: da Bahia até o Maranhão.

Quais as ações que o DOI participou?

A operação contra Lamarca, no interior baiano, foi um trabalho do CODI/6. O chefe de segurança de lá, Major Nilton de Albuquerque Cerqueira, localizou o Lamarca na região do São Francisco e a operação foi montada em nível nacional. Após uma ação preliminar sobre o grupo de apoio, Lamarca fugiu. Um grupo, justamente o comandado pelo Cerqueira, permaneceu na missão até pegá-lo no interior da Bahia.

Também participamos de uma operação nos primórdios da guerrilha do Araguaia, comandada pelo General Bandeira, de Brasília. Cidades maranhenses, como Imperatriz, estavam inseridas na área de ação, que foi delimitada, e solicitou-se a presença de elementos do Nordeste. Eu e um tenente, passamos trinta dias em Xambioá. Fizemos 47 prisões.

Nessa fase de preparação não existiam muitos guerrilheiros; mandavam elementos quase sempre desarmados. Estavam fazendo a doutrinação ideológica inicial da população local.

Pretendiam, na segunda fase, instalar uma forte força de guerrilha, como a da Colômbia atual; criar um Estado independente.

E aqui nas capitais do Nordeste? E a bomba no aeroporto do Recife?

Toda essa história foi preparada uma ou duas décadas antes. A União Soviética era a cabeça de tudo isso e criou o Movimento Comunista Internacional; a partir daí soltaram pessoas treinadas para se infiltrarem em diversos setores: clero, militar, e principalmente na imprensa. Esta, até hoje, continua infiltrada. Parece que gostaram e deram filhotes.

O atentado do aeroporto no Recife foi "um ato de terror, com muito simbolismo".

Em 1970, aconteceu o "estouro de um aparelho" da Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares), em Cavaleiro, no município de Jaboatão dos Guararapes, no Grande Recife. Organização violenta e que trabalhava com armas, tão violenta quanto a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) do Capitão Lamarca e a

Ação Libertadora Nacional (ALN) do Marighela. A VAR-Palmares, fora de São Paulo, só tinha vinculação no Recife, através de uma célula organizada por um cidadão de alcunha Chico, exímio atirador, que morreu no "estouro do aparelho". Um agente da Polícia Civil o identificou pela fotografia, em face da descrição feita pelo elemento que preparou os canos de ferro, onde estavam as bombas do aeroporto.

Outro grupo muito atuante era o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), do qual alguns dirigentes são hoje proeminentes políticos, inclusive nosso vice-prefeito (do Recife); tínhamos também a Ação Popular (AP) e outros menores.

Você concorda que possa ter havido tortura, mas nunca houve ordem para isso?

Ordem nunca houve, pelo contrário, todos os comandantes que tive não admitiram qualquer tipo de tortura e se tomassem conhecimento disso adotariam providências sérias. Entretanto – acontecia e continua acontecendo hoje, não só no Brasil, mas no mundo inteiro – você prende uma pessoa, principalmente nesse campo político, e sabe que ela não age sozinha, existe uma célula comunista, por exemplo. Em face das circunstâncias seria impositivo obter, dentro de três ou quatro horas, no máximo, uma informação, porque qualquer demora implicaria o abandono de todo o esquema montado, pela desconfiança de que tivesse sido descoberto. Era a segurança deles.

Veja um exemplo: Um cidadão vem de Belo Horizonte, trazendo ordens para um grupo subversivo do Recife. Está marcado um encontro às 7h da noite, em frente ao Cinema Moderno.

Eles não se conhecem.

Instruções: Vá encontrar-se com uma pessoa, você leva uma revista *Veja* e ela carrega uma revista *Isto É*.

Você perguntará: Está lendo *O Cruzeiro*?

Ela diz: Estou!

Está feito o contato. Mas, se dentro de quinze minutos após o horário marcado a pessoa não aparecer, você volta para Belo Horizonte, imediatamente.

O "aparelho" – que era uma casa alugada, com colchões, garrafas de café – era desmontado rapidamente, caso a pessoa não aparecesse. Então, quando se prendia um cidadão, a pressão psicológica era muito grande para que ele falasse.

No DOI–CODI do Rio de Janeiro tivemos casos de companheiros que foram afastados, porque na ânsia de obter a informação, perdiam a paciência: eram afastados sumariamente!

O DOI-CODI fazia prisioneiros e os interrogava nas dependências do DOI-CODI?

Uma vez organizado o DOI-CODI ele funcionava nas suas dependências. Não houve torturas.

Ouvíamos os presos e não os liberávamos imediatamente, porque sempre existia algo contrariando a Lei de Segurança Nacional, que era muito rigorosa. Bastava distribuir um panfleto, apregoando a derrubada do governo: isso caracterizava um ato subversivo; ou portar arma sem estar autorizado ou, naturalmente, ter participado de reuniões proibidas.

Após ouvido, era recolhido à Companhia de Guardas e nomeado um oficial para fazer o inquérito policial militar, remetido, em seguida, para a Auditoria, para o pronunciamento da justiça.

Depois que saí do DOI-CODI, fui para a Polícia Federal. Quando retornei, fui designado pelo General Walter Menezes Paes para fazer um inquérito sobre o Partido Comunista do Brasil (PC do B), aqui em Pernambuco; prendemos o escritor Paulo Cavalcanti, que ficou na Polícia do Exército (PE) por quase vinte dias, e eu o interroguei, pessoalmente, durante vários dias seguidos.

Quando concede entrevistas, ele me cita nominalmente, como encarregado do inquérito, mas é bem claro, quando diz que em nenhum momento sofreu qualquer tipo de tortura ou pressão, sequer psicológica: "O encarregado do inquérito – diz ele – teve a lisura de convidar três integrantes da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) para me receberem, no ato da minha liberação."

Fala-se muito da Operação Bandeirantes (OBAN). Lá havia uma grande quantidade de policiais civis que pertenciam ao Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) paulista. As turmas de operações, de análise, de busca, de carceragem, revezam-se por vinte e quatro horas. Saía uma turma que estava interrogando, da Marinha, por exemplo, e entrava uma do DOPS; sabe-se que a polícia está calejada, tem a pele curtida pelo trato com a bandidagem. Então, se um delegado daquele se excedia, a OBAN se excedeu!

Havia excessos, mas não das instituições. A partir do momento em que você vai torturar, iguala-se a eles. No fim, não se sabe quem é o bandido e quem é o mocinho.

A Polícia Federal também combateu a subversão, como no DOI?

Não. Lá, fazia-se o combate a outros tipos de crimes, como tráfico de drogas, contrabando. Subversão, não! O pessoal era composto de policiais federais formados pela Academia de Polícia.

Você acredita que a Revolução tenha sido fator de união para o Exército?

A partir do que se chamou a "Nova República", no Governo José Sarney, penso que ocorreu uma desagregação por desinteresse: o Exército ficou desestimulado, por sentir-se relegado a um segundo plano.

No tempo da Revolução éramos primeiríssimo plano e, de uma hora para outra, mudou. O Itamar Franco destratou o Ministro do Exército – Itamar Franco é um homem de esquerda –, na primeira semana deu uma "enquadrada"[2] no Ministro; esse comportamento em relação ao Chefe do Exército gerou uma certa indiferença no seio das Forças Armadas.

Você acredita que algum elemento militar – não digo a Instituição – tenha se locupletado em algum cargo político?

Gosto de citar um exemplo.

De todos os governos ditos militares, o ministro considerado por muita gente, levianamente, como corrupto, chamava-se Mário Andreazza – construiu a ponte Rio-Niterói etc.

Morre Mário Andreazza. Patrimônio de Mário Andreazza: um apartamento comprado pelo Sistema Financeiro da Habitação, que foi quitado com a sua morte. Não possuía contas em paraísos fiscais como, hoje, muitos as têm.

Você concorda, portanto, quanto à existência de uma mobilização política contra as Forças Armadas?

Resultante daquele trabalho da imprensa.

Há empresas que têm na sua direção elementos visivelmente de direita, são capitalistas, Roberto Marinho, por exemplo, o do *Jornal do Brasil* também, mas dentro do seu corpo editorial só há elementos de esquerda, promovendo um trabalho desagregador.

Agora mesmo, houve aquela incursão num órgão militar na Amazônia, onde pegaram uma série de documentos indevidamente, apoiados por procuradores que estão dentro desse esquema.

Há algum outro fato que queira deixar registrado, Coronel Hiran?

O que nós chamávamos a "comunidade de informações" eram pessoas que faziam parte do sistema de informações, criado oficialmente por decreto do presidente. Ele era integrado de uma maneira muito eficiente e eficaz.

Se eu saísse do IV Exército e chegasse ao aeroporto de Brasília e dissesse: "Quero falar com o chefe do setor de segurança da Infraero (Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária); é o Coronel Hiran, da 2ª Seção do IV Exército", seria recebido na hora!

---

[2] Termo militar: pôr sob ordens, chamar a atenção de alguém.

Em qualquer lugar do Brasil, qualquer integrante do sistema de informações recebia apoio, não havia ciúmes.

O Movimento Comunista Internacional ocupou-se dos países do Terceiro Mundo, em particular da América Latina. Agrediu a Argentina, o Uruguai, o Chile, o Brasil, a todos, mas foi varrido do Continente. Foi o princípio do fim do Muro de Berlim.

Se o Brasil enveredasse pelo comunismo naquela época, expressivo número de países também o faria. As nossas Forças Armadas foram, por isso, responsáveis pela contenção da sua possível expansão.

Os DOI-CODI tinham ligação internacional, para efeito de apoio etc.?

Não na nossa área do Nordeste, que está um pouco afastada das grandes decisões.

No término do curso de informações, fomos divididos em grupos e designados para estagiar em determinado órgão: no Centro de Informações do Exército (CIE), no Estado-Maior do Exército, no DOI do I Exército e outros. Fui para a 2ª Seção do Estado-Maior do Exército e pude ver como funcionava em termos de adidos militares e seus assistentes, estes, normalmente, homens da área de informações em seus países. Ainda naquele tempo, o inimigo virtual e potencial do Brasil era a Argentina, a grande preocupação do Estado-Maior do Exército.

Fala-se muito da cooperação que havia entre a Argentina, o Uruguai, o Chile e o Brasil, para prender elementos de esquerda em qualquer desses países. Pergunto: Isso não existe hoje?

Se a Espanha pede à Inglaterra para prender um general chileno em razão de um caso que ocorreu há vinte anos, isso não é uma trama mundial? É claro que naquele tempo existia cooperação!

E a ação do Ato Institucional nº 5 (AI-5), na sua área de atuação, aqui no IV Exército?

Vínhamos acompanhando uma série de ocorrências envolvendo políticos, o clero, algumas sob o aspecto de corrupção e estávamos com as ações legais totalmente emperradas. Os atos institucionais anteriores perderam a eficácia.

Na primeira hora do dia 13 de dezembro de 1968, o CIE nos mandou a íntegra do AI-5. Preparamos as equipes e, quando saiu na *Voz do Brasil*, prendemos muita gente naquela noite. Muita gente foi para a auditoria e acabou condenada.

Os DOI–CODI dispunham de assessoria jurídica e, também, pessoal de saúde?

No grupo de análise do DOI-CODI, um dos elementos era sempre um delegado de polícia, bacharel, com formação jurídica.

Os casos de saúde, como o caso de um preso ter uma queda de pressão, ou sofrer um mal mais grave, era socorrido no Hospital Geral do Recife (HGeR), bem próximo. Aliás, como acontece com qualquer preso.

Havia voluntários para servir no DOI-CODI? Como era a escolha?

Em princípio, todos os sargentos possuíam o curso de informações, categoria "C", em Brasília. Mas essa não era a condição *sine qua non* para integrar o DOI-CODI: tínhamos pessoas remanescentes da 2ª Seção das Unidades, da Polícia Militar e outros órgãos. Para exercer o cargo de chefia era necessário o curso de informações.

Você acredita que houve benefícios da Revolução para o País?

Em 1960 houve a revolução cubana contra Fulgêncio Batista. Todos torcíamos pela sua queda. Depois, Fidel Castro se declara marxista-leninista e coloca mais de trinta mil pessoas no paredão.

Quarenta e um anos depois, o que é Cuba? Alguma coisa no campo da saúde, no campo da educação e mais nada.

Anos atrás, atravessei aquele *check point Charlie* do Muro e visitei Berlim Oriental. Era de doer o coração a diferença entre a riqueza de Berlim Ocidental e o estado de miséria do lado oriental. Entrei com raiva dos comunistas e saí com pena deles.

Nos restaurantes, a comida era pouca, ruim, mal servida e cara. Levantava-se para ir ao banheiro e logo surgiam pessoas pedindo esmolas, dólares.

Por esses exemplos podemos medir o benefício que fizemos ao País. Não dá para citar, tantas e tantas foram as obras da nossa Revolução.

Sobretudo, e principalmente, a honestidade prevaleceu; hoje não há um momento em que não haja uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) apurando a corrupção de alguém.

Dizem que naquele tempo não havia corrupção porque a imprensa era manipulada, mas isso não é verdade. Fiz censura no *Jornal do Commercio*. Não saía uma linha sem passar pela minha mão e nunca censurei uma notícia sobre corrupção: a gente censurava a parte política ligada ao governo!

Você gostaria de deixar alguma mensagem final?

Muitos, hoje, denigrem a Revolução classificando-a com termos como "anos de chumbo", "porões da ditadura" e outros. Louvo a idéia da criação deste Projeto para que fique registrado para o futuro a verdadeira história da Revolução de 31 de Março de 1964.

Capitão Cleantho Homem de Siqueira

- Natural da Cidade de Natal, RN.
- Participou da Segunda Guerra Mundial, integrando a Força Expedicionária Brasileira (FEB) como 3º sargento, Chefe de Seção de Metralhadoras do 11º RI, de São João Del Rei, sendo agraciado com a medalha Cruz de Combate de 2ª Classe.
- Serviu, durante grande tempo de sua vida profissional, na 2ª Seção (Informações) do Quartel-General da 7ª Brigada de Infantaria Motorizada (7ª Bda Inf Mtz), em Natal, RN.
- Concluiu o Curso de Formação de Sargentos (CFS) no 16º Regimento de Infantaria (16º RI), em Natal.
- No Rio Grande do Norte, foi Vice-Presidente do Conselho Regional de Desportos e Diretor da Divisão Desportiva da Universidade Federal.
- Na eclosão da Revolução, era 1º-Tenente e encontrava-se em São João Del Rei, MG. Apresentou-se ao 11º Regimento de Infantaria (11º RI). Uma semana depois, estava no Quartel-General da Brigada, em Natal, RN.

Entrevista realizada em 26 de setembro de 2000.

Quais as raízes da Revolução de 31 de Março de 1964?

Regressando à Cidade de Natal, depois de cinco anos no 11º RI, senti que havia um clima crescente de insatisfação política. Elementos de esquerda pichando os muros; naturalmente, fui lançado nesse processo. Cheguei a fazer prisões flagrando essas pichações.

Em 1964, eu era 1º-Tenente e servia no Quartel-General da 7ª Bda Inf Mtz, em Natal, no Rio Grande do Norte.

Nas Forças Armadas, você notou algum clima de insatisfação em relação ao Governo do então Presidente João Goulart?

Na minha Unidade servia o Major Ademar Cirilo da Silva. Quando tive de viajar, o General Omar Emir Chaves mandou que desse a chave da 2ª seção ao major. Eu disse:

– General, entrego a chave da 2ª seção ao senhor.

Houve, em Natal, em 1963, um incidente com o General Muricy: ele comandava a 7ª Brigada e o Leonel Brizola foi à cidade participar de um comício do pessoal da esquerda. Alguns oficiais foram ver o desenrolar dos acontecimentos, e o Brizola atacou violentamente o General Muricy, a quem chamou até de covarde, acintosamente. Não declinou o nome do general, mas dizia: "o general que está aí". Só podia ser o General Muricy, pois não havia outro na guarnição.

Isso provocou, no dia seguinte, um movimento de solidariedade: 90% dos oficiais da guarnição prestaram solidariedade ao chefe. Naquela ocasião, o general perguntou ao pessoal se alguém estava solidário com o Governo de João Goulart. O Major Cirilo disse que sim. Outros dois oficiais eram simpatizantes do Governo Goulart, mas não se manifestaram. Acabaram cassados.

Naquela época, existia um movimento favorável ao governo, principalmente no âmbito estudantil, e que estava sendo manipulado pelos políticos da esquerda. Esse movimento foi crescendo e culminou com o choque revolucionário.

Você acredita que as Forças Armadas, principalmente o Exército, interpretaram a vontade do povo?

Claro que sim e, ainda hoje, o povo se manifesta. É muito comum. Outro dia, chegando ao centro da Cidade de Natal, no Café São Luís, um conhecido meu, juiz de futebol, abriu os braços e exclamou em voz alta: "Cadê vocês!?" Referia-se à insatisfação com os acontecimentos do País e pedia a intervenção das Forças Armadas.

Existe, hoje, uma insatisfação geral. É fato palpável, claro.

Você citaria nomes daquela época, líderes civis ou militares, em torno da Revolução?

Quando irrompeu o Movimento, encontrava-me em São João Del Rei. O General Muricy estava em Juiz de Fora e eu não sabia. Apresentei-me ao 11º RI e me coloquei à disposição; a Unidade preparava-se para o deslocamento na direção de Juiz de Fora, mas a maioria dos sargentos recusava-se a embarcar e foram todos presos.

Cheguei em Natal no sétimo dia da Revolução e fui direto do aeroporto ao Quartel-General, apresentar-me ao General Omar. Ele estava completamente "apagado". Disse para mim: "Entenda-se com o Coronel Mendonça Lima (Alberto Carlos de Mendonça Lima). Ele é que está no comando"; foram essas as sua palavras.

Lideravam o Movimento, em Natal, o Coronel Mendonça Lima, comandante do 16º RI, o Coronel Osvaldo de Souza, da Artilharia e o Coronel Norton Chaves, que comandava o Batalhão de Engenharia. Eram os líderes.

Você acha que resultou do Movimento Revolucionário alguma coesão no seio do Exército?

Acredito que sim. Em Natal, pude verificar o aumento da coesão entre as Unidades e os militares. Houve alguma dissidência, alguns oficiais foram cassados, como citei anteriormente: o Cirilo, o Capitão William Pereira, do 16º RI, e outro que não recordo o nome.

Você participou em Natal de alguma ação para debelar casos de violência ou prender alguém?

Passei a metade da minha vida no Quartel-General, em Natal, como adjunto da 2ª Seção. Natal era considerada como área de refúgio: quando os terroristas lá do Sul faziam as ações deles vinham esconder-se em Natal. Cumpri uma missão de prisão do Deputado Floriano Bezerra, quando o General João Dutra de Castilho comandava a Brigada, em Natal. Esse deputado estava planejando uma passeata com o Sindicato da Construção Civil. Ele não esboçou reação, ante a voz de prisão, no recinto da Assembléia. O general alertou que não iria haver passeata.

A 2ª Seção, basicamente, resumia-se a mim. Quando cheguei, havia um pequeno fichário, com os nome antigos, ainda da Revolução de 1935. Organizei-a do modo que achava que deveria ser, pois não possuía curso de informações. Desdobrava-me para manter tudo em dia e em ordem; cheguei a passar semanas inteiras no trabalho da Seção, indo em casa apenas para tomar banho e ver os meninos.

Você gostaria de acrescentar algo mais? Uma mensagem final?

Os jovens foram muito usados pelos líderes esquerdistas da época; hoje alguns consideram *status* terem sido presos.

A juventude brasileira está abandonada pelos poderes da República brasileira. Lembro que antigamente tínhamos, na capa de nossos cadernos, a letra dos hinos pátrios. Havia uma convocação maior no sentido do patriotismo, hoje quase inexistente.

Passei oito anos na Comissão Regional de Moral e Civismo, extinta no Governo Sarney. É um absurdo.

Primeiro-Tenente Leão Alves Machado

- Natural da Cidade de Angicos, RN.
- Sentou praça em setembro de 1940 e foi para a reserva em 1964, no posto de 1º-Tenente. Na sua carreira militar, serviu nas guarnições de Belém, PA; Rio de Janeiro, RJ; Fernando de Noronha, PE; e Recife, PE.
- Cursou a Escola de Comunicações, como sargento; fez o Curso de Aperfeiçoamento de Sargentos (CAS) de Artilharia no 9º Grupo de Artilharia de Campanha (9º GAC), tendo-o concluído no Primeiro Grupo do Sétimo Regimento de Obuses 105 (I/7º RO 105).
- Esteve no Seminário Menor do Convento do Carmo, no Recife; cursou Teoria e Prática de Administração de Empresas, na Faculdade de Administração da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e é bacharel em Direito, pela Faculdade de Direito do Recife.
- É membro da Academia Pernambucana de Letras Maçônicas. Na reserva, desempenhou diversas funções em empresas privadas.
- Em 1964, na eclosão da Revolução, era 1º-Tenente chefe da Seção de Comunicações do I/7º RO 105, em Olinda, PE. Logo após o 31 de Março, exerceu o cargo de assistente no gabinete da Secretaria de Segurança Pública de Pernambuco.

Entrevista realizada em 26 de setembro de 2001.

Muitos fatos de nossa Revolução têm sido ditos e escritos por pessoas que não participaram de seus lances e, tão pouco, ouviram aquelas que deles foram atores.

Quem invadiu e ocupou o Palácio do Governo de Pernambuco, naquela tarde de 1º de abril, cerca das 13h40min, foi única e exclusivamente o então I/7º Regimento de Obuses 105, hoje 7º Grupo de Artilharia de Campanha, com sede em Olinda, e o fez por inteira responsabilidade do seu comandante, o Tenente-Coronel Ivan Ruy Andrade de Oliveira. Embora nenhuma ordem tenha recebido, mas coerente com suas atitudes e tendo em vista o desenvolvimento natural de sua iniciativa tomada naquela manhã, decidiu fazê-lo. Não foi o 14º Regimento de Infantaria (14º RI), sob o comando do Coronel João Dutra de Castilho, embora seja função específica da Infantaria – e não da Artilharia – tomar terreno do adversário.

Você disse que o próprio Tenente-Coronel Ivan Ruy decidiu sair com a tropa, cercar o Palácio e depor... Nessa extensão?

Não, ele saiu por iniciativa própria, com a idéia de aguardar ordens. Na noite anterior, fez uma ligação telefônica para o IV Exército e, em seguida, mandou ligar para o Comandante do 14º RI, a quem falou:

– Castilho, o general (General Joaquim Justino Alves Bastos, Comandante do IV Exército) não tomou nenhuma decisão. Estou decidido, caso não receba ordem até esta madrugada, a pôr a minha tropa na rua. Você me acompanha?

O Castilho deve ter assentido, porquanto o Coronel Ivan Ruy disse:

– Ocuparei a Praça da República – defronte ao Palácio do Governo – pela Boa Vista, e você Castilho entrará pelo Recife (bairro da Cidade de Recife do lado oposto).

Você servia no I/7º RO 105. A que horas vocês saíram do quartel?

Não sei dizer com exatidão, mas às 5h da manhã do dia 1º, o Coronel Ivan Ruy teve uma conversa comigo sobre o serviço (de comunicações), deu ordem à tropa para embarcar e, a seguir, me mandou ir de jipe para o Recife.

Quem realmente, naquela tarde, bradou o *alea jacta est,* atravessou o *rubicon* – a Praça da República –, invadiu o Palácio e intimou o governador a retornar ao seu gabinete, pois tentava se evadir pelos fundos do Palácio, foi o Tenente-Coronel Ivan Ruy Andrade de Oliveira à frente de sua tropa.

Quer dizer que o Governador Arraes foi encontrado tentando sair pelos fundos do Palácio!

Exatamente. Ele saiu pelos fundos do Palácio e tentou alcançar a rua, entrando por trás do corpo da guarda, prédio lateral.

Quanto aos antecedentes da Revolução, eu gostaria de falar que no princípio de março de 1964, em atenção ao convite do Sindicato dos Bancários, comparece-

mos eu (PYN7DX) e o Dário Márcio Cavalcanti de Sá Leitão (PYN7ABQ), representando o Clube dos Radioamadores de Pernambuco (CRAP), para uma solenidade cívica que ali aconteceria.

Depois de nos apresentar à presidência, fomos encaminhados ao salão onde se realizaria a referida solenidade. Observei a Bandeira do Brasil estendida sobre a mesa da reunião, à guisa de toalha.

Aguardei a formação da mesa que conduziria os trabalhos para então dirigir-me ao senhor presidente e solicitar a retirada da Bandeira, por ser proibido por lei o seu uso em tal condição. Porém, o nomeado para dirigir os trabalhos foi o Coronel (era major do Exército e foi comissionado nesse posto para comandar a Polícia Militar) Hangho Trench, do Exército, Comandante Geral da Polícia de Pernambuco motivo porque, como subordinado, me senti tolhido a tomar qualquer providência.

Iniciados os discursos, sentindo o arrojo do orador e a vibração dos aplausos, disse para o Dário:

– Se você quiser, pode ficar. O ambiente não está me agradando e eu vou embora.

– Eu também! – ele exclamou.

No dia seguinte, no quartel, comentei o fato com alguns colegas.

Passados alguns dias, sou chamado ao comando – o Coronel Ivan Ruy, comandante efetivo, havia entrado em férias e, em seu lugar, se encontrava o Major João José Cavalcanti de Albuquerque. Após algumas perguntas sobre o episódio no Sindicato dos Bancários, ele me disse que recebera uma ordem do Coronel Ivan Ruy e que deveria transmiti-la a mim. A ordem era para que eu entrasse em ligação com os radioamadores de outros estados, utilizando a minha estação. Cheguei a transmitir uma mensagem do Coronel Ivan Ruy para uma Unidade de Natal, RN. É necessário destacar que o serviço de transmissão de mensagens, via rádio, do Exército, era precário, naquela época.

No dia 28 ou 29 de março, o Coronel Ivan Ruy reassumiu o comando. No dia 31 de março, ao dar-lhe a informação recebida de um radioamador de Juiz de Fora, de que o General Olympio Mourão Filho havia partido com a sua tropa em direção ao Rio de Janeiro, disse-me o Coronel Ivan Ruy:

– O Mourão precipitou-se, não era ele quem deveria partir primeiro.

E para mim:

– Não saia mais!

Direcionando melhor a narrativa, passo a referir-me ao deslocamento que fiz, momentos após o Coronel Ivan Ruy receber um telefonema. Além de mim, estavam os capitães Fernando Carneiro Leão e Haroldo Rosa.

Saltei do jipe na Praia dos Milagres, em Olinda, próximo à igreja; cerca de quarenta minutos depois, vi aproximar-se pela Rua Santos Dumont uma camionete F-5,

que deu dois sinais de farol e parou defronte da igreja. Aproximei-me e um senhor, entregando-me a chave do carro, desapareceu. Voltei ao quartel com a camionete.

Os dois capitães também regressaram, cada um dirigindo uma camionete similar; eram viaturas seminovas e haviam sido cedidas por um Senhor Falcão, do Sindicato dos Usineiros.

Quanto à invasão do Palácio do Governo estadual, no dia 1º de abril de 1964, devo dizer que o dia amanheceu e transcorria tranqüilo, no Palácio, contrariamente ao que sucedia lá fora, na praça, onde o movimento de soldados do Exército atraiu uma multidão. Nos jardins, apenas um Batalhão armado, da Polícia Militar, por trás das grades e entre os edifícios do Palácio e do corpo da guarda, fazia a diferença entre um dia comum.

No seu quartel, em Olinda, após uma noite de tensão, às 5h da manhã o I/7º RO 105, recebia de seu comandante a ordem de marcha. Meu deslocamento, anterior à coluna, para o Recife foi inviabilizado por problemas mecânicos do jipe. Alcançado pela viatura do Coronel Ivan Ruy, este me ordenou que embarcasse na mesma. A coluna da Unidade estacionou na altura do Parque 13 de Maio, defronte da Câmara de Vereadores.

O Coronel Ivan Ruy, embarcando em um jipe, dirigiu-se ao Quartel-General do IV Exército, voltou, e a coluna retomou a sua marcha em direção à Praça da República; como o 14º RI ainda não havia chegado, ocupou-a.

Pressupõem-se, pela ida do Coronel Ivan Ruy ao Quartel-General do IV Exército, que havia uma concordância do General Justino com o prosseguimento da tropa para cercar o Palácio.

Havia uma confiança e, até mesmo, intimidade muito grande, entre mim e o Coronel Ivan Ruy. Ele mesmo me disse que se apresentou ao General Justino:

– Minha tropa está pronta!

O General não disse nada. O Coronel, pediu licença, retornou, ordenou o prosseguimento da marcha da Unidade e ocupou a praça. Eu fiquei junto ao Comando, no lado da praça aposto ao Palácio. Ainda não eram seis horas. O 14º RI somente chegou perto das oito horas.

Cerca das nove horas, o Coronel Ivan Ruy deslocou-se, outra vez, para o IV Exército e informou ao General Justino haver ocupado a Praça da República. Nesse ínterim, o Major Coelho (Hugo Caetano Coelho de Almeida), Chefe da 3ª Seção do I/7º RO 105 responsável pela segurança da Ponte Princesa Isabel, um dos acessos à praça, disse para o Major Albuquerque:

– Vamos tomar essa porcaria!

– Tenha calma. Vamos aguardar o Coronel Ivan Ruy.

Cerca das treze horas, novamente o Coronel se deslocou para o IV Exército. Nessa oportunidade, o Major Coelho voltou a assediar o Major Albuquerque:

– Albuquerque, vamos invadir o Palácio! Esses imorais estão lá dentro tomando cafezinho e batendo papo e nós aqui na rua feito palhaços, no sol, desde 5h da manhã e sem nada resolver.

– Vai para o teu lugar, Coelho! Vamos aguardar o Coronel Ivan Ruy – disse o Major Albuquerque.

Cerca das treze horas e trinta vejo parte da tropa do Major Coelho preparando-se para rastejar. Avisei ao Major Albuquerque e, nesse instante, chega o Coronel Ivan Ruy e me pergunta o que está havendo. Eu lhe respondo:

– A tropa do Major Coelho vai na direção do Palácio e nós temos que lhe dar cobertura, senão ela vai ser arrasada pelo Batalhão da Polícia que está lá dentro.

– É mesmo, vamos avançar todo mundo! – concorda o Ivan Ruy.

Partimos todos através da praça. Eu e o Coronel fomos nos postar por trás de uma árvore, no canto direito da praça, bem em frente à porta do corpo da guarda.

Ouço o comando do Major Coelho para a sua tropa:

– Guarda em forma para a rendição!

Este é um comando comum nas substituições de uma guarda por outra.

Um pelotão levantou-se de chofre e, correndo, ocupou posição próximo à parede do Palácio, com a frente voltada para a praça. Nesse momento, o Coronel Ivan Ruy tomou a iniciativa e juntos entramos no corpo da guarda; ele repetiu a ordem do Major Coelho, mas para a guarda da Polícia Militar (PM). Esta apanhou os fuzis e foi postar-se em frente a nossa.

O fator surpresa foi a grande arma de uma vitória incruenta.

Após atravessarmos o corpo da guarda, saindo pelos fundos do prédio, chegava ao mesmo o Coronel Castilho, Comandante do 14º RI. Adentramos o jardim do Palácio e encontramos o Governador que vinha com uma comitiva de deputados, cerca de seis, os quais pretendiam sair pelo corpo da guarda. Ao nos avistar, pararam estupefatos.

O Coronel Ivan Ruy perguntou:

– Aonde o Governador vai?

– Vou para a rua. O Exército invadiu o meu Palácio e eu não confio no Exército!

– Respondeu ele acintosamente:

– Não senhor! – retrucou o Coronel Ivan Ruy. – Volte para o seu gabinete e aguarde ordens.

E para mim:

– Leão, acompanhe o Governador e tome as providências necessárias.

No trajeto encontrei o 2º-Sargento Chaves (José de Vasconcelos Chaves), também de Comunicações. Mandei-o arranjar mais um soldado e fazer uma vistoria no gabinete do Governador, retirando tudo quanto fosse telefone, rádio e que ficasse atento.

A comitiva que acompanhava o Governador retirou-se do Palácio.

Ao sair do gabinete, eram 13h45min. Fui à central telefônica, também de minha competência. Encontrei a Senhora Violeta Arraes, irmã de Arraes, a qual reclamava ligações para o Governador. Disse-lhe:

– Estamos num momento de transição. O gabinete, no momento, não dispõe de nenhum meio de ligação para o exterior.

Uma vez ocupado o Palácio, o Coronel Ivan Ruy dirigiu-se ao IV Exército onde encontrou o Doutor Paulo Guerra, Vice-Governador, com o General Justino Alves Bastos e a este deu ciência de que já havia ocupado o Palácio e que ele podia mandar o Vice-Governador assumir o Governo.

No dia seguinte, cerca das sete e meia da manhã, recebi um telefonema do Doutor Odacir Varejão, PYN7ACY – ele foi Secretário de Saúde de Pernambuco – que me informava que o Fanzers estava em Boa Viagem, bairro do Recife, carregando uma camionete com equipamentos de rádio; esse Fanzers, parece, era tcheco-eslovaco, veio para Pernambuco à disposição do Governador para montar uma rede de rádio no Estado. Liguei para Luiz Cerqueira, PYN7ABI, investigador da Polícia na Secretaria de Segurança e mandei-o que fosse prender o Fanzers, por ordem do Coronel Ivan Ruy.

Em todo esse episódio do cerco do Palácio do Governo, a única morte havida foi um acidente. Antes e durante os acontecimentos tivemos muitos informantes, entre eles um capitão da Polícia Militar, Rego Barros, que servia no quartel existente atrás dos Correios. O Coronel Ivan Ruy, depois que entrou no Palácio, no próprio dia 1º, mandou a nossa tropa recuar e ordenou ao Major Coelho que passasse o comando, lá da Avenida Dantas Barreto, ao Capitão Rego Barros: a guarnição da Polícia ocupou posição na altura do Edifício JK, onde era a Sudene.

Pessoas começaram a aglomerar-se na entrada da avenida, gritando impropérios, e partiu para invadi-la; um pelotão do I/7º RO 105, ao comando do Major Coelho, ainda na avenida, mais atrás, saiu em defesa da Polícia, disparando suas armas para o alto.

Eu estava fazendo uma ronda motorizada e passava pela Rua do Sol, quando ouvi os disparos. Mandei o motorista, Sargento Luciano Pinto de Souza Neves, entrar na rua Ulhoa Cintra. Saltei no final da rua e dirigi-me à Avenida Dantas Barreto. Acontece que, em dado momento, o major arrebatou o mosquetão de um soldado.

Esse movimento brusco causou o disparo acidental, vindo a bala atingir um rapaz que estava no meio da multidão. Depois, vim a saber que esse jovem faleceu.

Aproximadamente às 20h desse dia 1º de abril, chegavam ao Palácio do Governo o Coronel Pimentel e o Capitão Felício, ambos do IV Exército, com a missão de escoltar o Governador Miguel Arraes até o 14º RI, em Socorro, bairro de Jaboatão, município vizinho ao Recife, onde deveria ficar preso. A saída ocorreu às 20h40min, no carro do Sr. Ximenes, cunhado do Governador, casado com Dona Violeta – segundo observei, quem manobrava tudo no Palácio era ela. A escolta seguiu em outro carro.

Um fato interessante aconteceu. Naquela época, as principais chefias da esquerda supunham que os sargentos estavam coesos com o Governo João Goulart. Ledo engano. Conversava com o Sargento Chaves, lá no gabinete do Governador, quando chegou o Tenente André, do I/7º RO 105. Voltei minha atenção para o tenente e, nesse momento, Miguel Arraes, de sua poltrona, fez um sinal de positivo para o Chaves. Estava claro que imaginava poder contar com o sargento, talvez para facilitar a sua fuga ou algo qualquer.

Quanto ao mais, no final da manhã do dia 2 de abril o I/7º RO 105 deixava o Palácio e se recolhia ao aquartelamento. Eu, mal cheguei à minha Bateria, recebi ordem do Coronel Ivan Ruy de comparecer à sala do fiscal administrativo da Unidade, Major Humberto Ribeiro de Moraes. Lá, encontrei o Coronel Pimentel que me disse ter sido indicado para trabalhar com ele no inquérito policial-militar a fim de apurar as ações dos oficiais e sargentos da área do IV Exército que estavam contra a Revolução. Preparei as instalações, no Forte Brum, mas poucos dias depois o Coronel Ivan Ruy me convocava para servir na Secretaria de Segurança Pública, onde ele estava como titular. Fui substituído no inquérito do qual não tive mais notícias.

Por fim, agradeço o convite para participar deste Projeto sobre a Revolução de 1964. Os fatos, agora, são História.

Primeiro-Tenente Luciano Gonçalves Viana D'Albuquerque

- Natural da Cidade do Recife, PE.
- Serviu nas seguintes Unidades militares: 15º Regimento de Infantaria (15º RI), em João Pessoa, PB; 71º Batalhão de Infantaria Motorizado (71º BI Mtz), em Garanhuns, PE; no Comando do IV Exército, atual Comando Militar do Nordeste, por duas ocasiões; e no 4º Batalhão Especial de Fronteira (4º BEF), no Acre.
- Concluiu o curso de informações, categoria "C"(interrogatórios; analista; empregos de meios eletrônicos). No IV Exército, fez estágio de analista de área e foi instrutor de estágio de técnicas operacionais de inteligência.
- Possui os cursos militares de formação e de aperfeiçoamento de sargentos.
- Na eclosão da Revolução de 1964, era cabo e servia no 15º RI.

Entrevista conduzida pelo Tenente-Coronel Carlos Alberto Cardoso, realizada em 26 de setembro de 2000.

Antecedentes do Movimento de 31 de Março de 1964?

Em 1963, quando servia no 15º RI, na Paraíba, o movimento comunista estava em ebulição e reinava a anarquia. Quando passávamos com a tropa, no patrulhamento, éramos vaiados pela população, notadamente por estudantes. O Coronel Ednardo D'Ávila Mello, nosso Comandante, procurava informar-nos sobre a situação do País como um todo e conhecíamos os problemas que estavam ocorrendo no Sul, particularmente, Rio de Janeiro, São Paulo, Brasília, Rio Grande do Sul, onde alguns políticos vinham insuflando a população.

Também havia as crises, até mesmo com mortes, que ocorriam na zona canavieira de Pernambuco e nos municípios próximos a João Pessoa: Sapé e Santa Rita.

Quando eclodiu a Revolução, o Coronel assumiu o Comando da Guarnição de João Pessoa; para nós, ficou evidente a omissão do Comandante do Grupamento de Engenharia, General Mata. Ele foi afastado.

O Governador da Paraíba Pedro Gondim não se definiu quanto ao apoio à Revolução, embora a Polícia Militar tenha cooperado com o Exército.

Clima de insatisfação nas Forças Armadas, em relação ao Governo do Senhor João Goulart?

Pelas informações que o Coronel D'Ávila Mello nos transmitia, observava-se que os militares mostravam-se insatisfeitos com a anarquia, a desorganização do serviço público e, principalmente, a infiltração comunista nas áreas educacional e rural, esta sob a égide da reforma agrária.

Havia, no 15º RI, divisão de opiniões?

No dia 1º de abril, dois oficiais foram afastados das funções: um capitão adjunto da 3ª Seção e o veterinário, Tenente Girão; este, depois, reviu a sua posição, foi posto em liberdade e permaneceu no cargo.

O ambiente, no 15º RI, era tranqüilo, sem problemas.

As Forças Armadas foram intérpretes da vontade nacional no 31 de Março?

Creio que sim. As Marchas das Famílias com Deus pela Liberdade, em todo o Brasil, como em João Pessoa, também, influíram para que o Exército assumisse a liderança.

A infiltração comunista, em todos os níveis do Governo, era uma constante. Na área educacional, a orientação difundida pelo Governo Federal aos colégios públicos era marxista. O Governador Pedro Gondim, omisso, permitia que isso ocorresse.

Na área rural, vieram elementos de fora para preparar os líderes locais destinados às Ligas Camponesas, como foi o caso do Nego Fuba, para mobilizar o pessoal

do campo. Esse ficou conhecido porque agia em toda a zona canavieira, incendiando os canaviais. Enfrentava a Polícia com armas; era considerado o inimigo número um entre os líderes agitadores das Ligas Camponesas.

Foi preso por um capitão da Polícia Militar (PM), em Sapé.

Principais chefes militares da Revolução de 31 de Março, na Paraíba.

O Coronel Ednardo D'Ávila Mello, Comandante do 15º RI, em João Pessoa, que sempre esteve à frente das ações revolucionárias. Assumiu o Comando da Guarnição diante da omissão do General Comandante do Grupamento de Engenharia.

Erros cometidos pelo Movimento Revolucionário?

Observei que logo que eclodiu a Revolução, muitas pessoas faziam denúncias falsas contra quem estava em destaque. Houve um prefeito, numa cidade do interior da Paraíba, Antônio Mariz – depois ele foi Governador – que teve o mandato cassado.

Acontecia que, quando chegavam as denúncias, partíamos para o local a fim de prender as pessoas; posteriormente, constatávamos que as denúncias eram falsas, mas até chegar a esse ponto, o constrangimento, de trazer preso o cidadão para o quartel, já tinha ocorrido.

No caso desse prefeito, um oficial do Exército fez a Câmara Municipal reempossá-lo, porque as acusações eram todas mentirosas.

Houve algum ato terrorista em João Pessoa?

Houve um ato de expropriação contra a empresa Souza Cruz: um assalto praticado pelo Partido Comunista Revolucionário, com o objetivo de angariar fundos para a organização. Eles tinham uma célula em Tambaú. Estava na 2ª Seção (Informações) e acompanhei de perto as investigações.

O senhor testemunhou a prática de torturas a presos políticos dentro dos quartéis?

No 15º RI, durante o tempo que lá servi, inclusive várias vezes de serviço, nenhum preso sofreu tortura. Conversávamos com eles, as famílias vinham visitá-los.

Quando da eclosão da Revolução, desloquei-me junto à 2ª Companhia (2ª Cia) para Recife. Fomos alojados no atual 7º Grupo de Artilharia de Campanha (7º GAC), em Olinda. Depois, nos deslocamos para Palmares, onde efetuamos a prisão do prefeito e o trouxemos para o Recife, tudo dentro da normalidade.

Posteriormente, fiz parte de uma escolta de presos políticos de João Pessoa para Recife, entre os quais Agassiz de Almeida, Figueiredo Agra e Assis Lemos. Tive a oportunidade de assistir ao interrogatório do Tenente-Coronel Hélio Ibiapina Lima e

vi que o mesmo se resumia a uma troca de idéias: eles querendo mostrar que estavam certos e o coronel querendo provar que estavam errados.

Em nenhum momento sofreram coação física ou ameaça de voz.

O Assis Lemos, ex-deputado, quando foi conduzido para Fernando de Noronha, comentou: "Se for para o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), prefiro pular e me suicidar!" Segundo ele, no DOPS de Pernambuco fora torturado.

O senhor gostaria de comentar algum outro aspecto relativo ao Movimento de 31 de Março de 1964?

Sem ele estaríamos pior. Se não fosse 1964, muitos de nossos valores não existiriam hoje, pois a intenção marxista em marcha, naquela ocasião, era destruí-los para proceder a dominação. Assim, sem a Revolução de 1964, não teríamos a liberdade que possuímos hoje.

Tenho andado muito por vários lugares e posso afirmar que grande parte da população confia nas Forças Armadas, apesar da ação da mídia, querendo desgastá-las.

Para os jovens que não assistiram à anarquia existente no Brasil, antes da Revolução, e ouvem dos professores, nas salas de aula, referências negativas sobre a mesma, que procurem verificar mais, talvez com seus pais e avós, o porquê da Revolução. Tenho certeza que a avaliação será favorável ao Movimento.

Doutor Edson Mororó Moura

- Natural da Cidade de Belo Jardim, PE.
- Graduou-se em Química Industrial pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), em 1952.
- Iniciou as suas atividades empresariais numa pequena fábrica de doces, de propriedade do seu pai; em 1957, fundou a Acumuladores Moura S/A, da qual é Diretor-Presidente. Tornou-se, no setor, a fábrica mais representativa do Brasil, com interesses no Mercosul (Mercado Comum do Sul) e no Caribe.
- A empresa foi premiada pela Volkswagen do Brasil como a melhor fornecedora de peças elétricas para automóvel, seguidamente em 1998 e 1999 e recebeu o prêmio de melhor fornecedor de baterias da América Latina, da Ford Internacional, em Detroit, EUA.
- Assina colunas nos jornais *Diário de Pernambuco* e *Jornal do Commercio* de Pernambuco.

Entrevista realizada em 25 de setembro de 2001.

Nasci um ano antes da Revolução de 1930. Este movimento revolucionário causou um impacto político muito grande no pensamento do povo brasileiro daquela época. Numa cidade pequena como Belo Jardim, recordo-me das conversas do meu pai que foi ativo defensor da posição dos revolucionários.

Meu pai dizia-se sobretudo brasileiro. Não fazia coro com o bairrismo pernambucano ou nordestino. Mantenho essa postura, embora ache que o Nordeste deva ser resgatado sob o ponto de vista social.

Certa vez, na Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), onde tive um trânsito muito bom, por causa da seriedade dos nossos empreendimentos e, também, por causa das minhas atitudes, das quais não abro mão com facilidade, disse a um amigo, Paulo de Tarso de Moraes Souza: "Se para o bem do Brasil precisássemos acabar com o Nordeste, alugá-lo para campo de provas atômicas, daria o meu apoio." Ele ficou chocado e acrescentei: "Apenas acredito que o Brasil jamais será uma grande Nação se não tiver um Nordeste integrado; sem tantas diferenças de ordem econômica e social." Essa é minha crença, de brasilidade, herdada do meu pai.

Consideremos que, na década de 1930, o Brasil era essencialmente rural. Belo Jardim, encravada no Agreste, tinha pouca expressão no Estado, mas, apesar da localização tão desfavorável, as pessoas eram motivadas para pensar em coisas grandes.

Antes da Segunda Guerra Mundial ouvia meu pai comentar sobre a Rússia – referia-se a URSS (União das Repúblicas Socialistas Soviéticas) dessa maneira, reflexo, ainda, da Primeira Guerra Mundial –, sobre a arrogância dos alemães, sobre o poderio americano. Até se dizia que o próximo conflito seria entre o Brasil e os EUA. Fui criado ouvindo coisas sérias, não quer dizer que necessariamente corretas.

Hoje sinto-me como um peixe fora d'água, quando vejo os temas que são discutidos nos jornais: as futricas políticas, o predomínio dos interesses pessoais em detrimento da Nação. As exceções são pouquíssimas, talvez 10% dos políticos nacionais. Moro numa cidade do interior e sei como os prefeitos agem e pensam. É como se vivêssemos num País sem futuro, sem perspectiva.

Os empresários industriais de capital nacional foram massacrados pela política atual do Governo Fernando Henrique e pela anterior do Presidente Collor; tiraram-nos qualquer possibilidade de crescer como vínhamos progredindo no tempo da Revolução. Sentimo-nos meio perdidos nesse turbilhão de negatividade política e administrativa, no tumulto que é o relacionamento entre os poderes.

Recentemente, vimos membros do Ministério Público apreender documentos privados do Exército, próprios do exercício de suas atividades, daquilo que o Exército deve fazer.

Os Estados Unidos estão padecendo, porque foram removidas da Agência Central de Inteligência (CIA) e da Agência Federal de Investigações (FBI) certas práticas normais da área de inteligência.

Li, com tristeza, o depoimento de um jornalista que escreve para a *Folha de São Paulo*, maligno sem dúvida. Tratou o Exército com deboche, afirmando que a Força Terrestre não valia nada, que perderia uma guerra contra qualquer potência forte num prazo de 24 horas; posto que possa ser verdade, fiquei muito triste e ele parecia muito feliz em dizê-lo. Você escreve um artigo – isso já me aconteceu algumas vezes – sobre o que os militares fizeram de bom para o Brasil, em contraposição vêem vários negativos.

No que diz respeito às mortes, no final foram quatrocentos mortos num período de 25 anos. Só no Carandiru morreram de uma vez 111 pessoas. Na Alemanha foram seis milhões de judeus trucidados. O clamor que levantam, no Brasil, é exagerado para a quantidade de perdas de vidas humanas: quatrocentos mortos! Desconhecem o quanto de positivo foi realizado, sob o ponto de vista dos interesses superiores do País. Veja um exemplo: a aposentadoria no campo, criada pelo Presidente Médici, com inegável visão social.

Como o senhor descreveria, um pouco antes de 1964, o relacionamento entre patrões e empregados?

Leve-se em conta que, naquela época, éramos empresários de muito pouca expressão. Em Belo Jardim, na nossa fábrica, não sentíamos aqueles problemas que existiam em Recife, em ambiente de extrema insubordinação, até hostil, contra a iniciativa privada.

A Revolução recebeu alguma orientação política externa?

Acho que foram ações de nacionais. Os Estados Unidos demostraram simpatia pelo que houve aqui, não se pode dizer o contrário, porque estava em curso um processo nítido de esquerda: Cuba já havia caído nas mãos do comunismo; o próprio Presidente Jânio Quadros concedeu uma alta condecoração a Che Guevara. Mas o que preponderou foi a atitude decidida da parte mais representativa da sociedade civil, a Igreja Católica à frente, e as Forças Armadas.

O senhor afirmou que a Igreja Católica apoiou o Movimento. Pergunto se depois ela deixou de apoiá-lo?

Depois a Igreja mudou a posição. O comunismo avançou muito no mundo todo. Hoje, a própria Igreja está muito melhor do que no meu tempo de menino,

quando se mostrava mais conservadora. Naquele tempo, pouco fazia de prático contra a pobreza. Depois de João XXIII... A Igreja da América Latina passou a tomar conhecimento e falar da miséria que existia.

É necessário esclarecer, também, que a criação da Sudene, uma realização importante da sociedade civil, deveu-se ao reconhecimento executado pelos Batalhões de Engenharia, atestando, em relatórios, a extrema miséria que existia nos sertões. Esses relatórios foram encaminhados pelo General Ramagem, Chefe da Casa Militar, ao Presidente Juscelino que, vendo aquilo, decidiu agir.

Na fase pré-revolucionária, a classe empresarial pensava em reagir contra o desgoverno geral?

Não acredito. A pusilanimidade é muito comum no Brasil. O problema não está na falta de coragem pessoal, mas na falta de coragem cívica, de coragem de se organizar. Recentemente, o capital externo tomou conta do Brasil, inclusive de bancos. Os bancos nacionais não ficaram contra, porque estão interessados em fazer negócio. Para esse fim não há ideologia, no Brasil. Nos EUA é diferente; ganham dinheiro mas sabem que são pessoas importantes no Estado.

Falando a um professor de esquerda, faz pouco tempo, enfatizei-lhe que é preciso que se entenda que nós, da iniciativa privada, somos importantíssimos para construir a prosperidade do País, com reflexos nos campos social e segurança.

O senhor tem alguma crítica ou comentário sobre o Movimento de 31 de março?

Foi um Movimento que criou um impacto na opinião pública... as tropas na rua... a deposição do Governador Miguel Arraes. Sobre este ato, considerei uma medida certa e me deu grande satisfação. Depois, conheci Dr. Arraes e ele possui visão muito interessante sobre brasilidade. No Banco do Nordeste criticavam-no, porque seus pleitos eram muito pequenos: uma vaca, uma cacimba para agricultores. Achavam que deveria fazer projetos grandes. Estou 100% com o Governador.

O senhor ressaltaria nomes de líderes locais, militares ou civis?

Civil, citaria o ex-Governador Cid Sampaio.

O movimento da deposição de Arraes foi uma obra de coronéis. Fiquei sabendo que depois do Palácio já cercado é que o General Justino (Joaquim Justino Alves Bastos) mandou um ofício para Arraes dizendo que renunciasse. No entanto, o Coronel que estava na porta, Comandante do 14º RI, João Dutra de Castilho, interceptou o ofício e disse que não se precisava daquilo: Arraes já estava deposto.

A Revolução foi obra, principalmente, de militares contrários aos erros cometidos na condução do País. Os civis, como o Dr. Cid, o Miguel Vitta, tiveram uma

participação... não vamos dizer negligente, sem expressão, porque o Exército nunca foi de monopolizar o pensamento político do País.

O senhor distinguiria, na montagem do Movimento revolucionário, alguns objetivos estratégicos?

Acredito que era nítida a vontade das lideranças da Revolução que o Brasil se tornasse um grande País. Criou-se uma infra-estrutura adequada nas áreas de energia, de comunicação, de transporte; adensou-se o desenvolvimento industrial principalmente em mãos de nacionais, sendo criadas três agências do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) das quais nos beneficiamos, como empresários, do aporte de recursos baratos e subsidiados.

Num ministério ou numa repartição pública você se apresentava como empresário nacional e tinha um tratamento completamente diferenciado. A Revolução, nesse aspecto, foi a alma da Nação.

Houve solução de continuidade desses objetivos, dessa concepção, nos governos militares?

Não houve. Foram governos voltados para o interesse nacional, sem xenofobia. No Governo Geisel foi denunciado o acordo militar Brasil/Estados Unidos.

Para mim, a Revolução não conseguiu estender-se às comunas do interior, onde havia muita corrupção, porque teve que ater-se aos problemas nacionais. Foi pena que a Revolução terminasse tão cedo. Deveria ter uma linha mais dura e mais longa.

A cultura desenvolvida na França foi muito absorvida pelos latinos, que a consideravam modelo para o mundo. A Inglaterra repeliu-a. Castello tinha uma formação francesa e isso não foi bom para a Revolução. Uma das primeiras coisas que fez foi mandar o Geisel, que era Chefe da Casa Militar, inspecionar os cárceres de Recife para verificar se havia tortura. Isso não era postura de revolucionário.

Se estivéssemos em outro país, haveria mais prisão e – não sou de matar ninguém – se fuzilaria mais gente. Ah! Mas fuzilar é uma coisa terrível! E os milhões de brasileiros que estão morrendo de inanição enquanto alguns poucos se apropriam de toda a riqueza nacional?! E, agora, a Nação ter sido entregue como foi. Não são crimes atrozes?!

A Vale do Rio Doce, a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) não deveriam ter sido negociadas por moeda podre. Aquelas empresas teriam que ser muito bem vendidas, como outros países fizeram, e não por moeda podre, para nada agregar à Nação. Hoje há uma dívida enorme e o País se desfez do seu patrimônio público. Isso é um crime muito maior do que as quatrocentas pessoas que foram sacrificadas.

O Ato Institucional nº 5 (AI-5) foi necessário?

Foi necessário, porque a Revolução não tinha se revelado, em virtude do abrandamento do Governo Castello, e sucederam-se algumas perturbações. Diante dos excessos cometidos, foi preciso o AI-5 para enquadrá-los.

Benjamim Constant tinha uma pregação liberal que se encontra, ainda, muito no Exército. Uma coisa que sempre me espanta é falar com um cidadão que atinge o último posto da hierarquia militar e ele dizer que a "Constituição é sagrada", no linguajar próprio de jurista.

Promulgam uma Constituição, como a que temos, a de 1988, cujas imperfeições foram tantas que já foram introduzidas 28 emendas. É sagrada em que sentido? Acarretou apenas sofrimento para o povo. Considerar isso sagrado é falta de percepção da realidade.

Qual a sua opinião sobre a criação dos órgãos de informações e o agravamento da Lei de Segurança Nacional?

Num País vulnerável como o Brasil, a mídia pensa que o fato de sermos uma democracia política significa que a temos de fato. Nós temos distúrbios enormes na sociedade. Uma elite muito pequena que sabe razoavelmente o que quer, mas precisa ter órgãos que levem à cúpula dirigente do País informações fidedignas sobre o sofrimento do povo, o que ele está pensando ou falando.

Todo país do mundo possuiu órgão de informação e o Brasil não os quer. O Presidente atual é conivente com todo esse desmantelamento e os coronéis que serviam neles (refere-se a recentes casos envolvendo adidos militares no exterior, que serviam em órgãos de informações) foram punidos da maneira mais arbitrária.

Se o atual Presidente fosse realmente democrata, como diz ser, não emitiria essa quantidade enorme de medidas provisórias; devia deixar isso para o Congresso. Não passa de cerceamento do comportamento democrático, pelo qual era responsável.

O senhor vê alguma relação entre o AI-5 e a medida provisória?

O AI-5 foi um ato de força que deu ao Poder Executivo condições de atuar, em face da inércia do Congresso. Dessa forma, talvez haja semelhança com a medida provisória.

Na sua opinião, as Forças Armadas de algum modo se locupletaram no Poder?

As Forças Armadas, como Instituição, absolutamente não. Os presidentes da República saíram com o que entraram e coibiram a corrupção. O General Médici

depôs dois governadores, o do Rio Grande do Norte e o do Paraná, por telefone: "Diga a eles que renunciem para não serem presos!" Por estarem "metendo a mão" no dinheiro público.

Se isso tivesse se tornando uma norma, o Brasil hoje seria outro País, não deveríamos o que estamos devendo, porque boa parte do dinheiro que tomamos emprestado foi para cobrir a roubalheira.

Ah! Mas matou quatrocentos! Devia ter matado quatrocentos mil, contanto que o Brasil fosse um País em que o povo fosse respeitado!

O que o senhor tem a dizer da chamada Lei da Anistia?

Tem a ver com o abrandamento precoce da Revolução. Deviam (os anistiados) ser impedidos de prosseguir com os seus direitos políticos. Não havia justificativas para a Revolução ter sido desfeita. O Exército é cheio de pruridos, os camaradas parecem mais uns bacharéis em direito, juízes, do que militares. É uma coisa até meritória, sob certo ponto de vista.

Uma vez estive na Alemanha, no auge da Revolução de 1964, e disse a um amigo meu:

– Sabe quanto as Forças Armadas gastam do orçamento nacional? Menos de 1% do Produto Interno Bruto (PIB)!

– Vocês estão loucos? E quem vai garantir a integridade de vocês? É o americano? Vocês vão pagar muito mais a eles!

Normalmente se trata a Revolução como "golpe". Você concorda?

Acho que foi um golpe. O governo foi deposto. Agora, também houve uma revolução com um ideário de moralidade, de desenvolvimento do País...

A sua área profissional foi estimulada ou prejudicada com as ações revolucionárias?

Altamente beneficiada. Começamos uma fábrica de baterias no Nordeste numa situação extremamente adversa, competindo com marcas tradicionais. Mas o apoio que tivemos do Parque de Moto (Parque Regional de Motomecanização da 7ª Região Militar, no Recife) e do Parque da Aeronáutica do Recife, foi muito grande. Um apoio ostensivo.

Ninguém nos apoiou com mais nitidez do que as Forças Armadas.

O senhor disse que vinte anos foram um tempo curto. Quanto seria necessário, se pudesse quantificar isso política ou economicamente falando?

Teríamos que ter, ainda hoje, um governo forte e não a estrutura política que possuímos. Hoje as coisas não andam. O Código Civil levou vinte anos para tornar-se lei: é um absurdo. Precisaríamos de um Executivo que fosse mais ágil.

Talvez os militares não pudessem continuar, mas deveríamos ter um regime forte, um Estado Unitário – no Império era assim – onde os Estados da Federação não teriam a força de hoje. O poder de São Paulo cada vez é maior, por causa de sua força econômica. Pernambuco é hoje um Estado decadente por falta de um poder central forte como existiu na Revolução, que deu todo apoio aos Estados do Nordeste.

Há algum outro aspecto que o senhor queira destacar?

Em poucos lugares diria o que estou dizendo aqui, porque há falta de compreensão pelo que a Revolução fez; o povo não tem a noção de que é imperioso existir alguém que cuide da sua defesa e garanta a manutenção da ordem etc.

Sem a Revolução, o Brasil é hoje um País que não é dos brasileiros.

O brasileiro nunca foi tão alienado como em nossos dias. Sinto profundamente. Todas as minhas crenças, desde os tempos de menino, baseavam-se orgulhosamente no Brasil. Hoje, a gente fala do Brasil e se envergonha.

Isso me faz ter saudade da Revolução! Mas a mídia escrita se encarrega de solapar as coisas que a Revolução fez.

Doutor Eudes de Souza Leão Pinto

- Natural da Cidade do Recife, PE.
- Diplomado engenheiro-agrônomo pela Escola Superior de Agricultura de Pernambuco, em 1940.
- Professor catedrático da Escola Superior de Agricultura de Pernambuco; professor emérito da Universidade Federal Rural de Pernambuco; foi Secretário de Agricultura, Indústria e Comércio do Estado de Pernambuco, entre 1951 e 1953 e Secretário-Adjunto do Ministério da Agricultura, no Governo parlamentarista do Primeiro-Ministro Tancredo Neves.
- É fundador da Academia Pernambucana de Ciências Agronômicas, da qual foi presidente até o corrente ano. Presidiu o Rotary Club do Recife, em 1975.
- Tem o curso de especialização em Extensão Educacional nos Estados Unidos (1944 a 1945) e o curso da Escola Superior de Guerra (ESG) sobre Política e Estratégia para a Segurança e Desenvolvimento Nacionais.
- Em 1964, era o presidente da Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra (ADESG).

Entrevista realizada em 22 de maio de 2000.

Quais as raízes do Movimento revolucionário de 31 de Março de 1964?

A razão fundamental do Movimento revolucionário de 31 de Março, foi preservar para os brasileiros a dignificação da nossa Bandeira, que ostenta o lema: Ordem e Progresso. O Brasil vivia, naquele período, a desordem e o caos, contrariando a marcha do progresso indispensável ao País.

E, coerente com esse princípio, resguardar a dignidade nacional com ordem e progresso, as Forças Armadas jamais poderiam ficar indiferentes ao apelo do povo brasileiro. Assistimos ao comovente movimento das mulheres, rezando terço nas ruas e pedindo a intervenção das Forças Armadas, no sentido de coibir a subversão e os riscos iminentes da implantação de um regime comunista, odioso para todos nós.

Eis por que as Forças Armadas tomaram a posição que todos exaltamos.

Como o senhor descreveria o panorama político brasileiro, antes do 31 de Março?

O panorama político brasileiro mostrava-se conturbado pela infiltração de políticos subversivos nas Assembléias Legislativas e nas Câmaras de Vereadores. Havia uma preocupação forte da parte daqueles que comandavam a aventura revolucionária comunista de fazer com que a classe política atuasse de modo a desmoralizar tudo que poderia ter valor autêntico, como ações positivas de defesa do povo e dos interesses nacionais.

Qual a posição da Igreja em relação ao Governo de Pernambuco, na época?

Havíamos recebido, como Arcebispo Metropolitano de Olinda e Recife, Dom Hélder Câmara, que trazia um passado de prestação de serviços às populações pobres do Rio de Janeiro e vinha imbuído de idéias consideradas, por ele, democráticas, mas avançadas. E o que poderia se considerar como avançada na época, significava indisfarçada adesão a um movimento perturbador da ordem, gerador de conseqüências não desejáveis; evidentemente não era esse o comportamento da maioria dos prelados católicos, não era o sentimento que predominava entre os católicos pernambucanos, mas de qualquer maneira preocupava o governo.

Tivemos oportunidade de comprovar isso porque, vencedor o Movimento de 1964, fomos incumbidos pela cúpula dirigente do País, pelas lideranças militares, de levar Dom Hélder ao encontro dos representantes das três Forças para que se realizasse um diálogo sobre suas posições no passado e aquilo que deveria ser entendido por ele como sentimentos de defesa dos superiores interesses do Brasil.

Lastimavelmente, Dom Hélder se recusou a comparecer, dizendo que se os chefes militares quisessem ouvi-lo que viessem ao Palácio do Arcebispado, nos Manguinhos, prova inconteste de sua parcialidade.

Quais os principais acontecimentos determinantes do desencadeamento da Revolução?

No Nordeste, as "Ligas Camponesas" desempenharam um papel desafiador, ao arrepio da lei, de modo a gerar a necessidade de defesa do patrimônio público, da ordem, particularmente no campo.

A partir do momento em que as "Ligas Camponesas" realizaram aquela manifestação na Avenida Guararapes, bloqueando a entrada da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) que ocupava o prédio hoje destinado ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), exigindo o que consideravam direito líquido e certo, empunhando foices, enxadas e instrumentos cortantes, ostensivas demonstrações de violência, a partir desse momento verificou-se que já não era mais possível condescender com a agressividade da ação daquela organização.

Tivemos vários casos de senhores de engenho que foram aprisionados pelos membros das Ligas Camponesas, obrigados a dançar e fazer papel de palhaço no meio deles, sob pena de serem mortos, serem trucidados. O quadro era realmente dantesco em Pernambuco, onde as "Ligas Camponesas" atuavam mais fortemente.

No Sudeste do País, o que se via era a subversão crescente de hierarquia e disciplina militares, tanto da parte de Cabo Anselmo e do Almirante Aragão, na Marinha, quanto da parte de determinados elementos na área do Exército. Tornava-se absolutamente indispensável uma ação de força para conter a trama esquerdista que estava sendo organizada.

O senhor já tocou no assunto, mas perguntaria se as Forças Armadas, em especial o Exército, foram intérpretes da vontade nacional, na Revolução de 31 de Março?

As Forças Armadas, principalmente o Exército, foram intérpretes da vontade nacional no evento de 31 de Março e foram merecedoras dos aplausos da população brasileira que ansiavam pela ordem e desejavam o progresso; não a anarquia, como estava ocorrendo.

No seu entender havia uma revolução comunista com o intuito de mudar a ordem institucional do País?

Havia uma articulação muito bem conduzida para que o 1º de Maio de 1964 fosse o dia consagrado à mudança do regime democrático brasileiro para o regime comunista.

A data de 1º de maio de 1964 foi a escolhida no planejamento que realizaram. Seria organizado um comício monstro, de repercussão nacional, para o qual admitiam grande comparecimento. Já estavam contratados quase todos os ônibus disponíveis para conduzir operários de São Paulo, de Minas, do Espírito Santo para

o Rio de Janeiro. Estavam previstos, também, desde Manaus até o Rio Grande do Sul, contingentes expressivos de trabalhadores para que a praça fronteira à Central do Brasil fosse inteiramente tomada pelo povo que estaria ali para aplaudir o Presidente João Goulart quando, no seu discurso, declarasse que o Brasil passaria a ser a trigésima quarta República comunista do mundo.

Qual a atitude da Assembléia Legislativa de Pernambuco em relação aos atos da Revolução, após o 31 de Março?

A grande preocupação dos membros da Assembléia Legislativa era tentar aproximação com as autoridades militares, para não se "queimarem". Mesclavam subserviência com habilidade política para continuarem a influir.

Tivemos a oportunidade de ouvir, de viva voz, o Governador Paulo Guerra que substituiu o Governador Arraes – ele era o Vice do Arraes – no salão de um hotel no Rio de Janeiro, preferido dos pernambucanos, onde estava hospedado: numa roda de políticos, declarou que os militares eram "fáceis de serem domados". Usou a palavra "domados", porque ele, por exemplo, que teria assumido o Governo sob certa suspeita por ser o Vice do Governador Miguel Arraes, estava já em perfeito e cordial relacionamento com os chefes militares de Pernambuco.

O que o senhor nos diz sobre ações terroristas no Estado?

As ações terroristas no Estado de Pernambuco, mais importantes, eram promovidas pelas chamadas falanges das "Ligas Camponesas" que assaltavam, submetiam os proprietários de terra e faziam deles fantoches, faziam deles cativos desmoralizados.

No Recife, os sindicatos ameaçaram ações terroristas, mas não chegaram a praticá-las, no sentido lato da palavra. Entretanto, suas ameaças punham em risco a tranqüilidade e a segurança da população.

No seu entender, quais foram os líderes civis e militares da Revolução, em Pernambuco?

O General Antonio Carlos da Silva Muricy, que sucedeu o comandante da 7ª Região Militar, no Recife, após o 31 de Março, realmente foi um bravo na condução dos trabalhos que deveriam dar continuidade à implantação da ordem e da paz tão ansiosamente aguardado pela população. Pode-se destacá-lo como nome referencial. Na área civil, vários companheiros, amigos, delegados de Polícia, pessoas que não afinavam com a doutrina comunista e que se jogaram com muita disposição na luta para eliminar os focos de subversão.

O Movimento revolucionário de 31 de Março de 1964 contou com ajuda externa?

De maneira nenhuma. A nossa posição, como presidente da Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra, dava-nos condição para acompanhar muito de perto essa possibilidade.

Era uma das maiores preocupações a de que o Brasil não se sujeitasse passivamente ao controle do bloco comunista, ou então se tornasse subserviente ao outro lado, na área capitalista. Discípulos da doutrina da Escola Superior de Guerra, sempre defendemos um Brasil independente e soberano, sem tender para qualquer uma das facções, nem soviética, nem americana.

Podemos dizer, sem medo de errar, que os americanos foram tomados de surpresa com a Revolução de 1964, embora não devemos chamá-la de Revolução. Já havia a impressão, da parte deles, de que os militares brasileiros quedavam passivos, inermes, submetidos já às pressões psicológicas das lideranças comunistas e incapazes de reagir.

Então, a resposta das Forças Armadas em 31 de março foi uma demonstração de grande significado para a honra nacional, o brio nacional.

Mesmo na condição de civil, o senhor percebeu o fortalecimento da coesão nas Forças Armadas, após o Movimento revolucionário?

Sem dúvida ficaram mais sólidas a união e a coesão.

Mas devo chamar a atenção para um fato extremamente importante. A Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra (ADESG) exerceu um papel destacado para eliminar a possibilidade de um confronto entre forças que apoiavam o Presidente João Goulart e aquelas que não o apoiavam. Muitos brasileiros ainda não a conhecem suficiente nem a valorizam adequadamente.

Quando foi identificado o esquema revolucionário comunista que havia sido montado para o 1º de Maio, evidentemente teria que ocorrer uma ação contra-revolucionária. Para isso decorreria um exame de situação sobre a capacidade de atuação das duas áreas: pró-Jango e contra Jango.

Chegou-se à conclusão, naquele momento, num estudo no qual participaram elementos das três Forças, Marinha, Exército e Aeronáutica e do meio civil, de que o Nordeste era a área mais perigosa, porque seu comandante militar era um gaúcho, como o Presidente João Goulart, e amigo fidalgal dele. Certamente lhe estaria aliado num movimento qualquer que se fizesse contra o mesmo. E, ainda, exceto o Coronel Luís Cavalcante, que era o Governador de Alagoas, todos os outros governadores do Nordeste, do Maranhão à Bahia, eram aliados do Presidente João Goulart. Com esses governadores não se podia pensar na mobilização das forças policiais dos Estados. Assim, quando se fez o balanço de forças, se verificou o que representavam

as forças federais acrescidas das forças estaduais: formavam contingente extremamente forte para ser negligenciado numa operação de contra-revolução.

Além desse panorama no Nordeste, em São Paulo encontrava-se o General Amaury Krüel, reconhecido amigo do Presidente, gaúcho também; no Rio Grande do Sul, comandava o general mais ligado ao Presidente João Goulart, respaldado, ainda, por Leonel Brizola, que era o Governador, na época. Por isso o quadro era muito preocupante.

A única Força que não nos preocupou muito, naquele exame de situação, foi a Aeronáutica, em virtude de suas características como Arma aérea, e de sua peculiaridade de atuação.

Estava muito difícil encontrar uma solução. Os exames de situação estenderam-se pela noite – para nós uma noite de São Bartolomeu – até de manhã. Aconteceu, dentro da decisão tomada, que fui designado para fazer contato com o General Justino. Fui escolhido por duas razões: por ser o presidente da ADESG e por ser pernambucano, que disfarçariam o motivo da viagem.

Deram-me como missão fazer o contato com o general, mostrar-lhe a preocupação que a ADESG tinha com a ordem pública, com a preservação do regime democrático e sentir a sua reação. A conversa deveria conduzir a uma tomada de posição por parte do General Justino, em face da operação comunizante em marcha.

Fui para Pernambuco anonimamente, sem comunicar à família. Do aeroporto, de táxi, fui para o Quartel-General; ao chegar à presença do General Justino, ele exclamou:

– Mas quanta honra receber aqui o presidente da ADESG!

– Vossa Excelência sabe que tenho família aqui: meus pais, meus irmãos, são todos aqui do Recife. De vez em quando, tenho que vir matar a saudade. E, vindo ao Recife, não poderia deixar de visitar a maior autoridade militar, que é Vossa Excelência.

Ele agradeceu, conversamos coisas triviais e procurei entrar no assunto. Estava ciente de algumas premissas básicas para o sucesso de minha missão: o General Justino me receber bem; segunda premissa: o General Justino, na hora em que eu fosse abordar a questão, convocasse alguém, do Estado-Maior do IV Exército para assisti-la.

A primeira premissa já tinha alcançado, ele me recebera bem.

A segunda, na hora em que disse: “General, venho também trocar idéias com Vossa Excelência sobre o momento nacional”, ele respondeu: Nesse caso, vou chamar aqui o meu chefe do Estado-Maior – Isaac Nahon, que tinha sido colega de turma na Escola Superior de Guerra, amicíssimo meu – e o Ibiapina (Helio Ibiapina Lima, oficial do Estado-Maior).

A conversa desenrolou-se na presença dos dois e quando feri a questão de uma maneira mais direta, ouvi do General Justino estas palavras *ipsis litteris*:

– O senhor deve saber que sou amigo íntimo do Presidente João Goulart.

Pensei: vai-me botar para fora da presença dele.

– Sei disso perfeitamente. Vossa Excelência é gaúcho, como ele, e evidentemente um chefe militar do seu nível tem que estar muito bem...

Em que época ocorreu esse fato?

Foi em janeiro.

Então, o General foi enfático:

– Quero dizer-lhe que, apesar dessa amizade, se o Presidente quiser levar o Brasil para atrelar-se ao carro comunista, não vai contar comigo.

Foram palavras de um conforto moral tremendo. A segunda premissa estava alcançada! Ele pediu ao meu amigo Isaac Nahon para acompanhar-me até o carro: mas eu não tinha carro, fui de táxi para não chamar a atenção.

Lá embaixo, disse ao Isaac Nahon:

– Agora temos que conversar sobre a operacionalização do esquema.

Passei a noite na casa dele - que morava ali perto do Hospital Santo Amaro, caminho de Olinda - conversando, mostrando toda a preocupação que nos inquietava, na época, e o estudo que estava pronto. E voltei ao Rio.

Quem me sucedeu no contato com o General Justino foi o General Riograndino Krüel, irmão do General Amaury. As coisas ficaram bem orientadas, pelo menos.

Agora, algo importante, aquilo que eu dizia que a Nação ainda não tomou conhecimento – nem mesmo as Forças Armadas tinham se apercebido disso –, foi o esquema de visitas montado pela ADESG e realizadas por nossos grupos, que incluíam elementos das três Forças e civis, às Unidades militares mais importantes do País.

Essas visitas, feitas como visitas de trabalho, como visitas de observação, na realidade buscavam realizar sondagens e discutir a conjuntura. Ao serem levantados argumentos a favor da situação, procurávamos demonstrar que o Brasil não poderia entrar numa guerra civil e nem estava mais em condições de ser visto como uma “republiqueta” americana, sujeita a levantes armados, assim de uma hora para outra.

Dr. Eudes, a Revolução de 31 de Março de 1964 trouxe benefícios econômicos, financeiros e sociais ao País?

Benefícios existiram, sem dúvida nenhuma. A imagem positiva que o Brasil passou a apresentar ao mundo, à área internacional, foi uma decorrência da Revolução, porque, antes, estávamos desacreditados.

Um dos aspectos, também, extremamente relevante que demonstraram o comportamento equilibrado das autoridades governamentais pós-1964 – não as

chamo revolucionária, porque não houve uma revolução, mas uma contra-revolução – foi a postura de sensatez política, no tocante ao relacionamento diplomático com os países da órbita comunista. Não houve o menor sinal de "revanchismo" da parte do Governo brasileiro.

Nenhuma embaixada em Brasília foi pichada, foi posta em risco; nenhum diplomata da área comunista sofreu vexame ou foi ameaçado em sua integridade. Eles admiravam este comportamento.

Tive mesmo a oportunidade de ouvir, numa solenidade para a qual fui convidado em uma dessas organizações diplomáticas do Leste, a declaração de que estavam realmente muito felizes: "O Movimento revolucionário no Brasil, de que se falava tanto e antecipávamos pudesse ser prejudicial aos nossos interesses, negou todas as presunções, pois estamos vendo que o Governo brasileiro procura intensificar o comércio com nossos países. Somos chamados, constantemente, ao Ministério da Indústria e Comércio, ao Ministério da Agricultura, ao Ministério do Planejamento, para discutir programas de cooperação, o que antes não acontecia."

O Brasil, depois da Revolução de 1964, independente e soberano, buscou o relacionamento com todas as nações do mundo, sem receio de que esses relacionamentos acarretassem subordinação política ou econômica.

Houve erros, cometidos no período revolucionário?

O erro maior foi não termos preparado a mocidade para entender o Movimento de 1964.

Quando o Presidente Castello assumiu o Governo, como presidente da ADESG, fui ao seu encontro; tínhamos um contato muito estreito, ainda antes de 31 de março, pelo fato do General ser o Chefe do Estado-Maior do Exército. Além do mais, tinha servido no Nordeste, antes de ocupar esse cargo. Disse-lhe, na ocasião:

– Presidente, os adesguianos reconhecem que a mais importante missão a ser cumprida pelas novas forças que vão dirigir o País, tanto civis quanto militares, é preparar a mocidade para entender o Movimento, destarte incorporá-la à luta pelos nossos ideais e proporcionar ao Brasil de amanhã uma situação de absoluta tranqüilidade e pleno desenvolvimento.

Castello, dono de inteligência brilhante, verdadeiro estadista que era, respondeu:

– Não tenho dúvida. Considero que a ADESG pode contribuir para este desiderato, de forma brilhante.

– Presidente, não podemos admitir jovens na ADESG, porque a idade limite situa-se acima dos 35 anos. Mas podemos nos interiorizar, adentrar nas universidades, nos ambientes estudantis, levando mensagens, ensinamentos, abrindo oportu-

nidades para travarmos conhecimentos com eles, ouvir suas postulações, para que as providências do Governo possam atender aos interesses do universo jovem.

– Concordo plenamente – disse ele. – Procure o General Golbery. Vamos criar o Serviço Nacional de Informações (SNI) que deve ser a instituição civil-militar – como ele me disse – mais próxima da ADESG, por força das responsabilidades admitidas.

Fui ao Golbery, com quem nos dávamos muito bem, mantínhamos um relacionamento muito estreito, desde a fase pré-1964. O Golbery esclareceu:

– Veja, não está criado ainda o Serviço; vamos esperar que ele se estruture para, então, encontrar um *modus faciendi* para essa cooperação.

Esperei, o tempo foi passando, fui ficando inquieto, todos nós na direção da ADESG ansiosos, porque o tempo era importante, não espera por ninguém, ele corre. Mas não fomos chamados. Voltei, e fiquei sabendo que ainda não era oportuno. Aguardei de novo, retornei a terceira vez, ainda não era ocasião, aí desisti.

Aconteceu o que prevíamos, a mocidade foi intoxicada, envenenada, a palavra certa é essa, envenenada pelos maus brasileiros que estavam tramando a desgraça do Brasil e que se viram, de um momento para outro, apeados do Poder.

O Ato Institucional nº 5 (AI-5) foi necessário?

O AI-5 veio quase como uma decorrência dessa falta de trabalho doutrinário legítimo que poderíamos ter realizado junto à mocidade. Disse ao Presidente Costa e Silva, e ele se espantou um pouco com a minha ousadia:

– Presidente, só estamos vivendo essa situação no País, porque não facilitaram a presença da ADESG no meio estudantil, sobretudo entre universitários.

– O que é que iriam fazer?

– Convencê-los, levá-los a entender que os objetivos da Revolução foram objetivos sadios, dignos de elevação do prestígio do País perante o mundo. O AI-5 foi uma medida forte para conter a mocidade envenenada, prestes a explodir!

Qual a sua opinião a respeito da criação dos órgãos de informações e a Lei de Segurança Nacional?

Acho que vieram bem a tempo, foram realmente estabelecidos com oportunidade, num quadro de proteção e resguardo dos interesses nacionais.

A Revolução de 31 de Março demorou-se no País?

Se tivéssemos formado uma mocidade conceitualmente sadia, patrioticamente vigorosa, entendendo os objetivos da Revolução, tudo poderia ter acontecido de uma forma mais simples e mais breve.

Lembro-me bem de uma reunião com os altos dignitários do Poder militar do Brasil, à qual o Presidente Castello Branco concedeu-me a honra de convidar. Participei na qualidade de presidente da ADESG. Nessa reunião, o Presidente Castello referiu-se ao seu propósito de fazer um sucessor civil. O nome desse cidadão não foi declinado, na ocasião, mas sabíamos tratar-se do Deputado Bilac Pinto, que o Presidente designara para ser o embaixador do Brasil na França. Na hora que o incumbiu da missão, disse-lhe: "A França era o grande cruzamento do mundo em matéria de informações, em matéria de tendências políticas e de desenvolvimento e que ele iria, como embaixador, ter a oportunidade de conhecer as tendências do mundo moderno para o bem do Brasil."

Não estabeleceu compromisso algum, ninguém pode dizer que o Presidente tivesse mandado Bilac Pinto já comprometido com ele; mas para o bom entendedor poucas palavras bastam.

Nessa reunião, quando o Presidente Castello referiu-se à conveniência de ser substituído por um civil, restabelecendo o Poder civil no País, houve, da parte do Ministro do Exército, General Costa e Silva, objeção. Afirmou que o Brasil ainda não estava em condições de ser dirigido por civis, objetou que eles tinham sido tão inconseqüentes, no período anterior ao militar, que quase levaram o País a uma derrocada, a uma situação calamitosa. Ele achava, como militar, Ministro do Exército, que não poderia dar-se a transferência do poder militar para o poder civil, naquela ocasião.

O Castello usou uma expressão que guardei e vou morrer com ela:

– Meu camarada – como ele chamava os militares – se nós não pensarmos que um militar após o outro, no Poder central do País, pode gerar uma ditadura militar, se nós não pensarmos nisso, pelo menos os civis vão pensar.

– É, mas acho que comigo estão os meus companheiros de Armas, aqueles que respondem pela defesa da dignidade do Brasil - disse Costa e Silva.

Então fez um pequeno discurso, mostrando que não era tempo de passar o governo para o Poder civil; mas ficou bem clara a posição do Presidente Castello Branco.

Tortura a presos políticos

Nada constatei ou ouvi sobre isso. Soube de determinadas situações criadas por força de exacerbação de ânimos. Ninguém de sã consciência pode ignorar que, depois de um Movimento como esse, passem a existir elementos dispostos a assassinar para dominar. É muito importante que tenhamos essa compreensão.

Posso citar um exemplo de como o Governo foi condescendente. Um dos grandes líderes do movimento das "Ligas Camponesas", para tomar um caso típico

de Pernambuco, um bacharel, Dr. Joel Câmara, que incendiou muitos núcleos populacionais da área rural da Zona da Mata do Estado, foi preso e estava recolhido à Fortaleza das Cinco Pontas, incomunicável. Mas, conseguiu passar uma correspondência para o Presidente Castello Branco, dizendo dos maus-tratos que estava recebendo: prisão fechada, sem ter direito a banhos de sol e a uma alimentação adequada; não se tratava de espancamentos.

O Presidente Castello recebeu a carta do Joel Câmara e mandou o General Ernesto Geisel, que era Chefe da Casa Militar da Presidência, ao Recife, para verificar o que estava ocorrendo com aquele cidadão. O General veio, foi ao Forte das Cinco Pontas, apresentou-se com aquela missão, dizendo ao comandante que o Presidente fazia questão de saber como é que se encontrava aquele preso; o comandante disse que o preso não estava naquele quartel.

O General retrucou: "É minha missão percorrer as dependências do quartel." Foi levado, então, a visitar todo o Forte das Cinco Pontas.

Aconteceu que passou por uma dependência que não estava aberta. O Geisel, experiente como era, percebeu claramente. Visitou tudo e o Comandante do Forte fez, então, a interrogação:

– Viu, General, como esse cidadão, esse preso político, não está aqui?

O Geisel, com muita tranqüilidade, disse para ele:

– Só vou responder-lhe depois que abrir aquela dependência que não foi franqueada à minha visita.

Viu o comandante ficar branco, perder o controle.

– Mas General, ali há um depósito!

– Mas quero ver o depósito - retrucou o Geisel.

Quando abriu, lá estava o Joel. Mandou o Joel sair, ouviu-o na presença do Comandante do Forte das Cinco Pontas, trouxe a notícia para o Castello Branco e o Presidente demitiu o comandante. Retirou-lhe toda a chance de fazer carreira no Exército, porque tinha tomado uma iniciativa que comprometia a dignidade de um militar.

Foi um caso assim, de muita repercussão na área da cúpula governamental, porque o Presidente mandou constatar pelo Chefe da Casa Militar e não por um outro oficial, se havia realmente aquele preso, sofrendo maus-tratos. Hoje o Joel Câmara é o maior defensor do regime militar.

As Forças Armadas se locupletaram durante os governos revolucionários?

De maneira nenhuma! Ninguém pode comprovar nada nesse sentido, não há nada que comprometa a honorabilidade das Forças Armadas em relação ao exercício do Poder.

A seu ver, existe alguma semelhança entre o atual Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e as "Ligas Camponesas"?

No âmago, devem confundir-se. No sentido conceitual se igualam, porque o que as "Ligas" queriam é o que o MST está querendo. As "Ligas Camponesas" atuavam numa área limitada do País, não passavam dos lindes maranhenses nem dos da Bahia, com intensidade maior de ação em Pernambuco, Paraíba e um pouco no Rio Grande do Norte e Alagoas. Era um movimento contido numa área restrita do País, enquanto o MST é um movimento alastrado que domina o País de Norte a Sul, de Leste a Oeste; é muito mais bem organizado, muito mais bem subsidiado em termos de recursos financeiros, mais bem preparado para cumprir a missão que orienta a sua atuação.

Na opinião do senhor, a conjuntura internacional acelerou a abertura política no Brasil?

Penso que o Brasil não tem que prestar contas a nação alguma, como não tem que prestar contas a nenhuma instituição financeira internacional, sobre o comportamento que deveria manter. Os governos militares serviram ao Brasil. Tenho minhas dúvidas quanto aos que vieram depois.

Contarei o que aconteceu em relação ao Fundo Monetário Internacional (FMI), quando fui assessor do Ministro Roberto Campos, no Ministério do Planejamento. O prédio onde funcionava o Ministério ficava na Avenida Antônio Carlos, na Cidade do Rio de Janeiro; tinha apenas 34 funcionários, do Ministro Roberto Campos ao motorista, contando serventes e tudo.

Um dia chega um grupo de cidadãos estrangeiros e entra nas dependências do Ministério, que ocupava o 10º andar. Todos acharam que aquele pessoal era do FMI, porque o Brasil estava com problemas com o Fundo. O Governo, chamado revolucionário, teria que considerar cuidadosamente esse fato, teria que regularizar a situação perante o FMI.

O Secretário-Geral do Ministério do Planejamento passou uma ordem para todos nós: ninguém está autorizado a ausentar-se do Ministério, antes da reunião com o Ministro Roberto Campos. Ele vai falar aos funcionários e todos devem estar presentes.

Ficamos esperando. Às 11h da manhã, Roberto Campos dirigiu-se aos funcionários e fez a seguinte observação: "Naturalmente vocês viram chegar aqui uma missão com a finalidade de tratar conosco assuntos de interesse nacional. Essa missão é do FMI, mas ninguém neste País, fora os que estão na área do Governo, na cúpula do Governo, tem o direito de saber que o FMI veio nos investigar ou querer interferir em nossas ações. Para todos os efeitos, essa presença tem que ser mantida como segredo de estado. Nem com as suas esposas e filhos devem tratar do assunto, com

jornalistas de maneira alguma, sob pena de ser obrigado a baixar o ato dispensando o funcionário responsável pelo vazamento da notícia."

Ele saiu com o Octávio Gouvêa de Bulhões, que era o Ministro da Fazenda, para Brasília, com aquela comissão, acertou tudo com o Presidente Castello Branco; não precisou, nem um nem outro ministro, ir a Washington ou a Nova York para visitar o FMI. As contas do Brasil foram acertadas e a Nação não soube da vinda do FMI.

Existe, hoje, uma mobilização política contra os militares no que tange a posições de relevo no Governo Federal ou nos estados?

Prefiro não emitir opinião, mas reportar-me a fatos. Na hora em que se vê a criação de um Ministério da Defesa ocupado por um civil que não tem nenhuma tradição ligada à área militar, não cursou a Escola Superior de Guerra, não é reservista de primeira categoria; vêem-se os ex-ministros militares submetidos a uma titulação de comandantes, denominação que se dá, igualmente, a quem comanda Pelotão; na hora em que se vê a Escola Superior de Guerra, que teve sempre a comandá-la um oficial-general de quatro estrelas da Marinha, Exército ou Aeronáutica, ser comandada por oficial-general de três estrelas e subordinada a uma Secretaria do Ministério da Defesa, cuja chefia é exercida por um civil que pouco ou nada entende de ação militar... Penso que é uma maneira de desprestigiar os militares!

Dr. Eudes, pediria ao senhor uma mensagem final dirigida, especialmente, aos jovens.

Fui professor universitário por trinta anos. Convivi com a juventude universitária sem nunca ter passado pelo dissabor de uma desfeita conseqüente de qualquer problema de relacionamento com aluno. Reprovei instruendos no último ano, que deixaram de diplomar-se por terem sido inabilitados por mim, e, mesmo assim, nunca se tornaram meus inimigos.

Posso afirmar que este País tem tudo para ser líder no mundo, porque possui as maiores riquezas minerais, vegetais e animais; tem as maiores reservas hídrica e florestal do mundo; não está submetido às condições extremas da natureza, sem vulcões e tremores de terra de escala exponencial; e tem o melhor povo do mundo.

Não é ufanismo de brasileiro, pois tive a oportunidade de visitar o mundo inteiro. Hoje só me falta conhecer o Nepal; de todos os países do mundo, da América, da África, da Ásia, da Oceania, da Europa, só escapou o Nepal. Posso dizer com absoluta segurança e tranqüilidade, sem medo de contestação: não há povo melhor do que o brasileiro!

Só peço que as autoridades olhem para ele como um povo e não como um objeto. Na verdade, a mocidade brasileira não está correspondendo inteiramente

aos objetivos que procuramos alcançar. A mocidade é inteligente, é trabalhadora, tem condições de perceber as coisas à distância, mas se encontra desamparada, sujeita a um ambiente que não favorece a coordenação das idéias, a orientação certa para alcançar objetivos nobres e dignificantes.

O que se procura como razão de ser, em qualquer atividade humana, é o auto-aperfeiçoamento do caráter, crescimento do indivíduo, a melhor capacitação profissional, a excelência do relacionamento humano, é isso que se procura. O jovem está meio perdido em relação a esses objetivos e por isso é que chocados vemos os homicídios, as desavenças e os desrespeitos aumentarem; realmente é pela juventude que devemos estar preocupados, a juventude precisa das nossas mãos de adultos para segurá-la e encaminhá-la às metas mais elevadas.